



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

Março/2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

- Relatório de Gestão do exercício de 2017
- apresentado aos órgãos de controle interno e
- externo como prestação de contas anual a
- que esta unidade está obrigada nos termos
- do art. 70 da Constituição Federal, elaborado
- de acordo com as disposições da IN TCU nº
- 63/2010, da DN TCU nº 161/2017 e do
- Sistema e-Contas.

Coordenação de Sistematização:
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - PROPLAN

João Pessoa, 22 de março de 2018.



PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MICHEL TEMER

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

VICE-REITORA
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
ARIANE NORMA DE MENEZES DE SÁ

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
ALUÍSIO MÁRIO LINS SOUTO

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
ELIZETE VENTURA DO MONTE

PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE
JOÃO WANDEMBERG GONÇALVES MACIEL

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE

CHEFE DE GABINETE
RAIMUNDO BARROSO CORDEIRO JÚNIOR

PREFEITO UNIVERSITÁRIO
JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

PROCURADORIA JURÍDICA
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

CONTROLE INTERNO
RAM ANAND GAJADHAR



DIRETORES DOS CENTROS DE ENSINO

CAMPUS I - JOÃO PESSOA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA

JOSÉ ROBERTO SOARES DO NASCIMENTO

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

MÔNICA NÓBREGA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS

EDUARDO SÉRGIO SOARES SOUSA

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

WILSON HONORATO ARAGÃO

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

WALMIR RUFINO DA SILVA

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA

ANTÔNIO DE MELLO VILLAR

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

JOÃO EUCLIDES FERNANDES BRAGA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

FREDYS ORLANDO SORTO

DIRETOR DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA

VALDIR DE ANDRADE BRAGA

DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

DIRETOR DO CENTRO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS

ZAQUEU ERNESTO DA SILVA

DIRETOR DO CENTRO DE INFORMÁTICA

HAMILTON SOARES DA SILVA

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JOSÉ MARCELINO OLIVEIRA CAVALHEIRO

CAMPUS II – AREIA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

MANOEL BANDEIRA DE ALBUQUERQUE

CAMPUS III – BANANEIRAS

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS

CAMPUS IV - RIO TINTO E MAMANGUAPE

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO

MARIA ANGELUCE SOARES PERÔNICO BARBOTIN



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APCN – Aplicativos de Propostas de Cursos Novos.

BC – Biblioteca Central

BF – Balanço Financeiro

BPEq – Banco de Professor Equivalente

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBiotec – Centro de Biotecnologia

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação

CCF – Coordenação de Controle Financeiro

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCHSA – Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias

CCI – Coordenação de Controle Interno

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas

CCM – Centro de Ciências Médicas

CCP – Coordenação de Currículos e Programas

CCS – Centros de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes

CE – Centro de Educação

CEAR – Centro de Energias Alternativas e Renováveis

CEM – Coordenação de Estágio e Monitoria

CEDESP – Centro de Desenvolvimento do Servidor Público

CFT – Centro de Formação de Tecnólogo

CGA – Comissão de Gestão Ambiental

CGTI – Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação

CGU – Controladoria Geral da União

CGPAIC – Coordenação Geral dos Programas Acadêmicos de Iniciação Científica

CGPq – Coordenação Geral de Pesquisa

CI – Centro de Informática

CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica



CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEOR – Coordenação de Orçamento
COMFOR– Comitê Gestor Institucional
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CPA – Comissão Permanente de Avaliação
CPACE – Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos
CPF – Cadastro Nacional da Pessoa Física
CPME – Comissão Permanente de Melhoria do Ensino
CPPRAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CRAS – Centro de Referência e Atenção à Saúde
CT – Centro de Tecnologia
CTDR– Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
DAC – Divisão de Acordos e Convênios
DINTER – Doutorado Interinstitucional
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EDU – Editora Universitária
EMPs – Exames Médicos Periódicos
ENEX– Encontro de Extensão
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ETS – Escola Técnica de Saúde
FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FLUEX – Programa de Fluxo Contínuo de Extensão
FJA – Fundação José Américo
FORPLAD – Fórum Nacional de Pró-Reitores
FUNAPE – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão
HULW – Hospital Universitário Lauro Wanderley
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
ISF – Inglês sem Fronteira
INOVA – Agência de Inovação e Tecnologia da UFPB
IPE – Instituto Paraibano de Envelhecimento



IpeFarM – Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos
LACOM – Laboratório de Combustíveis e Materiais
LDMI – Laboratório de Desenvolvimento Multimídia Interdisciplinar
LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NDE – Núcleos Docentes Estruturantes
NPD – Núcleo de Produção Digital
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OTRS – *Open-source Ticket Request System* (sistema livre de requisição de chamados)
PacTcPB – Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAE – Plano de Atividades de Estágio
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PC – Prestação de Contas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PGLS – Plano de Gestão Logística Sustentável
PLADES – Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba
PGLS – Plano de Gestão Logística Sustentável
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA – Plano Plurianual
PQI – Programa de Qualificação Institucional
PRA – Pró-Reitoria de Administração
PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários



PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
PROAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa
PROBEX – Programa de Bolsa de Extensão
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEXT – Programas e Projetos de Extensão
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROLICEN – Programa de Licenciaturas
PROMEB – Programa de Melhoria da Educação Básica
PROMOBI – Programa de Mobilidade Internacional
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PROTUT – Programa de Tutoria
PRPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PU – Prefeitura Universitária
QRSTA – Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos.
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP – Restos a Pagar
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPPS – Restos a Pagar Processados
SCS – Superintendência de Comunicação Social
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos
SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISU – Sistema Integrado de Seleção Unificada
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação



SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados da produção acadêmica na UFPB em 2017	34
Tabela 2 – Metas propostas no PDI 2014-2018 da UFPB	70
Tabela 3 – Resumo geral dos valores de custeio e capital aprovados pela LOA, com os respectivos limites para empenho e valores empenhados, considerando as despesas discricionárias, exceto emendas e recursos próprios.....	93
Tabela 4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - UFPB	94
Tabela 5 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – HULW	95
Tabela 6 – Restos a Pagar não Processados por Ano de Inscrição	96
Tabela 7 – Restos a Pagar não Processados por Unidade Gestora.....	97
Tabela 8 – Restos a Pagar Processados por UG	98
Tabela 9 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	99
Tabela 10 – Receita Própria da UFPB - Receita Inicial X Receita Realizada	104
Tabela 11 – Despesas por modalidade de contratação da UFPB, exceto HULW.	106
Tabela 12 – Despesas por modalidade de contratação do HULW (Valores em R\$ 1,00).....	107
Tabela 13– Despesas por grupo e elemento de despesa da UFPB, exceto HULW (Valores em R\$ 1,00)	108
Tabela 14 – Despesas por grupo e elemento de despesa do HULW (Valores em R\$ 1,00)	109
Tabela 15 – Reconhecimento de passivo (Valores em R\$ 1,00)	111



Tabela 16 – Dados da graduação para Centros Acadêmicos, com as respectivas metas do PDI 2014-2018.....	114
Tabela 17 – Números de discentes envolvidos nos Programas de Iniciação Científica, por Centro Acadêmico, em 2017.....	119
Tabela 18 – Quantitativos das ações de extensão por Centro Acadêmico em 2017.	121
Tabela 19 – Artigos da UFPB publicados em periódicos indexados na base de dados Web of Science	160
Tabela 20 – Percentual dos Artigos da UFPB publicados na publicados em periódicos indexados na base de dados Scopus	161
Tabela 21 – Percentual dos Artigos da UFPB publicados em periódicos classificados nos Estratos Qualis/CAPES A1, A2 e B1	162
Tabela 22 – Processos Administrativos Disciplinares em fase de conclusão no ano de 2017	179
Tabela 23 – Processos Correicionais Movimentados pela CPPRAD em 2017, localizados fisicamente no setor, mas não concluídos	180
Tabela 24 – Processos Administrativos Disciplinares em andamento em 2017	180
Tabela 25 – Sindicâncias, por fases, realizadas em 2017	181
Tabela 26 – Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias de 2017, por objeto de apuração	182
Tabela 27 – Cursos Ofertados aos servidores da UFPB em 2017	187
Tabela 28 – Despesas do pessoal - UFPB 2017	207
Tabela 29 – Despesas do pessoal – HULW 2017.....	208
Tabela 30 – Despesas do pessoal – UFPB+ HULW 2017	209
Tabela 31 – Distribuição geográfica dos imóveis da União	223
Tabela 32 – Relatório de pagamentos permissionários 2017.....	242
Tabela 33 – Resumo Mensal de requisições executadas, de janeiro a dezembro de 2017	246
Tabela 34 – Dados sobre o fornecimento de água potável e coleta de esgoto em 2017	247
Tabela 35 – Dados sobre o consumo de energia elétrica em 2017.....	248
Tabela 36 – O quadro de pessoal de tecnologia da informação da UFPB em 2017.....	253
Tabela 37 – SIC-UFPB em números – anos 2016-2017.....	272
Tabela 38 – Manifestações através do endereço eletrônico (e-mail)	273
Tabela 39 – Ouvidoria - atendimento por telefone	273
Tabela 40 – Demandas da Ouvidoria via “E-OUV”	275
Tabela 41 – Tipos de demandas da Ouvidoria via abertura de processos	275



Tabela 42 – Recursos destinados à UFPB pela CAPES em 2017	291
Tabela 43 – Recursos originários do orçamento próprio da UFPB investidos na Pós-Graduação, segundo a natureza da despesa.....	292
Tabela 44 – Composição dos bens móveis em 2017	311
Tabela 45 – Composição dos bens imóveis em 2017	312
Tabela 46 – Composição dos bens imóveis em andamento em 2017.....	312
Tabela 47 – Composição dos bens de uso especial em 2017	313
Tabela 48 – Fornecedores e Contas a Pagar por unidade gestora contratante.	314
Tabela 49 – Fornecedores e contas a pagar, por fornecedor.....	315

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura geral dos conteúdos do relatório, conforme consta no Sistema e-contas/TCU.	22
Quadro 2 – Principais Realizações do Exercício de 2017.....	25
Quadro 3 – Dimensão Acadêmica/Administrativa da UFPB.....	33
Quadro 4 – Áreas e subunidades estratégicas da gestão na UFPB, com as respectivas competências e os titulares.....	42
Quadro 5 – Link para a página web com a composição dos Conselhos Superiores da UFPB.....	48
Quadro 6 – Relação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão criados pelo CONSUNI (1997-2017).	48
Quadro 7 – Macroprocessos Finalísticos - Resumo Geral.	50
Quadro 8 – Macroprocessos Finalísticos – Ensino – Graduação.	51
Quadro 9 – Macroprocessos Finalísticos – Ensino de Pós-Graduação.	53
Quadro 10 – Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa.	57
Quadro 11 – Macroprocessos Finalísticos – Extensão.....	61
Quadro 12 – Correlação entre o PPA 2012-2015 e o PDI 2014-2018.....	67
Quadro 13 – Planejamento organizacional de 2017 e suas respectivas estratégias de ação.	68
Quadro 14 – Alguns objetivos estratégicos do Exercício 2017 e o respectivo risco.	71
Quadro 15 – Diretrizes estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.	73
Quadro 16 – Metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.....	73
Quadro 17 – Resumo geral da execução financeira das ações previstas na LOA em 2017.....	77
Quadro 18 – Ação 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	78



Quadro 19 – Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.	81
Quadro 20 – Ação 20RL Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	83
Quadro 21 – Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.	84
Quadro 22 – Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.	85
Quadro 23 – Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI).	87
Quadro 24 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB.	88
Quadro 25 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – HULW.	92
Quadro 26 – Resumo da prestação de contas sobre transferência concedidas pela UFPB nas modalidades de convênio, contrato de repasse e instrumentos congêneres.	101
Quadro 27 – Situação da análise das contas prestadas em 2017.	102
Quadro 28 – Concessão de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).	110
Quadro 29 – Utilização de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).	110
Quadro 30 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.	110
Quadro 31 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para o Ensino de Graduação.	113
Quadro 32 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para a Pesquisa e Pós-Graduação.	118
Quadro 33 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para a Extensão.	120
Quadro 34 – Dimensão dos serviços oferecidos pela UFPB para Assistência Estudantil em 2017.	123
Quadro 35 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para a Assistência Estudantil.	124
Quadro 36 – Valores projetados e alcançados em 2017 para o acervo bibliográfico por Centro de ensino.	125
Quadro 37 – Total investido na aquisição de acervo bibliográfico – projeção para 2017 e valor alcançado.	126
Quadro 38 – Assinatura e Renovação de Bases Digitais.	127
Quadro 39 – Serviços oferecidos pela Biblioteca Central ao público geral.	127
Quadro 40 – Serviços oferecidos pela Biblioteca Central aos usuários com vínculo institucional.	128
Quadro 41 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para o quesito Internacionalização das atividades da UFPB.	129



Quadro 42 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015, 2016 e 2017 para os parâmetros relacionados aos Recursos Humanos na UFPB.	133
Quadro 43 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados em 2017 para os parâmetros relacionados aos Recursos Humanos na UFPB, por unidade acadêmica.....	133
Quadro 44 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2017 com relação à Acessibilidade.	136
Quadro 45 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2017 pela INOVA/UFPB.....	144
Quadro 46 – Recursos recebidos pelo HULW em 2017.....	147
Quadro 47 – Produção Ambulatorial do HULW em 2017 por Subgrupo de Procedimento.....	149
Quadro 48 – Produção Hospitalar do HULW em 2017 por Subgrupo de Procedimento	150
Quadro 49 – Sistemas Integrado de Gestão (SIG-UFPB) implantados em 2017.	153
Quadro 50 – Evolução relação alunos matriculados por professor (2016-2017).....	157
Quadro 51 – Alunos de pós-graduação stricto sensu matriculados/Professor Doutor (2016-2017).	158
Quadro 52 – Evolução no Índice de Titulação de Corpo Docente (2016-2017).	159
Quadro 53 – Evolução da relação professores com atividades de Extensão sobre o quadro docente permanente (2016-2017).....	162
Quadro 54 – Resumo Geral dos principais indicadores de desempenho da UFPB.	164
Quadro 55 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002.....	166
Quadro 56 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.	168
Quadro 57 – Estrutura de Governança da UFPB.....	169
Quadro 58 – Atribuições das instâncias de governança da UFPB.	170
Quadro 59 – Estruturação para apresentação dos resultados do quadro de pessoal na UFPB.....	193
Quadro 60 – Força de Trabalho da UPC (UFPB+HULW).	194
Quadro 61 – Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB+HULW).	194
Quadro 62 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB + HULW).	195
Quadro 63 – Força de Trabalho da UPC (UFPB).....	196
Quadro 64 – Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB).	196
Quadro 65 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB).....	197
Quadro 66 – Força de Trabalho da UPC (HULW).	198
Quadro 67 – Distribuição da Lotação Efetiva (HULW).....	198



Quadro 68 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (HULW).....	199
Quadro 69 – Proporção entre os provimentos e as vacâncias dos cargos na UFPB em 2017	200
Quadro 70 – Processos em fase de conclusão e em andamento no âmbito da CPPRAD	204
Quadro 71 – Quantitativo de Benefícios ao Servidor Implantados / Revisados em 2017	206
Quadro 72 – Avaliação de Risco na gestão e avaliação de desempenho.	210
Quadro 73 – Avaliação de Risco na gestão de processos de pessoas.	211
Quadro 74 – Avaliação de Risco na área qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho.	212
Quadro 75 – Contatos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	214
Quadro 76 – Quantitativo de contratos de estágio em 2017.	218
Quadro 77 – Quantidade de veículos da UFPB por Grupo.	219
Quadro 78 – Média de quilometragem rodada por grupo de veículo trimestralmente.	220
Quadro 79 – Média de quilometragem rodada por grupo de veículo trimestralmente.	220
Quadro 80 – Idade Média dos veículos da UFPB, por grupo.	221
Quadro 81 – Despesas com a frota de Veículos.	222
Quadro 82 – Discriminação de Imóveis da União sob responsabilidade da UFPB.	224
Quadro 83 – Discriminação de Imóveis da União sob responsabilidade da UFPB, exceto imóvel funcional.....	224
Quadro 84 – Valores gastos com manutenção dos imóveis da Instituição de acordo com planos internos (PI).....	226
Quadro 85 – Lista dos pregões realizados em 2017 para cessão de espaço físico na UFPB.	235
Quadro 86 – Valores das GRU enviadas aos permissionários no ano de 2017.	239
Quadro 87 – Objetivos estratégicos do PGLS/UFPB.	260
Quadro 88 – Designação dos servidores do quadro da CODEINFO – ano 2017	267
Quadro 89 – CPA - Relatório de Atividades de 2017	280
Quadro 90 – CPA - Relatório de Atividades 2018	282
Quadro 91 – CPA - Estimativa de vida útil de alguns bens permanente	296
Quadro 92 – Transferências Financeiras Concedidas	302
Quadro 93 – Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência.	322
Quadro 94 – Acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores.....	323



Quadro 95 – Servidores que compõem a TCE/UFPB.	329
Quadro 96 – Resumo das Tomada de Contas Especial.	330
Quadro 97 – Despesas com publicidade.	335
Quadro 98 – Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.	336

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Simplificado.	40
Figura 2 – Organograma Completo.	41
Figura 3 – Distribuição espaços para cessão Universidade Federal da Paraíba por Campus – 2017.	227
Figura 4 – Perspectiva de Arrecadação (azul) e Arrecadado (verde) com permissionários - UFPB 2017.	244
Figura 5 – Esquema da metodologia adotada na formulação do PGLS/UFPB.	259
Figura 6 – Tipos de demandas via endereço eletrônico da Ouvidoria, 2017	274
Figura 7 – Encaminhamento das demandas de Ouvidoria via endereço eletrônico, 2017	274
Figura 8 – Composição geral do financiamento da Pós-Graduação da UFPB.	292



SUMÁRIO

Diretores dos Centros de Ensino.....	4
Lista de Siglas e Abreviações.....	5
Lista de Tabelas.....	9
Lista de Quadros	11
Lista de Figuras.....	15
Sumário	16
1 Apresentação	22
1.1. Estrutura do Relatório de Gestão do Exercício 2017	22
1.2. Principais Realizações da Gestão do Exercício 2017.....	25
1.3. Principais Dificuldades da Gestão do Exercício 2017.....	30
2 Visão Geral	31
2.1 Finalidade e competências.....	31
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento.....	35
2.3 Ambiente de atuação.....	37
2.4 Organograma	39
2.4.1 Organograma Simplificado – Rol de responsáveis.....	40
2.4.2 Organograma Completo	41
2.4.3 Composições e Competências	42
2.5 Macroprocessos finalísticos	50
2.5.1 Ensino.....	51
2.5.2 Pesquisa	57
2.5.3 Extensão.....	61
3 Planejamento Organizacional e Resultados.....	67
3.1 Planejamento organizacional.....	67
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	69
3.1.1.1 Riscos identificados para o alcance dos objetivos estratégicos	71
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	72
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	72
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos....	75
3.3 Desempenho orçamentário	76



3.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	76
3.3.1.1	Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não processados – OFSS	88
3.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	93
3.3.3	Restos a pagar de exercícios anteriores	94
3.3.4	Execução descentralizada com transferência de recursos	99
3.3.4.1	Situação da prestação de contas e da análise das contas	101
3.3.4.2	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	103
3.3.5	Informações sobre a realização das receitas	104
3.3.6	Informações sobre a execução das despesas	105
3.3.7	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	110
3.3.8	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	111
3.4	Desempenho operacional	113
3.4.1	Ensino de Graduação	113
3.4.2	Pós-Graduação e Pesquisa	118
3.4.3	Extensão	120
3.4.4	Assistência estudantil.....	123
3.4.5	Biblioteca.....	125
3.4.5.1	Pinacoteca.....	128
3.4.6	Internacionalização	129
3.4.6.1	Outras ações importantes para a Internacionalização das atividades da UFPB	131
3.4.7	Recursos humanos	133
3.4.8	Acessibilidade.....	136
3.4.9	Integração Universidade-setor produtivo.....	141
3.4.9.1	Ações desenvolvidas pelo IDEP	141
3.4.9.2	Ações desenvolvidas pela Agência UFPB de Inovação (Inova)	143
3.4.9.3	Ações desenvolvidas através do Programa “UFPB em seu município”	146
3.4.10	Hospitais Universitários	147
3.4.10.1	Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW).....	147
3.4.10.2	Hospital Veterinário (HV).....	151



3.4.11	Reformulação do Estatuto da UFPB.....	152
3.4.12	Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB)	153
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	157
3.5.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	165
4	Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos	169
4.1	Descrição das estruturas de governança	169
4.2	Atuação da unidade de auditoria interna	175
4.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.	178
4.3.1	Processos realizados em 2017	179
4.3.2	Aderência ao CGU/PAD.....	182
4.4	Gestão de riscos e controles internos.....	184
5	Áreas Especiais da Gestão.....	186
5.1	Gestão de pessoas	186
5.1.1	Progressões na carreira dos cargos Técnico-Administrativos	190
5.1.2	Servidores afastados para capacitação ou qualificação	190
5.1.3	Gestão da Avaliação de Desempenho e do Estágio Probatório dos Técnico-Administrativos	190
5.1.4	Participação no Sistema de Gestão de Desempenho por Competências.....	191
5.1.5	Dimensionamento da Força de Trabalho.....	192
5.1.6	Estrutura de pessoal da unidade	193
5.1.7	Análise Crítica em relação à Gestão de Pessoas	199
5.1.7.1	Dos Servidores com Tempo de Serviço para Aposentadoria	202
5.1.7.2	Das despesas associadas à manutenção de pessoal	202
5.1.7.3	Acumulação de Cargos, Funções e Empregos - CPACE.....	203
5.1.7.4	Disciplina – CPPRAD.....	204
5.1.8	Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho	204
5.1.8.1	Assistência, perícia e promoção à saúde.....	204
5.1.8.2	Vigilância aos Processos e Ambientes de Trabalho.....	205
5.1.8.3	Concessão de Benefícios aos Servidores em 2017	206
5.1.9	Demonstrativo das despesas com pessoal	207
5.1.10	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	210



5.1.10.1	Avaliação de risco na gestão e avaliação de desempenho.....	210
5.1.10.2	Avaliação de Risco na gestão de processos de pessoas	211
5.1.10.3	Avaliação de Risco na área qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho	212
5.1.11	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	214
5.1.11.1	Análise acadêmico-pedagógica da contratação de estagiários no âmbito da UFPB	217
5.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	219
5.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	219
5.2.2	Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	223
5.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	223
5.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	226
5.2.4.1	Imóveis Cedidos a terceiros	226
5.2.4.2	Identificação e caracterização dos espaços imóveis objeto de cessão total ou parcial	227
5.2.4.2.1	Cessão de uso e licitações dos espaços da UFPB, em 2017	232
5.2.5	Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	244
5.2.6	Informações sobre a infraestrutura física.....	244
5.3	Gestão da tecnologia da informação	250
5.3.1	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.....	250
5.3.2	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.....	251
5.3.3	Descrição dos principais sistemas de informação da UFPB.....	252
5.3.4	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI na UFPB.	252
5.3.5	Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI na UFPB.	253
5.3.6	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na UFPB	253
5.3.7	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos na UFPB em 2017.	254
5.3.8	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.	257
5.3.9	Principais sistemas de informações	257
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	259



a)	Plano de Ação – Papel.....	260
6	Relacionamento com a Sociedade.....	266
6.1	Canais de acesso do cidadão.....	266
6.1.1	Coordenação de Informação (CODEINFO).....	266
6.1.2	Dados abertos	267
6.1.3	Portal da Transparência	269
6.1.4	Serviço de Informação ao Cidadão	270
6.1.5	Ouvidoria.....	273
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	276
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	277
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade....	284
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	285
7	Desempenho Financeiro e Informações Contábeis	286
7.1	Desempenho financeiro do exercício	286
7.2	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	288
7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	288
7.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	290
7.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	296
7.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	299
7.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	300
7.5.1	Balanço Financeiro	301
7.5.1.1	Notas Explicativas - Balanço Financeiro	302
7.5.2	Balanço Orçamentário	304
7.5.2.1	Notas Explicativas - Balanço Orçamentário.....	307
7.5.3	Balanço Patrimonial	308
7.5.3.1	Notas Explicativas - Balanço Patrimonial.....	310
7.5.4	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	316
7.5.5	Demonstração das Variações Patrimonial	319
8	Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle.....	322



8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	322
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	328
8.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário	329
8.3.1	Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE	329
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	332
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	334
8.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	335
8.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	336



1 APRESENTAÇÃO

1.1. Estrutura do Relatório de Gestão do Exercício 2017

O presente documento foi estruturado considerando o detalhamento dos conteúdos e a forma definidos no Sistema e-contas do TCU. Os itens da estruturação presentes no referido sistema que se aplicam ao Exercício 2017 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) são mostrados no Quadro 1, com as respectivas seções e paginações.

Quadro 1 – Estrutura geral dos conteúdos do relatório, conforme consta no Sistema e-contas/TCU.

Sistema e-contas	RG UFPB 2017				Página
	Seções				
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS					1
Capa	-				1
Folha de rosto	-				2
Lista de siglas e abreviações	-				5
Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	-				9
Sumário	-				16
APRESENTAÇÃO	1				22
VISÃO GERAL	2				31
Finalidade e competências		2.1			31
Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade		2.2			35
Ambiente de atuação		2.3			37
Organograma		2.4			39
Macroprocessos finalísticos		2.5			50
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	3				67
Planejamento organizacional		3.1			67
Descrição sintética dos objetivos do exercício			3.1.1		69
Estágio de implementação do planejamento estratégico			3.1.2		72
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos			3.1.3		72
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos		3.2			75
Desempenho orçamentário		3.3			76
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade			3.3.1		76
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário			3.3.2		93
* Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	-	-	-	-	
Restos a pagar de exercícios anteriores			3.3.3		94
Execução descentralizada com transferência de recursos			3.3.4		99
Informações sobre a estrutura de pessoal para				3.3.4.2	103



Sistema e-contas	RG UFPB 2017				Página
	Seções				
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
análise das prestações de contas					
Informações sobre a realização das receitas			3.3.5		104
Informações sobre a execução das despesas			3.3.6		105
Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal			3.3.7		110
Desempenho operacional		3.4			113
Apresentação e análise de indicadores de desempenho		3.5			157
Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União			3.5.1		165
*Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	-	-	-	-	-
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	4				169
Descrição das estruturas de governança		4.1			169
Atuação da unidade de auditoria interna		4.2			175
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos		4.3			178
Gestão de riscos e controles internos		4.4			184
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	5				186
Gestão de pessoas		5.1			186
Estrutura de pessoal da unidade			5.1.6		193
Demonstrativo das despesas com pessoal			5.1.9		207
Gestão de riscos relacionados ao pessoal			5.1.10		210
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários			5.1.11		214
*Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	-	-	-	-	-
Gestão do patrimônio e da infraestrutura		5.2			219
Gestão da frota de veículos própria e terceirizada			5.2.1		219
Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições			5.2.2		223
Gestão do patrimônio imobiliário da União			5.2.3		223
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas			5.2.4		226
Informações sobre os imóveis locados de terceiros			5.2.5		224
Informações sobre a infraestrutura física			5.2.6		244
Gestão da tecnologia da informação		5.3			250
Principais sistemas de informações			5.3.9		257
Gestão ambiental e sustentabilidade		5.4			259
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	6				266
Canais de acesso do cidadão		6.1			266
Carta de Serviços ao Cidadão		6.2			276
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários		6.3			277
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade		6.4			284



Sistema e-contas	RG UFPB 2017				
	Seções				Página
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações		6.5			285
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	7				286
Desempenho financeiro do exercício		7.1			286
Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior		7.2			288
Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão			7.2.1		288
Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados			7.2.2		290
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos		7.3			296
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade		7.4			299
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas		7.5			300
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	8				322
Tratamento de determinações e recomendações do TCU		8.1			322
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno		8.2			328
Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário		8.3			329
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993		8.4			332
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento		8.5			334
Informações sobre as ações de publicidade e propaganda		8.6			335
Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005		8.7			336

* Não se verifica este item no Exercício 2017 da UFPB.

1.2. Principais Realizações da Gestão do Exercício 2017

Para o ano de 2017, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), norteadas pelas metas e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2014-2018, estabeleceu alguns objetivos estratégicos que serão discutidos na seção 3.1.1. Para cada um dos objetivos estabelecidos elencaremos as principais realizações do exercício de 2017, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Principais Realizações do Exercício de 2017.

Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
Consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).	<p>❖ Graduação: Ações para a melhoria de ensino através de: (i) manutenção dos programas acadêmicos, em especial as bolsas de monitoria e do Programa de Licenciatura (PROLICEN), mesmo no cenário de contingenciamento de recursos; (ii) acompanhamento constante dos Projetos Pedagógicos; (iii) consolidação do estudo sobre retenção e de evasão com vistas ao diagnóstico do problema; (iv) consolidação do processo de avaliação docente pelo discente visando à efetivação de produtivas intervenções pedagógicas.</p> <p>❖ Estrutural: (i) Entrega do novo prédio da Prefeitura Universitária, com uma estrutura moderna, diversas salas, auditório, além de novos computadores e <i>softwares</i>; (ii) parcerias com os órgãos de licenciamento (Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros) com vistas a regularidade documental das diversas obras paralisadas; (iii) redimensionamento da rede elétrica e de lógica de diversos centros acadêmicos; (iv) conclusão da obra para implantação do alimentador próprio para HULW que permitiu a ampliação da carga elétrica em diversos outros setores do <i>campus I</i>.</p> <p>❖ Administrativo: (i) consolidação do processo de modernização de procedimentos através da virtualização de alguns processos; (ii) capacitação dos servidores da PRA; (iii) elaboração do plano de modernização administrativa.</p>
Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização.	<p>❖ Pós-Graduação: (i) acompanhamento e divulgação da avaliação dos resultados da avaliação quadrienal da Capes de 2017 com vistas a elaboração de planos para melhoria dos cursos de pós-graduação;</p>



Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
	<p>(ii) elaboração da proposta de política para internacionalização da pós-graduação.</p> <p>❖ Pesquisa: (i) Aumento do percentual de artigos indexados na Web Science (2013: 33,7 / 2014: 35,3 / 2015: 44,9 / 2016: 45,8);</p> <p>(ii) Realização do Projeto "Retratos da Ciência na UFPB", que trata do registro fotográfico dos Laboratórios de Pesquisa que contam com a participação dos alunos de iniciação científica, com o objetivo de criar um banco de imagens de pesquisa, a ser disponibilizado para a comunidade acadêmica, com previsão de lançamento em 2018;</p> <p>(iii) monitoramento dos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq;</p> <p>(iv) acompanhamento da execução dos convênios do MCTI/FINEP/CT-Infra junto à fundação de apoio.</p> <p>❖ Internacionalização: (i) 75 convênios de colaboração entre a UFPB e outras universidades, já alcançando a meta estipulada para 2018. Também foram assinados termos aditivos para novas modalidades de interação e titulação internacional, como é o caso dos programas de dupla titulação e cotutela de teses doutorais; (ii) aumento do número de estudantes da UFPB e estrangeiros atendidos no PROMOB; (iii) elaboração da política de internacionalização da UFPB.</p>
Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica.	<p>❖ Ações da Assistência Estudantil:</p> <p>(i) Ampliação em mais de 90% o número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês;</p> <p>(ii) melhoria na assistência psicológica dos estudantes da residência universitária;</p> <p>(iii) maior controle dos usuários do restaurante universitário;</p> <p>(iv) reforma do restaurante universitário;</p> <p>(v) divulgação dos editais de seleção no início de período letivo;</p> <p>(vi) consolidação de ações conjuntas PRAPE/COAPE, PRG e as coordenações dos cursos de graduação, visando a um acompanhamento contínuo de todos os alunos assistidos com vistas a estabelecer procedimentos necessários para a permanência destes.</p> <p>❖ Ações da Comissão de Inclusão e</p>



Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
	<p>Acessibilidade:</p> <p>(i) Ação conjunta com a PRG durante o SISU onde foram realizadas as validações dos laudos médicos e feitas as avaliações individuais das demandas metodológicas, didáticas, de equipamentos, pedagógicas e/ou terapêuticas dos 115 estudantes ingressantes;</p> <p>(ii) Foram realizadas ações em todos os campi para comemorar o dia da luta das pessoas com Deficiência durante todo o mês de setembro, sendo realizada uma semana para capacitação do público interno e externo em oficinas de libras, braile, formação docente durante a semana de 25 à 29 de setembro de 2017;</p> <p>(iii) aumento de publicações e um gerenciamento mais efetivo da página institucional (www.ufpb.br/cia) tanto como da página do facebook.</p> <p>(iv) Aumento da divulgação do Vlibras (software desenvolvido na UFPB que possibilita o acesso aos conteúdos da rede de internet através de um avatar que utiliza a Libras na comunicação com comunidade surda.</p>
Promover a interação com o setor produtivo.	<p>❖ Ações do Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP):</p> <p>(i) estabelecimento de parceria com o PLADES, objetivando desenvolver uma agenda de pesquisa com os pequenos municípios paraibanos através da realização de encontros;</p> <p>(ii) ampliação no número de municípios paraibanos atendidos (Quixaba (Sertão), São José do Brejo do Cruz (Alto Sertão), Areia de Baraúnas (Sertão), Coxixola (Cariri Ocidental), Riacho de Santo Antônio (Cariri Oriental) e Parari (Cariri Ocidental)) nos quais foram realizados encontros estratégicos com vistas a inclusão e desenvolvimento social;</p> <p>(iii) manutenção da parceria entre o IDEP/UFPB e a empresa <i>Conductor</i>, líder nacional no setor de tecnologias e soluções em pagamentos;</p> <p>(iv) conclusão dos espaços físicos destinados ao Laboratório de Eficiência Energética (LEENE) e Laboratório de Tecnologia de Solos e Produtos de Origem Vegetal e Animal (LTSPOVA).</p> <p>❖ Ações da Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA):</p> <p>(i) 58 pedidos de patentes depositados;</p>



Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
	<p>(ii) elaboração de um novo formulário de atendimento e atualização dos manuais do inventor;</p> <p>(iii) Participação no Workshop Paraíba Inova, visando articular e prospectar investimentos estruturantes nas áreas de saúde e energia para a Paraíba;</p> <p>(iv) Foram constituídas diretrizes para a atividade de incubação de empresas de base tecnológica na UFPB. O conteúdo foi incorporado na minuta de resolução que foi aprovada no dia 30/11/2017 pelo CONSUNI.</p>
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais.	<p>- SIGRH:</p> <p>(i) Desenvolvimento e implantação de módulo para construção de relatórios para PROGEP;</p> <p>(ii) Análise dos módulos: Dimensionamento de Pessoal, Ponto Eletrônico e Frequência, Concursos; Integração SIAPE.</p> <p>- SIPAC:</p> <p>(i) Implantação dos módulos: Bolsas;</p> <p>(ii) Análise dos módulos: Projetos/Convênios.</p> <p>- SIGAA:</p> <p>(i) Adaptação de Layout e adição de recursos de acessibilidade;</p> <p>(ii) Relatório Individual Docente (RID);</p> <p>(iii) Plano Individual Docente (PID);</p> <p>(iv) Implantação de sistema de controle de acesso físico ao Restaurante Universitário;</p> <p>(v) Disponibilização de app Android de nome SIGAA UFPB Mobile;</p> <p>(vi) Implantação do módulo de ensinos Infantil e Fundamental;</p> <p>(vii) Implantação de recurso de emissão online de Ficha Catalográfica no módulo Biblioteca;</p> <p>(viii) Implantação do módulo Central de Estágios;</p> <p>(ix) Implantação do módulo de Extensão;</p> <p>(x) Análise do módulo de Pesquisa;</p> <p>(xi) Análise do módulo Ouvidoria;</p> <p>(xii) Criação de diplomas/certificados para níveis técnico e Lato Sensu;</p> <p>(xiii) Adição de recurso para importação automática do currículo lattes dos docentes.</p> <p>- SIGPP: Implementação do módulo para o planejamento e gerenciamento de metas.</p>
Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no	<p>❖ Gestão de Pessoas:</p> <p>(i) Levantamento de necessidades de</p>



Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB.	<p>capacitação junto as diversas unidades acadêmicas e administrativas;</p> <p>(ii) 1550 servidores capacitados através do Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores;</p> <p>(iii) Recomposição do banco de professor equivalente que possibilitou a realização de 10 (dez) editais para concurso público para docentes, que resultaram no provimento de 115 vagas do Magistério Superior e 06 do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;</p> <p>(iv) Implantação do Programa de Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo, além de uma matriz estatística que auxilie na distribuição interna dos cargos disponíveis.</p> <p>❖ Qualidade de Vida</p> <p>(i) Consolidação da política de atenção à saúde do servidor e à segurança do trabalho através da contratação de uma empresa para realização dos exames médicos periódicos; (ii) foram realizadas ações de promoção e educação em saúde, por meio do Programa Bem-Estar no Trabalho, com tratamento terapêutico para os servidores oferecido semanalmente de forma gratuita.</p> <p>❖ Saúde e segurança no trabalho</p> <p>Reformulou-se o rol de atribuições e competências a serem desenvolvidas pela equipe técnica da Divisão de Segurança do Trabalho – DIST/CQV/PROGEP.</p>



1.3. Principais Dificuldades da Gestão do Exercício 2017

A seguir elencaremos algumas dificuldades enfrentadas pela UFPB para execução do seu plano estratégico em 2017.

1. **Ensino:** O número de ingressantes na instituição vem sendo afetado sobremaneira devido as regras do SiSu, aliado ao atraso no calendário acadêmico por conta da greve dos docentes dos anos anteriores. Dessa forma, muitos alunos optaram por outras instituições de Ensino Superior ou pelas instituições privadas.
2. **Infraestrutura:** Muitas obras paralisadas não foram retomadas principalmente devido a problemas relacionados aos projetos básicos necessários para a correta elaboração dos processos licitatórios, ajustes orçamentários nos custos, e a emissão de diversas licenças, como as licenças ambientais. Além disso, assim como ocorreu em 2016, os recursos de capital sofreram severas restrições financeiras em 2017.
3. **Pesquisa:** A interrupção de editais externos de fomento à pesquisa (MCTI/FINEP/CT-Infra e Pró-Equipamentos/CAPES), além dos contingenciamentos no orçamento da UFPB já afetam as atividades de pesquisa. Em especial, a expansão da base de pesquisa, com aquisição de novos equipamentos e construção de espaços foi severamente afetada em 2017.
4. **Pós-Graduação:** Algumas atividades da pós-graduação, tais como a composição de bancas com avaliadores externos, convidados externos e o financiamento para participação em eventos, foram afetadas pelo contingenciamento de recursos.
5. **Interação com o setor produtivo:** O bloqueio de recursos destinados à execução das obras do IDEP/UFPB limitou a consolidação da atuação dos laboratórios vinculados ao instituto.



2 VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e competências

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada em 1955 (Lei Estadual nº 1.336, de 02 de dezembro de 1955) e federalizada em 1960 (Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960). No discurso de criação da UFPB, o então governador da Paraíba José Américo de Almeida declarou:

Formai escola no plano cultural e no plano moral. Cada geração que preparardes será portadora desse cabedal, gerando-se, afinal, outro estado d'alma e outra consciência pública. Reconhecendo essa repercussão nos nossos novos destinos, o Estado vos doará a área necessária para a construção da Cidade Universitária. Outros vos darão asas; eu vos dou as raízes. Dou o selo da perpetuidade.

Conforme conclamado pelo seu fundador, ao longo dos 63 anos de história, a UFPB vem contribuindo para o desenvolvimento econômico, humano e sociocultural da Paraíba. Sua contribuição permeia aspectos importantes da sociedade que envolve desde a produção do conhecimento, a formação cidadã e a promoção e a valorização da cultura. Assim, a história recente do povo paraibano é, de alguma forma, ligada a UFPB.

As competências institucionais regulamentadas pelo Estatuto da UFPB estabelecem que as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico da região e do país, visando especificamente:

- I - Desenvolver as ciências, as tecnologias, as letras e as artes;
- II - Formar profissionais nos níveis de educação básica e educação superior;
- III - Prestar serviços à comunidade sob a forma de cursos e treinamentos, de consultoria e de outras atividades de extensão.
- IV - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- V - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- VI - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- VII - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VIII - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- IX - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- X - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ciente do seu papel como promotora do desenvolvimento, a UFPB estabeleceu no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2014-2018, a **missão** de promover a:

Geração e difusão do conhecimento que possa propiciar o desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita interação com os poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais de modo a construir uma sociedade mais justa.

E tem como **visão** ser

Uma universidade comprometida com a excelência acadêmica e com formas gerenciais e organizacionais avançadas e eficazes que possam promover a sua liderança no processo de desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural.

Pelo exposto, evidencia-se que a UFPB assumiu um compromisso social e político, desde a sua fundação, de construir saberes e trabalhar em razão da emancipação humana através do acesso ao conhecimento. Para tanto, é necessário, além da democratização das condições de acesso à universidade, a garantia da permanência e da qualidade na formação profissional, tornando-se necessário o constante aperfeiçoamento dos processos gerenciais e acadêmicos. Certamente estes são os maiores desafios da UFPB no atual contexto econômico do país.

Atualmente a UFPB é a maior instituição de ensino superior do Estado da Paraíba. O Estado possui ainda outras duas universidades públicas, quais sejam: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Em relação à rede privada de ensino superior, o Estado conta com um Centro Universitário e 36 Faculdades.

Com uma estrutura *multicampi*, distribuídos nas cidades de João Pessoa (sede, campus I), Areia (129 km da sede, campus II), Bananeiras (140 km da sede, campus III) e Mamanguape/Rio Tinto (60 km da sede, campus IV), as atividades da UFPB são fundamentadas no preceito constitucional que estabelece a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No ensino, a UFPB oferece 124 cursos de graduação e 111 cursos de pós-graduação em diversas áreas de conhecimento (sendo 05 de Especialização, 58 Mestrados Acadêmicos, 12 Mestrados Profissionais e 36 Doutorados). Na pesquisa, a UFPB possui 562 grupos de pesquisa que comportam 2.084 linhas de pesquisa e mais de 9 mil pesquisadores (estudantes, professores e técnicos). Na extensão, a UFPB conta com ações que buscam promover uma formação cidadã e contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional, além difundir a cultura brasileira através das diversas manifestações artístico-culturais. Algumas dessas atividades, bem como o



dimensionamento da infraestrutura técnica, administrativa e de pessoal disponível na UFPB estão quantificadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensão Acadêmica/Administrativa da UFPB.

Estrutura	Dimensão / quantitativos
Administração Superior	Reitoria, 8 Pró-reitorias, Prefeitura Universitária, Procuradoria Geral, IDEP-UFPB, Agência de Inovação, Assessorias, órgãos suplementares.
Órgãos Deliberativos	Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Social Consultivo e Conselho Curador.
Centros	16 Centros de Ensino.
Alunos Matriculados	38.880, assim distribuídos: 29.237 na Graduação Presencial, 4.265 na Graduação a Distância e 5.378 na Pós-Graduação sendo 4.738 <i>stricto sensu</i> e 640 <i>lato sensu</i> .
Servidores Docentes – 3º Grau	2.672, sendo 2.490 efetivos, 181 substitutos e 1 visitante. Do total de docentes efetivos, 1.899 são doutores, 520 mestres, 50 especialistas e 21 graduados.
Servidores Docentes – 1º e 2º Grau	132 Docentes.
Servidores Técnico-Administrativos em Educação	3.546 do quadro efetivo, sendo 190 de apoio, 2.172 de nível médio, 1.184 de nível superior, além de 1.258 terceirizados.
Graduação	124 cursos, sendo 113 presenciais e 11 a distância.
Pós-Graduação	111 Cursos, sendo 05 de Especialização, 58 de Mestrado Acadêmico, 12 Mestrado Profissional e 36 de Doutorado.
Ensino Médio	02 Escolas de Ensino Médio e Profissionalizante: Escola Técnica de Saúde (CCS) e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CCHSA).
Extensão	821 ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e produtos), envolvendo 1.503 professores, 3.849 discentes e 398 técnicos administrativos.
Pesquisa	562 grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, com 2.084 linhas de pesquisa, que envolvem 3.421 pesquisadores, 287 técnicos, 5.493 estudantes e 81 colaboradores estrangeiros.
Tecnologia da Informação	1 Superintendência de Tecnologia da Informação.
Núcleos de Pesquisa e extensão	34 núcleos envolvendo pesquisa e extensão nas diversas áreas de conhecimento.
Bibliotecas	1 Central e 21 Setoriais.
Superintendência de Comunicação Social (SCS)	1 TV Universitária (TV UFPB), 1 Rádio Universitária, 1 Unidade de Produção (UPA), 1 Agência de Notícias.
UFPB Virtual	Laboratório de Desenvolvimento Multimídia Interdisciplinar (LDMI).
Editora	1 Editora e 1 Livraria



Hospitais	1 Hospital Universitário (Lauro Wanderley). 1 Hospital Veterinário (<i>campus</i> Areia).
Restaurantes	4 Restaurantes que ofertaram 5.037 refeições/dia.
Residências	34 residências universitárias distribuídas nos <i>campi</i> I, II, III e IV (incluindo prédios, casas e blocos).
Teatros, Sala de Concerto e de Cinema	2 Teatros: Lima Penante, em João Pessoa, e o Teatro Minerva (administrado pela UFPB), em Areia. 1 Sala de concerto: Sala de Concerto Radegundis Feitosa. 1 Sala de cinema: Cine Aruanda. 1 Casa de Cultura Hermano José.

A produção acadêmica-científica da UFPB no ano de 2017 é mostrada na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados da produção acadêmica na UFPB em 2017

PRODUÇÃO ACADÊMICA ¹	QUANTITATIVO
Produção bibliográfica	
Artigos completos publicados em periódicos	2.077
Livros produzidos (obra completa, capítulo de livros, verbetes e outros)	1.061
Trabalhos em anais de eventos (trabalho completo, resumo expandido e resumo)	1.662
Demais tipos de produção bibliográfica	177
Produção Técnica	
Serviços técnicos	627
Cursos de curta duração	164
Trabalhos apresentados	1.064
Editoria	307
Produtos desenvolvidos	19
Aplicativos desenvolvidos	23
Material didático desenvolvido	79
Técnica desenvolvida	5
Programas de rádio ou TV	164
Patentes	47
Organização de eventos	227
Relatório de pesquisa	37
Produção artística	
Artes visuais	60
Artes cênicas	11
Música	1
Outros	4

Fonte: Plataforma Sucupira, fornecidos pela Propesq.

¹ Todos os dados de Produção são referentes ao ano de 2016, uma vez que a Coleta de Informações referentes ao ano de 2017 ainda se encontra aberto (até o dia 28/02/2018) para inserção de dados na Plataforma Sucupira da CAPES. Os dados de Produção referentes ao ano de 2017 deverão estar abertos para consulta em meados de março, à depender de liberação por parte da CAPES.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento

O primeiro processo de expansão da UFPB ocorreu no decorrer da década de 1960, com a incorporação da Escola de Agronomia do Nordeste, localizada na cidade de Areia, e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, sediado na cidade de Bananeiras.

No início de 2002, a Universidade Federal da Paraíba passou pelo desmembramento de 4 (quatro), dos seus 7 (sete) *campi*, localizados nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede e foro na cidade de Campina Grande. A UFPB ficou composta legalmente, a partir de então, pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras. A UFCG incorporou os *campi* de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza com seus respectivos patrimônios, quadros de pessoal, cargos funcionais ocupados e vagos, cargos de direção e funções gratificadas, cursos e corpo discente.

A partir de 2005, a UFPB passou por um processo de reestruturação e expansão, conforme cronologia apresentada a seguir:

- **2005:** foi elaborada a proposta de criação de mais um *campus*, no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, oficializada pela Resolução 05/2006 do CONSUNI. Seguido da criação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), pela Resolução 06/2006 do CONSUNI.
- **2007:** foi criado o Centro de Ciências Médicas (CCM), por meio da resolução 21/2007 do CONSUNI, desmembrando o curso de medicina dos demais cursos da área de saúde integrantes do CCS.
- **2008:** o Centro de Formação de Tecnólogo (CFT) no *campus* III da UFPB, passou a ser denominado de Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) III, sediado na cidade de Bananeiras.
- **2009:** foi criado o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) por meio da resolução 04/2009 do CONSUNI.
- **2010:** foram criadas duas novas Pró-reitorias: a) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) - resolução 28/2010 do CONSUNI; b) Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) - resolução 29/2010 do CONSUNI.
- **2011:** foram criados 04 novos centros acadêmicos: a) Centro de Informática (CI) - resolução 25/2011 do CONSUNI; b) Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR) - resolução 27/2011 do CONSUNI, c) Centro de Biotecnologia da UFPB (CBiotec) - resolução 31/2011 do CONSUNI, d) Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - resolução 43/2011 do CONSUNI. Também foi criado o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP-UFPB) por meio da resolução 32/2011 do CONSUNI.
- **2013:** foi criada a Superintendência de Tecnologia de Informação (STI), como órgão auxiliar de Direção Superior da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, em substituição ao Núcleo de Tecnologia da Informática (NTI) e aprova seu Regimento, por meio da resolução 40/2013 do CONSUNI. Também foi criada a Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA) através da resolução 41/2013 do CONSUNI, como órgão suplementar.
- **2014:** foram criados os seguintes órgãos suplementares vinculados à reitoria: a) o Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IpeFarM-UFPB) através da resolução 15/2014 do



CONSUNI, b) o Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS) por meio da resolução 04/2014 do CONSUNI.

- **2015:** foi criado, como órgão suplementar, o Instituto Paraibano de Envelhecimento da UFPB (IPE-UFPB) através da resolução 22/2015 do CONSUNI; e, o órgão auxiliar ligado à reitoria, a Superintendência de Comunicação Social (SCS) por meio da resolução 05/2015 do CONSUNI.
- 2016:** foi criado, como órgão suplementar, o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Laboratório de Combustíveis e Materiais – LACOM.
- 2017:** **(i)** foi alterado o Regimento da Reitoria da UFPB, através da Resolução CONSUNI 01/2017 que criou a Pro-Reitoria de Pesquisa; **(ii)** foram criados o Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão – LIEP, da UFPB, e o Núcleo de Educação Emocional (NEEMOC), sob responsabilidade do Centro de Educação, por meio, respectivamente das Resoluções CONSUNI Nº 002/2017 e Nº 006/2017; **(iii)** foi extinto o Campus V da UFPB, sendo criada a Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, pertencente ao Campus I; **(iv)** foi criado o curso bacharelado em Biomedicina vinculado ao Centro de Ciências da Saúde, **(v)** foi regulamentado o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Planejamento-PROPLAN (Resolução Nº 016/2017 do CONSUNI); **(vi)** foi criado o Regimento Interno do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), por meio da resolução 019/2017 do CONSUNI; **(vii)** foi estabelecida a metodologia para elaboração do Novo Estatuto da UFPB (Resolução 17/2017 do CONSUNI).

2.3 Ambiente de atuação

A UFPB oferece cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pós-graduação *lato sensu*, cursos técnicos em nível médio, além de desenvolver atividades de pesquisa científica, de extensão e de inovação tecnológica. Há um esforço continuado para que os produtos e os serviços ofertados pela UFPB sejam de elevado nível de qualidade.

As atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB abrangem todas as áreas de conhecimento, conforme estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), quais sejam: Ciências Exatas e da Natureza; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; além de outras de caráter multidisciplinar tais como Meio Ambiente, Tecnologias, Gestão, Biotecnologia e Ciências Ambientais.

A partir da adoção do Sisu como forma de ingresso na instituição, a UFPB passou a concorrer com todas as outras universidades públicas do país que aderiram ao sistema. Deste modo, o empenho da instituição em busca da manutenção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão são fatores chave para que os alunos escolham a UFPB como a instituição desejada para cursar o ensino superior.

No tocante à pós-graduação (*Stricto e Lato sensu*), a UFPB conta atualmente com 111 cursos de pós-graduação em funcionamento, sendo 05 de especialização (*Lato sensu*), 58 mestrados e 36 doutorados, além de 12 mestrados profissionais. Os cursos de Pós-Graduação ofertados pela UFPB abrangem todas as 9 grandes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias-13; Ciências Biológicas-4; Ciências da Saúde-18; Ciências Exatas e da Terra-10; Ciências Sociais Aplicadas-17; Engenharias-10; Ciências Humanas-18; Linguística, Letras e Artes- 10, Multidisciplinar-6.

De acordo com os dados da Plataforma Lattes (2018), a UFPB possui 3.421 pesquisadores distribuídos em 562 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq que atuam em 1.897 linhas de pesquisa. A base de pesquisa ainda envolve 287 técnicos, 5.493 estudantes e 81 colaboradores estrangeiros. A capacidade de pesquisa da instituição é bastante fortalecida pela participação de 498 bolsistas de produtividade em pesquisa e tecnologia do CNPq, que atuam em todas as grandes áreas do conhecimento.

No contexto científico e tecnológico, a UFPB se destaca pelo desenvolvimento em diversas áreas, hoje consideradas estratégicas, tais como: geração alternativa de energia, com destaque para o biodiesel e gás natural, desenvolvimento de materiais nanométricos, fármacos e medicamentos, biotecnologia, química medicinal, entre outras. Estes últimos itens foram bastante fortalecidos com a criação do Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IpeFarM-UFPB), em 2014, que tem como missão produzir e caracterizar fármacos e medicamentos naturais e sintéticos, desenvolver ensaios e realizar estudos clínicos de medicamentos.

No que se refere a inovação tecnológica, a UFPB avançou significativamente com a criação da Agência UFPB de Inovação (INOVA), que tem como missão planejar, coordenar e controlar as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubadoras de empresa de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB. Com a



criação da INOVA em 2013, vem sendo observado um aumento no registro de depósito de patentes ao longo dos anos. De acordo com *Ranking* Universitário da Folha referente ao Depósitos de propriedade intelectuais, em 2017 a UFPB ocupou a 21ª colocação, com avanço de quatro posições em relação ao ano anterior. Já de acordo com o INIPI, a UFPB ocupa a 7ª colocação no ranking de depositantes de patentes e invenções.

No âmbito regional, é importante ressaltar as ações voltadas para a região do semiárido nordestino, buscando o desenvolvimento sustentável, como produção de caprino-ovinocultura, abelhas africanizadas, cunicultura, entre outras.

No contexto social ressaltam-se as ações de extensão como o “Projeto UFPB em seu Município” que possuía parceria com 55 municípios na Paraíba, com vistas a auxiliar os gestores na busca por ações de combate à pobreza a partir do desenvolvimento de incubadoras de cooperativas, ao analfabetismo, à otimização de mecanismos gerenciais de captação de recursos, dentre outras ações.

2.4 Organograma

A estrutura organizacional da UFPB, regulamentada pelo seu Estatuto e Regimento, é composta pelos seguintes órgãos:

- Assembleia Universitária;
- Órgãos de administração superior:
 - Conselho Universitário – CONSUNI;
 - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;
 - Conselho Curador;
 - Conselho Social Consultivo;
 - Reitoria;
- Órgãos de administração setorial:
 - Deliberativos: Conselho de Centro, Conselho Departamental, Colegiado de Curso;
 - Executivos: Diretoria, Chefias Departamentais, Coordenações de Curso;
- Órgãos suplementares:
 - Prefeitura Universitária (PU);
 - Biblioteca Central;
 - Superintendência de Tecnologia da Informação (STI);
 - Editora Universitária (EDU);
 - Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW);
 - Núcleos de Pesquisa e Extensão, criados por resoluções do CONSUNI;
 - Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP);
 - Agencia UFPB de Inovação (INOVA);
 - Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS);
 - Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IpeFarM-UFPB);
 - Instituto Paraibano de Envelhecimento da UFPB (IPE-UFPB);
 - Superintendência de Comunicação Social (SCS).

No que se refere ao rol de responsáveis da UFPB, em observância ao que estabelece Art.10 da Instrução Normativa TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010 que regulamenta a definição deste item, bem como o Art. 47 § 1º e 2º do Estatuto da UFPB que trata da administração descentralizada dos *campi*, além de entendimento do próprio TCU (itens 58 a 64 Acórdão nº 2910/2016 – TCU – 1ª Câmara), na Figura 1 é mostrado o Organograma Simplificado da UFPB contendo apenas o Rol dos Responsáveis. Nesta figura temos o CONSUNI, como órgão deliberativo, reitor e vice-reitor, Pró-reitorias, Prefeitura Universitária (*campus* I), Hospital Universitário Lauro Wanderley, as unidades gestoras de recursos e os centros acadêmicos dos *campi* II, III e IV (CCA, CCHSA e CCAE) localizados nas cidades da Areia, Bananeiras e Mamanguape/Rio Tinto, respectivamente. O Organograma completo da UFPB é mostrado na Figura 2.



2.4.1 Organograma Simplificado – Rol de responsáveis.

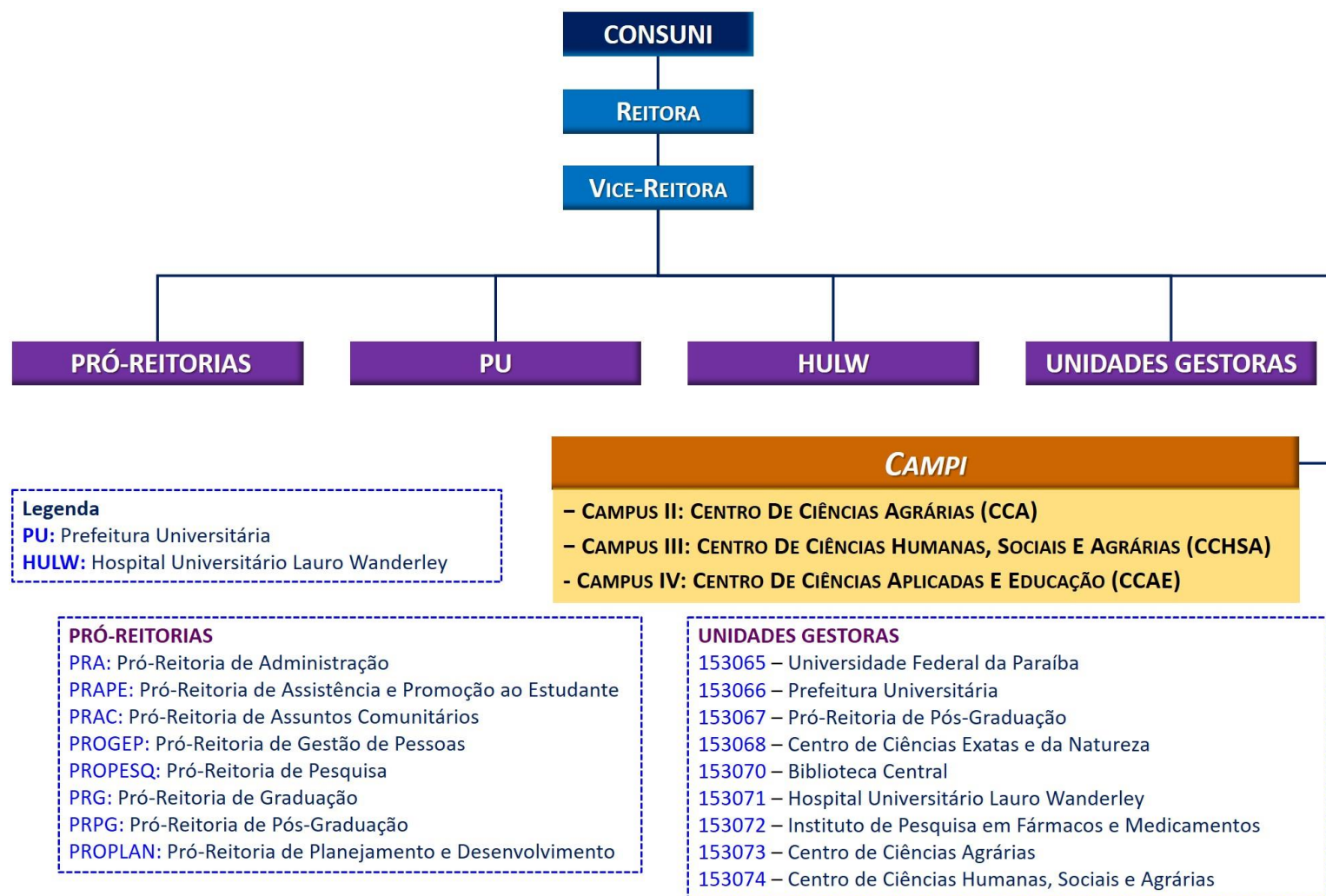


Figura 1 – Organograma Simplificado.

2.4.2 Organograma Completo

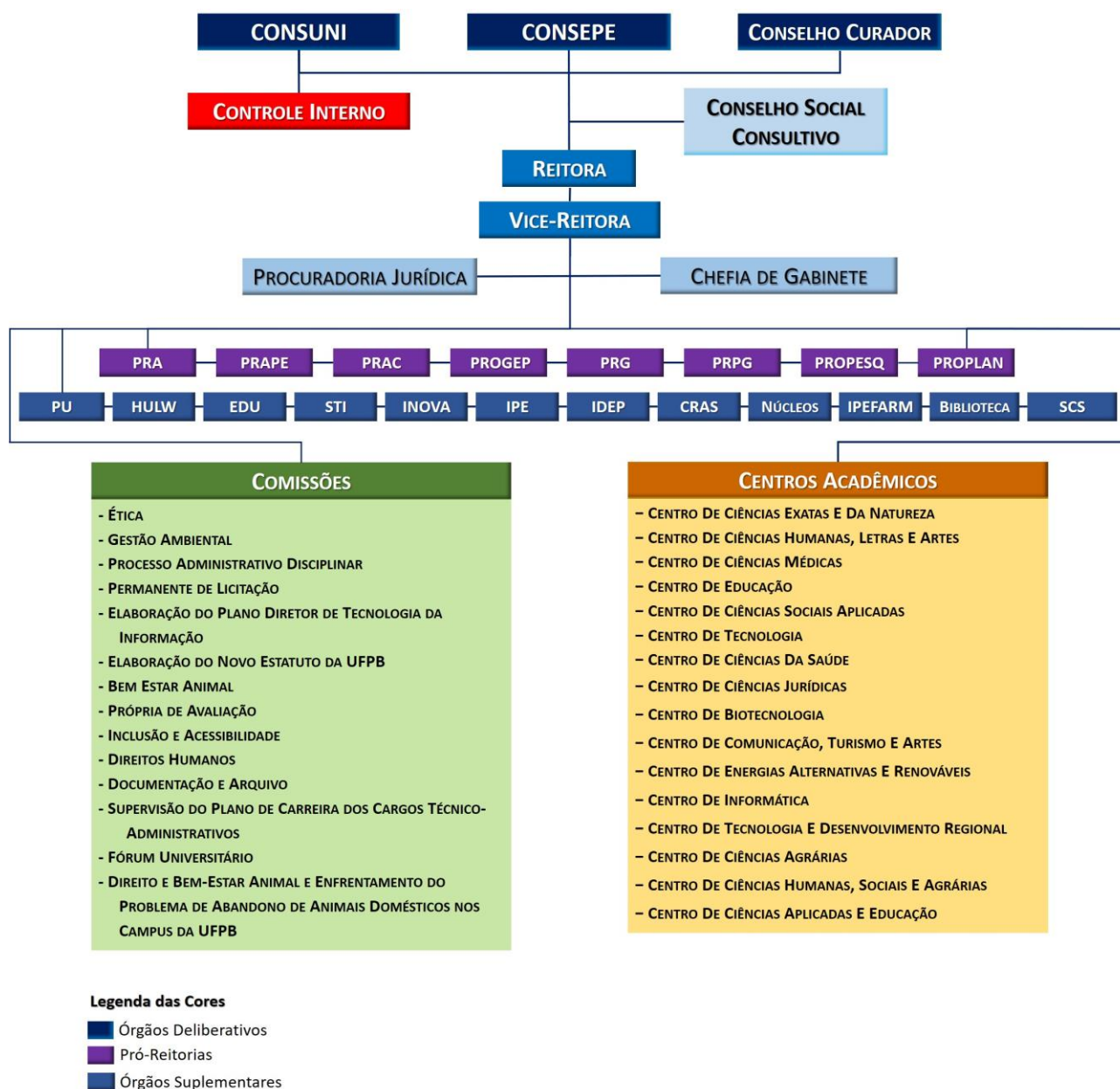


Figura 2 – Organograma Completo



2.4.3 Composições e Competências

No Quadro 4 é mostrado a relação com as áreas e subunidades estratégicas da gestão da UFPB, com as respectivas competências e os nomes dos titulares. Os *links* para o acesso a composição dos Conselhos (CONSUNI, CONSEPE e CURADOR) são mostradas no Quadro 5. A relação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão da UFPB aprovados pelo CONSUNI é mostrada no Quadro 6.

Quadro 4 – Áreas e subunidades estratégicas da gestão na UFPB, com as respectivas competências e os titulares.

Áreas/ Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
CONSUNI	Órgão deliberativo superior em matéria de política geral da universidade.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Presidente	13/11/2012
CONSEPE	Órgão deliberativo superior em matéria de natureza acadêmica.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Presidente	13/11/2012
CURADOR	Órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade.	Jozemar Pereira dos Santos	Presidente	11/11/2014
Controle Interno	Órgão técnico de controle da Universidade Federal da Paraíba que funciona junto ao Conselho Universitário.	Ram Anand Gajadhar	Coordenador	24/03/2015
REITOR	A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Reitora	13/11/2012
VICE-REITOR	É o principal colaborador do Reitor em tarefas de caráter permanente da Universidade e compete: substituir o Reitor em suas faltas e impedimentos e exercer atividades de supervisão e de coordenação administrativa na Universidade, que lhe sejam delegas pelo Reitor.	Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Vice-Reitora	22/11/2016
Procuradoria Jurídica	Responsável pela representação jurídica da Universidade e tem por finalidade prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da	Carlos Octaviano de Medeiros Manguiera	Procurador Federal	15/04/2013



Áreas/ Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
	administração superior da Instituição, bem como defender os interesses da Universidade em juízo.			
Chefia de Gabinete	Planejar, organizar e supervisionar a execução dos trabalhos a cargo do setor	Aline Nadege de Menezes Sá Monte	Chefe de Gabinete	13/11/2012 até 20/03/2017
		Raimundo Barroso Cordeiro Júnior		21/03/2017
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da Universidade.	Francisco Ramalho de Albuquerque	Pró-Reitor	13/11/2012
Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN)	Instância responsável pelos assuntos referentes à gestão do planejamento da instituição.	Elizete Ventura do Monte	Pró-Reitora	01/12/2016
Pró-Reitoria Administrativa (PRA)	Órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegada pelo Reitor nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares.	Aluísio Mario Lins Souto	Pró-Reitor	05/05/2015
Pró-Reitoria de Graduação (PRG)	Tem a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal da Paraíba.	Ariane Norma de Menezes Sá	Pró-Reitora	13/11/2012
Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)	Órgão que se destina à formação ampla e aprofundada de profissionais para atuarem na elaboração e difusão do saber filosófico, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e na produção e difusão do conhecimento.	Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer Feitosa	Pró-Reitora	05/01/2017
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – (PRAC)	Órgão auxiliar de direção superior cujo titular exerce suas funções por delegação do Reitor.	Orlando de Cavalcanti Villar Filho	Pró-Reitor	13/11/2012



Áreas/ Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Pró- Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)	Órgão auxiliar de direção superior incumbido de propor, planejar, coordenar, controlar, executar e avaliar as políticas de pesquisa científica e tecnológica mantidas pela Universidade.	Isac Almeida de Medeiros	Pró-Reitor	02/01/2017
Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)	Planejar, coordenar e controlar em nível de direção superior, as atividades de assistência e promoção ao estudante.	João Wandemberg Gonçalves Maciel	Pró-Reitor	01/12/2016
Prefeitura Universitária (PU)	Colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos <i>campi</i> da Universidade.	João Marcelo Alves Macedo	Prefeito	02/12/2016
Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)	Órgão suplementar de apoio aos serviços de saúde na Universidade.	Arnaldo Correia de Medeiros	Superintendent e	19/12/2013 até 25/10/2017
		Flávia Cristina Fernandes Pimenta		26/10/2017
Editora Universitária (EDU)	Órgão suplementar de apoio à produção gráfica na Universidade.	Izabel Franca de Lima	Diretora	28/02/2013
Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	Prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que apoiem a UFPB no desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmico-administrativa e serviços à comunidade.	Hermes Pessoa Filho	Diretor Chefe	01/12/2016
Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA)	Planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubações de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB.	Petrônio Filgueiras de Athayde Filho	Diretor Presidente	02/12/2016
Instituto de	Produzir, disseminar e promover a aplicação de	Otávio Machado Lopes de	Presidente	01/12/2016



Áreas/ Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Desenvolvimento da Paraíba (IDEP)	conhecimento científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba.	Mendonça		
Biblioteca Central	Tem a seu cargo a coleta, tratamento, armazenamento, processamento, recuperação e disseminação de informações, para apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.	Maria de Fátima dos Santos Alves	Diretora	01/12/2016
Centro de Biotecnologia (CBIOTEC) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Valdir de Andrade Braga	Diretor	01/11/2012
Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Ilerê Maria de Lucena Rosa	Diretora	21/04/2013 até 20/04/2017
		José Roberto Soares do Nascimento	Diretor	21/04/2017
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Mônica Nóbrega	Diretora	22/04/2013
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Fredys Orlando Sorto	Diretor	26/01/2017
Centro de Ciências Médicas (CCM) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Eduardo Sergio Soares Sousa	Diretor	01/10/2013



Áreas/ Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Centro de Ciências da Saúde (CCS) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	João Euclides Fernandes Braga	Diretor	26/01/2017
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Walmir Rufino da Silva	Diretor	25/06/2013
Centro de Educação (CE) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Wilson Honorato Aragão	Diretor	26/01/2013
Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA)- Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	José David Campos Fernandes	Diretor	03/11/2016
Centro de Energias Alternativas e renováveis (CEAR) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Zaqueu Ernesto da Silva	Diretor	03/11/2012
Centro de Informática (CI)- campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Hamilton Soares da Silva	Diretor	01/11/2016
Centro de Tecnologia (CT) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Antônio de Mello Villar	Diretor	01/12/2012



Áreas/ Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – (CTDR) – campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	José Marcelino Oliveira Cavaleiro	Diretor	01/11/2016
Centro de Ciências Agrárias (CCA) – campus II	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Djail Santos	Diretor	25/01/2013 até 24/01/2017
		Manoel Bandeira de Albuquerque	Diretor	25/01/2017
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) – campus III	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Terezinha Domiciano Dantas Martins	Diretora	25/01/2013
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE) – campus IV	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin	Diretora	07/01/2015



Quadro 5 – Link para a página *web* com a composição dos Conselhos Superiores da UFPB.

Conselhos	Link para a composição
CONSUNI	http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/consuni/composicao
CONSEPE	http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/consepe-1/composicao
CURADOR	http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/conselho-curador/composicao

Quadro 6 – Relação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão criados pelo CONSUNI (1997-2017).

Resolução	Nome do Núcleo
006/2017	Núcleo de Educação Emocional (NEEMOC), sob a responsabilidade do Centro de Educação.
021/2016	Núcleo de Pesquisa e Extensão: Laboratório de Combustíveis e Materiais/ LACOM
019/2016	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética e Cuidados Paliativos
016/2014	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR
033/2013	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES)
031/2012	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia no Território da Borborema – cultivando saberes, alimentando a vida – aprendendo e ensinando uma nova lição (NUEPEA).
024/2012	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Deficiência Física e Desenvolvimento Infanto-juvenil-NESDI
021/2012	Núcleo de Produção em Comunicação e Artes (NPCA)
007/2012	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas- NEABI
049/2011	Núcleo de Extensão Multidisciplinar para o Desenvolvimento Rural (NEMDR)
028/2011	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Aplicações de Vídeo Digital-LAVID
027/2010	Núcleo de Prática Jurídica
028/2009	Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Fisioterapia e Saúde (NEPEFIS)
023/2009	Laboratório de Estudos Ambientais-LEA
014/2007	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética (NEPB)
021/2006	Núcleo de Pesquisa em Ciências do Movimento Humano
009/2006	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH
017/2004	Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres - NEUD.
010/2003	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM.
012/2001	Núcleo de Estudos em Saúde Coletivo - NESC, do CCS.
002/1998	Núcleo de Educação Especial - NEDESP.
032/1997	Núcleo de Documentação Cinematográfica - NUDOC.
031/1997	Núcleo de Arte Contemporânea - NAC.
030/1997	Núcleo de Teatro Universitário - NTU.
029/1997	Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários - NELL.
028/1997	Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUPPA.
027/1997	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular - NUPPO.
026/1997	Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja - NEMS.



Resolução	Nome do Núcleo
024/1997	Núcleo de Medicina Tropical - NUMETROP.
023/1997	Regulamento do Núcleo de Energia - NERG.
021/1997	Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade - NIETI.
020/1997	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR.
014/1997	Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas - NEPHF.

Fonte:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=628366E07F70CE1F87580B0E2C18D682.sistemas-a

(Acessado em 18/03/2018).



2.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da UFPB são orientados através do seu Estatuto (Art. 3º) que estabelece que: “A Universidade, através de suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico da região e do país...” Dessa forma, e em consonância com a missão institucional da UFPB mencionada na seção 2.1, os macroprocessos finalísticos da UFPB podem ser agrupados nas atividades de Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Uma breve descrição desses macroprocessos, com as respectivas unidades responsáveis é mostrada no Quadro 7. O detalhamento de cada um dos macroprocessos é mostrado nos **Quadro 8** ao **Quadro 11**.

Quadro 7 – Macroprocessos Finalísticos - Resumo Geral.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Envolve desde o planejamento pedagógico do curso, seleção, ingresso até a diplomação. No nível de graduação envolve também as ações para melhoria do ensino e as políticas para minimizar a retenção e evasão. No nível de pós-graduação envolve a elaboração da proposta à ser submetido à CAPES e ações que melhorem o nível dos cursos nos processos de avaliação.	Formação de profissionais qualificados profissionalmente e cidadãos capazes de atender aos anseios e desafios da sociedade. Níveis: graduação, pós-graduação e técnico.	Sociedade	PRG, PRPG e Centros Acadêmicos
Pesquisa	Acompanhamento dos grupos e linhas de pesquisa, seleção de projetos de pesquisa e a captação de recursos externos. Envolve também o desenvolvimento de políticas internas para financiar pesquisas e aumentar a produção científica, além da captação de recursos externos.	Elaboração e acompanhamento de projetos institucionais, produção científica, além da divulgação e disseminação do conhecimento através da participação em eventos.	Sociedade	Propesq e Centros Acadêmicos
Extensão	Tem por finalidade planejar e desenvolver	Difusão do conhecimento	Sociedade,	PRAC, Centros



Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	ações de extensão através da seleção de projetos, programas, celebração de convênios e captação de recursos externos.	produzido na UFPB através de ações culturais, cursos, eventos, estabelecimento de convênios e parcerias, etc.	comunidade local	Acadêmicos, núcleos

2.5.1 Ensino

A UFPB oferece cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação nos níveis de mestrado, doutorado e especialização em diversas áreas de conhecimento. As atividades neste campo são norteadas pelas diretrizes curriculares deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação. No Quadro 8 e Quadro 9 são mostrados os processos, produtos e serviços ofertados para o Ensino de Graduação e Pós-Graduação da UFPB, respectivamente, bem como o setor responsável pela atividade e público alvo.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Graduação

Objetivo: propor políticas acadêmicas, planejar e coordenar as atividades de ensino da graduação da UFPB.

Quadro 8 – Macroprocessos Finalísticos – Ensino – Graduação.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
1. Coordenar a área de escolaridade da graduação.	Programação acadêmica, cadastro, registro acadêmico e diplomação.	Cadastramento e matrícula de alunos; acompanhamento acadêmico; cadastro de disciplinas; emissão de documentos e diplomas; gestão de processos seletivos para acesso aos Cursos de Graduação da UFPB.	Estudantes; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação; egressos de cursos de graduação.	Coordenação de Escolaridade (CODESC/PRG)



2. Coordenar a área de currículos e programas.	Planejamento, supervisão e controle da escolaridade na área de graduação.	Acompanhamento na criação de novos Cursos de Graduação, análise e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos; análise e parecer em processos de dilatação de prazo de conclusão de curso e de abreviação de cursos de graduação; Coordenação do Programa de Licenciaturas/ PROLICEN.	Estudantes, docentes; coordenações de cursos de graduação.	Coordenação de Currículos e Programas (CCP/PRG)
3. Coordenar ações para melhoria de ensino, processos de regulamentação dos cursos de graduação junto ao E-MEC, coordenar as atividades do COMFOR e PET.	Elaboração e acompanhamento das ações para melhoria do ensino, cadastro de regulação dos cursos de graduação, acompanhamento de cadastro dos alunos no ENADE, coordenação de projetos de ensino.	Acompanhamento de avaliação institucional e de cursos pelo E-mec; acompanhamento do cadastramento pelos cursos do ENADE; acompanhamento de processos visando à melhoria da formação do estudante; Programa de Educação Tutorial (PET); acompanhamento de processos de avaliação dos cursos; Coordenação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada (COMFOR).	Estudantes; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação; egressos de cursos de graduação.	Comissão Permanente de Melhoria do Ensino (CPME/PRG)
4. Coordenar as áreas de estágio e monitoria.	Acompanhar e regularizar os estágios obrigatórios e não obrigatórios; administrar os projetos de monitoria.	-Análise dos processos de estágio (termos de Compromisso, Planos de Atividades, questões pedagógicas relativas aos convênios, planilhas de alunos segurados); -Elaboração e encaminhamento de folhas de pagamento de alunos que atuam no Programa Bolsa-Estágio da UFPB; -Selecionar e administrar projetos de monitoria (contratação de monitores, elaboração de folhas de pagamento).	Estudantes; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação.	Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM/PRG)



5. Coordenar programas acadêmicos e bolsas.	Coordenação do Programa de Tutoria (PROTUT) e do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).	-Selecionar e administrar projetos dos programas acadêmicos, implantar as bolsas, elaborar as folhas de pagamento.	Estudantes e docentes.	Gabinete da PRG
6. Coordenar o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LIEPE)	Coordenação de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão dos cursos de graduação em licenciatura na área de ensino da UFPB	-Selecionar e administrar projetos dos programas acadêmicos de iniciação pedagógica, científica e tecnológica, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino da educação básica do estado da Paraíba, a partir de iniciativas da UFPB.	Estudantes universitários e de educação básica; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação	Gabinete da PRG

FONTE: PRG.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação

Objetivo: propor políticas acadêmicas, planejar e coordenar as atividades de ensino da pós-graduação da UFPB.

Quadro 9 – Macroprocessos Finalísticos – Ensino de Pós-Graduação.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
1. Planejar, coordenar e controlar os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFPB nos seus dois níveis, mestrado (acadêmico e profissional)	-Criação de novos programas de pós-graduação nos níveis de mestrado (ME) e de doutorado (DO), além de fomento às ações de solidariedade dos programas através de oferta de Mestrado e Doutorado Interinstitucional	-Discutir com centros e departamentos a criação de novos cursos e programas de Pós-Graduação; -Apoiar a elaboração de projetos de novos cursos e programas de Pós-Graduação,	-Egressos de curso de graduação da UFPB, de outras IES brasileiras, estrangeiros e profissionais. Estudantes e profissionais de setores públicos e privados. -Coordenadores de Programas e Cursos de Pós-Graduação e	CAAPG/PRPG



Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação

Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
doutorado.	(MINTER e DINTER). -Acompanhamento dos processos de desenvolvimento dos programas de pós-graduação com vistas à avaliação em conformidade com o Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG.	bem como a tramitação de processos junto às instâncias acadêmicas; -Acompanhar os processos de criação de novos programas de pós-graduação e viabilizar respostas segundo as demandas da CAPES em relação aos processos de aprovação de cursos e programas; -Acompanhar, juntamente com os coordenadores, o andamento das atividades acadêmicas e gerenciais dos programas de pós-graduação de modo a mantê-los, consolidá-los e promovê-los à excelência.	demais Docentes da UFPB e de outras IES do país. -Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB.	
2. Planejar, coordenar e monitorar processos relacionados aos cursos de pós-graduação Lato	-Criação de novos programas de novos cursos de especialização e residências. -Acompanhamento dos processos	Acompanhamento dos Cursos de especialização e residência no que concerne à elaboração e análise de projetos, acompanhamento nas	-Egressos da UFPB e de outras IES do Brasil e de outros países; -Alunos de graduação da UFPB;	CAAPG/PRPG



Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação

Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Sensu na UFPB.	de desenvolvimento dos cursos da modalidade Lato Sensu em conformidade as normas da UFPB e do Conselho Nacional de Educação.	instâncias colegiadas, acompanhamento da execução dos cursos aprovados.	-Profissionais de setores público e privados.	
3. Planejar, executar e monitorar processos de qualificação-capacitação de docentes e técnicos administrativos pertencentes ao quadro de servidores da UFPB.	Elaboração, junto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) diretores e assessores de ensino o plano de qualificação institucional-PQI de docentes e técnicos da UFPB.	-Análise e acompanhamento, mediante relatórios, dos docentes e técnicos envolvidos em processo de capacitação; -Planejar, executar as ações pertinentes ao Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB – PQI.	Docentes e servidores técnicos administrativos pertencentes ao quadro da UFPB.	PROGEP PRPG (APOIO)
4. Coordenar processos de reconhecimento de títulos obtidos em IES estrangeiras.	Planejamento, execução, acompanhamento e análise de processos relacionados ao reconhecimento de diplomas de ME e DO obtidos em IES estrangeiras	Análise de processos de pedidos de reconhecimento de diplomas obtidos em IES estrangeiras e envio aos programas de pós-graduação para julgamento do mérito.	Interessados da UFPB e das demais unidades da federação.	COAPG/PRPG
5. Coordenar processos de certificação de cursos	Planejar, executar e acompanhar processos relacionados a pedidos	Análise de processos de pedidos de expedição de	Alunos que defenderam dissertação ou tese em	COAPG/PRPG



Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	de expedição de diplomas de pós-graduação de egressos dos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPB.	diplomas obtidos em cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPB.	Programas de Pós-graduação da UFPB.	
6. Promover ações de formação conjunta entre o ensino de graduação e ensino de pós-graduação.	Planejar, desenvolver e acompanhar, junto com as coordenações, estratégias de formação articuladas entre o ensino de pós-graduação e o ensino de graduação.	Acompanhamento de análise de processos de estágios de docência e de outras atividades que promovam, de forma articulada, a formação em nível da graduação.	Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB.	CAAPG/PRPG PRG

FONTE: PRPG.

PARCEIROS EXTERNOS: Os principais parceiros externos para a consecução dos Macroprocessos Finalísticos da Pós-graduação são os seguintes:

1) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs, agência ligada ao Ministério da Educação-MEC.

A parceria com a CAPES se dá institucionalmente, através do fomento e avaliação das ações atinentes à pós-graduação brasileira. Neste sentido, a parceria estabelecida com a CAPES ocorre, sobretudo, através da concessão de bolsas em diferentes modalidades (Mestrado, Doutorado, Doutorado-Sanduiche no exterior, pós-doutorado, entre outras). Além disso, fomenta itens de custeio, através do Programa de Apoio à Pós-Graduação-PROAP/CAPEs, específica para atividades intimamente vinculadas com os programas de pós-graduação institucionais.

2) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ, agência ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações-MCTIC.

A parceria com o CNPQ se materializa através do fomento a Projetos de pesquisas, bolsas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, entre outras modalidades, diretamente com os pesquisadores e coordenadores de pós-graduação.



3) FAPESP – A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, em parceria com a CAPES em conformidade com o edital 003/16 FAPESP/CAPES e promoveu a concessão de cotas de bolsas de mestrado e doutorado acadêmico para a UFPB.

2.5.2 Pesquisa

O macroprocesso finalístico relacionado à Pesquisa da UFPB tem como objetivo a elaboração, gerenciamento e acompanhamento dos projetos institucionais, coordenação dos programas de iniciação científica, apoio e acompanhamento da produção científica e dos grupos de pesquisa da Universidade. No Quadro abaixo são detalhados os processos, serviços e demais informações relacionadas as atividades da Pesquisa na UFPB.

Quadro 10 – Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa.

Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
1. Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica da instituição.	Acompanhar, administrar e coordenar os Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica da instituição, tais como PIBIC, PIVIC, PIBITI, PIBIC-AF, PIBIC-EM.	<ul style="list-style-type: none">- Editais para seleção de projetos de pesquisa da Iniciação Científica;- Concessão e implantação de bolsas de iniciação científica;- Gestão das bolsas de iniciação científica do CNPq e da UFPB;- Acompanhamento dos projetos de iniciação científica;- Encontro anual de iniciação científica.- Publicação dos Anais do ENIC e da Série Iniciados.	Docentes e discentes da UFPB, estudantes do ensino médio.	CGPAIC/Propesq



Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa

Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
2. Captação de Recursos Externos.	Selecionar os subprojetos que irão compor os projetos institucionais no âmbito das Chamadas Públicas MCTI/FINEP/CT-Infra e Pró-Equipamentos da CAPES.	<ul style="list-style-type: none">- Chamadas Internas para seleção de propostas que irão compor os projetos institucionais;- Formação de comitê externo para seleção das propostas;- Elaboração e submissão das propostas;- Acompanhamento da execução;- Elaboração e submissão dos relatórios técnicos.	Docentes, pesquisadores e agência de fomento.	CGPq/ Propesq
3. Gerenciamento e acompanhamento do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	Cadastro e certificações dos grupos de pesquisa na UFPB.	<ul style="list-style-type: none">- Orientações e acompanhamento do preenchimento dos grupos de pesquisa;- Certificações dos grupos de pesquisa junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	Docentes, pesquisadores e o CNPq.	CGPq/ Propesq



Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
4. Elaboração de políticas de apoio à pesquisa.	Elaboração de políticas com vistas à expansão e à consolidação da base de pesquisa da UFPB, através do financiamento de ações que busquem aumentar a produção científica de qualidade e melhorias nos ambientes de pesquisa.	<ul style="list-style-type: none">- Programa de tradução de artigos;- Programa Pró-publicação que financia a publicação de artigos aceitos em revistas de alto fator de impacto;- Programa kit-ensoval que concede itens indispensáveis para o início das atividades de pesquisa aos doutores recém-contratados pela UFPB, tais como computador, impressora, etc.	Docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação.	CGPq/ Propesq
5. Planejamento e acompanhamento da execução das despesas necessárias às atividades de pesquisa	<p>Levantamento das demandas dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação bem como o acompanhamento das suas despesas com recursos próprios e externos.</p> <p>Apoio à estudantes de iniciação científica para participação em eventos científicos.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Financiamento para participação em eventos;- Acompanhamento da execução dos recursos externos e internos (PROAP/CAPES e PROAP/UFPB).	Docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação.	CGPq/CGPAIC/Propesq

FONTE: PROPESQ.



A seguir são descritas mais informações relevantes acerca do macroprocesso de Pesquisa:

ATIVIDADES CGPAIC EM 2017:

- Gestão de Bolsas de Iniciação Científica:

508 bolsas IC-CNPq;

500 UFPB;

100 PIBIC-EM CNPq;

- Realização do Encontro de Iniciação Científica, com a apresentação de 1.451 trabalhos;

- Publicação dos Anais do Encontro de Iniciação Científica (XXIII, XXIV e XXV);

- Realização do Projeto "Retratos da Ciência na UFPB", que trata do registro fotográfico dos Laboratórios de Pesquisa que contam com a participação dos alunos de iniciação científica, com o objetivo de criar um banco de imagens de pesquisa, a ser disponibilizado para a comunidade acadêmica, com previsão de lançamento em 2018.

Gerenciamento e acompanhamento do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Total de grupos de pesquisa da UFPB: 581, classificados como:

- Número de grupos de pesquisa certificados atualizados: 299
- Número de grupos de pesquisa certificados não-atualizados: 226
- Número de grupos de pesquisa em preenchimento: 56

Classificação dos grupos de pesquisa **certificados atualizados** por área:

- Ciências agrárias: 12
- Ciências Biológicas: 10
- Ciências da Saúde: 46
- Ciências Exatas e da Terra: 22
- Ciências Humanas: 86
- Ciências Sociais Aplicadas: 69
- Engenharias: 18
- Linguística, Letras e Artes: 35
- Classificados como Outro: 1 (Ciências Ambientais)



2.5.3 Extensão

A Extensão na UFPB tem eixos norteadores além do desenvolvimento das atividades/ações de extensão acadêmica (objetivo 1/3), a promoção e produção de atividades artístico-culturais e de cultura popular (objetivo 2/3) e o desenvolvimento da educação popular, saúde pública e prevenção para o envelhecimento saudável (objetivo 3/3). Cada um desses eixos tem objetivos específicos que compõem o marco do macroprocesso finalístico da Extensão, conforme mostrado no Quadro 11.

Quadro 11 – Macroprocessos Finalísticos – Extensão.

Objetivo 1/3: Implementar a política de extensão universitária alinhada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) e com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), com o objetivo de promover uma formação acadêmico-profissional e cidadã por meio da articulação das áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional e com a melhoria da condição de vida das populações em situação de risco social.

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
1. Gerenciamento de programas e projetos	Coordenar, acompanhar, avaliar e controlar os projetos, programas e ações para garantir a excelência na sua operacionalização.	Editais do Programa e Projetos de Extensão (PROEXT), Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX), Programa de Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX), “UFPB no seu Município”, como também de outros editais que se fizerem necessários e captação de recursos para projetos e programas.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.



Macroprocesso finalístico: Extensão

Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
2. Gerenciamento de informação	Manter dados e informações atualizados em arquivos físicos e virtuais, sites e publicações.	Registro de dados e informações referentes aos projetos, programas e ações e publicação de matérias, revistas e livros.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.
3. Gerenciamento logístico.	Dar suporte logístico para realização das atividades de extensão.	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilizar e organizar salas de aula, auditórios, salas de reunião, etc.- Disponibilizar e organizar equipamentos, material didático e outros recursos.- Disponibilizar transporte para pessoas e materiais.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.
4. Gestão administrativa para a realização dos projetos, programas e ações contemplados e em andamento.	Promover e garantir o funcionamento dos programas, projetos e eventos de extensão.	<ul style="list-style-type: none">-Pagamento de bolsistas, certificação de participantes. Concessão de diárias, passagens e hospedagens. Solicitações de compra de materiais diversos.-Elaboração e expedição de documentos e correspondências oficiais.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.



Continuação do Quadro 11

Objetivo 2/3: promover e difundir a cultura brasileira através das diversas manifestações artístico-culturais através das atividades de ensino, pesquisa e das diversas modalidades de atividades de extensão no âmbito local e nacional.

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
5. Gestão financeira.	- Providenciar a aquisição de figurinos, cenários, a equipamentos e instrumentos musicais para os grupos de coral e dança; - Custear atividades culturais para as comunidades, como cursos, oficinas e exposições.	- Coral Gazzi de Sá; - Grupos de dança popular; - Cursos, oficinas, apresentações, seminários, semanas de arte e cultura para as comunidades de diversos municípios do estado.	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.
6. Gerenciamento logístico.	Dar suporte logístico para realização das atividades artístico-culturais e de cultura popular	- Disponibilizar e organizar equipamentos, material didático e outros recursos. - Disponibilizar transporte para pessoas e materiais.	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.
7. Planejamento e promoção de eventos culturais.	Promover e divulgar a cultura brasileira e as diversas manifestações artístico-culturais do povo brasileiro.	Exposições artísticas, peças teatrais, vídeos, seminários, oficinas diversas, apresentações dos grupos culturais dentro da UFPB, em diversos municípios no estado e em diversas regiões do país.	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.
8. Implementação da política cultural para a instituição.	- Mapear a produção acadêmica da UFPB no campo da economia criativa identificando os equipamentos culturais, bem como, as ações	- Mostras; - Circuitos de arte; - Cursos; - Oficinas; - Feiras;	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.



Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
	de empreendedorismo cultural no âmbito da universidade, de seu entorno e dos seus parceiros. - Desenvolver, estimular e promover eventos e ações de integração da economia criativa e do empreendedorismo cultural.	-Projetos e microprojetos; -Convênios; -Parcerias; -Editais; -Composição de grupos interdisciplinares de estudo e pesquisa.		



Continuação do Quadro 11

Objetivo 3/3: contribuir para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica da educação popular em práticas de extensão universitária, produzindo e disseminando saberes comprometidos com as classes populares e a transformação social; disseminar informações acerca do processo de envelhecimento saudável e formar mão de obra para assessorar e cuidar de pessoas idosas.

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
9. Gerenciamento de ações e projetos comunitários.	Contribuir com a formação cidadã dos estudantes; Promover ações de saúde e educação que impactam na melhoria da qualidade de vida das populações; Resgatar saberes popular.	Disseminação de informações e novas práticas; melhoria das condições de vida e saúde da população; troca de experiências e saberes.	Professores, extensionistas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONGs e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.
10. Gerenciamento de informação.	Registrar dados, mapear e caracterizar grupos e populações para subsidiar ações de políticas públicas e produção científica.	Dados estatísticos das populações atendidas; certificação; disseminação e registro de informações em Sistemas de gerenciamento e controle da UFPB.	Professores, extensionistas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONGs e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.



Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
11. Gerenciamento logístico.	Garantir a logística de transporte para a realização das atividades de extensão nas comunidades atendidas.	Controle e organização de transporte e custeio de passagens para oficineiros e artistas destinados a apresentações nas comunidades.	Professores, extensionistas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONGs e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.

Fonte: PRAC.

PARCEIROS EXTERNOS: prefeituras municipais, escolas públicas, rede de saúde pública, Ministérios da educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, SEBRAE, FAPesq, Instituições de ensino superior públicas, privadas, nacionais e internacionais.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

Em 2014, com base nos indicadores que resultaram no diagnóstico da sua realidade gerencial e acadêmica, a UFPB definiu metas e ações para o quinquênio 2014-2018 estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, o PDI representa o Plano Estratégico para a UFPB no qual são definidas as diretrizes, metas e ações, que sejam capazes de assegurar a consolidação da Instituição no que se refere a sua expansão, estabelecida no Programa de Reestruturação das Universidades (REUNI) do Governo Federal, e, principalmente, continuar objetivando a qualidade das atividades gerenciais e dos processos formativos da instituição.

Quando da elaboração do PDI 2014-2018 da UFPB, estava em vigência o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Os objetivos estratégicos do PDI da UFPB estão relacionados com o Programa “Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”, conforme informações apresentadas no Quadro 12.

Quadro 12 – Correlação entre o PPA 2012-2015 e o PDI 2014-2018.

PPA 2012-2015	
Programa	2032 -Educação Superior – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.
Objetivo	0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Iniciativas	03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.
PDI UFPB 2014-2018	
Objetivos estratégicos	<ul style="list-style-type: none">- Consolidar os avanços acadêmicos, estruturais e administrativos alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);- Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, particularmente no que se refere à internacionalização;- Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica;

- Promover a interação com o setor produtivo;
- Concluir a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais;
- Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB;
- Promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio do modelo Universidade Participativa;
- Promover a reformulação do estatuto da UFPB, com vistas a abrigar a nova configuração da instituição.

Fonte: PPA 2012-2015; PDI 2014-2018.

Como se pode observar pelo quadro acima, os objetivos estratégicos propostos no PDI 2014-2018 tem correlação com o PPA, no tocante ao Programa “Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”, bem como com seu objetivo e iniciativas, com destaque para a consolidação do REUNI, ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a inclusão social, com ênfase tanto nas questões voltadas à acessibilidade quanto nas ações voltadas ao apoio para à permanência dos discentes.

Dessa forma, com base nos objetivos estratégicos do PDI 2014-2018, o planejamento da UFPB para 2017, juntamente com suas respectivas estratégias de ação, é mostrado no Quadro 13.

Quadro 13 – Planejamento organizacional de 2017 e suas respectivas estratégias de ação.

Planejamento Organizacional em 2017	Estratégias de Ação
1. Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none">- Sistematização das manutenções preventivas e corretivas nas edificações da instituição;- Otimização do sistema de chamadas através do OTRS;- Ação continuada para elaboração de projetos complementares, atualização de planilhas e ações com vistas a regularização das obras (licenciamentos e alvarás);- Intensificar as ações que possam garantir a acessibilidade e a segurança na UFPB.
2. Modernização dos processos gerenciais	<ul style="list-style-type: none">- Implantação e adaptações dos módulos do sistema SIG.
3. Atividades de ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none">- Coordenar ações para melhoria de ensino;- Ampliar as ações extensionistas;- Ampliar a produção acadêmica;- Intensificar a captação de recursos externos para a pesquisa e extensão;- Monitorar e avaliar o impacto da implantação do SiSu;- Internacionalizar as atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão.
4. Inclusão social, acessibilidade, permanência e orientação pedagógica	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer políticas voltadas a redução dos percentuais de retenção e de evasão;

Planejamento Organizacional em 2017	Estratégias de Ação
	<ul style="list-style-type: none">- Intensificar e sistematizar as ações de assistência estudantil;- Apoiar e intensificar as ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA).
5. Interação com o setor produtivo	<ul style="list-style-type: none">- Ampliar as ações do IDEP/ UFPB e INOVA
6. Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none">- Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB.

A seguir será feita uma descrição sintética das ações realizadas, destacando os fatores que contribuíram e dificultaram a consolidação dos objetivos estratégicos, no ano de 2017.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos para o exercício 2017 foram definidos como um subconjunto dos objetivos e metas estabelecidas pelo PDI da UFPB para o quinquênio 2014-2018. Assim, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

1. Consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
2. Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização;
3. Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica;
4. Promover ações com vistas a definição da política institucional de segurança no sentido mais amplo: segurança humana, material, patrimonial, do meio ambiente e da informação;
5. Promover a interação com o setor produtivo;
6. Implantar os Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais;
7. Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB;
8. Estabelecer prioridades que possam garantir a manutenção do funcionamento da instituição face as restrições orçamentárias e financeiras.

Ainda com relação ao PDI vigente na UFPB, na **Tabela 2** são apresentadas as metas estabelecidas para o quinquênio 2014-2018 no que diz respeito à graduação, pós-graduação e pesquisa, internacionalização, recursos humanos e assistência estudantil. Nas próximas seções discutiremos os resultados alcançados em 2017.



Tabela 2 – Metas propostas no PDI 2014-2018 da UFPB

GRADUAÇÃO	2013	2018 (%)
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	7.555	+10
Número de alunos diplomados	2.862	+25
Número de Bolsas de Apoio (Estágio, PROLICEN, PIBID, Monitoria, PROMEB, PET)	2.289	+20
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2013	2018 (%)
Número de cursos de Mestrado	56	+20
Número de cursos de Doutorado	32	+20
Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4	54	+10
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	4.064	+20
Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	910	+20
Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos)	1.230	+20
INTERNACIONALIZAÇÃO	2013	2018 (%)
Acordos e convênios firmados com universidades estrangeiras	50	+50
Número de estudantes da UFPB atendidos no programa PROMOBI	60	+100
Número de estudantes estrangeiros atendidos no programa PROMOBI	39	+100
Estudantes no Programa Ciências Sem Fronteiras	444	+40
RECURSOS HUMANOS	2013	2018 (%)
Número de docentes	2.381	+10
Número de docentes com título de doutor	1.588	+20
Número de servidores técnico-administrativos	3.734	+10
Número de servidores técnico-administrativos – classe E	1.183	+10
Número de servidores técnico-administrativos – classe D	2.290	+10
Número de servidores técnico-administrativos – classe C	261	+5
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	2013	2018 (%)
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários	6.630	+20
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	+10
Número de alunos assistidos com auxílio moradia/mês	726	+30
Número de alunos assistidos com auxílio alimentação/mês	1.186	+20
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	+40

Fonte PDI 2014-2018.

3.1.1.1 Riscos identificados para o alcance dos objetivos estratégicos

A partir da definição dos objetivos estratégicos para 2017 e sua vinculação com as metas estabelecidas pelo PDI vigente, a variável mais importante no que diz respeito aos riscos para o cumprimento das citadas metas é a restrição orçamentaria que vem ocorrendo sistematicamente desde 2015, afetando sobremaneira o planejamento institucional. Os riscos para alguns dos objetivos elencados anteriormente são mostrados no Quadro 14.

Quadro 14 – Alguns objetivos estratégicos do Exercício 2017 e o respectivo risco.

Objetivos Estratégicos Selecionados	Risco / Estratégia de Ação
Consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	<ul style="list-style-type: none">- Riscos: a descontinuidade do programa REUNI coloca em risco a sua consolidação e como resultado tem-se um elevado número de obras inacabadas, falta de pessoal docente para suprir os novos cursos criados, dificuldade na aquisição e atualização de equipamentos para os laboratórios de ensino de graduação; dificuldades na manutenção dos contratos vigentes para as obras e reformas, e a consequente atualização contratual dentro da nova realidade orçamentária e financeira.- Estratégia: Avaliar a situação e definir prioridades compatíveis com as metas estabelecidas.
Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização	<ul style="list-style-type: none">- Riscos: a) redução no número de bolsas acadêmicas de graduação e pós-graduação; b) redução dos recursos externos para aquisição e manutenção de equipamentos dos laboratórios de pesquisa.- Estratégia: redefinir as prioridades internas para distribuição dos recursos e redefinir as metas para os indicadores da pós-graduação no que se refere ao número de alunos matriculados.
Ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none">- Riscos: redução no número de bolsas, no número de passagens e diárias bem como nos recursos de capital.- Estratégia: realocar recursos com vistas a manter o investimento atual.
Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à	<ul style="list-style-type: none">- Riscos: redução nos recursos de capital para aquisição de itens de acessibilidade.- Estratégia: realocar recursos com vistas a

Objetivos Estratégicos Selecionados	Risco / Estratégia de Ação
orientação pedagógica	manter o funcionamento essencial da ação.
Garantir o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão através da definição de prioridades orçamentárias.	- Risco: Contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros. - Estratégia: redefinição da ação.
Política institucional de segurança	- Risco: aumento da violência, pequenos furtos e sentimento de insegurança. - Estratégia: criação da Comissão de Segurança Institucional, compra de equipamentos de monitoramento eletrônico, humanização e capacitação dos servidores.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico que atualmente está em vigência na UFPB foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e encontra-se em fase de acompanhamento quanto ao desenvolvimento das ações desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas propostas. O documento completo do PDI está disponível no link:

http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O PDI 2014-2018 da UFPB estabeleceu um conjunto de ações que, alinhadas com os objetivos e metas definidos no plano, definiriam o rumo para a projeção de crescimento desejada para o quinquênio. Essas ações são as seguintes:

- I – Consolidação da infraestrutura física e de equipamentos;
- II – Desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico;
- III – Ampliação da integração com o setor produtivo;
- IV – Modernização e aprimoramento dos processos gerenciais;
- V – Aprimoramento das políticas de Gestão de pessoas;
- VI – Internacionalização de suas atividades.

Com base nas ações priorizadas, foram estabelecidas as diretrizes para cada uma das áreas de atuação da UFPB, conforme mostradas no Quadro 15.

Quadro 15 – Diretrizes estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.

Áreas de atuação	Diretrizes para 2014-2018
Ensino	Melhoria na qualidade do ensino e estabelecimentos de programas que possibilitem a consolidação dos cursos de graduação do ponto de vista pedagógico, bem como que promovam a redução nos índices de evasão e retenção.
Pesquisa	Melhoria dos indicadores da eficiência e eficácia da pesquisa e pós-graduação e a internacionalização das suas atividades.
Extensão	Ampliar as ações da extensão de modo a incluir uma maior participação da comunidade universitária.
Assistência Estudantil	Ampliação das políticas de assistência estudantil, assegurando a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.
Gestão de Processos e Pessoas	Consolidação das políticas de desenvolvimento de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos administrativos e de gestão de pessoas, bem como melhoria nas rotinas administrativas.

Fonte: PDI 2014-2018 da UFPB.

A partir das diretrizes estabelecidas para as áreas de atuação da UFPB, no PDI estão elencadas um conjunto de metas para cada uma das áreas estratégicas, conforme mostrado no Quadro 16.

Quadro 16 – Metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.

Áreas de atuação	Meta para 2014-2018
Ensino	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria e ampliação da infraestrutura física das salas de aula e de laboratórios de ensino;- Consolidação dos cursos de graduação criados pelo Programa REUNI;- Melhoria nos índices de permanência, taxa de sucesso e diplomação;- Aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias pedagógicas;- Ampliação da acessibilidade.
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria dos conceitos dos cursos junto à CAPES;- Ampliação do número de cursos ofertados;- Melhoria e ampliação da infraestrutura física dos ambientes de pesquisa;- Ampliação e consolidação dos programas institucionais de apoio à pesquisa e pós-graduação;- Estímulo à nucleação de novos grupos de pesquisa, à consolidação daqueles já existentes e à incorporação de novos doutores;- Internacionalização das atividades.
Extensão	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do número de projetos, visando a atender às metas do Plano Nacional de Educação;- Expansão da captação de recursos externos;- Melhoria na articulação entre o conhecimento produzido na Instituição e a sociedade, através de projetos que busquem melhoria para a qualidade de vida da população;



Áreas de atuação	Meta para 2014-2018
	<ul style="list-style-type: none">- Aperfeiçoamento do gerenciamento dos projetos de extensão visando à construção de indicadores.
Assistência Estudantil	<ul style="list-style-type: none">- Reestruturação e ampliação das moradias estudantis e dos restaurantes universitários;- Ampliação da oferta de bolsas de assistência estudantil;- Expansão das ações que promovam o desenvolvimento acadêmico, político e cultural;- Ampliação das políticas de assistência aos estudantes com deficiência.
Gestão de Processos e Pessoas	<ul style="list-style-type: none">- Otimização e melhoria no gerenciamento dos processos de compra e de contratação de serviços;- Melhoria do gerenciamento e da modernização da área de Compras e Contratação com a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos e da implantação do SIPAC- Promoção da eficiência dos controles internos;- Promoção do desenvolvimento dos servidores por meio do aumento progressivo da oferta de vagas para capacitação e qualificação, do acompanhamento da gestão do desempenho e da implantação do Dimensionamento de Pessoal Técnico-administrativo;- Criação de uma matriz de alocação de vagas de pessoal;- Ampliação das ações relacionadas à qualidade de vida, à saúde e à segurança no trabalho dos servidores, consolidação dos exames periódicos de saúde e fiscalização do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR) relacionadas à Segurança, Vigilância Ambiental e Medicina do Trabalho.- Promoção de um melhor gerenciamento, da modernização da área de Gestão de Pessoas por meio da elaboração do Manual do Servidor e da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, promovendo a descentralização, a automação, a otimização e a racionalização dos serviços.

Fonte: PDI 2014-2018 da UFPB.

Dessa forma, os planos das unidades para 2017 foram baseados nas diretrizes e metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018.



3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Historicamente, o monitoramento da execução das metas e dos resultados dos planos de ação da UFPB era realizado unicamente pelo Relatório de Gestão. Ao final de cada exercício, os setores/unidades encaminhava para o Gabinete da Reitora um relatório de atividades com a descrição e análise do andamento do cumprimento das metas propostas no PDI, bem como as dificuldades encontradas ao longo do processo. A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN/UFPB) sistematizava as informações de todos os setores/unidades para elaborar o Relatório de Gestão, de acordo com as determinações das portarias do TCU.

O ano de 2017 foi marcado pela implantação do módulo SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos, que permite o gerenciamento das metas e o planejamento anual das unidades. O treinamento para o uso do módulo se iniciou nas Pró-Reitorias e órgãos da administração central. Para o ano de 2018, a expectativa é ter as metas de todas as unidades da UFPB implantadas no SIGPP. Dessa forma, ter-se-á uma ferramenta de gestão capaz de fornecer os dados para a análise de desempenho, avaliação, eficácia e efetividade das ações propostas no PDI.

3.3 Desempenho orçamentário

Os recursos orçamentários para custear o funcionamento e a consolidação da UFPB, bem como para demais IFES, provêm do Orçamento Fiscal do Governo Federal. Esta seção tem por objetivo apresentar informações sobre a programação e execução do orçamento da UFPB em 2017, bem como a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento do exercício, além da relação entre orçamento da UFPB e os objetivos do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A UFPB é responsável pela execução das seguintes ações orçamentárias ligadas ao Programa Temático do PPA:

- ❖ **20GK** - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ❖ **20RK** - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES);
- ❖ **20RL** - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- ❖ **2994** - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica;
- ❖ **4002** - Assistência ao Estudante de Ensino Superior;
- ❖ **8282** - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

No Quadro 17 é mostrado um resumo geral da execução orçamentária no ano de 2017. Considerando o empenho realizado por ação orçamentária temos que, para as ações 20GK, 20RK e 2994 os valores empenhados foram acima de 90% da dotação final, já para as ações 20RL e 4002 o percentual empenhado foi acima de 80%, enquanto que para ação 8282 o percentual do valor empenhado correspondeu a 61,1%.

Para os valores liquidados para as despesas empenhadas por ação orçamentária, temos que maiores percentuais liquidados foram para as ações 20RK e 4002 (80,7% e 91,9%, respectivamente) enquanto que os menores percentuais de liquidação foram obtidos para as ações 20RL e 8282 (22,5% e 10,3% respectivamente), já para as ações 20GK e 2994, o percentual liquidado foi de 69,6% e 44,9%, respectivamente.

Das despesas liquidadas, o percentual de pagamento foi superior a 98% para todas as ações, com exceção da ação 2994 cujo percentual de pagamento foi de 63,6%.

O maior percentual inscrito em restos a pagar processados foi obtido para a ação 2994 (14,8% da dotação final). Para as demais ações o percentual deste item foi inferior a 2%. Já para as inscritas em restos a pagar não processadas, os maiores percentuais inscritos foram obtidos para as ações 20RL, 2994 e 8282, correspondendo a 63,8%, 49,8% e 55,9%, respectivamente, em relação a dotação final. Para as demais ações, o percentual de inscrição em restos a pagar não processados foi inferior a 29%, sendo o menor percentual obtido para a ação 4002 que foi de apenas 6,8%.

Quadro 17 – Resumo geral da execução financeira das ações previstas na LOA em 2017.

Ação	Dotação (R\$)		Despesas (R\$)			Restos a pagar (R\$)	
	Inicial	Final	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Processados	Não Processados
20GK	766.300,00	766.300,00	725.145,19	504.796,02	504.096,02	700,00	220.349,17
20RL	6.980.517,00	6.980.517,00	5.749.602,01	1.292.546,39	1.241.324,87	51.221,52	4.457.055,62
20RK	102.096.592,00	102.096.592,00	95.061.097,09	76.682.787,21	75.135.307,55	1.547.479,66	18.378.309,88
2994	2.021.385,00	2.021.385,00	1.827.091,28	819.583,66	521.112,57	298.471,09	1.007.507,62
4002	34.870.303,00	34.870.303,00	29.151.231,29	26.793.717,24	25.978.023,48	815.693,76	2.357.514,05
8282	23.780.805,00	23.780.805,00	14.541.154,73	1.493.590,56	1.488.314,06	5.276,50	13.047.564,17
Total	170.515.902,00	170.515.902,00	147.055.321,59	107.587.021,08	104.868.178,55	2.718.842,53	39.468.300,51

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

*Informação contida no relatório da Pró-reitora de Administração como “Despesa Liquidada a Pagar”.

As informações detalhadas quando a execução dessas ações no Exercício 2017 na UFPB, incluindo as dimensões física e financeira da execução, os valores executados e os restos a pagar, são mostradas no Quadro 18 ao Quadro 23. Para cada quadro foi incluída uma narrativa das dificuldades e avanços na execução de cada ação.



Quadro 18 – Ação 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Identificação da Ação							
Código	20GK Tipo: ATIVIDADE						
Descrição	AÇÃO 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	apoiada						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0841						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS						
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	766.300,00	766.300,00	725.145,19	504.796,02	504.096,02	700,00	220.349,17
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0	Iniciativa apoiada		unidade	7			7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	1312054,89	694211,17	368201,09	Iniciativa apoiada		unidade	1

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

***Obs:** Para o cálculo do Físico executado com RAP do exercício anterior (FRAP), foi utilizada a seguinte metodologia: primeiro foi feito um levantamento do valor liquidado pela ação no ano de 2017=(Lquid2017). Esse valor foi dividido pelo quantitativo físico atingido pela ação em 2017(Qt2017). Deste modo, foi encontrado o custo por unidade física (Cund). Depois foi retirado do sistema o valor do "RAP não processado Valor Liquidado". Por fim, dividiu-se o valor deste RAP pelo custo por unidade, chegando assim ao quantitativo realizado. **Esse cálculo foi utilizado em todas as ações com restos a pagar.**

Frap=RAPle/Cund

Cund= Lquid2017 / Qt2017

As ações quantificadas no Quadro 18 são organizadas em duas vertentes: Plano de Ação Cultural e Integração Universidade/Comunidade. As iniciativas apoiadas executadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários neste ano foram:

1. FLUEX – Ações apoiadas através de recursos próprios da Pró-Reitoria por meio de diárias, passagens, consumo e serviços de terceiros (inscrições e publicações);
2. Eventos – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentre outros;
3. Cursos – Nas oito áreas que atua a extensão;
4. Oficinas – Nas oito áreas que atua a extensão;
5. Prestação de Serviços – Principalmente os servidores e docentes que atuam no HU;
6. Palestra – Nas oito áreas que atua a extensão;
7. Projetos e programas - Ações apoiadas através de recursos próprios da Pró-Reitoria por meio de diárias, passagens, consumo e serviços de terceiros (inscrições e publicações).
8. PROEXT – A priori a UFPB estava aguardando o recurso via TED Nº 4025/2016 (prorrogado até 31/12/2017) contudo fomos informados pelo próprio MEC que o recurso foi alocado na Lei Orçamentária Anual da instituição. O recurso só foi executado a partir de setembro e atendeu os seis programas vigentes em despesas com diárias, bolsas, consumo, passagens, serviços de terceiro pessoa física e jurídica, e obrigações tributárias e contributivas, possibilitando a realização de diversas atividades dos referidos programas que estavam parados por falta do recurso tão aguardado.

❖ **Fatores que contribuíram para efetivação da Ação 20 GK**

- a) A utilização pela primeira vez do SIGAA - Módulo Extensão;
- b) Treinamento da comunidade universitária na utilização do SIGAA - Módulo Extensão;
- c) Maior participação de docentes e técnicos nos editais do ano de 2017;
- d) Com a implementação do sistema da extensão em 2017, possibilitou o gerenciamento das ações de extensão via editais, para além dos que já eram publicados. Ao todo 8 editais com mais de 700 ações de extensão em diversas modalidades.
- e) O monitoramento das ações de extensão encaminhadas ao SIMEC para o ano de 2017 podem ser auditadas e analisadas mais facilmente utilizando o SIGAA Módulo Extensão;
- f) Com a utilização do SIGAA Módulo Extensão, foi criado um banco de avaliadores de ações de extensão permanente, favorecendo assim a avaliação continua das ações de extensão da UFPB.

❖ **Fatores que dificultaram a execução da Ação 20 GK**

- a) Falta de pessoal (técnico da área) para avaliação das ações e para as tarefas do dia-a-dia do monitoramento do SIGAA Módulo Extensão;



- b) Maior comprometimento dos docentes e técnicos nos prazos estabelecidos em editais;
- c) Avaliação mais criteriosa nos projetos e demais ações de extensão por parte dos avaliadores;
- d) Os cortes orçamentários que impossibilitaram um maior crescimento das ações de extensão;
- e) As informações desconstruídas a respeito dos recursos do PROEXT que acabaram por resultar em um prazo curtíssimo para execução dos programas que tiveram suas atividades paralisadas enquanto o recurso não foi localizado e detalhado para execução financeira;
- f) A não publicação de um novo Edital PROEXT que possibilitasse o fomento de tantos outros projetos e programas de extensão de extrema importância para o fortalecimento da extensão universitária.



Quadro 19 – Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação				(X) Integral () Parcial		
Código	20RK		Tipo: ATIVIDADE			
Título	AÇÃO 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
102.096.592,00	102.096.592,00	95.061.097,09	76.682.787,21	75.135.307,55	1.547.479,66	18.378.309,88
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Estudante matriculado	unidade	43.114			29.137	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
18.094.453,97	14.977.849,19	1.938.805,79	Estudante matriculado	unidade		28.116

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

❖ Fatores que contribuíram para efetivação da Ação 20 RK

A Pró-Reitoria de Graduação com a finalidade de atingir a meta prevista, definida no planejamento orçamentário do SIMEC, propôs e cumpriu as seguintes ações no plano de atividades entre janeiro e dezembro de 2017:

- a) reuniões com o Fórum de Assessores de Graduação, com o Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação e com o Fórum das Licenciaturas com a finalidade de efetivar ações que objetivam aumentar o número de alunos matriculados nos semestres letivos e a taxa de sucesso na relação entre o número de alunos que ingressaram na UFPB e os que concluíram a graduação;
- b) manutenção do Programa de Ensino para as Licenciaturas (PROLICEN), do Programa de Tutoria (PROTUT), de Monitoria, de Estágio e dos programas implementados pela CAPES, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Educação Tutorial (PET) garantindo a permanência do aluno na universidade e, conseqüentemente, diminuindo a taxa de evasão e aprofundando a aprendizagem nas áreas de ensino, de pesquisa e de extensão;
- c) consolidação, junto as coordenações, dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e acompanhamento de discussões de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs);
- d) Lançamento do Observatório de Dados da Graduação (ODG) que tem por finalidade evidenciar os números de evasão, de retenção para que, a partir de 2018, as Coordenações de Cursos possam, em parceria com a PRG, estabelecer metas e ações que visem dar qualidade na permanência dos alunos na UFPB e garantam a formação no tempo regimentar de cada curso;
- e) Revisão do Regulamento Geral da Graduação de forma a melhorar os critérios que garantam a qualidade de entrada, de permanência e de diplomação.

❖ Fatores que dificultaram a execução da Ação 20 RK

- a) a alteração dos calendários acadêmicos em decorrência de greves dos professores e dos funcionários das atividades fins - o ano civil não corresponde aos semestres letivos em todos os campi, além disto, as matrículas 2017.2 de Areia e Bananeiras não foram computados devido ao calendário especial de reposição de aulas nestes campi;
- b) problemas detectados nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), uma das causas de retenção;
- c) o corte de verbas do governo federal gerou a falta de equipamentos e manutenção dos já existentes, a não conclusão de obras iniciadas, número insuficiente de ambientes de professores e número de docentes inadequado para atender aos cursos de graduação. Tendo em vista as dificuldades apresentadas, no primeiro semestre foi realizada uma reprogramação da meta para 33.952 alunos matriculados, sendo realizado no ano 85,81% da meta reprogramada.



Quadro 20 – Ação 20RL Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação				(X) Integral () Parcial		
Código	20RL		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080					

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

A ação 20RL é desenvolvida em duas unidades da UFPB, são elas: a Escola Técnica de Saúde (ETS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN). No tocante ao desenvolvimento da ação, destaca-se que:

A ETS teve no ano 469 alunos matriculados nos cursos ofertados pela escola, atingindo a meta estabelecida que era de 462 alunos. Ressalta-se que os recursos destinados à Escola atendem às necessidades dos cursos e os Recursos Humanos são bastante empenhados para atingirem as metas dos Cursos/Escola. Dentre os principais resultados obtidos destacamos que a escola teve destaque em relação às premiações em 2017, onde finalizamos o ano com 08 prêmios, advindos dos projetos de pesquisa e extensão realizados pelos docentes e alunos da ETS.



O CAVN atingiu um total de 605 alunos matriculados, distribuídos nos cursos nos Cursos Técnicos de Agropecuária, Agroindústria, Aquicultura e Nutrição e Dietética, referentes aos 1, 2 e 3º anos, modalidade integrados ao ensino médio, integrado PROEJA e Pós-Médios (subsequentes). Ressalta-se que o principal fator que dificultou a ação foi a paralização dos estudantes (30 dias) realizada em novembro 2015, que atrasou o calendário escolar, atrasando a entrada de estudantes e promovendo o incremento da evasão escolar, principalmente para a modalidade PROEJA.

Quadro 21 – Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código	2994		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Código: 1009 Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080					

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

A ação 2994 é desenvolvida em duas unidades da UFPB, são elas: a Escola Técnica de Saúde (ETS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN).

No tocante a ETS, a gestão da fez uma programação para alcançar a meta de conceder 162 benefícios, no entanto alcançamos a meta de 181 benefícios. Dentre os benefícios concedidos

estão: Restaurante Universitário (110); auxílios moradia (19); bolsas de extensão (10) bolsas de auxílio PROEJA (42). Destaca-se que a oferta dos benefícios concedidos tem contribuído para permanência e êxito dos alunos.

Por sua vez, no CAVN devido à necessidade de vincular os recursos da ação para os gastos com bolsa e restaurantes, não foi possível a inclusão de outros benefícios que estariam relacionados com a ação. Assim, no primeiro semestre foi realizada uma reprogramação para o atendimento de 481 benefícios. Ao longo do ano o CAVN atingiu um total de 488 benefícios concedidos, divididos entre fornecimento de refeições (398) e Bolsa permanência (90). Deste modo, a ação teve como meta reprogramada atingir 643 benefícios concedidos e atingiu um total de 669 benefícios.

Quadro 22 – Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código	4002		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	()Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.870.303,00	34.870.303,00	29.151.231,29	26.793.717,24	25.978.023,48	815.693,76	2.357.514,05
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		unidade	12.271	0	10793	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.971.923,96	3.896.377,08	3.050.108,56	Benefício concedido	unidade	1	

Fonte: CODEOR/PROPLAN.



As ações de assistência estudantil ocorrem através da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), por meio da concessão de benefícios aos alunos selecionados e cadastrados após a realização dos processos seletivos. Decorrem através de planejamento do orçamento de custeio e capital, permitindo a manutenção e a ampliação do número de alunos assistidos a cada semestre. Os recursos fomentam benefícios que são destinados aos alunos da graduação presencial e em condição de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de auxílios em nível da alimentação, de creche, de transporte, de moradia, de apoio acadêmico, de apoio pedagógico, de apoio material, bem como, acesso gratuito ao sistema de restaurantes universitários, manutenção das residências universitárias, apoio acadêmico aos estudantes com deficiências e atendimento psicológico. Esta evolução da assistência estudantil reflete o empenho da gestão em acreditar que o corpo discente com melhor suporte de permanência, resultará em menores taxas evasão e ou de retenção, refletindo, assim, no sucesso acadêmico.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela PRAPE, destacamos que nos últimos meses, as ações de assistência e promoção ao estudante têm sido bastante dificultadas pela redução da disponibilização de recursos por parte do Governo Federal, o que pode vir a se tornar ainda mais complicado com a perspectiva de aumento da demanda em razão do número de alunos em situação de vulnerabilidade social (55% de ingresso por cotas e ações afirmativas) e pela crise generalizada por que passa o país e, conseqüentemente, as famílias desses alunos. A implantação do sistema informatizado para cadastramento e acompanhamento acadêmico dos alunos assistidos, só foi executado no mês de novembro, o que dificultou a mensuração dos resultados obtidos com o programa, bem como o planejamento de novas ações de assistência. Destacamos o corpo especializado de recursos humanos, insuficiente para atividades fins de assistência estudantil, o que dificulta o processo de agilidade, de progressão, e de fiscalização, bem como, a abertura e a criação de novos editais que reproduziriam novos benefícios.

Quadro 23 – Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI).

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação				(X) Integral () Parcial		
Código	8282		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.780.805,00	23.780.805,00	14.541.154,73	1.493.590,56	1.488.314,06	5.276,50	1.3047.564,17
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	3	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
32.650.777,14	28.617.453,91	2.359.918,45	projeto viabilizado	unidade	18	

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

O contingenciamento de recursos de capital dificultou a execução da ação no decorrer do ano. Com a liberação de crédito no final do exercício foi possível iniciar alguns importantes projetos da instituição como a reestruturação da rede de tecnologia de informação e a aquisição de arquivos deslizantes.



3.3.1.1 Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não processados – OFSS

A inscrição e reinscrição dos empenhos em Restos a Pagar são baseadas na legislação publicada para regulamentar este tipo de despesa. No Quadro 24 há o detalhamento deste item para a UFPB e no Quadro 25 o detalhamento é específico para o HULW.

Quadro 24 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB.

Identificação da Ação					
Código		Tipo: PROJETO			
Título		10G2 - Expansão do Ensino Superior - Campus do Litoral Norte em Mamanguape			
Iniciativa		apoiada			
Objetivo		Viabilizar a implantação do Campus do Litoral Norte, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.			
Programa		Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO			
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba			
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3923,65	3923,65				

Fonte: CODEOR/PROPLAN.



Continuação do Quadro 24 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UPFB

Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	20RJ -Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica				
Iniciativa	apoiada				
Objetivo	Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				
Programa	Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.032.667,91	459.159,98	573.507,93			

Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	2E14 - Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa	apoiada				
Objetivo	Possibilitar a modernização e a recuperação do patrimônio para o bom funcionamento de cursos e demais atividades desempenhadas pelas instituições federais de ensino superior.				
Programa	Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
63.111,04	63.111,04	0			

Fonte: CODEOR/PROPLAN.



Continuação do Quadro 24 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UPFB

Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	4006 - FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO				
Iniciativa	apoiada				
Objetivo	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.				
Programa	Código: 1375 Tipo: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIE				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
108.426,77	108.426,77	0			
Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	4009 - FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO				
Iniciativa	apoiada				
Objetivo	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.				
Programa	Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
740.908,38	531.873,85	209.034,53			

Fonte: CODEOR/PROPLAN.



Continuação do Quadro 24 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UPFB

Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	8429 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA				
Iniciativa	apoiada				
Objetivo	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.				
Programa	Código: 1061 Tipo: BRASIL ESCOLALIZADO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
203.986,11	58.946,4	145.039,71			

Fonte: CODEOR/PROPLAN.



Quadro 25 – Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – HULW.

Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	AÇÃO 20RX - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS				
Iniciativa	apojada				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024				
Programa	Código: 2030 Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, POS GRADUAÇÃO, ENSINO E PESQUISA				
Unidade Orçamentária	26371 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
285.118,48					

Identificação da Ação					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	AÇÃO 4086 - FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS				
Iniciativa	apojada				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				
Programa	Código: 2030 Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, POS GRADUAÇÃO, ENSINO E PESQUISA				
Unidade Orçamentária	26371 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
32.552,50					

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Alguns fatores intervenientes no desempenho orçamentário foram especificados nos respectivos quadros das ações orçamentárias. Nessa seção discutiremos os aspectos macros do desempenho orçamentário da UFPB em 2017.

No que se refere ao orçamento para funcionamento geral da instituição, para quantificar a eficiência na execução deste item é necessário considerar, além dos valores aprovados pela LOA, os limites estabelecidos para empenho, os limites financeiros e, por fim, os valores efetivamente empenhados. Essas variáveis estão quantificadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Resumo geral dos valores de custeio e capital aprovados pela LOA, com os respectivos limites para empenho e valores empenhados, considerando as despesas discricionárias, exceto emendas e recursos próprios.

Rubrica	LOA (R\$)	Limite para Empenho (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Custeio	133.236.877,00	133.236.877,00	124.889.963,54
Capital	33.667.028,00	21.540.599,00	20.125.941,97

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

O limite para empenho é determinado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), vinculada ao MEC. Em 2017, o limite para empenho dos itens de custeio foi liberado, na sua totalidade, apenas na segunda quinzena de novembro de 2017, data posterior ao término da execução do exercício estabelecida pela Portaria SPO N°. 6/2017 da referida subsecretaria. No que se refere a capital, o respectivo limite atingiu 65% do valor estabelecido na LOA apenas no final do exercício, conforme mostrado na Tabela 3.

No que diz respeito aos limites financeiros, estes ocorreram de forma bastante irregular ao longo de 2017, sempre em percentuais inferiores aos valores efetivamente liquidados, ocasionando atrasos nos pagamentos, gerando correções, multas, problemas com fornecedores e com as datas de entrega dos materiais, dentre outros transtornos.

Somam-se aos problemas econômicos enfrentados pelo país, a necessidade de adequação as normas ambientais e demais licenciamentos exigidos para execução de obras, a necessidade de pessoal qualificado para elaboração de processos licitatórios, dentre outros problemas que agrupados representam fatores intervenientes importantes para o desempenho orçamentário da instituição. Conforme mostrado em outras seções deste relatório, a UFPB tem investido na capacitação dos servidores e ampliado o quadro de pessoal para atuar nessa área.

Conforme mostrado na Tabela 3 acima, dos valores previstos originalmente na LOA para custeio e capital, foram efetivamente liberados para empenho 100% e 65% respectivamente. Do montante efetivamente disponibilizado, o percentual empenhado pela UFPB no exercício de 2017 em custeio e capital foi 93,74% e 93,47%, respectivamente.

3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Na Tabela 4 é mostrada a relação dos restos a pagar em exercícios anteriores na UFPB. Os empenhos inscritos e reinscritos em ambas as modalidades (processados e não processados) estão em consonância com a legislação vigente que regulamenta esse tipo de despesa.

Tabela 4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - UFPB

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados (Valores em R\$ 1,00)					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 /2017 (d) = (a-b-c)	
	(a)				
2007	52,00	-	52,00	0,00	
2009	-	-	-	-	
2010	-	-	-	-	
2011	24.687,33	-	24.687,33	0,00	
2012	121.565,42	96.225,91	-	25.339,51	
2013	9.846,01	7.978,01	-	1.868,00	
2014	42.554,33	7.432,71	-	35.121,62	
2015	408.287,50	362.668,69	-	45.618,81	
2016	812.678,49	793.225,80	1.161,58	18.291,11	
TOTAL	1.419.671,08	1.267.531,12	25.900,91	126.239,05	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2017 (i) = (e-g-h)
	(e)				
2009	47.636,43	-	-	47.636,43	0,00
2010	8.990.267,14	-	-	191.148,51	8.799.118,63
2011	2.575.680,36	2.520,00	2.520,00	432.804,49	2.140.355,87
2012	12.426.335,56	69.036,73	29.904,73	1.346.102,50	11.050.328,33
2013	17.476.259,17	110.611,07	70.161,07	2.174.600,65	15.231.497,45
2014	15.097.163,62	1.268.944,38	1.267.894,38	3.507.325,45	10.321.943,79
2015	24.610.529,49	2.302.371,81	2.302.371,81	3.158.965,64	19.149.192,04
2016	52.333.101,28	26.314.352,34	25.566.856,41	4.098.743,04	22.667.501,83
TOTAL	133.556.973,05	30.067.836,33	29.239.708,40	14.957.326,71	89.359.937,94

Fonte: PRA/Tesouro Gerencial 2017.

Tabela 5 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – HULW

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados (Valores em R\$ 1,00)					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 /2017 (d) = (a-b-c)	
2011	11.737,95	-	-	11.737,95	
2012	32.588,43	-	-	32.588,43	
2013	574.171,60	84958,9	-	489212,7	
2014	261,39	-	-	261,39	
2015	88.717,52	88.717,52	-	0,00	
2016	-	-	-	-	
TOTAL	707.476,89	173.676,42	-	533.800,47	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 /2017. (i) = (e-g-h)
2011	700.153,87	27.400,00	-	-	700.153,87
2012	375.022,00	-	-	-	375.022,00
2013	6.231.496,67	-	-	-	6.231.496,67
2014	954.144,19	123.332,74	123.332,74	-	830.811,45
2015	888.078,79	411.962,08	411.962,08	-	476.116,71
2016	14.432,55	-	-	-	14.432,55
TOTAL	9.163.328,07	562.694,82	535.294,82	-	8.628.033,25

Fonte: CODEOR/PROPLAN/Tesouro Gerencial.

Por decisão administrativa foram mantidos os empenhos de Restos a Pagar não Processados de 2009 em diante. Até o final do 4º Trimestre de 2017 o saldo é de R\$ 97.987.971,19 (sendo 51,28% de Custeio e 48,72% de Investimento). Em relação ao ano de inscrição dos RPNP vide Tabela 6.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 142.720.301,12, (R\$90.372.767,29 + R\$52.347.533,83) foram pagos 20,86%, foram cancelados 10,48% e serão reinscritos no exercício de 2018, 68,65% desse montante.

Tabela 6 – Restos a Pagar não Processados por Ano de Inscrição

Grupo Despesa	Ano Emissão Ne Ccor	Restos a Pagar Não Processados				
		Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
1	2016	25.565,02	-	4.803,94	20.761,08	-
	Total	25.565,02	-	4.803,94	20.761,08	-
3	2009	-	47.636,43	47.636,43	-	-
	2010	-	4.190.236,94	155.340,57	-	4.034.896,37
	2011	-	1.596.525,97	95.811,73	-	1.500.714,24
	2012	-	1.802.537,35	196.092,46	29.904,73	1.576.540,16
	2013	-	10.122.937,03	919.001,29	6.084,98	9.197.850,76
	2014	-	11.624.683,53	2.353.379,69	1.093.983,96	8.177.319,88
	2015	-	11.887.690,96	2.420.626,45	2.086.470,81	7.380.593,70
	2016	35.885.982,33	-	4.022.156,80	13.485.253,83	18.378.571,70
	Total	35.885.982,33	41.272.248,21	10.210.045,42	16.701.698,31	50.246.486,81
4	2010	-	4.800.030,20	35.807,94	-	4.764.222,26
	2011	-	1.679.308,26	336.992,76	2.520,00	1.339.795,50
	2012	-	10.998.820,21	1.150.010,04	-	9.848.810,17
	2013	-	13.584.818,81	1.255.599,36	64.076,09	12.265.143,36
	2014	-	4.426.624,28	1.153.945,76	297.243,16	2.975.435,36
	2015	-	13.610.917,32	738.339,19	627.863,08	12.244.715,05
	2016	16.435.986,48	-	71.782,30	12.060.841,50	4.303.362,68
	Total	16.435.986,48	49.100.519,08	4.742.477,35	13.052.543,83	47.741.484,38
Total		52.347.533,83	90.372.767,29	14.957.326,71	29.775.003,22	97.987.971,19

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.

Os cancelamentos de RPNP totalizaram o valor de R\$ 14.957.326,71. Os motivos que levaram ao cancelamento foram: a Instituição possuir empenhos de 2017 para custear as mesmas despesas inscritas em RPNP; não havia mais interesse da Administração no recebimento de mercadorias/insumos em virtude do atraso na entrega; e por algumas empresas estarem com impedimentos no SICAF. Na Tabela 7 é mostrado a relação dos cancelamentos, por unidade gestora.



Tabela 7 – Restos a Pagar não Processados por Unidade Gestora

UG Executora		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
		Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
153065	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	21.536.202,58	20.986.019,78	7.670.531,09	13.727.045,98	21.124.645,29
153066	PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB	18.657.649,64	51.051.631,73	1.915.757,82	8.052.869,72	59.740.653,83
153067	PRO-REITORIA DE POS-GRADUACAO E PESQ.DA UFPB	-	1.001.455,90	-	-	1.001.455,90
153068	CENTRO DE CIENC.EXATAS E DA NATUREZA DA UFPB	5.013.182,90	1.813.985,17	1.445.856,73	2.501.454,83	2.879.856,51
153070	BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB	2.449.451,24	1.324.500,93	410.415,80	1.003.180,32	2.360.356,05
153071	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY-UFPB	14.432,55	9.148.895,52	-	535.294,82	8.628.033,25
153073	CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	1.985.720,65	2.212.041,05	1.311.960,97	2.011.826,11	873.974,62
153074	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UFPB	2.690.894,27	2.834.237,21	2.202.804,30	1.943.331,44	1.378.995,74
Total		52.347.533,83	90.372.767,29	14.957.326,71	29.775.003,22	97.987.971,19

Fonte: PRA/Tesouro Gerencial 2017.

No tocante a Inscrição e Reinscrição de RPNP por Unidade Gestora – a unidade 153066 – PU é responsável por 48,84%, seguido pela UG 153065 – Reitoria 29,79% e as demais unidades representam 21,36%.

No tocante a distribuição do saldo de RPNP por Unidade Gestora – a unidade 153066 –PU é responsável por 60,97% do montante dos RPNP, seguido pela UG 153065 – Reitoria 21,59% e as demais unidades representam 17,44%.



Tabela 8 – Restos a Pagar Processados por UG

UG Executora		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
		Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
153065	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	620.996,39	6.986,32	984,58	600.852,55	26.145,58
153066	PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB	461.096,99	76.969,98	24.687,33	415.665,17	97.714,47
153067	PRO-REITORIA DE POS-GRADUACAO E PESQ. DA UFPB	-	-	-	-	-
153068	CENTRO DE CIENC. EXATAS E DA NATUREZA DA UFPB	156.000,00	402,00	52,00	156.350,00	-
153070	BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB	-	-	-	-	-
153071	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY-UFPB	113.538,34	593.938,55	-	173.676,42	533.800,47
153073	CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	50.879,42	1.485,48	177,00	52.187,90	-
153074	CENTRO DE CIENC. HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	40.959,63	3.894,87	-	42.475,50	2.379,00
Total		1.443.470,77	683.677,20	25.900,91	1.441.207,54	660.039,52

Fonte: PRA/Tesouro Gerencial 2017.

3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Na Tabela 9 é mostrado um resumo dos instrumentos celebrados, bem como os montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Tabela 9 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal da Paraíba					
CNPJ:	24.098.477/0001-10					
UG/GESTÃO:	26240/15231					
Modalidade:	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	291.560,00	291.560,00
Total	0	0	0	0	291.560,00	291.560,00

Fonte: CODECON/Proplan.

Conforme Tabela 9, verifica-se ter havido nos exercícios 2016 e 2015, transferência de recursos financeiros da UFPB para a UFRN, em decorrência do Termo de Cooperação Técnica, Administrativa e Financeira nº 01/2014 para execução do projeto intitulado “Cooperação Técnica para implantação de sistemas informatizados de gestão e informações administrativas e de recursos humanos – SIPAC e SIGRH”. No âmbito do citado Termo de Cooperação, o total do repasse foi de R\$ 874.680,00 (oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais), sendo a primeira parcela no valor de R\$ 291.560,00 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta reais) transferida ainda no exercício 2014, não constante do quadro.

É importante citar que a Universidade Federal da Paraíba celebrou instrumentos de termos de cooperação técnica e científica sem transferência de recursos, assim como, instrumentos com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PacTecPB (CNPJ - 09.261.843/0001-16), sendo a Universidade Federal da Paraíba partícipe na condição de interveniente. As informações sobre os instrumentos vigentes estão disponíveis no site desta Instituição, conforme o seguinte endereço: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/coordenacoes/codecon/instrumentos-celebrados>

Informamos que no exercício de 2017 não foi descentralizado recursos para outros órgãos federais pela UFPB, nem foi firmado nenhum convênio com fundação de apoio, uma vez que recursos recebidos por meio de TED só podem ser executados diretamente.

No que diz respeito aos Termos de Cooperação dos diversos órgãos concedentes para a UFPB como recebedora dos recursos, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), temos os seguintes projetos:



- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE-MC, Valor R\$ 69.354,00;
- Capacitação dos professores do Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa – PNAIC, Valor R\$ 104.834,40;
- Oferta do curso de graduação em pedagogia bilingue – Licenciatura, valor R\$ 90.000,00; **4)** Programa MEDIOTEC, valor R\$ 4.355.615,67;
- Programa de apoio à Pós-Graduação – PROAP, valor R\$ 2.463.509,56;
- Implantação e desenvolvimento de cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), valor R\$ 1.900.674,00;
- Implementação e oferta do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, valor R\$ 45.791,00;
- Formação continuada de educadores em educação do campo, valor R\$ 23.947,50;
- Produção de material didático e formação de mediadores de leitura para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), valor R\$ 14.383,00;
- Curso de aperfeiçoamento educação, pobreza e desigualdade social - EPD, valor R\$ 159.959,70;
- Desenvolvimento de aplicativos para TV digital de interesse dos beneficiários do programa Bolsa Família e do cadastro único - parcela de 2017, valor R\$ 474.000,00;
- Termo de Execução Descentralizada entre o INCRA e a UFPB, valor R\$ 372.620,90.

Portanto, os projetos desenvolvidos pela UFPB em 2017 relativos a TED, em número de **12**, totalizam R\$ 10.074.689,73 de recursos recebidos para execução. Em relação ao exercício de 2016, temos que o montante recebido por meio de TED foi R\$ 12.406.731,56, em número de **16** descentralizações, o que demonstra uma diminuição de mais de R\$ 2.000.000,00 em projetos desenvolvidos pela UFPB. Esta situação pode ser um reflexo da crise evidenciada pela redução de investimentos no setor público, em especial na educação superior.

Em 2017 a Fundação de Apoio PaQTec firmou alguns convênios com terceiros, em que a UFPB figura como interveniente, mas que não envolveu transferência de recursos públicos financeiros. Quanto à avaliação dos riscos deste envolvimento, bem como da estrutura de controles internos para mitigar tais riscos, sugerimos ao longo dos exercícios de 2016 e 2017 que fossem criados mecanismos de controle interno, que atendessem as fases de formalização, de execução e de prestação de contas, principalmente por entendermos que envolvem recursos patrimoniais da interveniente UFPB.

3.3.4.1 Situação da prestação de contas e da análise das contas

Com relação a prestação de contas dos convênios celebrados com a UFPB, no Quadro 26 é mostrado a relação das contas apresentadas no exercício.

Quadro 26 – Resumo da prestação de contas sobre transferência concedidas pela UFPB nas modalidades de convênio, contrato de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal da Paraíba					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos	Termo de Exec. Descent.
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	7	19	2
		Montante Repassado	5.888.146,50	7.723.303,44	1.774.680,00

Fonte: DAC/CCF/PRA.

Quanto aos termos de cooperação (TED), os quais totalizaram um valor de R\$ 1.774.680,00, relativos à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) enquanto concedente de recursos, acusa-se a ausência de Relatório Físico-Financeiro a serem encaminhados à concedente UFPB, dos Termos de Cooperação:

- UFPB/UFRN 2010/2012, o qual foi transferido 3 parcelas de R\$ 300.000,00, totalizando R\$ 900.000,00
- UFPB/UFRN nº 01/2014 – o qual foi transferido 3 parcelas de R\$ 291.560,00 somando R\$ 874.680,00.

No que diz respeito aos convênios de exercícios anteriores, os quais não tiveram contas prestadas em 2017, temos 05 convênios com a Funape, 01 convênio com a Fundação José Américo e 01 com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, que somaram um montante de R\$ 5.888.146,50. Apontamos os seguintes instrumentos:

Convênios da UFPB com a FUNAPE:

- 012/97 - Cooperação técnico-científica entre as convenientes, valor R\$ 802.090,00;
- 074/99 - Substabelecimento ao executor para execução do convênio CAPES/PROAP Nº 09/97, valor R\$ 1.306.850,00;
- 089/00 - Estágio de mestrado interinstitucional, valor R\$ 28.980,00;



- 049/02 - PROAP - referente o convenio: CAPES/PROAP 027/2000, em consequência do TA 03/2001, valor R\$ 1.570.342,50;
- 186/05 - Recuperação e reforma da infraestrutura da UFPB, valor R\$ 1.128.254,00.

Convênios da UFPB com a Fundação José Américo:

- 217/06 - 1ª Fase da implantação da coordenação geral da UFPB virtual - Sistema Universidade Aberta no Brasil – UAB, valor R\$ 253.560,00.

Convênio da UFPB com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP)

- 213/2007 - Execução de obras de regularização da superfície e o revestimento asfáltico da malha viária interna do campus I, no valor de R\$ 798.070,00. Ressalta-se que a prestação de contas final deste convênio retornou por estar incompleta.

As transferências efetuadas pela UFPB para as fundações FUNAPE e FJA na modalidade contrato registram 19 instrumentos sem recebimento de prestação de contas, totalizando um valor de R\$ 7.723.303,44.

Os contratos de números: 01/2010; 02/2010; 03/2010; 04/2010 e 41/2010 tiveram suas contas apresentadas, analisadas pela Comissão de Tomada de Contas Especial (TCE) que recomendou desaprovação, com dano ao erário apurado, referendada pela Coordenação de Controle Interno (CCI). Temos, portanto, cinco (05) contratos concluídos com recomendação de desaprovação.

Em relação a convênios da UFPB com a FUNAPE, em que a fundação arrecadou receita, ratificamos dados contidos no relatório de Gestão referente ao exercício de 2016, concernente à ausência de prestação de contas pela FUNAPE dos convênios em que a mesma arrecadava as receitas e executava as despesas, constantes de registros específicos.

Quadro 27 – Situação da análise das contas prestadas em 2017.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Universidade Federal da Paraíba				
	Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos		
		Convênios	Contratos	TED
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	-
	Quantidade Reprovada	-	-	-
	Montante Repassado (R\$)	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante Repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante Repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: DAC/CCF/PRA.

O Quadro 27 apresenta a situação da análise das prestações de contas em 2017, quais sejam: não foram apresentadas prestações de contas no exercício de 2017. Ao longo do ano foram feitas análise das prestações de contas dos anos anteriores.

Fazendo um balanço das atividades de análise das prestações de contas das fundações de apoio, com pendências diversas, a Divisão de Acordos e Convênios analisou 54 convênios, sendo que 08 foram recomendadas baixas e arquivamento e 46 com recomendações de Tomada de Contas Especial.

Dentre as 46 prestações de contas de Convênios com Análise Formal, que resultaram em não aprovação e com sugestão de TCE, 34 já foram concluídas, com Relatório da TCE, Parecer da CCI e Apuração de Dano ao Erário. Com relação aos Contratos analisados em TCE e Parecer da CCI, todos resultaram em não aprovação. Assim temos: 34 Convênios com TCE concluídas, 05 Contratos com TCE concluídas, totalizando 39 (não aprovados).

A partir do exercício de 2016, intensificando-se em 2017, a Seção de Análise e Avaliação, nos limites de sua competência e atribuições, vem atendendo a solicitações e intimações, por determinação da administração central, o atendimento a setores internos (CCI; CPPAD; Procuradoria Jurídica) e órgãos externos (CGU; TCU; Ministério Público Federal; Justiça Federal e Servidores responsabilizados na desaprovação das prestações de contas). O atendimento consiste na providência de cópias físicas ou digitalizadas de documentos, informações complementares e/ou suplementares às prestações de contas desaprovadas, aplicando-se a cada caso, a abrangência e os limites da solicitação.

Essa atividade atípica e incomum, em volume considerável, decorre do grande número de convênios com as fundações de apoio (FUNAPE e FJA) que tiveram suas contas desaprovadas, com dano ao erário apurado, provocando uma demanda reprimida durante vários exercícios, resultando no estágio atual, o atendimento às intimações e solicitações acima citadas. Essas atribuições foram acrescidas à competência da Seção de Análise e Avaliação da Divisão de Acordos e Convênios (DAC), mantendo-se a lotação de dois servidores.

3.3.4.2 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

DA EXECUÇÃO

Registre-se que em diversas oportunidades temos informado à administração do déficit de pessoal, motivado por aposentadorias de servidores, bem como do aumento da demanda das rotinas de trabalho. As atribuições de competência da DAC incluem execução orçamentária e financeira das descentralizações de recursos, acompanhamento e produção de relatórios individualizados de cada projeto. Para realização dessas tarefas dispomos de três servidores, quantidade insuficiente para atendimento da demanda.

DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO (PRESTAÇÃO DE CONTAS)

Compete também à DAC, através da Seção de Análise e Avaliação, a emissão de Parecer conclusivo em Convênios e Termos de Execução Descentralizada (TED) em fase anterior as assinaturas. Nessa análise, além do aspecto legal, deve ser observado o aspecto técnico contábil. Em fase intermediária deve ser observado o desenvolvimento satisfatório da execução física/financeira e

em fase final, a recepção das prestações de contas para análise e emissão de Parecer Final, resultando na indicação de aprovação, devolução para ajustes ou não aprovação. Em caso de não aprovação, procede-se a ANÁLISE FORMAL, que antecede oficialmente a sugestão de encaminhamento para as comissões de Tomada de Contas Especial (TCE).

3.3.5 Informações sobre a realização das receitas

As composições das receitas da UFPB em 2017 foram arrecadadas por GRU e compõem a fonte de receitas próprias no orçamento da Unidade. Essas informações são detalhadas na Tabela 10 na qual é mostrada a receita prevista e arrecada por natureza de receita.

Tabela 10 – Receita Própria da UFPB - Receita Inicial X Receita Realizada

RECEITA	DISCRIMINAÇÃO	Previsão inicial da receita (R\$)	Receita realizada (R\$)	%ARRECADAÇÃO
1000.00.00	Receitas Correntes	4.780.024,00	2.787.046,51	58,31%
1300.00.00	Receita Patrimonial	898.583,00	758.794,80	84,44%
1311.00.00	Aluguéis	898.583,00	758.785,21	-
1310.01.12	Aluguéis-multa e juros	-	9,59	-
1400.00.00	Receita Agropecuária	25.229,00	146.907,50	582,30%
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	25.229,00	146.907,50	-
1600.00.00	Receita de Serviços	3.856.212,00	1.814.964,19	47,07%
1610.01.11	Serv. Administrat. e Comerciais	329.567,00	852.271,22	-
1610.01.11	Serv. Administrat. e Comerciais multa e juros	0,00	160,00	-
1610.02.11	Inscr. Em concursos e proc. Seletivo	3.526.645,00	962.532,97	-
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	-	66.380,02	-
1910.01.11	Multas Previstas em Leg. Especifica	-	66.049,35	-
1921.01.11	Indeniz.p/danos causados ao patr.púb.	-	-	-
1922.06.11	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	-	330,67	-
1922.99.11	Outras restituições - Principal	-	-	-
1922.99.12	Outras restituições - Multas e Juros	-	-	-
2000.00.00	Receitas Capital	-	206.500,00	-
1300.00.00	ALIENAÇÃO	-	206.500,00	-
2213.00.11	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	-	206.500,00	-
7000.00.00	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	87.205,00	82.702,50	94,84%
7310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	-	-	-
7610.01.11	Serv. Administrativos e Comerciais gerais	87.205,00	82.702,50	-
TOTAL RECEITAS		4.867.229,00	3.076.249,01	63,20%

Fonte: CODEOR/PROPLAN.

Na Tabela 10 é mostrado o comparativo da expectativa de receita própria da UFPB com a receita realizada, no ano de 2017. A receita própria da Instituição representa um esforço para que se possa diminuir a total dependência do Orçamento do Tesouro.

As receitas correntes são compostas pelas receitas patrimoniais, que atingiram 84,44% do projetado para ano. As receitas da Agropecuária são relativas aos *campi* do interior, relacionadas às áreas de produção vegetal e animal que lá são desenvolvidas. Estas superaram a expectativa, atingindo 582,3% do projetado para o ano de 2017. Já receitas de serviços representaram 47% do total previsto, sendo relacionadas à arrecadação com as taxas de inscrição em cursos e concursos.

Compreendem ainda as receitas correntes o item Outras Receitas Correntes, que correspondem à parte de multas relacionadas a contratos e alugueis da instituição que resultaram em uma arrecadação de R\$ 66.380,02.

As receitas correntes Intra-Orçamentárias foram executadas em quase sua totalidade, com percentual de 94,8%.

De maneira geral, a UFPB atingiu o patamar de 63,2% da sua receita própria projetada.

3.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Nessa seção será apresentada a consolidação da execução das despesas pela UFPB e pelo HULW. A Tabela 11 e Tabela 12 detalham as despesas por modalidade de contrato na UFPB e HULW, respectivamente, enquanto que as Tabela 13 e Tabela 14 mostram as contratações por grupo e elemento de despesa na UFPB e HULW, respectivamente.



Tabela 11 – Despesas por modalidade de contratação da UFPB, exceto HULW.

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	76.905.541,36	4,96	72.944.866,90	5,20	39.798.974,48	2,65	31.855.446,02	2,36
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	102.199,47	-	-	-	22.809,51	-
c) Concorrência	-	-	1.470.568,54	-	-	-	71.459,37	-
d) Pregão	76.905.541,36	-	71.372.098,89	-	39.798.974,48	-	31.761.177,14	-
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	35.031.799,55	2,26	42.033.032,61	3,00	27.688.891,12	1,84	36.418.542,89	2,70
h) Dispensa	24.550.414,18	-	21.689.482,56	-	19.226.296,69	-	20.180.720,29	-
i) Inexigibilidade	10.481.385,37	-	20.343.550,05	-	8.462.594,43	-	16.237.822,60	-
3. Regime de Execução Especial	9.913,43	0,00	22.775,25	0,00	9.913,43	0,00	22.775,25	0,00
j) Suprimento de Fundos	9.913,43	-	22.775,25	-	9.913,43	-	22.775,25	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.398.685.910,46	90,20	1.243.158.272,08	88,69	1.398.467.062,12	93,13	1.242.632.757,14	92,15
k) Pagamento em Folha	1.397.252.990,65	-	1.241.311.200,69	-	1.397.035.477,37	-	1.240.794.515,11	-
l) Diárias	1.432.919,81	-	1.847.071,39	-	1.431.584,75	-	1.838.242,03	-
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	1.510.633.164,80	97,42	1.358.158.946,84	96,90	1.465.964.841,15	97,62	1.310.929.521,30	97,21
6. Total das Despesas da UPC	1.550.581.243,59	100	1.401.666.164,02	100	1.501.701.775,53	100	1.348.520.384,25	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.

OBS: A diferença entre o Total das Despesas (1+2+3+4) e o Total das Despesas da UPC, é referente ao valor parcial da modalidade de licitação NÃO SE APLICA.



Tabela 12 – Despesas por modalidade de contratação do HULW (Valores em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	-	-	-	-	-	-	-	-
h) Dispensa	-	-	-	-	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	0	0	2.478,51	0	0	0	2.478,51	0
j) Suprimento de Fundos	-	-	2.478,51	-	-	-	2.478,51	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	212.461.610,41	0,00	192.598.889,51	0,00	212.461.610,41	0,00	192.584.456,96	0,00
k) Pagamento em Folha	212.461.610,41		192.598.889,51		212.461.610,41		192.584.456,96	-
l) Diárias	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	212.461.610,41	0,00	192.601.368,02	0,00	212.461.610,41	0,00	192.586.935,47	
6. Total das Despesas da UPC	212.488.512,08	100	192.603.568,02	100	212.488.512,08	100	192.589.135,47	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.

Obs: a diferença entre total despesas (1+2+3+4) e total UPC é referente ao total do não se aplica (auxílio funeral).



Tabela 13– Despesas por grupo e elemento de despesa da UFPB, exceto HULW (Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	1.344.671.010,55	1.189.593.710,06	1.344.669.210,07	1.189.568.145,04	1.800,48	25.565,02	1.344.669.210,07	1.189.568.145,04
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	688.691.519,70	617.860.002,67	688.691.519,70	617.860.002,67	-	-	688.691.519,70	617.860.002,67
319001 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	415.581.014,12	354.224.989,27	415.581.014,12	354.224.989,27	-	-	415.581.014,12	354.224.989,27
Demais elementos do grupo	240.398.476,73	217.508.718,12	240.396.676,25	217.483.153,10	1.800,48	25.565,02	240.396.676,25	217.483.153,10
3. Outras Despesas Correntes	185.461.200,79	190.045.154,26	156.328.477,17	154.173.604,48	29.132.723,62	35.871.549,78	153.583.496,29	153.547.051,02
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	72.431.121,53	75.753.835,17	55.219.799,00	53.962.028,66	17.211.322,53	21.791.806,51	52.877.153,09	53.560.299,96
339046 - AUXILIO-ALIMENTACAO	28.978.743,58	28.792.951,41	28.978.743,58	28.792.951,41	-	-	28.978.743,58	28.792.951,41
339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	27.744.747,70	28.719.895,54	26.547.829,36	24.251.106,70	1.196.918,34	4.468.788,84	26.546.879,36	24.226.006,70
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.815.795,82	14.158.862,67	14.705.669,75	14.158.862,67	110.126,07	-	14.705.669,75	14.158.862,67
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	8.919.615,98	10.535.285,97	3.421.311,79	4.610.036,37	5.498.304,19	5.925.249,60	3.320.100,99	4.503.135,06
Demais elementos do grupo	32.571.176,18	32.084.323,50	27.455.123,69	28.398.618,67	5.116.052,49	3.685.704,83	27.154.949,52	28.305.795,22
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	20.449.032,25	22.027.299,70	3.455.245,67	5.591.313,22	16.993.786,58	16.435.986,48	3.449.069,17	5.405.188,19
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.400.313,03	20.232.985,33	3.448.262,84	5.183.452,71	16.952.050,19	15.049.532,62	3.442.086,34	4.997.327,68
449051 - OBRAS E INSTALACOES	-	1.441.026,50	-	71.459,37	-	1.369.567,13	-	71.459,37
449039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	34.310,00	330.478,36	-	313.591,63	34.310,00	16.886,73	-	313.591,63
449092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	14.409,22	22.809,51	6.982,83	22.809,51	7.426,39	-	6.982,83	22.809,51
Total Geral	1.550.581.243,59	1.401.666.164,02	1.504.452.932,91	1.349.333.062,74	46.128.310,68	52.333.101,28	1.501.701.775,53	1.348.520.384,25

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.



Tabela 14 – Despesas por grupo e elemento de despesa do HULW (Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	192.258.444,17	176.022.644,80	192.258.444,17	176.022.644,80	0,00	0,00	192.258.444,17	176.022.644,80
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.878.741,53	95.063.004,53	100.878.741,53	95.063.004,53	-	-	100.878.741,53	95.063.004,53
319001-APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	58.148.368,66	47.628.157,21	58.148.368,66	47.628.157,21	-	-	58.148.368,66	47.628.157,21
Demais elementos do grupo	33.231.333,98	33.331.483,06	33.231.333,98	33.331.483,06	-	-	33.231.333,98	33.331.483,06
3. Outras Despesas Correntes	20.230.067,91	18.580.923,22	20.230.067,91	18.566.490,67	0,00	14.432,55	20.230.067,91	18.566.490,67
339048 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	11.598.510,32	9.799.796,88	11.598.510,32	9.799.796,88	-	-	11.598.510,32	9.799.796,88
339046 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	4.002.582,01	4.423.755,51	4.002.582,01	4.423.755,51	-	-	4.002.582,01	4.423.755,51
339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.319.702,03	1.960.968,70	2.319.702,03	1.960.968,70	-	-	2.319.702,03	1.960.968,70
Demais elementos do grupo	2.309.273,55	2.396.402,13	2.309.273,55	2.381.969,58	-	14.432,55	2.309.273,55	2.381.969,58
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	212.488.512,08	194.603.568,02	212.488.512,08	194.589.135,47	0,00	14.432,55	212.488.512,08	194.589.135,47

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.

3.3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Do Quadro 28 ao Quadro 30 são mostrados os quantitativos para concessão, utilização e classificação dos suprimentos de fundos da UFPB nos exercícios 2016 e 2017. Em relação ao HU não houve registro de concessão e utilização de suprimento de fundos.

Quadro 28 – Concessão de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	153065	PRA-REITORIA	-	-	11	9.913,43	2.000,00
2016	153065	PRA-REITORIA	-	-	15	22.775,25	3.357,83

Fonte: Consulta aos processos de 2017.

Quadro 29 – Utilização de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2017	153065	PRA-REITORIA	-	-	-	0,00	9.913,43	9.913,43
2016	153065	PRA-REITORIA	-	-	1	2.090,00	20.685,25	22.775,25

Fonte: Consulta a processos e ao balancete SIAFI no dia 30/01/2018.

Quadro 30 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153065	PRA - REITORIA	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	07 - Gêneros de Alimentação	7.824,16
			24 - Mat. p/Manut.de Bens Imóveis/ Instalações	455,27
			25 - Material p/ Manut. De Bens Moveis	603,00
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	968,00
			42 - Ferramentas	63,00

Fonte: CCF/PRA.

3.3.8 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de crédito ou recursos.

A Tabela 15 descreve valores a partir do reconhecimento de passivo de acordo com o decreto 93.872/86, art. 22.

Art. 22. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria (Lei nº 4.320/64, art. 37).

§ 1º O reconhecimento da obrigação de pagamento, de que trata este artigo, cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

a) Despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;

b) Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

c) Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Tabela 15 – Reconhecimento de passivo (Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Conta Contábil					
UG	Credor (CNPJ/CPF – Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
	153065	0,00	1.532.859,76	1.532.859,76	0,00
	01980356408	-	2.686,33	2.686,33	0,00
	08642060468	0,00	-	-	-
	13920693434	0,00	-	-	-
	153065	-	626,01	626,01	0,00
	17676533449	0,00	-	-	-
	27468925453	0,00	-	-	-
	28991291805	0,00	-	-	-
153065	39535150472	0,00	-	-	-



Identificação da Conta Contábil					
UG	Credor (CNPJ/CPF – Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
	41219678449	0,00	-	-	-
	56877145453	0,00	-	-	-
	56959974453	0,00	-	-	-
	93094825400	0,00	-	-	-
	170500	-	186.425,82	186.425,82	0,00
	00000000429945	-	1.554,58	1.554,58	0,00
	00448994000103	-	2.032,24	2.032,24	0,00
	02124013351	0,00	-	-	-
	78809530000172	-	3.000,00	3.000,00	0,00
	110245	-	17.159,05	17.159,05	0,00
	8806721000103	-	2.456,04	2.456,04	0,00
	153065	-	10.488,58	10.488,58	0,00
Total	-	0,00	1.759.288,41	1.759.288,41	0,00
	01476494000148	0,00	-	-	-
	01976714000100	-	5.654,00	5.654,00*	0,00
	04302721000107	-	5.743,41	5.743,41*	0,00
	05950933000163	-	34.613,36	34.613,36	0,00
	07395989000129	-	13.289,92	13.289,92*	0,00
153066	07442731000136	0,00	61.466,42	61.466,42**	0,00
	07761080000147	0,00	-	-	-
	09123654000187	-	42.600,78	42.600,78	0,00
	110245	0,00	-	-	-
	12048368000109	0,00	-	-	-
	13923606000140	-	6.606,46	6.606,46*	0,00
Total	-	0,00	169.974,35	169.974,35	0,00
153068	510510	-	52,00	52,00***	0,00
Total	-	-	52,00	52,00	0,00
153071	35343136000189	0,00	-	-	0,00
Total	-	0,00	-	-	0,00
153073	09462036000161	0,00	-	-	-
	510510	0,00	-	-	-
Total	-	0,00	-	-	-
153074	75304511468	-	6.300,00	6.300,00	0,00
Total	-	-	6.300,00	6.300,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

*Na UG 153066, os valores (R\$ 5.654,00), (R\$ 5.743,41), (R\$ 13.289,92) e (R\$ 6.606,46) referem-se a baixa de passivo circulante prescrito conf. Art.70 do Decreto 93.872/86.

**CNPJ (07442731000136) - o valor R\$ 54.859,96 refere-se a reconhecimento de passivo, e o valor de R\$ 6.606,46 refere-se a baixa de passivo circulante.

***Na UG 153068, o valor (R\$ 52,00) refere-se a baixa para regularizar a fonte de recursos a classificar do passivo financeiro

3.4 Desempenho operacional

Nessa subseção serão demonstrados os resultados obtidos pela UFPB quanto à implementação do planejamento em relação às ações desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas propostos no PDI 2014-2018, com a finalidade de se atender a Missão da universidade.

3.4.1 Ensino de Graduação

No Quadro 31 são mostrados os parâmetros definidos pelo PDI 2014-2018 para quantificar o ensino de graduação na UFPB, com os respectivos valores em 2013, projeção para 2018; bem como os valores já alcançados em 2016 e 2017.

Quadro 31 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para o Ensino de Graduação.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2016*	2017
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	7.555	8.311	7.700	7.790
Número de alunos diplomados	2.862	3.578	1.760	4.014
Número de Bolsas de Apoio (Estágio, PROLICEN, PIBID, Monitoria, PROMEB, PET, PROTUT)	2.289	2.747	2.034	1.839

Fonte: PRG.

*Dados do Relatório de Gestão 2016.

OBS: O valor de 1760 diplomados informado em 2016 se referiu aos alunos diplomados no período 2016.1 relativo aos campi I e IV. Os Campi II e III atrasaram a colação de grau por conta de uma greve que paralisou as atividades discentes

As vagas ofertadas em 2017 sofreram um ligeiro aumento em comparação ao ano de 2016, mesmo diante do cenário nacional de contingenciamento dos recursos para as IES. Porém, pelas regras do SisU, a efetivação dos alunos na instituição sofre uma rotatividade que afeta sobremaneira o preenchimento efetivo das vagas.

Quanto ao aumento, em 2017, do número de alunos diplomados, este ocorreu, devido ao calendário acadêmico do período pós-greve. Atualmente estamos no período 2017.2, de modo que o ano civil não corresponde ao período acadêmico. Dessa forma, foram computados os formados nos períodos 2016.1, 2016.2 e 2017.1. Além disso, os calendários acadêmicos dos campi II e III são diferentes do campus I. Se encontram em fase final de estudo uma proposta da PRG para normalização dos calendários.

As ações para a melhoria de ensino foram implementadas por meio da criação de programas como o PROTUT e o PROMEB; número maior de bolsas de monitoria e de PROLICEN; acompanhamento constante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da instituição. Porém, em 2017 não foi possível manter (ou ampliar) o quantitativo de bolsas em relação ao ano de 2016 (2.034 bolsas), em decorrência da não oferta de bolsas para o programa PROMEB. Outro fator que contribuiu para um diagnóstico das dificuldades dos cursos de graduação é o estudo que

descreve os percentuais de retenção e de evasão. A avaliação docente pelo discente é outro aspecto a ser considerado para a melhoria do ensino, porque possibilita o desenvolvimento de estratégias de auto avaliação, visando à efetivação de produtivas intervenções pedagógicas.

Com relação à aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias, vale ressaltar que, com a implantação dos módulos SIGAA acadêmico e SIGAA monitoria, a PRG passou a ter maior funcionalidade de suas ações. O SIGAA acadêmico permitiu uma maior transparência nos procedimentos acadêmicos de uma maneira geral, particularmente, o acesso às atividades no módulo EAD para todos os docentes da graduação presencial. A administração do “módulo monitoria” facilitou o processo de seleção de projetos e de alunos candidatos a monitores bolsistas ou voluntários.

Na Tabela 16 estão registrados os dados referentes à graduação, por centro de ensino da UFPB nos anos de 2013, 2017 e a meta projetada para 2018 no PDI 2014-2018.

Tabela 16 – Dados da graduação para Centros Acadêmicos, com as respectivas metas do PDI 2014-2018.

CBIOTEC			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	1	1	2
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	70	70	70
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	121	209	400
Número de bolsas de monitoria	0	2	-
CCEN			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	14	11	14
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	835	615	905
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	2.340	1.759	2.598
Número de bolsas de monitoria	38(edital 008/2012) e 44 (edital 023/2013)	58	-
CCHLA			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	21	17	21
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	1.185	990	1.185
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	3.478	3286	3.478



Número de bolsas de monitoria	23 (edital 008/2012) e 48 (edital 023/2013)	43	-
CCJ			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	4	2	7
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	400	400	546
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	1.852	1566	2.039
Número de bolsas de monitoria	27 (edital 008/2012) e 20 (edital 023/2013)	38	-
CCM			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	1	1	1
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	120	120	120
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	745	680	745
Número de bolsas de monitoria	11(edital 008/2012) e 30 (edital 023/2013)	23	-
CCS			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	9	11	10
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	720	700	780
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	3.361	2470	3.706
Número de bolsas de monitoria	62 (edital 008/2012) e 157 (edital 023/2013)	117	-
CCSA			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	12	9	13
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	1.140	1020	1.310
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	3.702	3220	4.000
Número de bolsas de monitoria	21 (edital 008/2012) e 51 (edital	48	-



	023/2013)		
CCTA			
GRADUAÇÃO	2013	2017	2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	14	15	16
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	685	530	785
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	2.426	2.110	3.000
Número de bolsas de monitoria	4 (edital 008/2012) e 6 (edital 023/2013)	9	-
CE			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	8	6	9
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	450	600	480
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	1.126	1685	1.900
Número de bolsas de monitoria	13 (edital 008/2012) e 38 (edital 023/2013)	40	-
CEAR			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	2	2	3
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	80	160	110
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	124	584	420
Número de bolsas de monitoria	13 (edital 023/2013)	15	-
CI			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	3	3	3
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	250	250	250
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	715	750	1.030
Número de bolsas de monitoria	25 (edital 023/2013)	9	-
CT			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	10	10	10



Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	770	720	1.139
Número de alunos/matrículas projetadas nos cursos presenciais de graduação	3.420	2.837	3.789
Número de bolsas de monitoria	25(edital 008/2012) e 12 (edital 023/2013)	31	-
CTDR			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	7	3	9
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	300	270	560
Número de alunos/matrículas projetadas nos cursos presenciais de graduação	752	374	1.160
Número de bolsas de monitoria	7 (edital 008/2012) e 5 (edital 023/2013)	16	-
CCA			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	7	7	17
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	260	350	610
Número de alunos/matrículas projetadas nos cursos presenciais de graduação	1472	1215	2923
Número de bolsas de monitoria	32 (edital 008/2012) e 89 (edital 023/2013)	60	-
CCHSA			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	7	5	12
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	430	370	730
Número de alunos/matrículas projetadas nos cursos presenciais de graduação	1.361	983	1.436
Número de bolsas de monitoria	33 (edital 008/2012) e 22 (edital 023/2013)	26	-
CCAE			
GRADUAÇÃO	2013	2017	META 2018
Número de cursos presencias (critério INEP)	10	10	12
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	550	750	700



Número de alunos/matrículas projetadas nos cursos presenciais de graduação	2.757	2092	3.200
Número de bolsas de monitoria	34 (edital 13/2011), 40 (edital 008/2012)	62	-

Fonte: PRG.

Observação 1: A meta de bolsas de monitoria para 2018 é de 600 bolsas. A distribuição por centro dependerá do Resultado Final do Edital PRG/CEM nº36/2017.

3.4.2 Pós-Graduação e Pesquisa

No Quadro 32 são mostrados os parâmetros definidos pelo PDI 2014-2018 para quantificar a Pós-Graduação e Pesquisa na UFPB, com os respectivos valores em 2013 e a projeção para 2018; bem como os valores já alcançados em 2016 e 2017.

Quadro 32 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para a Pesquisa e Pós-Graduação.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2016	2017
Número de cursos de Mestrado (acadêmico e profissional)	56	67	70	70
Número de cursos de Doutorado	32	38	38	36
Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4	54	59	61	76
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	4.064	4.877	4.730	4.738
Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	910	1.092	1.146	2.016
Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos)	1.230	1.476	1.119	1.147

Fonte: PRPG e PROPESQ.

A seguir, discutiremos a evolução de cada um dos parâmetros mostrados no Quadro 32:

- ❖ **Número de cursos de Mestrado:** a UFPB atingiu e superou a meta proposta já em 2015 e, em 2017, não houve aprovação de propostas de APCN em nível de mestrado.
- ❖ **Número de cursos de Doutorado:** a UFPB também atingiu plenamente a meta já em 2015. Para o valor de 2017 foi corrigido um erro na plataforma da CAPES com relação a dominação de dois cursos de doutorado que estavam duplicados.
- ❖ **Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4:** a UFPB atingiu a meta em 2016. De acordo com o resultado da última avaliação quadrienal da CAPES divulgada em 2017, 43,42% dos cursos da UFPB possuem conceito 4, bem acima da média para a região nordeste que é 36,72% e da média nacional que é de 35,33%. Quanto aos cursos com conceito 5 e 6, a média da UFPB é

17,1% e 3,07%, respectivamente, sendo a correspondente média para a região nordeste de 12,28% e 3,07%.

- ❖ **Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado):** a UFPB ainda não atingiu a meta, porém, está muito próxima de fazê-lo. Isso foi, provavelmente, um reflexo de um corte de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) que ocorreu especificamente em 2016. Com uma menor oferta de cotas de bolsas, a procura de candidatos para o programa também decresceu, refletindo esta pequena diminuição no indicador.
- ❖ **Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado):** A UFPB atingiu a meta em 2016. Em 2017 é observado um aumento significativo no número de titulados em relação ao ano anterior.
- ❖ **Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos):** a UFPB teve 1.147 bolsistas de Iniciação Científica, considerando os diversos programas e modalidades, a saber: Iniciação Científica PIBIC (1000), Iniciação Científica-Ações Afirmativas-PIBIC-AF (14), Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação-PIBITI (33) e Iniciação Científica do Ensino Médio-PIBIC-EM (100). Do montante das bolsas PIBIC, 608 foram financiadas pelo CNPq e 500 bolsas foram financiadas com recursos da UFPB. Na Tabela 17 é mostrado a distribuição de bolsistas e voluntários dos diversos programas, por centro, para o ano de 2017.

Tabela 17 – Números de discentes envolvidos nos Programas de Iniciação Científica, por Centro Acadêmico, em 2017.

Centro	Programa						Total
	PIBIC	PIBIC-AF	PIBIC-EM	PIBITI	PIVITI	PIVIC	
CBIOTEC	23	-	-	1	1	19	44
CCA	89	1	11	1	-	51	153
CCAE	35	-	4	3	2	24	68
CCEN	161	2	5	4	4	40	216
CCHLA	100	5	8	1	-	65	179
CCHSA	43	-	40	-	2	20	105
CCJ	15	-	1	-	-	22	38
CCM	27	-	6	-	-	67	100
CCS	213	2	12	-	-	155	382
CCSA	76	1	4	4	6	28	119
CE	47	-	1	-	-	17	65
CEAR	39	1	1	2	-	26	69
CI	23	-	4	7	1	10	45
CT	90	2	1	9	6	77	185
CTDR	19	-	2	1	1	7	30
Total	1000	14	100	33	23	628	1798

3.4.3 Extensão

Em relação à extensão, no Quadro 33 são mostradas as informações referentes ao PROBEX, FLUEX e ao programa de extensão “UFPB no seu município”, comparativamente com os valores previstos no PDI e os resultados alcançados em 2016 e 2017.

Quadro 33 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para a Extensão.

Programa	Parâmetro	PDI 2014-2018		Valores Alcançados	
		2013	2018	2016	2017
PROBEX	Número de Projetos	340	500	467	509
	Número de Estudantes Bolsistas	433	600	536*	536
	Valor da Bolsa (R\$)	400,00	500,00	400,00	400,00
	Colaboradores Extensionistas	4.066	6.000	4.870	4.739
FLUEX	Nº Eventos apoiados	205	275	140	178
“UFPB no seu Município”	Nº de municípios com convênios e parcerias	09	61	12	55

Fonte: PRAC.

* Retificação do valor informado no Relatório de Gestão 2016.

No exercício 2017, alcançou-se 509 projetos de extensão aprovados no Edital Probex, o que corresponde a uma evolução de 49,7% em relação ao ano de 2013. Tal crescimento já ultrapassa a meta estipulada para 2018 em quase 2%. Outro dado importante consiste na manutenção do número de bolsas em 536. Contudo mesmo com os constantes contingenciamentos de orçamento impostos pelo Governo Federal, houve ampliação no número de bolsas ofertadas nos Editais UFPB no seu Município e de Fluxo Contínuo da Extensão - FLUEX. Aliado ao estudo de projetos e bolsas, a seleção tem priorizado projetos que visem à articulação entre o conhecimento produzido na Instituição e a sociedade, buscando a melhoria para a qualidade de vida da população.

Com relação ao aperfeiçoamento do gerenciamento dos projetos de extensão visando à construção de indicadores, o Quadro 33 que demonstra o crescimento do PROBEX nos aponta alguns avanços. A diminuição no número de colaboradores extensionistas foi reflexo do monitoramento das ações de extensão, onde foi identificada a duplicidade de colaboradores que participavam de diversas ações no mesmo edital. A consequência da duplicidade inflacionava a carga horária da ação e os encargos docentes.

Um importante avanço foi a implantação do SIGAA que garantiu maior segurança e exatidão nas informações gerenciadas, pois o registro e submissão de propostas se dá por meio de um rigoroso protocolo de homologação e validação inclusive das chefias imediatas que agora participam do fluxo de trabalho de gerenciamento das ações de extensão. A exemplo da importância do avanço proporcionado pelo SIGAA está o registro do número de colaboradores

extensionistas em comparação com o registro no SIGPROJ. A PRAC no ano de 2016 registrou 4.870 colaboradores de ações de extensão, cujo o registro no SIGPROJ garantia a efetiva participação do extensionista, porém sem qualquer autorização ou homologação pelo chefe imediato, diferente do SIGAA. No SIGAA registramos no ano de 2017 a participação homologada e validada pelas chefias imediatas e pela PRAC de 4.739 colaboradores no PROBEX, haja vista que a precisão do número EFETIVO de colaboradores dá uma maior segurança a esta Pró-Reitoria no gerenciamento das informações.

Em relação ao programa “UFPB no seu Município”, por ser a primeira vez que o Programa foi institucionalizado por meio de Edital, contamos com algumas dificuldades na materialização da meta, contudo foi um avanço significativo para a Extensão Universitária a criação do programa e a seleção de propostas por meio de edital, o que deu maior lisura, transparência e eficiência na gestão das ações de extensão vinculadas a este Programa. Ao todo 65 propostas foram submetidas e 55 foram aprovadas, aumentando significativamente o número de ações e o escopo de municípios participantes do Programa UFPB no seu Município. Vale salientar, que a implementação do SIGAA foi uma importante ferramenta para gerenciar editais e projetos ao mesmo tempo.

As parcerias do Programa “UFPB no seu Município” se fortaleceram com a criação do Fórum Estadual de Extensão, que reúne, além da UFPB, a UFCG, a UEPB, IFPB e UNIPÊ. As ações do Programa foram redistribuídas entre litoral e agreste, para a UFPB, UNIPÊ e IFPB, e as demais localidades, com a UFCG e UEPB. Sendo assim, a cobertura das ações de extensão abrange todo o estado da Paraíba.

É digno de nota que o Fórum Estadual ganhou um importante parceiro interestadual, a UFRN. Tal parceria buscará o atendimento de municípios que fazem fronteira entre os dois estados.

As ações de extensão envolvem todos os centros acadêmicos da UFPB. Na Tabela 18 é mostrado os quantitativos alcançados em 2017 por unidade acadêmica.

Tabela 18 – Quantitativos das ações de extensão por Centro Acadêmico em 2017.

Centro	Ações Extensionistas (programas, projetos, cursos, eventos e produtos)	Quantitativos			
		Bolsas de extensão	Alunos	Docentes	Técnicos Administrativos
CBIOTEC	4	1	28	10	0
CCEN	41	26	213	75	26
CCHLA	80	71	423	132	29
CCJ	20	18	102	41	3
CCM	51	41	358	74	24
CCS	169	154	763	313	91
CCSA	38	28	241	87	8
CCTA	102	49	325	162	26
CE	44	42	207	136	12
CEAR	7	7	28	16	2

Centro	Ações Extensionistas (programas, projetos, cursos, eventos e produtos)	Quantitativos			
		Bolsas de extensão	Alunos	Docentes	Técnicos Administrativos
CI	12	10	55	15	1
CT	58	47	334	107	30
CTDR	20	31	43	44	13
CCA	62	58	195	87	30
CCHSA	40	34	204	89	25
CCAE	43	36	236	87	24
PRAC	30	78	94	28	54
TOTAL	821	731	3849	1503	398

Fonte: PRAC.

Pelo exposto, as ações extensionistas da UFPB se consolidam, com produtos de qualidade para o público interno e a sociedade em geral. O ano de 2017 apresentou novos desafios para o setor, de modo que destacamos a seguir os fatores que contribuíram bem como aqueles que dificultam a realização das ações.

Fatores que contribuíram para as ações de extensão:

- Apoio da gestão nas ações de extensão;
- Maior participação do comitê de extensão;
- Apoio de todos os servidores da PRAC nos eventos promovidos na instituição, dentre outros;
- Aumento da oferta de bolsas;
- Captação de recursos externos;
- Implantação do monitoramento das ações de extensão;
- Eventos de disseminação da extensão universitária.

Fatores que dificultaram as ações de extensão:

- Operacionalização do Sistema Sigproj (sistema de registro) devido à falta de investimento do Governo Federal;
- A não contemplação na Matriz Orçamentária dos recursos para extensão ocasiona dificuldades;
- Poucos técnicos para a realização do monitoramento (leitura de todos os relatórios parciais postados no sistema);
- A inclusão do orçamento do PROEXT na LOA limita a utilização de recursos para pagamento de diárias e locomoção;

- Dificuldades na execução orçamentária e financeira dos recursos, tendo em vista os entraves burocráticos e falta de estrutura/padronização de procedimentos e processos de trabalho na instituição;
- Poucos professores participam da avaliação dos projetos de extensão nos encontros de extensão.

3.4.4 Assistência estudantil

A política de assistência estudantil da UFPB tem como desafio assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes em condição de vulnerabilidade social. No Quadro 34 são mostrados os quantitativos dos serviços ofertados pela UFPB no Restaurante e Residência Universitária.

Quadro 34 – Dimensão dos serviços oferecidos pela UFPB para Assistência Estudantil em 2017.

Restaurantes Universitários	Média de refeições servidas, por dia	5.037 refeições
	Restaurantes Universitários em pleno funcionamento, por <i>campi</i> :	<i>Campus I – João Pessoa: 01</i> <i>Campus II – Areia: 01</i> <i>Campus III – Bananeiras: 01</i> <i>Campus IV – Rio Tinto: 01</i> Total: 04
	Restaurantes Universitários em fase de finalização	<i>Campus IV – Mamanguape: 01</i>
Residência Universitária	Quantidade de estudantes assistidos em 2017	762 residentes
	Residência Universitária em funcionamento por <i>campi</i> (incluindo prédios, casas e blocos)	<i>Campus I – João Pessoa: 05*</i> <i>Campus II – Areia: 16**</i> <i>Campus III – Bananeiras: 11***</i> <i>Campus IV – Rio Tinto: 2****</i> Total: 34

(*)RUMF composto de Bloco A, Bloco B, Anexo A e Anexo B: 4 prédios

RUFET: 1 prédio

Total Geral Campus I: 5 edificações

(**)Blocos A, B, C, D, E e G: 6 prédios.

Bloco F: 6 prédios.

Casas I a K: 4 casas.

Total Geral Campus II: 16 edificações

(***)RUM I a RUM IV: 1 prédio e 3 casas;

RUF I a RUF V: 5 casas

Residência Mista composta de 2 blocos: 2 prédios

Total Geral Campus III: 11 edificações

(****)Residência Mista composta de 2 blocos: 2 prédios

Total Geral Campus IV: 2 edificações

Fonte: PRAPE.

Especificamente no que diz respeito às metas do PDI para o período de 2014-2018 para assistência estudantil, no Quadro 35 é mostrada esta comparação em relação aos resultados já alcançados.

Quadro 35 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para a Assistência Estudantil.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2016	2017
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários	6.630	7.956	6.918	**
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	1.238	1.119	762
Número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês	726	944	2.390	2.434
Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês	1.186	1.423	2.431	4.786
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	454	458	193

** O sistema de controle via catracas se encontra em fase de implantação, de modo que não há como informar, com a precisão requerida, o número de discentes atendidos nos RUs.

Fonte: PRAPE.

A seguir, apresentaremos uma breve descrição dos parâmetros mostrados no Quadro 35.

a) Número de alunos atendidos nas Residências Universitárias: compreende o número de alunos atendidos nas residências universitárias nos Campi I, II, III e IV, no mês de Dezembro de 2017, a redução no número de assistidos leva em consideração os procedimentos de adequação e regularização da permanência dos assistidos segundo os critérios do PNAES e regras instituídas pela PRAPE no ano de 2017. Novos editais de seleção foram publicados no final do ano de 2017 para preenchimento das vagas remanescentes nas Residências Universitárias, porém a conclusão do certame só ocorrerá no início de 2018.

b) Número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês: Compreende a média mensal do ano de 2017 de alunos contemplados, no âmbito da UFPB, com o auxílio moradia.

c) Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês: Compreende a média mensal do ano de 2017 de alunos contemplados, no âmbito da UFPB, com **auxílio moradia e residência universitária dos Campi I e IV**, assistidos com o auxílio alimentação para finais de semana e feriados nacionais, alunos assistidos com o **auxílio alimentação dos Campi I e IV**, para alunos das unidades acadêmicas onde não dispõe do serviço de restaurante universitário.

d) Número de alunos com deficiência assistidos – Compreende a média mensal do ano de 2017 de alunos contemplados, no âmbito da UFPB, com os auxílios **APOIADOR/APOIADO**. A redução do número apresentado no relatório de 2017 foi devido ao número informado no relatório de gestão 2016 ser o total de alunos assistidos pelo Comitê de Inclusão e

Acessibilidade da UFPB – CIA. O número informado em 2017 menciona exclusivamente os alunos assistidos com o auxílio APOIADOR/APOIADO.

3.4.5 Biblioteca

A projeção para o acervo bibliográfico, por unidade acadêmica, projetado para o ano de 2017 e os valores alcançados são mostrados no Quadro 36.

Quadro 36 – Valores projetados e alcançados em 2017 para o acervo bibliográfico por Centro de ensino.

CENTRO	*Valor projetado para 2017		**Alcançado em 2017	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
CBIOTEC	67	333	0	0
CCA	233	1165	53	419
CCAE	219	1094	124	801
CCHSA	166	832	0	0
CCJ	200	998	221	503
CCS	366	1830	145	1091
CCTA	137	686	0	0
CCHL	666	3328	5	16
CCEN	200	998	0	0
CCM	200	998	69	519
CCSA	301	1505	215	1263
CE	166	832	1	3
CEAR	133	666	97	969
CI	91	454	139	628
CT	366	1830	148	1948
CTDR	233	1165	75	471
TOTAL	3.744	18.714	1.292	8.631

Fontes: *PDI UFPB 2014-2018 e **Biblioteca Central.

Obs. Para os valores projetados no PDI, o total de títulos e exemplares são 3.742 e 18.712, respectivamente. Esses valores foram somados errados. Na tabela, o total foi corrigido para representar corretamente o quantitativo total previsto.

No Quadro 36 percebe-se que o total de títulos e exemplares adquiridos ficaram abaixo dos valores projetados para o ano de 2017. Tal resultado demonstra a necessidade de garantir maior eficiência ao processo de aquisição de material bibliográfico, haja visto se tratar de procedimento complexo, envolvendo Coordenações de Cursos, Direções de Centro, Bibliotecas Setoriais e Biblioteca Central.

Alguns fatores explicam o não alcance dos valores projetados: demora na formulação das listas para compra de livros, onde as mesmas precisam ainda passar por cotação, ajustes e posterior aquisição; muitos títulos relacionados na lista podem estar fora de catálogo ou indisponíveis, sendo necessária a substituição de títulos, o que acarreta em mais tempo para a aquisição; e atraso no envio por parte dos fornecedores do material adquirido.

Para tanto, estamos programando para este ano discussões para implantação no SIPAC do Módulo "Compras de Materiais Informacionais", ou seja, todo o procedimento de aquisição de livros se realizaria pelo sistema, garantindo assim maior eficiência e transparência ao processo.

No **Quadro 37** é mostrada a projeção dos quantitativos de títulos e exemplares para 2017 previstos pelo PDI 2014-2018, bem como o valor total previsto para o investimento e os respectivos valores alcançados.

Quadro 37 – Total investido na aquisição de acervo bibliográfico – projeção para 2017 e valor alcançado.

Ano: 2017	Títulos	Exemplares	Valor médio por exemplar (R\$)	Total (R\$)
Valor Projetado	3.744	18.714	80,00	1.497.120,00
Valor Alcançado	1.292	8.631	106,51	919.338,57

Fonte: PDI UFPB 2014-2018 e Biblioteca Central.

Analisando os dados mostrados no Quadro 36 e Quadro 37, os números alcançados demonstram efetivamente os exemplares que foram entregues pelos fornecedores à Biblioteca Central (BC), e que, com isso, já se encontram disponíveis nas bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas/UFPB, ou que estão na BC em processamento técnico para posterior envio às Bibliotecas Setoriais ou acervo da BC.

Cabe ressaltar ainda que os itens e exemplares alcançados em 2017, ou seja, efetivamente entregues à BC, estão relacionados a empenhos dos quatro anos anteriores (2013, 2014, 2015 e 2016). Não há nenhum exemplar entregue em 2017 que faça parte de empenho do mesmo ano.

O não alcance do valor projetado para aquisição de títulos e exemplares é resultado em grande parte de empenhos para compra de livros do ano de 2016 que tem recurso oriundo de emendas parlamentares, isto é, não houve liberação por parte do Ministério da Educação (MEC) dos valores das emendas, o que vêm causando enorme prejuízo ao processo de aquisição de livros, pois tem como consequência a demora no pagamento junto aos fornecedores, que consequentemente ficam com dificuldade de negociação para aquisição de livros junto às editoras.

Cabe ainda esclarecer que do valor alcançado constante no Quadro 37, **R\$ 607.967,85** ainda estão pendentes de pagamento para com um único fornecedor, pois trata de situação destacada no parágrafo anterior, isto é, a BC recebeu os livros do fornecedor e atestou para pagamento, que ainda não foi feito, pois trata de recursos de emendas parlamentares, até agora não liberados pelo MEC.

A definição do material informacional a ser adquirido parte de cada Coordenação de Curso. O que ressaltamos é a importância da atuação das Bibliotecas Setoriais na intermediação do processo de aquisição do material informacional, pois os bibliotecários lotados nestas Bibliotecas Setoriais atuarão como negociadores, em contato permanente com as direções de centro, os

departamentos de curso e a BC, contribuindo efetivamente para uma melhor seleção do acervo a ser adquirido, resultando assim em sua melhor atualização e expansão.

No ano de 2017 foi realizado Pregão Eletrônico para a aquisição de material informacional, totalizando o valor de R\$ 2.650.000,00. Este valor diz respeito somente à aquisição de material informacional impresso, o que representa aumento de 51,02% em relação ao ano anterior para aquisição de livros. Outros benefícios são a destinação de recursos financeiro para **todas** as bibliotecas integrantes do sistema, além de destinação de recurso específica para a aquisição de livros importados.

Em 2017 também foram realizados também empenhos para aquisição e/ou renovação de assinatura de bases digitais (**Quadro 38**), no valor total de R\$ 187.380,33, relativos a um acervo de *e-books* (livros eletrônicos) para acesso de toda a comunidade universitária, e até mesmo para o público em geral, com acesso na universidade. Ressalta-se que ainda se encontram vigentes dois contratos que foram empenhados em 2016, no valor total de R\$ 198.000,00.

Quadro 38 – Assinatura e Renovação de Bases Digitais.

Base Digital/Periódico	Finalidade	Empenho	Valor (R\$)
JML Licitações	Assinatura por 02 anos	2016NE800083	8.000,00
Minha Biblioteca	Renovação por 3 anos (até 2019)	2016NE800037	190.000,00
Jornal Correio da Paraíba	Assinatura anual	2017NE800002	1.891,20
Sistema Target de Gerenciamento de Normas Técnicas	Renovação por 1 ano	2017NE800037	1.916,67
Base ProQuest	Renovação por 1 ano	2017NE800031	148.672,46
EBSCO	Assinatura por 01 ano	2017NE800045	34.900,00
TOTAL:			385.380,33

Fonte: Biblioteca Central/UFPB.

A BC realizou no ano de 2017 pesquisa de opinião junto aos docentes, discentes e técnico-administrativos para verificação do nível de conhecimento das bases disponibilizadas pela biblioteca, bem como possíveis sugestões de aquisições de bases até então não assinadas. Tal ação vem contribuindo efetivamente para que a Direção da BC possa melhor discutir questões vinculadas às contratações/renovações de bases de dados.

A BC oferta serviços não apenas de exclusividade da comunidade universitária, mas também para o público em geral. Tais serviços são destacados no Quadro 39.

Quadro 39 – Serviços oferecidos pela Biblioteca Central ao público geral.

Serviços oferecidos ao público geral
Consulta e pesquisa ao acervo
Espaço "BiblioRelax": ambiente para leitura, descanso e relaxamento dos usuários
Acesso às redes de bibliografia (Catálogo Coletivo Nacional – CCN, Bibliodata, Biblioteca Virtual em



Serviços oferecidos ao público geral
Saúde - BVS e <i>Online Computer Library Center</i> – OCLC)
Comutação bibliográfica – COMUT/IBICT
Orientação sobre as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para normalização de trabalhos acadêmicos
Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES
Capacitação de usuários na modalidade presencial e <i>online</i>
Visitas Dirigidas com público de escolas particulares e públicas
Acesso à Biblioteca Digital Institucional (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD) com a produção das Teses e Dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação da UFPB
Ambiente para realização de exposições, lançamento de livros, apresentações culturais
Livros em áudio (<i>Áudio books</i>) e acervo impresso em Braille para usuários com deficiência visual

Fonte: Biblioteca Central/UFPB.

Em relação àquelas pessoas que possuem vínculo com a UFPB, a exemplo dos discentes, docentes e técnico-administrativos, além dos serviços mencionados acima, e que se aplicam ao público geral, a BC disponibiliza os serviços elencados no Quadro 40.

Quadro 40 – Serviços oferecidos pela Biblioteca Central aos usuários com vínculo institucional.

Serviços oferecidos aos usuários com vínculo institucional
Ambiente de estudo com rede <i>wi-fi</i> "UFPB Sem Fios"
Empréstimo do acervo documental aos usuários que possuem vínculo institucional
Serviço de renovação de livros <i>online</i>
Notificação via e-mail sobre prazo de devolução do empréstimo
Histórico de empréstimo de material
Elaboração de ficha catalográfica
Acesso a todas as bases digitais disponíveis através dos portais de pesquisa e/ou no seu perfil do SIGAA
Acesso ao conteúdo dos portais de pesquisa e portal de periódicos da CAPES fora do ambiente de rede da UFPB, sendo necessário apenas que o usuário baixe e instale o navegador Firefox UFPB e entre com os seus dados de <i>login</i> do SIGAA.
Agendamento (exclusivamente a ser realizado por servidores) de 03 ambientes: 01. Auditório com capacidade para até 50 pessoas; 02. Sala de Seminários com capacidade para até 36 pessoas; 03. Sala de reuniões com capacidade para até 12 pessoas.
Visitas Dirigidas com usuários

Fonte: Biblioteca Central/UFPB.

3.4.5.1 Pinacoteca

A Pinacoteca (<http://security.ufpb.br/pinacoteca>) ainda continua localizada nas dependências da BC, com sala para secretaria e guarda de acervo, bem como espaço para área de exposição, atualmente no 1º andar. De acordo com a programação das datas e os conteúdos das exposições, é feita a devida comunicação à direção da BC.

A gestão da Pinacoteca é vinculada ao Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA).

3.4.6 Internacionalização

A incorporação da temática da internacionalização como um dos temas fundamentais nos planos de aprimoramento da qualidade do ensino na UFPB tem ocorrido de forma contínua desde o início da atual gestão na direção desta Universidade, com a adoção de medidas e práticas observadas nas melhores Universidades de todos os continentes, especialmente, as europeias.

A dinâmica do processo de internacionalização do ensino superior na UFPB insere-se dentro de um contexto que exige a participação de todas as unidades individuais de ensino e pesquisa. O foco principal do processo é a formação internacional de estudantes, docentes e pessoal administrativo, de modo a integrar todas as formas de mobilidade acadêmica, colaboração em pesquisa e aspectos curriculares dos cursos.

Como resultado dessa iniciativa, algumas diretrizes devem ser observadas: a) cooperação através de convênios firmados com universidades estrangeiras; b) aumento do número de estudantes de graduação e pós-graduação em intercâmbio internacional; c) aumento do número de docentes em intercâmbio internacional; d) desenvolvimento de programas e pesquisas internacionais de pós-graduação.

Como se depreende das considerações acima, o processo de internacionalização do ensino superior é uma tarefa bastante complexa e deve estar integrado na cultura organizacional da Universidade, reafirmando sua natureza internacional decorrente da universalidade intrínseca ao processo de geração e difusão do conhecimento.

A internacionalização da UFPB constitui uma das estratégias fixadas no Planejamento Institucional 2014-2018, com ações sob a responsabilidade da Assessoria de Assuntos Internacionais e outras sobre a tutela da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. No Quadro 41 são mostrados os dados do PDI 2014-2018 para alguns parâmetros usados para quantificar as atividades de internacionalização da UFPB, com seus respectivos valores em 2013, projetados para 2018 e alcançados nos anos de 2016 e 2017.

Quadro 41 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2016 e 2017 para o quesito Internacionalização das atividades da UFPB.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018 (%)	2016	2017
Acordos e convênios firmados com universidades estrangeiras	50	+50	77	75
Número de estudantes da UFPB atendidos no programa PROMOB	60	+100	33	35
Número de estudantes estrangeiros atendidos no programa PROMOB	39	+100	61	70
Estudantes no Programa Ciências sem Fronteiras	444	+40	-	*

Fonte: AAI.

* Em 2017 não houve editais para estudantes no “Programa Ciências sem Fronteiras”.

❖ Acordos e convênios firmados com universidades estrangeiras

No que se refere à quantidade de Convênios de Colaboração entre a UFPB e outras universidades estrangeiras ou institutos de educação superior, este atingiu o número de 75 (setenta e sete) no final de 2017, ou seja, incremento de 50%, superior ao número de instituições internacionais parceiras previstas na meta para 2018.

É importante ressaltar que, além do número de convênios entre nossa universidade e outras instituições estrangeiras de ensino superior ser duas vezes e meia maior do que no início da atual administração, nesse período, foram também renovados muitos dos convênios existentes que tiveram o prazo de validade encerrado. Também foram assinados, nesse período, com algumas universidades, termos aditivos que introduziam novas modalidades de interação e titulação internacional, como é o caso dos programas de dupla titulação e cotutela de teses doutorais.

❖ Alunos em Intercâmbio

Apesar do esforço despendido na difusão das possibilidades e importância do processo de mobilidade estudantil, o número de candidatos selecionados para o Programa de Mobilidade Internacional – PROMOBI, sofreu uma acentuada queda no ano de 2017 em relação ao número de 2013, passando de 60 para apenas 35, ou seja, uma queda de 42%. O principal motivo foi a queda do nível de renda da população, uma vez que os custos de viagem e estadia no exterior recaem sobre os familiares dos estudantes.

A confirmação desse fato pode ser visualizada no programa de bolsas oferecidas pelos Programas do Banco Santander, cuja demanda se elevou no período, elevando a concorrência entre os alunos.

No que se refere aos estudantes estrangeiros atendidos pelo programa PROMOBI houve um incremento de quase 80% entre os anos de 2013 e 2017, com a expectativa de atingir o objetivo de aumentar 100% até o final do ano de 2018. O total de estudantes passou de 39, em 2013, para 70, em 2017, confirmando os esforços despendidos pela Assessoria Internacional, especialmente no que se refere à criação de uma página própria, bilíngue no site da UFPB (<http://www.ufpb.br/aai>).

❖ Programa Ciências Sem Fronteiras

O Programa Ciências sem Fronteiras foi descontinuado pelo governo Federal já em meados de 2016, não tendo valores a serem apresentados em 2017.

3.4.6.1 Outras ações importantes para a Internacionalização das atividades da UFPB

❖ Melhorias na homepage da Assessoria Internacional

Como se sabe, na difusão do processo de internacionalização, a existência de uma página específica com informações em diversos idiomas sobre a universidade, os cursos oferecidos e o processo de mobilidade estudantil, constitui-se fator fundamental para seu sucesso.

Em março de 2016, foi iniciado um trabalho conjunto entre a Assessoria Internacional e a Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPB, visando à elaboração de uma nova página para a AAI adequada aos padrões atuais de comunicação do Governo Federal.

Após um período de quatro meses, no dia 29 de julho de 2016, entrou no ar a nova página da AAI. Além de uma melhor distribuição das informações, esta conta agora com um conteúdo bilíngue ampliado compreendendo as informações pertinentes aos parceiros internacionais, bem como todo o segmento relativo às candidaturas de alunos estrangeiros a um período de mobilidade na UFPB. No total, são cinco páginas direcionadas às instituições Parceiras e 11 páginas com informações aos candidatos estrangeiros. Nestas últimas, os intercambistas encontrarão todas as informações necessárias para estudar em nossa universidade: formulário de candidatura, cursos oferecidos, qualificações para estágio em Medicina, estrutura da Universidade, sistema de notas, Calendário Acadêmico, acomodações, exigências de migração etc. O conteúdo direcionado aos candidatos estrangeiros possui um *link* de redirecionamento interno, para que o visitante possa transitar entre a página em português e o seu “espelho” em inglês.

Naturalmente, tanto nossos estudantes como nossos docentes e o corpo técnico poderão encontrar todas as informações atualizadas sobre as instituições parceiras e oportunidades de cursos e bolsas de estudo ofertadas.

❖ PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Como é amplamente sabido, todo processo de internacionalização deve estar apoiado num adequado Programa de Línguas Estrangeiras. No Brasil, em geral, e na UFPB, em particular, o principal programa de línguas foi criado como um apêndice do Programa Ciência sem Fronteiras e, no seu início, estava restrito apenas ao ensino do inglês e daí seu nome original – Inglês sem Fronteiras – IsF.

No entanto, devido ao seu sucesso nas universidades e a necessidade de expansão para incluir outros idiomas, adquiriu o seu título atual – Idiomas sem Fronteiras. Entre os idiomas incluídos no programa estão: o francês, o espanhol, o italiano, o alemão e o português para estrangeiros.

O programa Inglês sem Fronteiras teve seu início na UFPB em 2012, e as ações desenvolvidas incluem: aplicação de testes de proficiência– *TOEFL ITP*, aulas presenciais, e curso online (*My English Online*). Somente no primeiro semestre de 2016 foram aplicados



4.000 testes de proficiência. Os resultados desses exames têm possibilitado a participação da comunidade acadêmica nos cursos presenciais do IsF, editais de intercâmbios e servido de proficiência para cursos de pós-graduação.

Os cursos presenciais têm atendido estudantes de graduação e pós-graduação, além de servidores técnicos e professores, em 27 turmas com quatro horas semanais de inglês com certificação emitida pelo sistema IsF.

O IsF-UFPB tem construído importantes parcerias com outras instituições de ensino superior na Paraíba e também internacionais, como é o caso do Consulado Americano no Recife. Essa posição de destaque e pioneirismo do nosso programa IsF tem merecido atenção tanto em eventos nacionais, como internacionais. Prova disso é a escolha da UFPB para compor o grupo de 10 universidades (G10) envolvidas no planejamento do programa nacional e a representar o Brasil na *TESOL Convention*, nos Estados Unidos, em 2016.

No que se referem aos demais idiomas, a evolução dos programas tem sido bem mais lenta. O mais adiantado deles é o Francês.

Quanto a esse programa também estamos bem colocados entre as universidades federais. Participamos, em março de 2016, da Chamada Pública 01/2016 do CGRIFES – Embaixada da França de adesão ao Programa de Leitores Franceses e fomos selecionados entre as nove instituições escolhidas para receber um leitor francês designado pelo Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros por um período de nove meses de permanência (setembro de 2016 a maio de 2017).

Em relação aos demais idiomas, o programa se encontra em suas fases iniciais de planejamento, mas, mesmo naqueles em que não temos curso de licenciatura, como é o caso do alemão, já temos um representante credenciado na coordenação nacional para acompanharmos todo o desenvolvimento das negociações e planejamento.

3.4.7 Recursos humanos

No **Quadro 42**, são mostrados nos parâmetros utilizados para dimensionar os Recursos Humanos na UFPB, com os respectivos valores em 2013, os projetados no PDI para 2018 e os alcançados em 2015, 2016 e 2017. Conforme pode ser visto o percentual de alcance das metas estipuladas para 2018 é superior a 87%, já tendo sido cumprida para um dos parâmetros (Número de servidores técnico-administrativos – Apoio) e tendo já atingido o percentual de 94% para o parâmetro “Número de docentes”. No Quadro 43 são mostrados os dados de recursos humanos da UFPB por Centro de ensino.

Quadro 42 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015, 2016 e 2017 para os parâmetros relacionados aos Recursos Humanos na UFPB.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados		
	2013	2018	2015	2016	2017
Número de docentes	2.381	2.619	2.435	2.473	2.672
Número de docentes com título de doutor	1.588	1.906	1.751	1.835	1.924
Número de servidores técnico-administrativos	3.734	4.107	3.584	3.572	3.678
Número de servidores técnico-administrativos – Superior	1.183	1.301	1.200	1.153	1.184
Número de servidores técnico-administrativos – Nível médio	2.290	2.519	2.155	2.203	2.172
Número de servidores técnico-administrativos – Apoio	261	274	229	216	190

Fonte: Siape dez/2017 (HU e UFPB).

Quadro 43 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados em 2017 para os parâmetros relacionados aos Recursos Humanos na UFPB, por unidade acadêmica.

CBIOTEC			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	24	27	24
Percentual de doutores no corpo docente	88%	81%	91%
Número de servidores técnico-administrativos	49	24	48
CCEN			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	242	267	263
Percentual de doutores no corpo docente	90%	90%	94%
Número de servidores técnico-administrativos	159	147	195
CCHLA			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	304	334	334
Percentual de doutores no corpo docente	77%	81%	80%



Número de servidores técnico-administrativos	145	124	223
CCJ			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	114	132	115
Percentual de doutores no corpo docente	31%	47%	31%
Número de servidores técnico-administrativos	72	68	80
CCM			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	156	154	169
Percentual de doutores no corpo docente	40%	47%	40%
Número de servidores técnico-administrativos	42	52	66
CCS			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	362	447	422
Percentual de doutores no corpo docente	67%	73%	87%
Número de servidores técnico-administrativos	303	290	325
CCSA			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	167	212	200
Percentual de doutores no corpo docente	57%	63%	80%
Número de servidores técnico-administrativos	106	97	130
CCTA			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	147	188	185
Percentual de doutores no corpo docente	46%	47%	70%
Número de servidores técnico-administrativos	78	84	127
CE			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	164	203	179
Percentual de doutores no corpo docente	79%	70%	81%
Número de servidores técnico-administrativos	114	108	136
CEAR			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	48	54	75
Percentual de doutores no corpo docente	83%	94%	100%
Número de servidores técnico-administrativos	31	23	40
CI			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	58	62	60
Percentual de doutores no corpo docente	76%	85%	98%
Número de servidores técnico-administrativos	18	22	46
CT			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	190	209	200
Percentual de doutores no corpo docente	83%	86%	90%
Número de servidores técnico-administrativos	188	183	200



CTDR			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	42	46	62
Percentual de doutores no corpo docente	71%	67%	76%
Número de servidores técnico-administrativos	33	34	131
CCA			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	115	130	201
Percentual de doutores no corpo docente	81%	88%	95%
Número de servidores técnico-administrativos	190	171	405
CCHSA			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	79	82	130
Número de professores do quadro da EBTT	49	66	100
Percentual de doutores no corpo docente	54%	51%	80%
Número de servidores técnico-administrativos	135	135	314
CCAE			
RECURSOS HUMANOS	2013	2017	Meta 2018
Número de professores do quadro docente	157	180	167
Percentual de doutores no corpo docente	45%	69%	72%
Número de servidores técnico-administrativos	57	64	63

Fonte: PROGEP.

As vagas docentes foram distribuídas observando as cargas horários dos professores dentro de seus departamentos, bem como considerando as atividades de pesquisa e extensão a partir de informações prestadas pela PROPESQ e PRG. Tanto o número de docentes, como o número de docentes com título de doutor, superou os valores em comparação com o ano de 2016, além da meta proposta para o ano de 2018.

Ressalta-se que já está em fase de execução o Programa de Dimensionamento de Pessoal Técnico-administrativo, registrando em 2017 as seguintes etapas realizadas:

- Conclusão do levantamento de dados para atualização das lotações dos servidores nas diversas unidades administrativas e acadêmicas;
- Finalização do tutorial para localização dos servidores no SIGRH;
- Definição das variáveis para extração de dados no SIGRH e mensuração via Software;
- Em processo de atualização/cadastramento do registro de lotação de servidores por unidades bem como a Localização dos servidores nas suas unidades de exercício;
- Em parceria com o Superintendência de Tecnologia da Informação, realização de estudo técnico de modelos estatísticos de dimensionamento aplicados em outras IFES.

3.4.8 Acessibilidade

Com relação à política de inclusão da UFPB, destinada ao atendimento de pessoas com deficiência, no ano de 2017, a descrição conforme diretrizes propostas e ações desenvolvidas é mostrado no Quadro 44.

Quadro 44 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2017 com relação à Acessibilidade.

Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
1. Acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência, o processo de aprendizado e a conclusão de estudantes com deficiência objetivando garantir as condições adequadas para o melhor desenvolvimento acadêmico e profissional;	<ul style="list-style-type: none">- Com relação ao Ingresso, mantivemos a parceria junto à Pró Reitoria de Graduação na qual o CIA montou uma equipe composta pela coordenação juntamente com um interprete de libras e um revisor braile para realizar o cadastramento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD/TEA), superdotação/altas habilidades e outras demandas educacionais que impliquem em necessidades de adaptações metodológicas e didáticas.-Essa equipe participou ativamente do SISU onde foram realizadas as validações dos laudos médicos e feitas as avaliações individuais das demandas metodológicas, didáticas, de equipamentos, pedagógicas e/ou terapêuticas dos 115 estudantes ingressantes;- Para garantir a permanência e o aprendizado mantivemos o PAED (Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência) cujas ações consistem no fornecimento de equipamentos de Tecnologia e Tecnologia Assistiva para viabilizar o acesso aos conteúdos, além do apoio de estudantes que passam por capacitações e ofertam suporte acadêmico, de comunicação e de locomoção aos estudantes assistidos.- O Grupo de Acessibilidade Pedagógica realizou intervenções pontuais aos estudantes cegos e com surdez ou deficiência auditiva parcial no que se refere à adaptação de materiais e reuniões com os docentes de forma individualizada para orientar sobre formas mais adequadas didaticamente de atenderem às demandas do público assistido.
2. Estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFPB e as parcerias interinstitucionais para fortalecer as práticas inclusivas intra e extra	<p>O Comitê manteve as parcerias diretas com:</p> <ul style="list-style-type: none">- as coordenações dos cursos que têm estudantes com deficiência matriculados, realizando reuniões com os coordenadores antes da chegada dos estudantes e durante o semestre para acompanhar e orientar as ações de inclusão de forma individualizada;



Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
universidade.	<ul style="list-style-type: none">- Os docentes a fim de instrumentaliza-los acerca das formas metodológicas e didáticas mais apropriadas para intervir juntamente com os estudantes com deficiência;- clínica de terapia ocupacional, clínica de fonoaudiologia, de psicopedagogia e de fisioterapia, além de encaminhar para avaliação e acompanhamento os discentes, docentes e servidores técnico-administrativos assistidos pelo CIA para diferentes áreas médicas do Hospital Universitário;- Setor de Psicologia da COAPE/PRAPE que destinou um psicólogo para atender aos encaminhamentos do CIA;- Serviço Social da COAPE que participa com um serviço designado para realizar a avaliação socioeconômica durante o processo seletivo do estudante apoiador;- STI (Superintendência de Tecnologia da Informação): atuamos diretamente junto à equipe do NEE que é um módulo do SIGAA a fim de manter esse instrumento de solicitação dos discentes ativo e com os dados atualizados de solicitações e encaminhamentos;- Pró Reitoria de Administração: atuamos em conjunto na participação de pregões para a compra de equipamentos de consumo e permanentes bem como na manutenção e fiscalização dos contratos da empresa terceirizada que fornece cuidadores para dois estudantes com deficiência assistidos pelo CIA;-Pró Reitoria de Graduação: Reuniões periódicas com a coordenação da CODESC para discutir casos dos estudantes com deficiência que pleitearam mudanças de cursos, mudanças de turnos, alteração de locais de salas de aulas; além da parceria direta no processo de cadastramento do SISU.-Pró Reitoria de Pós-Graduação: indicação de membro do CIA para compor uma comissão de ações afirmativas na referida pró reitoria. Diálogos com alguns coordenadores dos programas de pós-graduação para discutir processos seletivos inclusivos para os diferentes tipos de pessoas com deficiência. Participação em eventos da pós-graduação.-Pró Reitoria de Promoção e Assistência ao Estudante: atuação conjunta no PAED (Programa de Apoio ao Estudante com deficiência) financiado através do recurso do PNAES que é gerenciado por esta Pró Reitoria.- Pró Reitoria de Planejamento: participação em reuniões com esta pró reitoria para definir metas e prioridades do ano em vigência e do próximo ano



Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
	<p>(2018). Reuniões com a Coordenação de Orçamento para distribuir os recursos nas diversas ações do CIA.</p> <ul style="list-style-type: none">- Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários: desenvolvimento de projetos de extensão de capacitação dos terceirizados e projeto de assistência à APAE do município de Areia. <p>Externamente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Mantivemos um assento no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;- Continuamos realizando e participando de palestras em escolas da rede pública e privada destinada à divulgação das ações do CIA e incentivar os estudantes com deficiência a prestarem o ENEM para entrarem na UFPB;- Participamos como convidados e palestrantes do evento promovido pelo TRE/PB intitulado: Acessibilidade, Inclusão e Cidadania- Participamos como palestrantes do II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica I Fórum Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade das IFES I Encontro de Pesquisadores de Educação Especial da Região Nordeste que ocorreu no período de 28/11 à 01/12/ 2017 Natal-RN.
<p>3. Desenvolver e executar ações para eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, fortalecendo as ações dos grupos de trabalho que compõe o CIA.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Com relação às barreiras atitudinais: Continuaram a ser realizadas campanhas de sensibilização de fluxo contínuo, em todos os campi da UFPB, nas entradas e também nas salas de aula, através de panfletagem e aplicação das multas morais nos estacionamento com vagas destinadas às pessoas com deficiência (ações realizadas com sucesso)- Foram realizadas ações em todos os campi para comemorar o dia da luta das pessoas com Deficiência durante todo o mês de setembro, sendo realizada uma semana para capacitação do público interno e externo em oficinas de libras, braille, formação docente durante a semana de 25 à 29 de setembro de 2017.- No que se refere às barreiras de comunicação: houve um aumento de publicações e um gerenciamento mais efetivo da página institucional (www.ufpb.br/cia) tanto como da página do facebook. Aumentamos a divulgação do Vlibras (software desenvolvido na UFPB que possibilita o acesso aos conteúdos da rede de internet através de um avatar que utiliza a Libras na comunicação com comunidade surda).- Com relação aos deficientes visuais e cegos, através



Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
	da parceria direta com o STI o SIGAA se tornou acessível também aos docentes (meta essa que não havia sido alcançada no ano anterior).
4. Estimular e acompanhar a construção do Centro de Inclusão, cujo projeto arquitetônico está concluído. Este centro abrigará todos os serviços que atendem às pessoas com deficiências na UFPB;	- continuamos estimulando, cobrando e na espera de um retorno, uma vez que o projeto arquitetônico já está concluído.
5. Implementar e expandir a oferta de cursos para qualificação de recursos humanos visando a atender às demandas acadêmicas das pessoas com necessidades especiais;	- Continuamos a ofertar apoio à PROGEP (Pró Reitoria de Recursos Humanos) na oferta de cursos de libras para a capacitação da comunidade acadêmica; - Participamos de ações do Prolicen para capacitar os estudantes das licenciaturas nas áreas de inclusão; - Ofertamos cursos de capacitação em Libras para os terceirizados lotados no prédio da reitoria e no prédio do STI; - Ofertamos um curso de capacitação sobre inclusão para os terceirizados lotados no prédio da Prefeitura Universitária.
6. Fazer o levantamento das demandas arquitetônicas de cada <i>campi</i> e investir em ações para eliminar as barreiras dessa natureza, priorizando a construção de trajetos de rotas acessíveis e de estações urbanas;	- Reforçamos através de processos endereçados à Prefeitura Universitária, a necessidade da adequação dos campi, em especial do campus I, o qual contém maior quantidade de pessoas com deficiência circulando;
7. Estimular a criação de grupos de pesquisa e a articulação entre os existentes, para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar voltada para as demandas e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.	- Continuamos atuando com um grupo no qual atuam os representantes surdos do CIA e os intérpretes de libras juntamente com a equipe da Biblioteca Central que visa à construção de ferramentas acessíveis ao público surdo para atuar em portais de pesquisa.
8. Criar vagas para concurso público para intérpretes de Libras, técnicos educacionais especializados em braile, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo, psicopedagogo e arquiteto para compor o seu quadro permanente do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, cumprindo, assim, o disposto na resolução de criação do mesmo e ofertando, desse modo, o suporte necessário ao atendido das demandas específicas do público em questão;	- Recebemos 4 revisores braile que foram distribuídos de acordo com as demandas ficando 3 no NEDESP (Núcleo de Educação Especial do CE) e 1 no setor braile da Biblioteca Central. - Participamos juntos com a coordenação da EAD da solicitação para a contratação de interpretes temporários disponibilizados pelo MEC e está prevista a contratação temporária de 6 interpretes de libras para o próximo ano.



Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
9. Implantar e acompanhar as ações referentes à criação das subsedes do Comitê de Inclusão e Acessibilidade nos <i>campi</i> de Areia, Bananeiras, Litoral Norte e CTDR, de modo que as necessidades da comunidade acadêmica de cada um desses locais possam ser atendidas em seus próprios <i>campi</i> ;	Todos os campi possuem uma subsele do CIA funcionando de forma integrada com a sede do Campus e contado com representações ativas e participação direta dos diretores de cada campi no que se refere à infraestrutura arquitetônica para o funcionamento das mesmas.
10. Investir em campanhas para sensibilização da comunidade acadêmica acerca da eliminação das barreiras atitudinais, com enfoque, na conscientização do direito de ir e vir de todos;	- Publicações na página do CIA realizadas com sucesso; - Campanhas do mês do deficiente realizada com sucesso; - panfletagem e aplicação de multas morais realizadas com a frequência prevista.
11. Investir na publicação de materiais destinados aos docentes que atuam com os estudantes que apresentam deficiências com a finalidade de promover orientações e capacitação para a atuação com o referido público e;	- Continuamos publicando mensalmente materiais na página do CIA (materiais que orientam sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior). - Publicação de resoluções pertinentes à inclusão e acessibilidade;
12. Manter e fortalecer a parceria com a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante buscando continuar os investimentos no Programa de Estudante Apoiador, iniciativa que vem ofertando um apoio pedagógico e de locomoção entre os estudantes com e sem deficiência.	O Programa Aluno apoiador continua sendo realizado através dessa parceria. No começo do semestre de 2018 será publicado mais um edital de seleção de alunos apoiadores para o período 2017.2.

Fonte: CIA.

3.4.9 Integração Universidade-setor produtivo

Conforme consta no PDI 2014-2018 da UFPB, “A integração universidade-setor produtivo” é viabilizada através do Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP), Agência UFPB de Inovação e “Projeto UFPB em seu Município” desenvolvido através da PRAC.

3.4.9.1 Ações desenvolvidas pelo IDEP

As ações previstas no PDI 2014-2018 juntamente com as principais ações desenvolvidas pelo IDEP/UFPB durante o ano de 2017, com os possíveis fatores que contribuíram ou dificultaram tais ações, são apresentados nos tópicos logo abaixo. As referidas ações, conforme previstas no PDI 2014-2018, foram desenvolvidas visando à ampliação dos impactos das atividades científicas e tecnológicas no desenvolvimento do estado da Paraíba no intuito de promover interação com o setor produtivo.

Metas Previstas e Realizadas no PDI 2014-2018/IDEP/UFPB

i. Consolidar a atuação dos laboratórios no âmbito do IDEP

Alguns avanços foram parcialmente obtidos. Assim, o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba, contando com o apoio da Reitoria, como contrapartida prevista no projeto de implantação do IDEP/UFPB, propiciou a conclusão dos espaços físicos destinados ao Laboratório de Eficiência Energética (LEENE) e Laboratório de Tecnologia de Solos e Produtos de Origem Vegetal e Animal (LTSPOVA).

ii. Criar uma agenda de pesquisa para o Estado

Dentre as ações realizadas no intuito de criar uma agenda de pesquisa para o estado da Paraíba, destaca-se que o IDEP/UFPB, em parceria com o PLADES, passou a desenvolver uma agenda de pesquisa com os pequenos municípios paraibanos através da realização de encontros. Nos encontros foram apresentados estudos da realidade socioeconômica e cultural dos municípios; as potencialidades e fragilidades, visando discutir possibilidades de superação das dificuldades e de otimização e desenvolvimento de oportunidades existentes em cada município; bem como disponibilizou-se o cabedal técnico-científico da UFPB, via IDEP e PLADES, para projetos que visem o desenvolvimento dos municípios visitados. É importante destacar que tais municípios são os menores municípios do estado da Paraíba e seu desenvolvimento é tido como estratégico no que diz respeito a inclusão e desenvolvimento social.

Por outro lado, consolidando ainda mais a agenda de pesquisa para o estado da Paraíba, no ano de 2017, foi mantida a vigência dos contratos de número 30/2014- PRA e 31/2014-PRA, com as empresas Thomson Reuters Serviços Econômicos Ltda. e Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), respectivamente. A Thomson Reuters é uma empresa especializada em serviço de conteúdo econômico-financeiro denominado EIKON; é acessada via internet através de senhas individuais. Acrescenta-se que a Fundação Arthur Bernardes permite a liberação de

acesso ao conteúdo das sessões para assinantes (busca, destaques, perfil de usuário e fórum) da base de dados do Sistema Financiar, sistema de busca via web que disponibiliza para pesquisadores, professores, gestores e empresários, informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I).

A disponibilização de recursos por parte da Reitoria da UFPB ao IDEP/UFPB foi de vital importância para a realização destas atividades, pois garantiu a continuidade das ações e da boa prestação dos serviços por parte das empresas fornecedoras Thomson Reuters e Funarbe, possibilitando aos pesquisadores envolvidos o acesso pleno as informações socioeconômicas tabuladas na plataforma para o estado da Paraíba, contribuindo indubitavelmente para o crescimento e periodicidade continua das pesquisas em prol de nosso Estado.

iii. Aumentar o número de municípios paraibanos diretamente atendidos

No cumprimento desta meta, o IDEP/UFPB através do trabalho da equipe de pesquisadores da Divisão de Apoio aos Pequenos Municípios da Paraíba, ampliou o número de municípios paraibanos atendidos; pois em visita aos menores municípios paraibanos de Quixaba (Sertão), São José do Brejo do Cruz (Alto Sertão), Areia de Baraúnas (Sertão), Coxixola (Cariri Ocidental), Riacho de Santo Antônio (Cariri Oriental) e Parari (Cariri Ocidental), realizaram encontros estratégicos onde foram discutidos aspectos relacionados à inclusão e desenvolvimento social. Assim, foram apresentados e discutidos estudos da realidade socioeconômica e cultural dos municípios; suas potencialidades e fragilidades, visando fomentar possibilidades de superação das dificuldades e de otimização e desenvolvimento de oportunidades existentes em cada município; bem como foi disponibilizado ainda um cabedal técnico-científico da UFPB via IDEP e PLADES para projetos que visem o desenvolvimento dos municípios visitados. Nesses encontros estratégicos, assim como em outros eventos, o IDEP tem atuado como agente facilitador, dando integral apoio em todas as etapas necessárias para sua consolidação.

iv. Ampliar o acesso das empresas, cooperativas e associações da Paraíba aos serviços ofertados

No ano de 2017 o IDEP/UFPB manteve parcerias estratégicas entre empresas e a UFPB; como por exemplo, com a empresa Conductor, iniciada em setembro de 2016. Destaca-se também, com o apoio da Reitoria, o investimento na capacitação do Pesquisador Dr. Yuri Perci Molina Rodrigues, para efetuar medições de eficiência energética. Tal fato permitirá a materialização de um novo convênio, com a empresa ENERGISA que, anualmente, é responsável pela disponibilização de editais para financiamento de projetos na área de eficiência energética junto a empresas públicas e privadas. Outros convênios encontram-se em vias de discussão. Assim, constata-se como ponto positivo da gestão atual que, apesar das dificuldades durante a tramitação interna dos processos, sua equipe, devidamente capacitada, atuou de forma decisiva para que a ação de "ampliar o acesso das empresas, cooperativas e associações da Paraíba aos serviços oferecidos" fosse cumprida, conforme previsto no PDI 2014-2018.

v. Apoiar parcerias entre empresas e órgãos públicos

Tomando por base as ações já descritas como realizadas no item iv deste relatório, evidencia-se que a gestão IDEP/UFPB 2016, cumpriu plenamente a ação de “apoiar parcerias entre empresas e órgãos públicos”, conforme previsto no PDI 2014-2018.

Constata-se como ponto positivo da gestão atual que, apesar das dificuldades durante a tramitação interna dos processos, sua equipe, devidamente capacitada, atuou de forma decisiva para que a ação de “apoiar parcerias entre empresas e órgãos públicos” fosse cumprida, conforme previsto no PDI 2014-2018.

vi. Atuar na divulgação e difusão, licenciamento e transferência do conhecimento e demais inovações tecnológicas protegidas pela UFPB

No ano de 2017 foram iniciadas as atividades de divulgação e difusão junto aos municípios atendidos, objetivando auxiliar na criação de projetos. Em tais projetos, serão colocados em prática a transferência do conhecimento e demais inovações tecnológicas desenvolvidas e protegidas pela UFPB, o que deverá expandir a captação de recursos externos, trazendo desenvolvimento aos municípios atendidos.

vii. Estruturar incubadoras de empresas

Como nos anos anteriores, novamente em 2017, as atividades da meta “estruturar incubadoras de empresas” não foram realizadas por dependência de infraestrutura física, uma vez que nenhum dos espaços previstos para tal atividade foi concluído. Um complicador que dificultou o bom desenvolvimento das atividades dessa meta foi o bloqueio de recursos destinados a execução da obra onde ficará sediada a incubadora de empresas no projeto de implantação do IDEP/UFPB. Outro entrave foi a discussão tardia na UFPB do regulamento interno dos processos de licenciamento, em atendimento ao novo Marco Legal da Pesquisa, Ciência e Inovação (Lei No 13.242/2016).

3.4.9.2 Ações desenvolvidas pela Agência UFPB de Inovação (Inova)

A INOVA-UFPB foi criada pela Resolução 41/2013 e regulamentada pela Resolução 08/2014 do Conselho Universitário (CONSUNI-UFPB) como órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e as suas finalidades compreendem: planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubações de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB. São objetivos inerentes a INOVA-UFPB:

- a) Implementar a política de propriedade intelectual da UFPB, aprovada pelos órgãos superiores, apoiando o registro, licenciamento e comercialização de resultados de pesquisas e difusão dos conhecimentos tecnológicos protegidos na UFPB;
- b) Estruturar, apoiar, estimular e aprimorar o papel da Incubadora de Empresas de Bases Tecnológicas das criações protegidas e mantidas pela UFPB;

- c) Estimular parcerias entre empresas e órgãos públicos com a Universidade e atuar na divulgação, difusão, licenciamento e transferências dos conhecimentos e inovações tecnológicas protegidas pela UFPB;
- d) Estabelecer parcerias estratégicas com empresas e entidades públicas e privadas intensivas em inovação e conhecimento tecnológico protegidos pela UFPB;
- e) Estimular a ação conjunta da UFPB com entidades públicas e privadas na área de formação de recursos humanos, nas suas diversas modalidades, fortalecendo os laços da Universidade com seus parceiros; e
- f) Promover ações na UFPB atuando em conjunto com órgãos da Instituição, municipais, estaduais e nacionais, com o objetivo de desenvolver o Parque Tecnológico da UFPB.

Durante o período de 2012 a 2014, verifica-se que não há um aumento significativo dos registros de propriedades industriais. Os investimentos em disseminação da cultura da inovação na Universidade, em seus *Campi*, refletiram frutos crescentes até que, em 2017, foi possível atingir a adesão destacada dos pesquisadores. Dessa forma, quase 58 proteções intelectuais foram efetivadas, fruto das pesquisas da Universidade.

Apesar das limitações de pessoal a INOVA-UFPB se mostrou um agente capaz de contribuir fortemente com a proteção das tecnologias geradas na UFPB. Ações de gestão e de disseminação maciça da proteção da propriedade intelectual realizada pela diretoria da INOVA-UFPB e a criação das salas de videoconferência em todos os *Campi* refletiu na melhoria dos indicadores no ano de 2017. A criação da Premiação de Inovação Tecnológica Prof. Delby Fernandes de Medeiros foi outra ação positiva realizada nos anos de 2015, 2016 e 2017.

As ações realizadas pela Agência UFPB de Inovação, teve como objetivo o alcance das seguintes metas propostas para o PDI 2014-2018, conforme descrito no Quadro 45.

Quadro 45 – Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2017 pela INOVA/UFPB.

Metas propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
Meta 1: Planejar, organizar e realizar um evento de "Premiação de Inovação Tecnológica Professor Delby Fernandes de Medeiros".	A Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB) realizou na noite de 1º de dezembro de 2017 a entrega do Prêmio de Inovação Tecnológica Professor Delby Fernandes de Medeiros, cedido anualmente em reconhecimento a pesquisadores da universidade detentores de pedidos de patentes e/ou autores de registros de programas de computador. A premiação foi concedida, em forma de troféu e certificados e botons, para 32 inventos e 18 programas de computadores, abrangendo um total de aproximadamente 168 premiados entre docentes, técnico-administrativos e discentes da universidade que realizaram depósitos de suas criações.
Meta 2: Promover a capacitação de	As capacitações no curso da OMPI (DL 101P BR),



Metas propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
recursos humanos para o empreendedorismo, gestão da inovação e gestão da propriedade intelectual.	eventos (Oficina: Inovação Farmacêutica & Propriedade Intelectual e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2017), fóruns (FORTEC 2017 e Fórum Paraíba Inova) e leituras (leis, artigos científicos e livros sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologia); geraram competências e habilidades específicas para os novos servidores da unidade desempenharem suas funções e atribuições na Agência UFPB de Inovação Tecnológica.
Meta 3: Aumentar os depósitos dos pedidos de patentes em 20% comparados ao ano anterior.	Foram depositados 58 pedidos de patentes em 2017.
Meta 4: Ampliar o serviço de atendimento a inventores.	A meta em questão foi plenamente atingida, através da elaboração de um novo formulário de atendimento, da disponibilidade de dois novos servidores para atender de forma ininterrupta os pesquisadores e pela criação e atualização dos manuais do inventor. O referido manual foi publicado no site da INOVA (http://www.ufpb.br/inova/contents/manual-do-inventor) e contém links para os arquivos, atenuando as dificuldades dos inventores elaborarem suas requisições e solicitações processuais para os depósitos das suas criações intelectuais.
Meta 5: Promover a transferência de tecnologia e de licenciamento de tecnologia da universidade para o setor produtivo.	Contatamos quatro empresas nacionais do setor farmacêutico para que possamos iniciar os trâmites de transferência tecnológica. Entre os demais avanços, pode-se destacar: 1. Comunicação mais efetiva da Diretoria de Transferência e Licenciamento Tecnológico com os inventores por meio de listas de e-mails; 2. Participação dos inventores em divulgações por meio de veículos de notícias regionais e nacionais (ex. sites e TV aberta).
Meta 6: Ampliar e promover a interiorização da Propriedade Industrial nos Campi da UFPB.	As palestras e reuniões auxiliaram os inventores dos Campi do interior a buscarem proteger as suas criações tecnológicas. Por exemplo, os pesquisadores do Campus II (CCA), Cristiane Rodrigues de Araújo Penna, Silvanda de Melo Silva, Renato Pereira Lima e Randolph Mark Beaudry, após as palestras e reuniões, conseguiram solicitar o pedido de patente denominado "Processo e Produção em Multicamadas Biodegradáveis com Ação Funcional na Conservação da Qualidade Pós Colheta de Frutos", pedido de patente de número "BR 10 2017 022068-0".



Metas propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
Meta 7: Aumentar significativamente o número anual de acordos de sigilo que atualmente são apenas dois.	Após as reuniões de transferência tecnológica com inventores e empresas, foram assinados novos termos de cessão, de sigilo e de confidencialidade. Os referidos termos, mais sintéticos do que os anteriores, possibilitaram maior celeridade no processo de negociação inicial para futuras transferências tecnológicas.
Meta 8: Promover sistematicamente a incubação de empresas de bases tecnológicas.	Foram constituídas diretrizes para a atividade de incubação de empresas de base tecnológica a partir da UFPB. Mais precisamente, os trâmites (etapas) para que os pesquisadores da UFPB pudessem constituir uma empresa de base tecnológica e que os mesmos viessem a ingressar na incubadora da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. O conteúdo foi incorporado na minuta de resolução que foi aprovada no dia 30/11/2017 pelo CONSUNI.
Meta 9: Alcançar o patamar de, pelo menos, três empresas spin-off referentes as tecnologias protegidas da UFPB.	Participação no Workshop Paraíba Inova, visando articular e prospectar investimentos estruturantes nas áreas de saúde e energia para a Paraíba; além de reuniões que visaram, inclusive, a incorporação de novas empresas spin-offs oriundas da UFPB na Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. Isso permitiu o ingresso de duas empresas oriundas da UFPB na incubadora da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba em 2017. Em 2018, será possível o ingresso de novas empresas.
Meta 10: Implantar incubadoras de empresas de base tecnológica na UFPB ou nos Parques Tecnológicos da Paraíba.	A UFPB firmou convênio com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, que passou a permitir a incubação das empresas oriundas da UFPB.

Fonte: Inova.

3.4.9.3 Ações desenvolvidas através do Programa “UFPB em seu município”

Os dados e informações referentes ao Programa “UFPB em seu município” foram descritos anteriormente, ainda nesta subseção, em “Extensão”.

3.4.10 Hospitais Universitários

3.4.10.1 Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)

O Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), órgão suplementar da UFPB, é um hospital geral, de referência e contra referência, destinado a integrar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Dentro da política de financiamento do Governo Federal, o HULW recebe recursos oriundos do Ministério da Educação através da liberação do Orçamento Fiscal e também via descentralização do Ministério da Saúde, conforme detalhamento abaixo:

Quadro 46 – Recursos recebidos pelo HULW em 2017.

RECURSOS RECEBIDOS POR ORIGEM NO EXERCÍCIO 2017		
CONTRATUALIZAÇÃO/MS	2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	R\$ 18.708.242,10
	2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	R\$ 1.258.694,34
REHUF/MS	2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	R\$ 10.458.803,35
REHUF/MEC	2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	R\$ 8.697.349,40
TOTAL		R\$ 39.123.089,19

Fonte: HULW.

Dos recursos recebidos, em 2017, 99,99% foi efetivamente empenhado, permitindo aplicá-lo na manutenção geral e ainda investir na ampliação do parque tecnológico que faculta um grande avanço nas ações docente-assistenciais oferecidas à comunidade assistida. Tais recursos são rotineiramente alocados mediante cumprimento de metas pré-estabelecidas e efetivamente cumpridas na prestação dos serviços oferecidos à população. Com tudo isso, a população paraibana passa a ter serviços de qualidade oferecidos nas instalações deste hospital, dentro do que foi proposto pelas parcerias.

No cumprimento das suas responsabilidades institucionais nas áreas da educação e da saúde e, ainda, na constante marcha objetivando sua missão precípua, insere-se enfaticamente nas políticas públicas educacionais e da saúde, representando para Paraíba e Estados adjacentes um *lócus* de disseminação e produção do saber, da pesquisa e da extensão, que propicia ao indivíduo a inserção social, assistência médico-hospitalar e multiprofissional.

Desde o exercício de 2013 houve mudanças no modelo de gerenciamento do hospital, tendo em vista o contrato nº 45/2013 firmado com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), cujo objetivo é a administração, pela contratada, do Hospital Universitário da UFPB, compreendendo a oferta à população de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no âmbito da saúde pública, na forma e condições definidas no contrato mencionado e na Lei 12.550/2011, vedado o atendimento de pacientes de convênios particulares. Com esse contrato, as ações assistenciais do HU realizar-se-ão sobre o comando da EBSERH.

O Hospital Universitário Lauro Wanderley tem como objetivo cultivar o saber em suas várias formas de conhecimento puro e/ou aplicado, propondo-se a:

- prestar serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, e também adotar medidas preventivas e assistenciais para saúde da população do Estado da Paraíba;
- servir de aprendizado para o ensino de graduação e nível médio das profissões ligadas às áreas da saúde e multidisciplinares;
- servir como campo de ensino, de pesquisa e de extensão para os profissionais das áreas da saúde e outras, em nível de pós-graduação “lato-sensu” e “stricto-sensu”;
- servir como campo de treinamento, estágio e atualização de recursos humanos de nível superior e médio;
- honrar sua missão institucional de “Cuidar da saúde, promover o bem-estar e desenvolver atividade de ensino e pesquisa para formação dos saberes científicos, da prática do cuidar ético, com base no respeito e na dignidade humana.”

Presta assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência no Sistema Único de Saúde. Voltado aos programas de assistência e inclusão social por meio de parcerias com órgãos públicos, desenvolve atividades de natureza preventiva e extensiva, através de programas nacionais de saúde e educação oferecidos à população paraibana.

Conta com 980 empregados públicos concursados da EBSEH e 771 servidores públicos do Regimento Jurídico Único. Tem 223 leitos ativos, o que representa um aumento de 15% do número de leitos em relação ao ano de 2016. Realizou no ano de 2017 diversos exames e procedimentos, com números expressivos em comparação aos anos anteriores.

Os quadros abaixo trazem os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Ambulatoriais e pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS referentes à produção dos meses de janeiro a novembro de 2017, e janeiro a outubro de 2017, respectivamente.



Quadro 47 – Produção Ambulatorial do HULW em 2017 por Subgrupo de Procedimento.

SubGrupo de Procedimento	Mês/2017*											Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
0101 Ações coletivas/individuais em saúde	349	379	333	177	1.870	889	494	378	1.704	582	134	7.289
0201 Coleta de material	79	52	97	53	144	119	134	155	221	173	127	1.354
0202 Diagnóstico em laboratório clínico	40.217	36.335	44.048	39.811	48.359	41.913	42.690	26.217	22.936	12.784	9.527	364.837
0203 Diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia	361	233	377	410	501	434	463	591	434	374	381	4.559
0204 Diagnóstico por radiologia	423	537	763	90	439	72	1.206	524	949	174	602	5.779
0205 Diagnóstico por ultra-sonografia	604	669	894	91	230	309	729	707	496	746	901	6.376
0206 Diagnóstico por tomografia	7	52	60	0	16	71	169	0	159	170	64	768
0209 Diagnóstico por endoscopia	154	98	109	79	33	12	4	176	238	17	0	920
0211 Métodos diagnósticos em especialidades	1.993	1.560	2.293	1.531	2.872	3.058	1.884	1.673	2.670	2.323	1.789	23.646
0214 Diagnóstico por teste rápido	135	144	220	114	306	207	171	81	186	147	92	1.803
0301 Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	17.547	17.555	21.561	16.121	24.354	18.471	16.119	17.312	24.518	19.230	12.892	205.680
0302 Fisioterapia	283	442	940	334	604	396	198	300	948	504	581	5.530
0303 Tratamentos clínicos (outras especialidades)	155	109	164	107	163	150	159	87	216	66	138	1.514
0307 Tratamentos odontológicos	174	128	187	4	418	122	85	378	361	156	43	2.056
0309 Terapias especializadas	14	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	15
0401 Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	348	252	479	299	43	37	3	219	1.258	33	111	3.082
0404 Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	3
0405 Cirurgia do aparelho da visão	38	79	126	85	67	106	66	68	111	87	115	948
0406 Cirurgia do aparelho circulatório	5	5	4	2	5	3	3	0	6	0	3	36
0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	9	7	25	1	16	0	0	0	49	3	4	114
0409 Cirurgia do aparelho geniturinário	4	2	3	6	9	1	3	3	6	5	2	44
0412 Cirurgia torácica	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0414 Bucomaxilofacial	87	70	61	16	240	33	71	84	77	56	21	816
0417 Anestesiologia	26	0	74	1	0	0	0	35	74	21	0	231
Total	63.013	58.708	72.819	59.332	80.690	66.404	64.651	48.988	57.617	37.651	27.528	637.401

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

* Ano de Processamento 2017 - Dados atualizados até 09/01/2018 (PAPB1711).



Quadro 48 – Produção Hospitalar do HULW em 2017 por Subgrupo de Procedimento

Leito\Especialidade	Mês de Internação/2017											Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	2Nov	
01-Cirúrgico	72	70	182	239	298	265	259	303	210	183	4	2.085
02-Obstétricos	106	110	127	146	156	148	172	135	102	76	2	1.280
03-Clínico	189	163	234	209	221	212	222	195	144	93	4	1.886
07-Pediátricos	116	104	115	124	156	137	139	150	80	81	1	1.203
09-Leito Dia / Cirúrgicos	3	6	10	12	17	20	19	20	12	17	0	136
10-Leito Dia / Aids	1	1	0	0	0	1	2	5	3	2	1	16
Total	487	454	668	730	848	783	813	808	551	452	12	6.606

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalar do SUS (SIH/SUS).

* Ano de Internação 2017 - Dados atualizados até 08/01/2018 (RDPB1711 e RJPB1711).



No exercício 2017, contou com um quantitativo de 166 (cento e sessenta e seis) residentes do Programa de Residência Médica, 73 (setenta e três) do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar, 8 (oito) do Programa de Residência Uniprofissional em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial e 40 (quarenta) do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, totalizando 287 (duzentos e oitenta e sete) residentes ao ano. No que se refere ao ensino técnico e de graduação, oferece semestralmente espaço para cerca de 1.100 alunos da área de saúde e áreas afins desenvolverem atividades acadêmicas. Sendo o principal campo de prática dos alunos dos Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Médicas da UFPB, que desenvolvem as atividades acadêmicas através de aulas teórico-práticas e estágio curricular obrigatório. Não são ofertados estágios não obrigatórios.

No campo da pesquisa e extensão, foram realizados, no ano de 2017, 150 projetos de pesquisa e 13 projetos de extensão, sendo, em sua maioria, projetos acadêmicos desenvolvidos nas diversas unidades assistenciais do hospital.

O HULW participa ativamente da formação profissional do aluno do ensino técnico, de graduação dos cursos de medicina, enfermagem, odontologia, nutrição, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação física, serviço social, psicologia e de áreas afins, de pós-graduação, como residência médica, multiprofissional, buco-maxilo-facial e saúde mental.

Nesse sentido, tem contribuído de forma exemplar para a comunidade acadêmica ao dar oportunidade, ao aluno e ao professor, de se defrontar com a dinâmica da prática assistencial direcionada ao paciente e familiar, quer seja no âmbito ambulatorial, quer seja no ambiente de internação, possibilitando, dessa forma, a integração da prática com a teoria, contemplada nos diversos componentes curriculares dos cursos de saúde e áreas afins, favorecendo ainda o campo para o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão, regulamentado pela legislação vigente, bem como contribuindo para a sociedade em geral ao buscar continuamente ofertar um serviço de excelência.

3.4.10.2 Hospital Veterinário (HV)

No ano de 2017 recebemos R\$ 214.152,72 provenientes do recurso destinado pelo MEC aos Hospitais Veterinários Universitários. Esse recurso foi utilizado da seguinte forma: R\$ 6.000,00 para manutenção de equipamentos hospitalares; 1.374,89 em diárias; R\$ 76.121,65 para aquisição do material de consumo utilizado nos diversos setores do Hospital Veterinário (atendimento clínico e cirúrgico de animais de pequeno, médio e grande porte e animais silvestres, diagnóstico por imagem e diagnóstico laboratorial – análises clínicas, histopatologia, biologia molecular e medicina veterinária preventiva) e para realização das aulas práticas do curso de medicina veterinária; R\$ 130.656,18 para aquisição de equipamentos (endoscópio rígido, crioscópio, espectrofotômetro, computadores, freezers, estufas, mobiliários e outros).

Além desse recurso recebemos uma complementação no valor de R\$ 49.000,00 proveniente do Centro de Ciências Agrárias da UFPB, que possibilitou a aquisição de material de consumo, equipamentos e mobiliários para auxiliar e modernizar o Hospital Veterinário. Com tal recurso conseguimos também adquirir equipamentos para o novo espaço destinado à realização de necropsias de grandes animais, e ainda complementar o Laboratório de Biologia Molecular.

Em relação à casuística de pacientes das mais diversas espécies no HV foram realizadas, em 2017, 2.535 consultas, 599 retornos, 380 cirurgias, 437 procedimentos anestésicos, 4.408 exames laboratoriais, 667 exames de imagem e 266 necropsias. Além de todo o investimento financeiro, em 2017, também aumentamos o programa de residência multiprofissional do MEC de nove para 17 residentes R1 e R2.

3.4.11 Reformulação do Estatuto da UFPB

Depois de amplo debate, democrático, participativo e transparente, o Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal da Paraíba aprovou a metodologia para a elaboração do novo Estatuto da UFPB através da Resolução nº17/2017, em 9 de novembro de 2017 (<http://www.ufpb.br/estatuinte>). De acordo com a decisão do CONSUNI, os trabalhos da Estatuinte da UFPB deverão seguir rigorosamente os seguintes prazos:

- I - até 30 dias para instalação da Comissão Geral Estatuinte, a partir da publicação desta resolução;
- II - até 45 dias para instalação das Comissões Setoriais Estatuintes, a partir da publicação desta resolução;
- III - até 270 dias para conclusão dos trabalhos das Comissões Setoriais e eleição dos delegados, a partir da publicação desta resolução;
- IV - até 360 dias para conclusão dos trabalhos do Congresso Estatuinte, a partir da publicação desta resolução;
- V - até 60 dias para a apreciação da minuta de novo Estatuto pelo CONSEPE, após o recebimento da minuta oriunda do Congresso Estatuinte;
- VI - até 60 dias para apreciação da minuta novo Estatuto pelo CONSUNI, após o recebimento da minuta oriunda do CONSEPE.

3.4.12 Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB)

A respeito da implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), tem-se, no Quadro 49, a descrição dos módulos que foram implantados em 2017.

Quadro 49 – Sistemas Integrado de Gestão (SIG-UFPB) implantados em 2017.

SIGPRH <i>(Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos)</i>				
<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2015)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2016</i>	<i>Atividades desenvolvidas e módulos implantados em 2017</i>
<p>Informatiza os procedimentos de gestão de pessoas, tais como: marcação e alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno.</p>	<p>Mapa de Tempo de Serviço, vinculado ao módulo de Aposentadoria;</p> <p>Banco de Talentos, vinculado ao módulo de Capacitação;</p> <p>O formulário LNC, que integra o módulo de Avaliação de Desempenho.</p>	<p>Plano de saúde;</p> <p>Aposentadoria;</p> <p>Agenda;</p> <p>Dimensionamento;</p> <p>Administração de pessoal;</p> <p>Dependentes.</p>	<p>Avaliação de ferramenta de desenho de relatórios e sua integração com os sistemas de informação da instituição.</p> <p>Atividades continuadas de implantação e/ou manutenção do SIGPRH.</p>	<p>Atividades continuadas de manutenção e suporte do sistema;</p> <p>Desenvolvimento e implantação de módulo para construção de relatórios para PROGEP;</p> <p>Atividades continuadas de manutenção e suporte do módulo de Gestão de Desempenho;</p> <p>- Análise dos módulos: Dimensionamento de Pessoal, Ponto Eletrônico e Frequência, Concursos, Integração SIAPE</p>
SIPAC <i>(Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos)</i>				
<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2015)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2016</i>	<i>Atividades desenvolvidas e módulos implantados em 2017</i>



Controle, fluxo de processos e documentos eletrônicos; Portais de informações para os(as) Pró-Reitores(as).	Segurança do Trabalho;	Contratos;	Atividades continuadas de implantação e/ou manutenção do SIPAC.	- Atividades continuadas de manutenção e suporte ao usuário: Almoxarifado, Boletim de Serviços, Catálogo de Materiais, Compras, Liquidação de Despesas, Bolsas, Requisições, Patrimônio, Transportes, Orçamento
	Patrimônio Móvel;	Hospedagem;		
	Auditoria e Controle Interno;	Patrimônio;		
	Transporte;	Catálogo de Materiais;		
	Liquidação de Despesas;	Compras;		
	Compra de Material Informacional;	Orçamento;		
	Infraestrutura.	Requisições;		- Implantação dos módulos: Bolsas
		Licitação;		-
		Almoxarifado.		Análise dos módulos: Projetos/Convênios

SIGAA
(Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)

<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2015)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2016</i>	<i>Atividades desenvolvidas e módulos implantados em 2017</i>
Informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (<i>stricto</i> e <i>lato sensu</i>), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes,	Graduação; Diploma para Graduação; Monitoria.	Pós-Graduação (<i>lato sensu</i>), iniciação científica e programas acadêmicos.	Graduação: manutenção e implantação de novas funcionalidades do módulo Graduação do SIGAA; Processo Seletivo Reopção de Curso: implantação de módulo no SIGAA para a execução de processos seletivos do tipo Reopção de Curso; <i>Mobile</i> : início do desenvolvimento de aplicação móvel para celular do módulo graduação do SIGAA; Restaurante Universitário:	- Atividades continuadas de manutenção e suporte ao usuário: Graduação, Lato Sensu, Stricto Sensu, Ensino a Distância, Técnico, Assistência Estudantil, Monitoria, Diplomas, Biblioteca. - Suporte em processos seletivos da graduação: SiSU, EAD, Reopção de Curso, Ingresso de Graduados, Processos Seletivos de Música, etc. - Adaptação de Layout e adição de recursos de acessibilidade - Relatório Individual Docente (RID). Documento para descrição analítica de todas as atividades docentes em um determinado período. - Plano Individual



atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado.			início do desenvolvimento de aplicação Desktop para controle de acesso físico aos restaurantes da instituição; Biblioteca SIP2: Implementação do protocolo SIP2 para integração com solução RFID aplicada na Biblioteca Central; Vestibular: implantação de módulo para gerenciamento dos processos seletivos do tipo Sisu; Assistência ao Estudante: implantação de módulo para gerenciamento de atividades relacionadas à assistência estudantil.	Docente (PID). Descrição sintética do planejamento das atividades docentes para um semestre letivo. <ul style="list-style-type: none">- Necessidades Educacionais Especiais. Módulo usado pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA).- Implantação de sistema de controle de acesso físico ao Restaurante Universitário.- Disponibilização de app Android de nome SIGAA UFPB Mobile em versão beta na Play Store.- Implantação do módulo de ensinoss Infantil e Fundamental.- Adaptação no modelo de Avaliação Institucional (Avaliação Docente pelo Discente)- Implantação de recurso de emissão online de Ficha Catalográfica no módulo Biblioteca.- Implantação do módulo Central de Estágios- Implantação do módulo de Extensão- Análise do módulo de Pesquisa.- Análise do módulo Ouvidoria.- Criação de diplomas/certificados para níveis técnico e Lato Sensu.- Tradução de sites de programas de Pós-Graduação- Adição de recurso para importação automática do currículo lattes dos docentes.
--	--	--	---	--

SIGPP
(Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos)

<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2015)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2016</i>	<i>Atividades desenvolvidas e módulos implantados em 2017</i>
Permite o gerenciamento das metas pretendidas, anualmente, pelas unidades estratégicas da instituição	*	-	*	- Atividades continuadas de manutenção e suporte ao usuário - Adaptação de Layout e adição de recursos de acessibilidade

Fonte: STI/UFPB.

*Sistema implementado a partir de 2017.

Houve um visível esforço da STI, em especial de sua Gerência de Sistemas de Informação, para a implantação do módulo do SIGAA-Graduação, o que foi possível graças ao reforço daquela equipe com o remanejamento interno de integrantes de outras equipes do SIGAA e a chegada de novo(s) técnico(s), principalmente para viabilizar o pleno funcionamento de diversos outros módulos desse sistema que têm relação de dependência com o módulo Graduação.

Além disso, é conveniente citar que o estágio de implantação dos sistemas SIGPRH e SIPAC tem sido bastante satisfatório, embora algumas poucas dificuldades ainda sejam encontradas para a plena utilização desses sistemas como, por exemplo, o não comprometimento de alguns usuários quanto à utilização de módulo(s) já implantado(s).

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Abaixo se encontram definidos os principais indicadores de desempenho operacional, relacionados às atividades acadêmico-administrativas da UFPB e que permitem visualizar e aquilatar o esforço e eficiência institucional:

1. **Alunos Matriculados:** é um indicador que revela o correspondente esforço institucional em resposta aos recursos investidos na Instituição.

Tipo: efetividade

Fórmula de cálculo: número total de alunos de graduação e pós-graduação matriculados no ano (nos casos de o aluno ter sido matriculado nos dois semestres, só será contabilizado uma vez).

Método de aferição: extração dos dados no banco de dados institucional.

Área responsável pelo cálculo ou medição: Núcleo de Tecnologia da Informação-PRG/PRPG

Resultado do indicador do exercício: **38.880**

2. **Relação Alunos Matriculados/Professor:** evidencia a eficiência da Instituição no cumprimento de suas ações, quando permite que seja visualizada a otimização de seus recursos humanos docentes em função de seus discentes matriculados.

Tipo: Eficiência

Forma de Cálculo: $RAMP_t = \frac{NAM_t}{NPQP_t}$

NAM_t = Número total de alunos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) matriculados, no final do ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 50 – Evolução relação alunos matriculados por professor (2016-2017).

Indicador	2016	2017	Δ%
RAMP	15,88	15,61	-1,7

Método de Aferição: Extração de dados do banco de dados institucional

Área responsável pelo cálculo ou medição: PRG/PRPG/PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **15,61**

3. **Vagas Oferecidas - Sisú:** Evidencia a expansão de vagas, pela criação de novos cursos bem como pelo aumento da oferta em cursos já existentes.

Tipo: Efetividade

Forma de cálculo: Número de vagas ofertadas

Método de aferição: Análise da quantidade de demanda, análise da infraestrutura disponível.

Área responsável pelo cálculo ou medição: PRG

Resultados do indicador no exercício: **7.790**

4. **Relação alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados/Professor Doutor:** Evidencia a eficiência da pós-graduação da Instituição no cumprimento de suas ações, quando permite que seja visualizada a otimização de seus recursos humanos docentes-doutores em função de seus discentes da pós-graduação matriculados.

Tipo: Eficiência

Forma de Cálculo: $RAMDPD_t = \frac{NAMDM_t}{NPDQP_t}$

$NAMDM_t$ = Número de alunos de mestrado e doutorado matriculados no final do ano t;

$NPDQP_t$ = Número de professores-doutores do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 51 – Alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados/Professor Doutor (2016-2017).

Indicador	2016	2017	Δ%
RAMDPD	2,58	2,49	-3,49

Método de aferição: Extração de dados do banco de dados institucional

Área responsável pelo Cálculo ou medição: PRPG/PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **2,49**

5. Número de Alunos de Graduação Diplomados: Permite visualizar o desempenho acadêmico da Instituição no Período.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Soma dos alunos diplomados

Método de aferição: Relação de diplomados

Área responsável pelo cálculo: PRG

Resultado do indicador no exercício: **4.014²**

6. Índice de Titulação de Corpo Docente: Permite visualizar o esforço Institucional na capacitação do seu quadro docente.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo:

D = Número de professores-doutores;

M = Número de professores-mestres;

E = Número de professores-especialistas;

G = Número de professores apenas graduados.

$$ITCD = (5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$$

Quadro 52 – Evolução no Índice de Titulação de Corpo Docente (2016-2017).

Indicador	2016	2017	Δ%
ITCD	4,44	4,49	1,13

Método de aferição: Relação de titulados no período

Área responsável pelo cálculo: PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **4,49**

² O aumento observado em relação ao valor do ano de 2016 se deve ao fato de que para este último foi informado apenas os alunos diplomados no período 2016.1 relativo aos campi I e IV. Os campi II e III atrasaram a colação de grau por conta de uma greve que paralisou as atividades discentes.

7. Produção Acadêmica³

Na obtenção de indicadores de qualidade da produção científica institucional levamos em consideração três parâmetros, conforme abaixo discriminados:

- Total da Produção Científica Cadastrada da Plataforma SUCUPIRA/CAPES
- Percentual dos artigos indexados na *Web Science*
- Percentual dos artigos indexados no Scopus

Em 2016 a UFPB publicou 2.306 artigos em periódicos. Esse número de artigos diminuiu em relação a 2015 e 2014. Desse quantitativo, 1.056 artigos (45,8%) foram publicados em periódicos indexados na base de dados *Web of Science* (Thompson Reuters). Assim, em 2016, a UFPB publicou dois artigos a menos que em 2015, porém, este número foi maior que em 2014 e 2013.

O *Web of Science* oferece acesso a mais confiável, integrada e multidisciplinar pesquisa, conectada por meio de métricas de citação de conteúdo vinculado de várias fontes em uma só interface. O fator de impacto da Thomson Reuters (*Web of Science*) é uma medida da frequência com que o "artigo médio" em uma revista foi citado em um determinado ano ou período. O fator de impacto anual é uma relação entre citações e itens citados recentes publicados. Assim, o fator de impacto de um periódico é calculado dividindo-se o número de citações do ano corrente com os itens de fonte publicados nessa revista durante os dois anos anteriores. Esse é um indicador da qualidade de um artigo publicado e reflete quão lida foi aquela publicação.

No entanto, se considerarmos a evolução referente ao Quadriênio de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da CAPES, ou seja, o período entre 2013 e 2016, observamos que o percentual de artigos da UFPB publicados na base *Web of Science* em relação ao quantitativo total de artigos publicados em todos os periódicos (Qualis A1 a C) vem aumentando ano-a-ano. Em 2013 o percentual foi de 33,7%, em 2014 subiu para 35,3%, em 2015 chegou a 44,9% e em, 2016, atingiu 45,8%, conforme mostrado na tabela abaixo.

Tabela 19 – Artigos da UFPB publicados em periódicos indexados na base de dados Web of Science

Indicador	ANO			
	2013	2014	2015	2016
Número Total de Artigos Publicados em todos os periódicos (Qualis A1 a C)	2196	2357	2354	2306
Número de Artigos publicados na Base WEB OF SCIENCE	740	832	1058	1056
% dos artigos indexados na Base WEB OF SCIENCE	33,7	35,3	44,9	45,8

Fonte: Propeq.

³ Todos os dados de Produção são referentes ao ano de 2016, uma vez que a Coleta de Informações referentes ao ano de 2017 ainda se encontra aberto (até o dia 10/02/2018) para inserção de dados na Plataforma Sucupira da CAPES. Os dados de Produção referentes ao ano de 2017 deverão estar abertos para consulta em meados de 2018, à depender de liberação por parte da CAPES.



OBS: Este indicador foi construído levando-se em consideração o percentual de artigos em relação à Produção Total de Artigos (Qualis de A a C) da UFPB (cadastrados na Plataforma SUCUPIRA/CAPES).

Outro indicador que teve um aumento considerável foi o número de citações (ou seja, de referências citadas pela comunidade científica internacional). Considerando que estes artigos foram majoritariamente publicados por docentes vinculados a programas de pós-graduação (seja como permanente, colaborador ou visitante), podemos observar que a relação de artigos citados pela comunidade internacional vem aumentando a cada ano. Em 2013 tivemos 1,7 artigos citados por cada docente, em 2014 passou para 2,6, em 2015 para 3,5, e, em 2016, chegou a 4,4 artigos citados no *Web of Science* por docente da UFPB. Se considerarmos apenas os docentes do corpo permanente, ou seja, aqueles que efetivamente têm a sua produção computada no processo de avaliação da pós-graduação e pesquisa brasileira, podemos observar que a proporção destes vem aumentando ano a ano, desde 2013, senão vejamos: em 2013, tivemos 2,1 artigos citados por docentes permanentes. Esse número subiu para 3,3 em 2014, 4,3, em 2015, e chegou a 5,5 artigos citados, em 2015, para cada docente do corpo permanente da UFPB. Isso significa, por exemplo, que, em 2016, cada docente permanente da pós-graduação da UFPB teve 5,5 artigos citados pela comunidade internacional, o que traduz que a nossa pesquisa institucional está sendo cada vez mais considerada e lida pela comunidade internacional, denotando a sua qualidade.

Em 2016 a UFPB publicou 2306 artigos em periódicos. Deste quantitativo, 1.339 (58,1%) foram publicados em periódicos indexados na base de dados *Scopus*. A base *Scopus* é outro grande banco de dados de citações e resumo de literatura revisada por pares: revistas científicas, livros e conferências. Apresentando uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nos campos da ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades.

Da mesma forma que para a base *Web of Science*, se considerarmos a evolução entre 2013 e 2016, observamos que o percentual de artigos da UFPB publicados na base *Scopus* em relação ao quantitativo de artigos publicados em todos os periódicos vem aumentando. Em 2013 o percentual foi de 52,4%, em 2014 subiu para 56,0%, foi para 57,2% em 2015 e, em 2016, atingiu 58,1%, conforme mostrado na tabela abaixo.

Tabela 20 – Percentual dos Artigos da UFPB publicados na publicados em periódicos indexados na base de dados Scopus

Indicador	ANO			
	2013	2014	2015	2016
% dos artigos indexados na Base SCOPUS	52,4	56,0	57,2	58,1

Fonte: Propeq.

Finalmente, é importante considerar ainda os artigos publicados em periódicos qualificados pelo sistema Capes como A1, A2 e B1. Estes são os estratos superiores da produção científica brasileira e correspondem globalmente a artigos publicados nas principais bases de dados, tais como a *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo*, enfim, aqueles periódicos considerados importantes pelas respectivas áreas do conhecimento.

Tabela 21 – Percentual dos Artigos da UFPB publicados em periódicos classificados nos Estratos Qualis/CAPES A1, A2 e B1

Indicador	ANO			
	2013	2014	2015	2016
Número Total de Artigos Publicados em todos os periódicos (Qualis A1 a C)	2196	2357	2354	2306
Número de Artigos publicados nos Estratos A1, A2 e B1	1008	1181	1148	1131
% dos artigos publicados nos Estratos A1, A2 e B1	45,90	50,10	48,77	49,05

Fonte: Propeq.

Neste quesito, a UFPB vem alcançando excelentes indicadores. Em 2013, 45,9 da produção total da UFPB foi publicada em periódicos classificados com Qualis A1, A2 e B1. Esse número subiu para 50,11, em 2014, 48,77% em 2015 e chegou a 49,05% em 2016, conforme mostrado na Tabela 21. Este indicador traduz que quase 50% da produção científica institucional, em 2016, foi veiculada em periódicos classificados nos três estratos Qualis superiores, o que denota a qualidade da produção científica institucional.

8. Relação Professores com Atividades de Extensão/Quadro Docente Permanente - Permite visualizar o envolvimento dos docentes quanto nas atividades de extensão.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo:

$$RPAEQD_t = \frac{NPAE_t}{NPQP_t}$$

$NPAE_t$ = Número de professores com atividades de extensão, no ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Método de aferição: Relação de professores com atividades de extensão

Área responsável pelo cálculo: PRAC

Quadro 53 – Evolução da relação professores com atividades de Extensão sobre o quadro docente permanente (2016-2017).

Indicador	2016	2017	Δ%
RPAEQD	0,52	0,60	15,38

Resultado do indicador no exercício: 0,60

No Quadro 54 é mostrado um resumo geral dos principais indicadores de desempenho da UFPB no ano 2017, bem como a variação desses parâmetros em relação a 2016. Observamos que:

- ❖ Houve uma redução no número de alunos matriculados em 403 estudantes, que corresponde a uma redução de 1,05% em relação a 2016. Esse resultado se deve essencialmente aos seguintes fatores:
 - (i) A forma de ingresso pelo ENEM-Sisu propiciou uma maior rotatividade no número de matriculados na graduação;
 - (ii) Redução expressiva (de 1562 em 2016 para 640 em 2017) no número de estudantes dos cursos *lato sensu*. Este último efeito se deve a redução no financiamento esta modalidade de curso.
- ❖ Redução em 1,70% na relação aluno matriculado/professor. Esta redução corresponde a um efeito cascata da redução no parâmetro “Aluno Matriculado” e o aumento no número de docentes da instituição (+17 docentes em relação a 2016).
- ❖ Redução de 3,49% na relação alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados por professor doutor. Esse efeito deve ao aumento no número de professores doutores no quadro permanente da instituição.
- ❖ O número de alunos de graduação diplomados aumentou significativamente em 2017 em relação a 2016. Este aumento se deve ao fato de que o valor informado em 2016 correspondia unicamente aos alunos diplomados do período 2016.1 dos campi I e IV. Os campi II e III atrasaram a colação de grau por conta de uma greve que paralisou as atividades.
- ❖ O índice de titulação de corpo docente aumentou em 1,13% (de 1.835 doutores e 560 mestres em 2016 para 1.899 doutores e 520 mestres em 2017). Portanto, houve uma redução no número de mestres e o consequente aumento no número de doutores. O aumento deste parâmetro deve-se também as políticas de incentivo a qualificação do corpo docente, inclusive com a oferta de professores substitutos para assumirem os encargos acadêmicos para os docentes em qualificação.
- ❖ Observa-se um aumento significativo na relação professores com atividades de extensão por quadro docente permanente, de 15,38% em relação a 2016. Esse aumento deve-se ao investimento que vem sendo realizado nos últimos anos nas bolsas institucionais para extensão e a uma maior participação da comunidade nos editais externos de extensão.



Quadro 54 – Resumo Geral dos principais indicadores de desempenho da UFPB.

Parâmetros	Sigla	2016	2017	Δ%
Alunos Matriculados	AM	39.283	38.880	-1,05
Relação Alunos Matriculados/Professor	RAMP	15,88	15,61	-1,70
Relação alunos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> matriculados/Professor Doutor	RAMDPD	2,58	2,49	-3,49
Número de Alunos de Graduação Diplomados	NAGD	1.760	4.014	*
Índice de Titulação de Corpo Docente	ITCD	4,44	4,49	1,13
Relação Professores com Atividades de Extensão/Quadro Docente Permanente	RPAEQD	0,52	0,60	15,38

* Não foi calculada a variação percentual relativa ao número de alunos diplomados, para evitar superestimação do valor percentual, pois no ano de 2016 foi informado apenas os alunos diplomados no período 2016.1 relativo aos campi I e IV. Os campi II e III atrasaram a colação de grau por conta de uma greve que paralisou as atividades discentes. Já para o ano de 2017 foi informado o número de diplomados referentes aos períodos 2016.2 e 2017.1, para todos os campi.

3.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Com relação aos indicadores de desempenho estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, os resultados para os indicadores primários são mostrados no Quadro 55 para o período de 2013-2017. Conforme pode ser visto no citado quadro, temos que:

- ❖ O custo corrente da UFPB com HULW obteve um aumento em 2017 em relação a 2016 de 8,2%, atingindo os mesmos patamares dos aumentos observados nos anos de 2015 e 2014. Os custos correntes, sem o HULW, seguem a mesma tendência.
- ❖ O número de professores equivalentes na instituição aumentou em apenas 0,3% em 2017. Em 2016 esse parâmetro havia sofrido um aumento de 3,3%, já em 2015 foi observado uma redução de 1,07% resultado da reestruturação do banco de professores equivalente na instituição.
- ❖ O quadro de funcionários equivalentes na UFPB, sem HULW, foi reduzido em 0,3% em 2017. Este efeito de redução no crescimento deste índice havia sido obtido em 2015 também (-1,4%). Já para os funcionários equivalentes com o HULW, observa-se uma redução gradual desse parâmetro em virtude da administração da EBSEH no HULW.
- ❖ O número de alunos da graduação em tempo integral sofreu uma redução de 3,6% em 2017 em relação a 2016, o mesmo se observa para o número de alunos equivalentes da graduação (redução de 4,3%). A redução nesses índices pode ser associada ao efeito do SiSu que permitiu uma maior mobilidade na forma de ingresso e permanência, aliado a retenção de alguns cursos de graduação.
- ❖ O número de estudantes alunos na Pós-graduação stricto sensu sofreu um leve aumento em 2017 em relação a 2016, de 1,2%. Em 2016 foi observado em redução de 6,37% em 2016. Historicamente esse parâmetro aumentava a cada ano, tendo atingido em 2014 o patamar de aumento de 32,08%. Essa redução se deve a diminuição na oferta de bolsas de pós-graduação para mestrado e doutorado, em especial as bolsas da demanda social da CAPES.
- ❖ O número de residentes médicos aumentou em 2017 na mesma proporção observada em 2016 de cerca de 18%.



Quadro 55 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	968.603.943,90	894.844.004,59	854.476,047,88	788.453.136,99	728.723.928,75
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	899.144.252,72	831.563.695,92	792.278.177,31	719.635.078,85	657.300.618,41
Número de Professores Equivalentes	2.349,00	2.341,00	2.265,50	2.290,00	2.236,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	4.751,00	4.815,75	4.809,25	5.144,25	5.251,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	4.072,00	4.083,50	3.895,50	3.951,50	3.845,50
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	25.637,50	24.779,50	27.596,50	29.922	29.109
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	4.375,00	4.323	4.617	4.389	3.323
Alunos de Residência Médica (AR)	166,00	140	118	122	108
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	35.457,25	37.039,07	32.543,45	33.400,00	31.376,39
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	22.460,82	23.297,06	20.392,22	19.659,50	18.923,16
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	8.750,00	8.646	9.234	8.778	6.646
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	332,00	280	236	244	216

Fonte: PROPLAN.

Outros indicadores de desempenho estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União são mostrados no Quadro 56. Alguns destaques desses resultados são elencados como seguem:

- ❖ O custo corrente, com o HULW e sem o HULW, por aluno equivalente foi aumentado em 10,5% e 10,4%, respectivamente, em 2017. Para o ano de 2016, este índice havido sido reduzido em 4,28% e 4,06%, respectivamente. O aumento observado em 2017 pode ser entendido como sendo uma consequência do aumento nos custos correntes (cerca de 8% sem o HULW) e da redução de 3,6% do aluno equivalente em 2017.
- ❖ A razão “Aluno tempo integral / Funcionário equivalente (sem HULW)” e a razão “Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente” foi reduzida em 2017 em relação a 2016 em 1,8% e 0,8%. Já a relação “Funcionário equivalente (sem HULW) / Professor equivalente” também sofreu uma pequena redução de 0,6%.
- ❖ O grau de participação estudantil foi reduzido em 6,8% em 2017 em relação a 2016 devido a redução no número de alunos de tempo integral (3,6% em 2017), de modo que o pequeno aumento no número total de alunos ativos na graduação (apenas 1,2% em 2017) não foi suficiente para aumentar este índice.
- ❖ A relação ponderada do número de professores com doutorado, mestrado, especialização e graduação na UFPB foi de 0,9%.
- ❖ A taxa de sucesso que vinha crescendo gradualmente desde 2013, sofreu uma redução em 2017 tendo alcançado o valor de 0,41.



Quadro 56 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	21.747,20	19.467,91	20.338,16	18.585,88	19.057,39
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	20.187,68	18.091,21	18.857,73	16.963,66	17.189,55
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	13,43	13,76	13,18	12,52	11,53
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,64	6,69	6,21	5,57	4,91
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,75	7,89	7,67	7,25	6,71
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,02	2,06	2,12	2,24	2,35
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,73	1,74	1,72	1,72	1,72
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,88	0,94	0,74	0,65	0,79
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,15	0,15	0,14	0,13	0,1
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,94	3,99	3,99	4,01	3,9
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,45	4,41	4,35	4,25	4,23
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) ⁴	0,41	0,43	0,42	0,41	0,4

Fonte: CODEPLAN/PROPLAN.

⁴ Devido à greve, ocorrida no ano 2015, o período letivo da UFPB sofreu alterações. Deste modo, como até o lançamento dos indicadores no SIMEC não se tinha fechado os concluintes no período 2016.2, optou-se por se considerar para o cálculo da TSG o quantitativo de concluintes no período 2015.2 e 2016.1, conforme orientação do manual de cálculo dos indicadores.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da UFPB, considerando o modelo exemplificado do Referencial Básico de Governança disponibilizado pelo TCU, é organizada conforme mostrado no Quadro 57. O detalhamento completo da composição e das atribuições da estrutura de governança da UFPB é descrito no Quadro 57.

Quadro 57 – Estrutura de Governança da UFPB.

Autarquia Federal	UFPB
Assembleia Universitária	Pessoal docente, discente, técnico-administrativo e representantes da comunidade.
Conselhos	CONSUNI
	CONSEPE
	CURADOR
	Conselho Social Consultivo
Alta administração	Reitor
	Vice-reitor
	Pró-reitorias
	Prefeitura Universitária
	HULW
Instâncias internas de apoio à governança	Controle Interno
	Procuradoria Jurídica
	Comissões/Comitês
Instâncias externas de governança	CGU
	TCU
	MPF
	AGU



Quadro 58 – Atribuições das instâncias de governança da UFPB.

Instância	Composição	Atribuições	Base legal
Assembleia Universitária	Pessoal docente, discente, técnico-administrativo e representantes da comunidade	Convocada para: I - tomar ciência do relatório apresentado pelo Reitor sobre as principais ocorrências do ano anterior e do plano de atividades da Universidade para o novo ano letivo; II - realizar os atos de colação de grau dos concluintes dos cursos de graduação, a entrega dos diplomas de mestre, doutor, livre-docente, títulos honoríficos e posse do Reitor e Vice-Reitor; III - tratar de assuntos de relevância do interesse da Universidade.	Estatuto da UFPB
Conselho Universitário (CONSUNI)	Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; Diretores de Centros; um representante do pessoal docente de cada Centro; representação do pessoal discente; representação do pessoal técnico-administrativo; um representante da comunidade.	Órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade.	Estatuto da UFPB
Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)	Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Graduação; Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa; Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários; dois representantes do pessoal docente de cada Centro dos <i>campi</i> I, II e III; um representante da comunidade; representação do pessoal discente; representação do pessoal técnico-administrativo.	Órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica.	Estatuto da UFPB
Conselho Curador	três professores representantes do CONSUNI; três professores representantes do CONSEPE; representação do pessoal discente, indicada na forma do Regimento Geral; um	Órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade.	Estatuto da UFPB



	representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Social Consultivo.		
Conselho Social Consultivo	Reitor; Vice-Reitor; um representante do(a): CONSUNI; de entidades de caráter científico com base estadual, ou nacional e regional, com representação na Paraíba; de entidades fiscalizadoras do exercício profissional de nível superior, cujos cursos de graduação sejam mantidos pela Universidade em caráter permanente, que tenham base nacional e representação na Paraíba; vinculado à Secretaria de Estado da área de Educação, Cultura, Planejamento ou Ciência e Tecnologia; da Assembleia Legislativa da Paraíba; do Poder Judiciário; de entidades de caráter comunitário com base estadual ou nacional com representação na Paraíba, para este fim credenciadas junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.	Instância representativa da sociedade paraibana, com a função precípua de contribuir, sem caráter deliberativo, para a definição, pelos Conselhos Deliberativos Superiores, das políticas institucionais da Universidade.	Estatuto da UFPB
Reitoria	Reitor; Vice-Reitor.	Órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.	Estatuto da UFPB
Pró-reitorias	Pró-Reitoria de Administração - PRA Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE Pró-Reitoria de Graduação – PRG Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN Pró-Reitoria de Pós-graduação – PRPG	Órgãos auxiliares da direção superior.	Estatuto da UFPB Regimento da reitoria



	Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ		
Prefeitura Universitária	Prefeito	I - colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos <i>campi</i> da Universidade; II - elaborar estudos e projetos de prédios e infraestruturas nos <i>campi</i> ou fora deles quando do interesse da Universidade; III - contratar, fiscalizar, executar e controlar obras e serviços de engenharia; IV - manter e conservar imóveis, equipamentos e veículos da universidade; V - gerenciar transportes; VI - controlar ou operar os serviços públicos de água, energia e comunicações telefônicas; VII - zelar pela segurança do patrimônio da Universidade e das pessoas, nos seus <i>campi</i> .	Regimento da Reitoria
HULW	Superintendente do Hospital	Cuidar da saúde, promover o bem estar e desenvolver atividade de ensino e pesquisa para formação dos saberes científicos, da prática do cuidar ético, com base no respeito e na dignidade humana.	Estatuto da UFPB
Coordenação de Controle Interno	A designação ou exoneração do Coordenador do Controle Interno será submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Universitário.	A Coordenação de Controle Interno tem por finalidade assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão com o objetivo de assegurar: I - a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando eficiência, eficácia e efetividade; II - a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade; III - aos ordenadores de despesas a orientação necessária	RESOLUÇÃO Nº 02/2002



		<p>para racionalizar a execução da receita e despesa, com vistas à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis;</p> <p>IV - aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira, informações oportunas que permitam aperfeiçoar essas atividades;</p> <p>V - o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;</p> <p>VI - a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição; e VII - a interpretação de normas, instruções de procedimentos e de qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.</p>	
Procuradoria Jurídica	Procurador	À Procuradoria Jurídica, diretamente subordinada ao Reitor, dirigida pelo Procurador Geral, é o órgão responsável pela representação jurídica da Universidade e tem por finalidade prestar assessoramento jurídico aos órgãos da administração superior.	Estatuto da UFPB Regimento da Reitoria
Comissões/comitê	Comissão de Ética Pública Comissão de Gestão Ambiental Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD) Comissão da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação Comissão de Bem-estar animal Comissão da Estatuante Comissão de Direitos Humanos Comissão Permanente de Licitação	De acordo com o estatuto da UFPB o reitor pode - constituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para emitir parecer sobre acumulação de cargos, na forma da legislação em vigor, ou para estudos de problemas específicos.	Estatuto da UFPB



	Comissão Permanente de Melhoria do Ensino Comissão Própria de Avaliação (CPA) Comissão de Documentação e Arquivo Comissão Interna de supervisão do Plano de Carreiras dos cargos TAE Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA)		
--	--	--	--

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A Coordenação de Controle Interno – CCI é a unidade técnica de controle da Universidade Federal da Paraíba – UFPB instituída em 1992, como órgão vinculado à Pró-Reitoria de Administração, conforme prescreve o art. 36 do Regimento da Reitoria, de 05 de setembro de 1979. Somente em 24 de janeiro de 2002, esta unidade passa a ser vinculado ao Conselho Universitário – CONSUNI, após a aprovação do Regimento Interno desta Coordenação, conforme preceitua o art. 1º da Resolução nº 02/2002 do Conselho Universitário da UFPB. A íntegra do Regimento Interno da CCI encontra-se disponível para acesso na internet, no endereço eletrônico <http://www.ufpb.br/ccj/contents/documentos/regimento-cci-ufpb.pdf>.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna.

Em relação à independência da CCI, esta está em consonância com os parágrafos §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000, conforme consignados nos artigos 1º e 4º, inciso I, do Regimento Interno da Unidade. Todavia, falta à aderência a alguns preceitos descritos na norma INTOSAI GOV 9140, em especial quanto aos quesitos de independência e objetividade.

Assim, visando alinhar o Regimento Interno da CCI aos normativos atuais de referência, sobretudo à norma INTOSAI 9140, esta Coordenação, em atendimento ao recomendado no item 9.2 do Acórdão nº 3312/2013 – TCU – Plenário, revisou e encaminhou, em 29 de dezembro de 2016, através do processo nº 23074.082832/2016-43, para aprovação do CONSUNI, uma proposta de alteração de seu regimento interno, contemplando as recomendações no referido acórdão, como também outras adequações consideradas necessárias objetivando ao alinhamento com os atuais normativos pertinentes à atuação das unidades de auditoria interna governamentais.

Enquanto ao Regimento Geral e Estatuto da UFPB, muito embora fique demonstrada no organograma da Instituição e no Regimento Interno da CCI que esta esteja vinculada ao CONSUNI, essa readequação, porém, ainda não foi promovida naqueles documentos.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e as unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

A estratégia de atuação da Coordenação de Controle Interno em relação às Unidades Centralizadas e Descentralizadas se dá através de ações de auditoria antecipadamente elaboradas por esta Coordenação e estabelecidas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT o qual, conforme a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015, é analisado

previamente pela Controladoria Geral da União – CGU e posteriormente submetido à aprovação do Conselho Universitário da UFPB. Além disso, durante o procedimento de execução dos trabalhos, as ações são realizadas por meio de processos e extração de dados dos diversos sistemas do Governo Federal, como também a realização de trabalhos de campo, quando necessários.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de conta (UPC).

A estrutura funcional da Coordenação de Controle Interno está definida no Art. 4º do seu Regimento Interno, e é composta, atualmente, por 6 (seis) servidores, sendo 5 (cinco) auditores e 1 (uma) secretária. O titular é escolhido mediante indicação do gestor máximo da instituição e submetida à aprovação do CONSUNI, conforme descrito no inciso I do art. 4º do Regimento Interno da CCI, e, a partir da entrada em vigor da Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, obedece-se também aos critérios estabelecidos nesta, que fixou condições adicionais para designação do titular da unidade de auditoria interna.

Com o advento da Portaria CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, a qual revogou aquela portaria, as próximas nomeações obedecerão a este normativo.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

As recomendações emitidas pela Coordenação de Controle Interno são formalizadas mediante Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria, conforme o caso, e encaminhados ao Presidente do CONSUNI, com pedido de direcionar às unidades que devem atender as recomendações, através de processo administrativo movimentado por meio do sistema eletrônico SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos). Deste modo, esta Coordenação acompanha a tramitação dos respectivos processos através deste sistema.

Não existe um procedimento específico em relação à assunção de riscos em caso de não implementação das recomendações. Salienta-se que até o presente momento não houve recusa pelos dirigentes das respectivas unidades administrativas que compõe a estrutura da instituição em atender às recomendações da CCI.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Conforme relatado no item anterior, não houve até o momento atual recusa pelos dirigentes das unidades administrativas em atender às recomendações da CCI.



- g) **Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.**

Não houve modificações na estrutura organizacional da Coordenação de Controle Interno no exercício de referência.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

As atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos da Universidade Federal da Paraíba são regulamentadas pela Resolução 26/2013 do CONSUNI/UFPB, obedecendo-se aos ditames da Lei nº 8.112/90, e consistem na realização de investigações preliminares, sindicâncias investigativas, sindicâncias acusatórias e processos administrativos disciplinares (sumários ou ordinários).

Em razão da complexidade dos trabalhos desempenhados pela UFPB e por se tratar de uma instituição de grande porte, na resolução citada, distribuiu-se as competências correcionais, visando maior celeridade e maior proximidade da apuração do local do fato, delimitando-se três instâncias de processamento e julgamento de ilícitos:

- Chefia imediata: responsável pela instauração, autuação, instrução, julgamento e aplicação da penalidade de ilícitos que ensejam advertência ou suspensão de até 15 dias;
- Centros Universitários e demais unidades administrativas: responsáveis pela instauração, autuação, instrução, julgamento e aplicação da penalidade de ilícitos que ensejam suspensão de 15 a 30 dias;
- Reitoria: responsável pela instauração, autuação, instrução, julgamento e aplicação da penalidade de ilícitos que ensejam demissão ou suspensão superior a 30 dias, que tenham sido praticados por servidores que tenham se exonerado, que ultrapassem o limite mínimo estipulado para a produção de ação de execução fiscal (estipulado pela Procuradoria da Fazenda Nacional) e que tenham sido praticados na reitoria, pró-reitorias ou órgãos auxiliares/suplementares.

Em decorrência disso, tem-se que, resumidamente, as sindicâncias acusatórias são de atribuição das chefias imediatas e Centros Universitários, e demais unidades administrativas, enquanto que os Processos Administrativos Disciplinares são de atribuição da Reitoria, exceto nos casos de infrações ocorridas no próprio âmbito da Reitoria, quando ela realizará a sindicância investigativa e/ou acusatória.

Para execução desse sistema, foram criadas comissões responsáveis por desempenhar as competências delegadas na Resolução citada: na Reitoria foi criada a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD) - estrutura vinculada ao Gabinete da Reitoria – e nos Centros Universitários e demais órgãos administrativos foram criadas as Comissões Permanentes de Sindicâncias.

Atualmente, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar encontra-se sob a presidência da Professora Dra. Luiza Rosa Barbosa de Lima e concluiu o ano de 2017 contando com oito servidores técnico-administrativos (quatro servidores estáveis compostos

comissões disciplinares e quatro servidores não estáveis, responsáveis pela área administrativa) e um estagiário de direito.

As Comissões Permanentes de Sindicâncias dos Centros Universitários e demais órgão administrativos, designadas pelos Diretores de Centros ou Chefias das unidades administrativas, são formadas por três membros titulares estáveis e dois suplentes.

4.3.1 Processos realizados em 2017

Durante o ano de 2017, foram movimentados, na CPPRAD, 87 (oitenta e sete) processos correicionais para apurar fatos em que são aplicáveis as penalidades de suspensão de 30 a 90 dias, demissão de professores e servidores técnico-administrativos, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargos de confiança e de função comissionada.

A Tabela 22 indica o quantitativo de processos administrativos disciplinares nos quais houve a elaboração de relatório final e posterior remessa à instância julgadora.

Tabela 22 – Processos Administrativos Disciplinares em fase de conclusão no ano de 2017

Tipo	Qtd.	Número	Data de envio para julgamento	Data de Julgamento	Decisão Final
Processos Administrativos Disciplinares Ordinários	14	23074.0004319/2010-19	25/11/2015	11/05/2017	Suspensão de 90 dias
		23074.027661/2010-88	12/08/2013	22/02/2017	Arquivamento em razão de regularização
		23074.029078/2013-27	06/03/2014	13/03/2017	Destituição de função gratificada e ressarcimento do erário
		23074.044605/2013-04	04/09/2016	12/07/2017	Suspensão de 90 dias
		23074.000487/2016-28	02/06/2017	Aguarda julgamento	-
		23074.004678/2016-79	07/08/2017	09/08/2017	Advertência
		23074.011350/2014-47	04/05/2017	Aguarda julgamento	-
		23074.014799/2015-48	14/09/2017	Aguarda julgamento	-
		23074.017313/2017-95	26/04/2017	11/05/2017	Arquivamento por preclusão
		23074.018988/2013-20	09/03/2017	27/06/2017	Arquivamento por ausência de justa causa
		23074.031266/2013-70	12/05/2017	19/07/2017	Arquivamento por prescrição
		23074.045269/2014-61	09/03/2017	09/03/2017	Arquivamento por prescrição
		23074.054385/2016-32	01/08/2017	15/08/2017	Suspensão de 90 dias
		23074.068543/2016-31	04/04/2017	07/04/2017	Arquivamento por inimizabilidade
Processos Administrativos Disciplinares Sumários	08	23074.013959/2014-51	05/10/2017	13/10/2017	Arquivamento por regularização
		23074.019138/2014-28	11/12/2017	11/12/2017	Arquivamento por regularização
		23074.019274/2014-18	27/03/2017	27/03/2017	Arquivamento por regularização
		23074.027403/2014-41	28/11/2017	01/12/2017	Arquivamento por regularização
		23074.041541/2014-33	11/10/2017	Aguarda julgamento	-



		23074.056102/2014-25	27/09/2017	13/10/2017	Arquivamento por regularização
		23074.069297/2016-35	21/08/2017	21/08/2017	Demissão
		23074.072868/2016-19	02/06/2017	06/06/2017	Demissão
Total			22		

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

A Tabela 23 indica os processos correicionais, que ainda não são processos administrativos disciplinares propriamente ditos, nos termos da Lei nº 8.112/90, mas que foram movimentados pelo CPPRAD em 2017 e não foram concluídos.

Tabela 23 – Processos Correicionais Movimentados pela CPPRAD em 2017, localizados fisicamente no setor, mas não concluídos

Processos originados em 2014	Processos originados em 2015	Processos originados em 2016	Processos originados em 2017
04	15	13	09
Total		41	

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

Em relação ao ano de 2016, observa-se que houve uma mudança expressiva, em razão de naquele ano se ter o quantitativo de 86 (oitenta e seis) procedimentos correicionais – que não são enquadrados como Processo Administrativo Disciplinar (Lei nº 8112/90), mas movimentados pela CPPRAD -, enquanto que neste último exercício, 2017, através das diversas inspeções realizadas, bem como abertura de processos, o número decresceu para 41 (quarenta e um) processos.

A Tabela 24 indica a quantidade de processos administrativos disciplinares (ordinários e sumários) que foram instaurados no ano de 2017 e estão em andamento.

Tabela 24 – Processos Administrativos Disciplinares em andamento em 2017

Tipo	Quantidade	Instaurados em 2016	Instaurados em 2017
Processos Administrativos Disciplinares Ordinários	23	06	17
Processos Administrativos Disciplinares Sumários	02	-	02
Total		25	

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

Em relação ao ano de 2016, pode-se observar que ocorreu um aumento na quantidade de processos em andamento, posto que, ao final de 2016 havia 14 (quatorze) processos em andamento, ao passo que, em 2017, são 25 (vinte e cinco) processos nessa condição.

A Tabela 25 indica a quantidade de sindicâncias em andamento ou concluídas no ano de 2017, de acordo com a fase de cada uma, conforme informado por cada unidade responsável pelo procedimento.

Tabela 25 – Sindicâncias, por fases, realizadas em 2017

Fase	Unidade de Tramitação e quantidade respectiva		Quantidade de Processos por Fase
Instauração/Instrução	Centro de Tecnologia - CT	07	09
	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR	01	
	Reitoria	01	
Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA	01	05
	Centro de Ciências da Saúde – CCS	01	
	Pró-Reitoria de Administração - PRA	01	
	Centro de Tecnologia - CT	01	
	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR	01	
Encaminhado para Julgamento	Prefeitura Universitária - PU	02	04
	Centro de Tecnologia - CT	01	
	Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW	01	
Processo Julgado	Prefeitura Universitária - PU	02	15
	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	01	
	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR	01	
	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	02	
	Centro de Educação - CE	02	
	Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN	01	
	Reitoria	02	
	Centro de Tecnologia – CT	03	
	Centro de Ciências Agrárias - CCA	01	
Total			33

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

Na Tabela 26 é mostrado a quantidade de processos administrativos disciplinares e sindicâncias de acordo com o assunto da suposta irregularidade, objeto da apuração.

Tabela 26 – Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias de 2017, por objeto de apuração

Assunto	Qtd. de PADs	Qtd. de Sindicâncias
Acumulação indevida de cargos	06	00
Assédio moral	00	00
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	01	01
Ausência ou impontualidade ao serviço	03	02
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	00	00
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	00	00
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	01	05
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	00	00
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	00	00
Descumprimento de Regime de Dedicção Exclusiva	00	00
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	00	00
Desproporção entre patrimônio e renda	00	00
Desrespeito ao sigilo de informações	00	00
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	12	05
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapeço	01	04
Favorecimento próprio ou de terceiros	01	02
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	07	03
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	01	00
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	11	20
Nepotismo	00	00
Reconhecimento de dívida	00	00
Representação de interesse particular junto à administração	01	00
Total	45	42

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2017 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares.

Ressalte-se que, dentre os assuntos expostos, os dois mais recorrentes têm sido “Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos” e “Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos”, representando quase metade das ocorrências investigadas.

4.3.2 Aderência ao CGU/PAD

Quanto à integração dos procedimentos correicionais da UFPB ao CGU/PAD, informa-se que houve aderência completa das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, ordinários e sumários, instaurados pela instituição.

No tocante ao prazo de 30 dias para inserção das informações, conforme a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, em razão da UFPB possuir um único setor que lida com o Sistema



CGU-PAD, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - sendo esta responsável pelo registro e atualização de todos os procedimentos investigativos e/ou disciplinares que transcorrem nesta IFES -, tem-se que nem sempre é possível a observação do prazo estabelecido.

Os processos administrativos disciplinares, por serem de competência privativa da CPPRAD (nos termos da Resolução nº 26/2013, do CONSUNI/UFPB), são cadastrados e atualizados no Sistema CGU-PAD com mais facilidade e celeridade. O mesmo, porém, não acontece com as sindicâncias (investigativas ou punitivas). Estas são realizadas em âmbito "local", isto é, nas próprias unidades onde teria ocorrido a irregularidade sob apuração (Centros, Pró-Reitorias, Prefeitura Universitária etc).

Desse modo, o cadastro das sindicâncias no CGU-PAD só acontece quando tais processos (ou cópia deles) são remetidos à CPPRAD, **o que nem sempre tem acontecido**, e, quando acontece, se dá, muitas vezes, após a conclusão da sindicância em questão. Visando sanar esse lapso, foi criado canal de comunicação entre os diversos setores da UFPB com a CPPRAD, política que ainda está em estágio inicial, necessitando de maior desenvolvimento e adesão pelos diversos setores da instituição.

Em relação aos procedimentos ainda não instaurados, por ser a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar o único local a lidar com a alimentação do Sistema CGU/PAD, possuindo, ainda, outras atribuições institucionais e poucos servidores para cumpri-las, não foi possível a inserção completa dessas informações, posto ter-se optado, diante da situação setorial, pela adesão integral dos procedimentos instaurados e em andamento.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

A gestão de riscos e controles internos das IFES é um tema recorrente no fórum de debate de aprimoramento de gestão universitária, inclusive com a criação, no final de 2017, do ForRisco (Fórum de Riscos) com o objetivo de criar uma ferramenta compartilhada para promover a gestão de riscos nas Instituições. Essa iniciativa está sendo empreendida pelo mesmo grupo de pesquisadores e gestores que criaram a ferramenta compartilhada de elaboração e gestão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como fruto do ForPDI (Fórum do PDI). De maneira geral, esse foi o maior avanço em prol da gestão de riscos na UFPB e no país.

Os novos paradigmas de boa governança para a promoção da análise e gestão de riscos das contratações e aquisições governamentais impõem desafios ainda não consolidados em bibliografia científica o que acarreta sérias dificuldades para sistematizar um modelo mais adequado e eficiente.

Como consequência da edição da Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10/05/2016, criou-se um grupo de trabalho no Fórum de Planejamento e Administração das Universidades Federais (FORPLAD), coordenada pela Comissão de Planejamento e Avaliação. Como resultado do Grupo de Trabalho em Gestão de Risco, elaborou-se um relatório com parâmetros norteadores para a construção da política de gestão de riscos, dividida em capítulos que devem abranger: I) princípios e objetivos organizacionais; II) competências e responsabilidades para a efetivação da gestão de riscos no âmbito do órgão ou entidade; III) diretrizes sobre: a) como a gestão de riscos será integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às políticas da organização; b) como e com qual periodicidade serão identificados, avaliados, tratados e monitorados os riscos; c) como será medido o desempenho da gestão de riscos; d) como serão integradas as instâncias do órgão ou entidade responsáveis pela gestão de riscos; e) a utilização de metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos; e, f) o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos; Portanto, a política de gestão de riscos deve conter pelo menos esses três capítulos, além de criar o comitê de gestão de risco, como apregoa o art. 23 da referida IN.

Conforme o prazo estabelecido pela própria IN, a UFPB tinha até 09 de maio de 2017 para implementar a política de gestão de riscos. Entende-se que a maioria das IFES que acompanham o FORPLAD está em estágios embrionários de implantação da política de gestão de riscos. Com a UFPB não é diferente. A Pró-Reitoria de Administração, como forma de fomentar a interação entre a área técnica e o setor administrativo realizou seleção de estagiário em Ciências Atuariais (Ciência que analisa risco) para servir de elo entre os docentes do referido curso e a avaliação de risco nas contratações administrativas.

Além disso, a Pró-Reitoria de Administração recomenda que o Assessor Especial (membro do Comitê de Gestão em Riscos) seja presidido por um dos Docentes Atuários da UFPB. Inclusive, o atual Pró-reitor de Administração foi docente do referido curso. Acredita-se que Comitê de Gestão de Riscos com a participação ou coordenação de docente especializado em gestão de riscos incutirá rigor científico no Comitê de Gestão de Riscos.



O referido comitê foi instituído. A UFPB irá submeter a Política de Gestão de Riscos em contratos administrativos ao Conselho Superior Universitário–CONSUNI, conforme diretrizes estabelecidas pelo relatório do GT de Gestão de Riscos do FORPLAD.

Ao analisar as informações relativas a gestão de riscos no relatório de gestão de 2016, a UFPB continua a empreender esforços em prol da modernização das resoluções, mormente, na delimitação das atribuições regimentais da auditoria interna e controle interno seguindo parâmetros objetivos conforme a doutrina mais vanguardista em contabilidade pública. Para os próximos exercícios, a UFPB almeja implementar a política de gestão de riscos nos termos da IN MPOG/CGU nº 01 de 10/05/2016, conforme cronograma a ser definido quando da aprovação da referida política em reunião do CONSUNI.

Eventuais limitações de implantação deverão ser apontadas de forma circunstanciada com o objetivo de subsidiar a gestão universitária com informações para o processo de tomada de decisão e solução de pendências apresentadas.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

Visando alcançar as diretrizes firmadas no PDI 2014-2018, informamos as ações realizadas em 2017 por esta IFE, nas áreas de Desenvolvimento de Pessoas, Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho e de Gestão de Pessoas.

❖ Capacitação e qualificação da Força de Trabalho

A PROGEP é responsável pela elaboração e execução do Plano de Capacitação e Qualificação dos servidores da UFPB, que tem como objetivo desenvolver os servidores docentes e técnico-administrativos em educação por meio de ações de capacitação, qualificação e educação profissional, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida, buscando a excelência dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.

A elaboração deste Plano obedece ao disposto na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto nº 5.707/2006 e no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, instituído pelo Decreto nº 5.825/2006.

Buscando alinhar o nosso modelo de Gestão de Pessoas às diretrizes e finalidades do Decreto nº 5.707/2006, a PROGEP está gradativamente implementando o Sistema de Gestão por Competências, por meio da Resolução CONSUNI Nº 23/2012. O artigo 2º do supracitado Decreto define a Gestão por Competências como “a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”. Essa definição reforça a importância das competências dos servidores para o alcance dos objetivos organizacionais e vincula competência com o desempenho. O Sistema de Gestão por Competências propõe consolidar-se como uma política de desenvolvimento e autodesenvolvimento para todos servidores, promovendo a conscientização do servidor sobre o seu papel no desenvolvimento das competências institucionais através de programas de capacitação por competências orientados para este fim.

Na dimensão da Capacitação por Competências, o Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB – Exercícios 2016-2017 foi balizado pelas diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, pela avaliação das ações realizadas no exercício anterior e pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC dos servidores.

Realizado no ano de 2017, o Levantamento de Necessidades de Capacitação, contou com a adesão de diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFPB, o que resultou em um detalhado relatório das demandas de capacitação por ambiente organizacional em três aspectos: a competência a ser desenvolvida pelo servidor, a ação de capacitação que desenvolverá a competência e o quantitativo de servidores que necessitam realizar a ação.

Em outra frente, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPG e a PROGEP redobram os esforços, no sentido de investir no Plano de Qualificação Institucional – PQITEC/UFPB, institucionalizado no Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores – Exercício 2013. O PQITEC/UFPB tem como objetivo qualificar servidores técnicos administrativos na realização de cursos de pós-graduação, *stricto* e *lato sensu* na própria instituição ou em outras instituições nacionais e estrangeiras.

O programa atua na prospecção de vagas para servidores nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, possibilitando a formação de mestres e doutores na própria Instituição, como também apoiará a qualificação dos técnico-administrativos em instituições nacionais e estrangeiras. Outra ação do PQITEC-UFPB é o investimento na criação de mestrados na modalidade profissional, nos termos da PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 22 DE JUNHO DE 2009 (Brasil, 2009), nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Enfermagem, Pedagogia e Ciências da Informação. Além disso, foram apresentados vários APCNs à CAPES no exercício passado e aguarda-se a aprovação dos mesmos.

O Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB, Exercícios 2016-2017, se constituiu em um valioso instrumento de mobilização dos conhecimentos, saberes e atitudes dos servidores no esforço conjunto e exitoso no alcance dos objetivos institucionais de excelência e referência em gestão pública entre as Instituições Federais de Educação Superior Brasileiras.

Segue na Tabela 27 a listagem de cursos ofertados à força de trabalho da UFPB no ano de 2017, na modalidade presencial, semipresencial ou à distância, com a descrição do público alvo e número de pessoas treinadas.

Tabela 27 – Cursos Ofertados aos servidores da UFPB em 2017

Curso	Nº de Treinados	Público alvo
Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais - CAMPUS IV - CCAE	12	Técnico-Administrativos e Docentes
Excel Avançado (turma 1)	18	Técnico-Administrativos e Docentes
Ação Dia "D" da Mulher UFPB	36	Técnico-Administrativos e Docentes
Apresentações Multimídias (Powerpoint 2013 e Prezi)	21	Técnico-Administrativos e Docentes
Inglês Para Proficiência (Turma 2)	23	Técnico-Administrativos e Docentes
Iniciação ao Serviço Público	71	Técnico-Administrativos
Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	17	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema SIGAA - Módulo Docente - CCHSA	10	Docentes
Workshop - Habilidades Comportamentais, Cognitivas e Dialéticas: construindo uma vida melhor	6	Técnico-Administrativos e Docentes
A Biodanza® Na Profilaxia do Estresse	9	Técnico-Administrativos e Docentes
Competências Comportamentais e Organizacionais	8	Técnico-Administrativos e Docentes
Consciência Corporal e Bem-Estar: <i>Tai Chi Chuan</i> na Prática	10	Técnico-Administrativos e Docentes
Curso de Sistema Integrado SIPAC – Módulos: Almoxarifado, Catálogo de Materiais, Contratos,	26	Técnico-Administrativos e Docentes



Curso	Nº de Treinados	Público alvo
Compras, Licitação, Orçamento E Patrimônio” - CCHSA e CCA		
Escola de Saúde Pélvica	5	Técnico-Administrativos e Docentes
Ginástica Laboral no CCHSA	8	Técnico-Administrativos e Docentes
Processo Seletivo Simplificado de Instrutores Internos Para Atividades de Capacitação	9	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema Integrado SIPAC – Módulos: Almoxarifado, Catálogo De Materiais, Contratos, Compras, Licitação, Orçamento E Patrimônio - Campus I	25	Técnico-Administrativos e Docentes
Treinamento para Agentes de Gestão de Pessoas - AGPs	35	Técnico-Administrativos
Capacitação para Utilização do Sistema SIGAA – Módulo Docente	17	Técnico-Administrativos
Etapla Preliminar do Processo de Compras: Termo de Referência, Pesquisa de Preços e Cadastro de Requisições no SIPAC	21	Técnico-Administrativos e Docentes
Ética no Serviço Público	50	Técnico-Administrativos e Docentes
Inglês para Proficiência – CCA	18	Técnico-Administrativos e Docentes
Segurança no Trabalho	17	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema Integrado SIPAC, SGRH e SIGAA – CCAE Campus IV	20	Técnico-Administrativos e Docentes
Conscientização em Segurança da Informação	42	Técnico-Administrativos e Docentes
Inglês para Proficiência - Turma 01	18	Técnico-Administrativos e Docentes
Oficina Meditação: Acessando a Luz do Ser!	19	Técnico-Administrativos e Docentes
Redação Oficial	49	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema Integrado SIPAC, SGRH e SIGAA para Novos Servidores - Turma 01	23	Técnico-Administrativos
Sistema Integrado SIPAC, SGRH e SIGAA para Novos Servidores - Turma 02	17	Técnico-Administrativos
Sistema Integrado SIPAC, SGRH e SIGAA para Novos Servidores - Turma 03	18	Técnico-Administrativos
Word Avançado	20	Técnico-Administrativos e Docentes
Workshop de Inventário de Bens Móveis no SIPAC	20	Técnico-Administrativos e Docentes
Elaboração de Trabalhos Científicos	11	Técnico-Administrativos e Docentes
Etapla Preliminar do Processo de Compras: Termo de Referência, Pesquisa de Preços e Cadastro de Requisições no SIPAC – Turma 2	20	Técnico-Administrativos e Docentes
Saúde Financeira – Gestão das Finanças Pessoais	18	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema Integrado SIPAC, SGRH e SIGAA - DLEM	15	Técnico-Administrativos e Docentes
Como Transitar nos Conflitos Organizacionais - EAD	89	Técnico-Administrativos e Docentes
Ética no Serviço Público - EAD	70	Técnico-Administrativos e Docentes
Gestão de laboratórios e seus resíduos - CCHSA E CCA	16	Técnico-Administrativos e Docentes
Iniciação ao Serviço Público – Turma 3	116	Técnico-Administrativos
Tecnologias Digitais: Aplicativos Google e Quizizz	20	Técnico-Administrativos e Docentes
Controle Social e Lei de Acesso à Informação	49	Técnico-Administrativos e Docentes
Etapla Preliminar do Processo de Compras: Termo	20	Técnico-Administrativos e Docentes



Curso	Nº de Treinados	Público alvo
de Referência, Pesquisa de Preços e Cadastro de Requisições no SIPAC – Turma 3		
Festival Revele Seu Talento – Semana do Servidor	145	Técnico-Administrativos e Docentes
II Concurso Gastronômico da Semana do Servidor	128	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema Integrado SIPAC, SIGRH e SIGAA – Campus IV – Turma 02	13	Técnico-Administrativos e Docentes
X Semana do Servidor – Ação Saúde e Qualidade de Vida	35	Técnico-Administrativos e Docentes
Sistema Integrado SIPAC, SIGRH E SIGAA – Novos Servidores – Turma 01	12	Técnico-Administrativos
Sistema Integrado SIPAC, SIGRH E SIGAA – Novos Servidores – Turma 02	15	Técnico-Administrativos
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	30	Técnico-Administrativos
Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes	10	Técnico-Administrativos
Total de Servidores Capacitados	1550	-

Fonte: PROGEP.

A avaliação dos resultados obtidos pelo Plano de Capacitação no ano que se encerrou pode ser evidenciada no indicador de Educação Continuada apresentada neste relatório.

Educação Continuada

A educação continuada dos servidores técnico-administrativos da UFPB é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e da Divisão de Educação e Capacitação Profissional. Em 2017 foram certificados pelo Plano Anual de Capacitação um total de 1.550 servidores, em 52 ações de capacitação e qualificação, perfazendo um percentual de 25,60% do total de servidores efetivos da UFPB.

INDICADOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA	
Fórmula/Memória de Cálculo:	= 1550/6064
Total de servidores capacitados / Total de servidores * 100	= 0,2556
	= 25,56%

Fonte: DECP/PROGEP 2017.

Destacamos ainda que, dentre os servidores capacitados, 125 são gestores e 123 docentes. Houve um crescimento significativo no índice de educação continuada, uma vez que a meta física reprogramada para o exercício 2017 foi 1.200 servidores capacitados, alcançando assim 129% da meta. O Investimento financeiro para execução das ações de capacitação foi de **R\$ 624.277,31**.

As ações de capacitação compreenderam 12 diferentes linhas de desenvolvimento, diretamente alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e ao arcabouço legal das carreiras dos técnico-administrativos e magistério superior.

Como elemento de reforço às ações mencionadas, desde 2014, se encontra consolidado definitivamente o módulo de capacitação do SIGRH como sistema de gerenciamento eficiente e eficaz do plano de capacitação, utilizando-o em todas as fases do processo, que inicia a partir do levantamento das necessidades institucionais por ambiente organizacional de trabalho das unidades acadêmicas e administrativas e vai até a certificação dos participantes.

A PROGEP manteve ainda parceria com dois cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - o Mestrado Profissional de Gestão em Organizações Aprendentes e o Mestrado Profissional em Política, Gestão e Avaliação da Educação Superior na UFPB. E, de forma articulada com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que elabora anualmente o Programa de Qualificação Institucional-PQI, com vagas reservadas nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, destinadas a servidores da Instituição.

Assim, com esse conjunto de ações realizadas nesse campo, é fato que o indicador de educação continuada dos servidores da UFPB, caminha numa perspectiva crescente, consolidando uma política de desenvolvimento de pessoal que tem como objetivo garantir a qualidade e excelência do trabalho realizado na Instituição.

5.1.1 Progressões na carreira dos cargos Técnico-Administrativos

Observando o disposto na Lei nº 11.091/2005, que trata da Carreira dos cargos Técnico-administrativos em Educação, no ano 2017, foram concedidas 748 Progressões por Capacitação, 462 Incentivos a Qualificação e 1.241 Progressões por Mérito Profissional aos servidores em exercício na UFPB.

5.1.2 Servidores afastados para capacitação ou qualificação

Como medida institucional de apoio ao processo de capacitação e qualificação de servidores, foi aprovado pelo Conselho Superior uma resolução que regulamenta a política de afastamento para qualificação e capacitação do pessoal técnico-administrativo, bem como normatiza processos com esta finalidade. Fruto dessa medida, no ano 2017, foram concedidos 627 afastamentos para docentes e 148 para técnico-administrativos se capacitarem e/ou qualificarem em suas atividades profissionais.

5.1.3 Gestão da Avaliação de Desempenho e do Estágio Probatório dos Técnico-Administrativos

O servidor público efetivo das Instituições Federais, conforme Lei Federal nº 8.112/1990, está sujeito a um período de estágio probatório durante o qual é avaliado quanto a aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. Adicionalmente, o servidor federal ocupante da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação está sujeito a um Programa de Avaliação de Desempenho, conforme Lei Federal nº 11.091/2005. Este programa é parte do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação.

A avaliação de desempenho dos técnico-administrativos em educação, além de ser um instrumento gerencial que subsidia a política de desenvolvimento institucional e do servidor, também fornece o indicador de desempenho necessário a efetivação da Progressão por Mérito



Profissional e a liberação para realização de cursos de mestrado e doutorado, conforme Lei Federal nº 11.091/2005.

Na Universidade Federal da Paraíba, esses preceitos legais são aplicados eminentemente através do Sistema de Gestão de Desempenho por Competências (SGDCom), considerando deste modo a Gestão por Competência prevista na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto Federal nº 5.707/2006. No SGDCom, a avaliação de desempenho está condicionada ao cadastramento e confirmação de planos de trabalho individuais e a utilização de descritores de competência nos formulários de avaliação.

Além deste sistema, há um processo avaliativo específico e simplificado para os Técnico-Administrativos em Educação com exercício de suas funções em outros Órgãos Públicos e um Sistema de Avaliação de Desempenho, também simplificado, direcionado aos técnico-administrativos em Educação com exercício no Hospital Universitário Lauro Wanderley, que deste de 2014 encontra-se sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Neste três processos avaliativos, a avaliação de desempenho (Lei nº 11.091/2005) é realizada concomitantemente com a avaliação de estágio probatório (Lei nº 8.112/1990) através de sistemas informatizados, a exemplo do SIGRH/SGDCom.

Em números gerais, considerando todos os três processos avaliativos e o período oficial de avaliação *online*, obteve-se no ano de 2017 um percentual de 56,1% de servidores com algum indicador de desempenho. Foram 4.190 servidores participantes, sendo 2.352 com indicador de desempenho e 1.838 sem resultado na avaliação, pois possuíam algum tipo de pendência nos processos avaliativos.

A obtenção de um indicador de desempenho satisfatório torna o servidor apto a obter Progressão por Mérito Profissional e ter seu Estágio Probatório homologado. A progressão é um dos estímulos a permanência do servidor na carreira e uma das formas de valorização de seu desempenho satisfatório. Em muitos casos, incentiva o servidor a participar dos processos avaliativos dentro dos prazos oficiais.

Em 2017, foram solicitadas 1.266 Progressões por Mérito Profissional, aos quais consideram os indicadores de desempenho obtidos nos processos avaliativos do ano anterior. E foram realizadas 109 homologações do Estágio Probatório, as quais consideraram os indicadores de desempenho obtidos nos primeiros 36 meses de exercício do cargo.

5.1.4 Participação no Sistema de Gestão de Desempenho por Competências

O Sistema de Gestão de Desempenho por Competências (SGDCom) da UFPB, criado pela Resolução CONSUNI nº 23/2014, é constituído pelos seguintes processos interligados: planejamento, avaliação, validação e acompanhamento da atuação do servidor no ambiente organizacional a partir da identificação de referenciais de desempenho que expressem o nível de desenvolvimento de determinadas competências pelo servidor.

O SGDCOM pressupõe a articulação do desenvolvimento das competências individuais dos servidores e das competências dos ambientes de atuação funcional com o desenvolvimento das competências institucionais da UFPB. São objetivos do SGDCOM:

- I - Contribuir para o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.
- II - Fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico no que se referente ao desenvolvimento dos servidores da UFPB.
- III - Identificar condições físicas e tecnológicas do ambiente organizacional de atuação do servidor que possam interferir em seu desempenho, na forma de mediadores.
- IV - Atuar como um instrumento de planejamento e avaliação do desempenho setorial para os gestores das unidades administrativas da UFPB.
- V - Oportunizar a participação do servidor no planejamento das atividades setoriais alinhadas aos objetivos e metas institucionais.
- VI - Subsidiar a elaboração de programas de capacitação, bem como auxiliar no dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde e risco ocupacional.
- VII - Aprimorar a compreensão do servidor sobre a importância de seu trabalho para o alcance das metas e estratégias da instituição.
- VIII - Identificar o desempenho individual do servidor técnico-administrativo para os fins previstos na Lei nº 11.091, de 2005 e demais legislação vigente.

No exercício 2017, especificamente acerca do SGDCOM, a participação atingiu um quantitativo de 3.397 servidores técnico-administrativos e também docentes que ocupam função gerencial nos ambientes de trabalho.

5.1.5 Dimensionamento da Força de Trabalho

A carência de servidores técnico-administrativos nas Universidades Federais é uma realidade inquestionável. O crescimento da rede de IFES na última década, impulsionado por uma política de democratização do acesso ao ensino superior, consolidado através de programas como o de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), possibilitou expressivo aumento na oferta de vagas e no número de cursos oferecidos pelas Universidades Federais.

Essa nova realidade tem provocado mudanças significativas nas instituições de ensino, principalmente no que diz respeito à condução de políticas que visam adequar a força de trabalho às necessidades de cada instituição. Tem sido uma preocupação recorrente das Pró-reitorias de Gestão de Pessoas das IFES implementar mecanismos que possam dimensionar de forma racional a força de trabalho, possibilitando uma oferta serviços de excelência à comunidade.

Nesse sentido, a PROGEP/UFPB tem envidado esforços para implantação do programa de Dimensionamento de pessoal técnico-administrativo, bem como na elaboração de uma Matriz estatística que auxilie na distribuição interna dos cargos disponíveis.

Encontra-se em fase e execução algumas atividades relacionadas a implantação do Modelo de Alocação de Vagas dos cargos técnico-administrativos da UFPB, tais como:

- Atualização das lotações/localizações dos servidores técnico-administrativos nos sistemas internos;
- Constituição de comissão organizadora do programa de dimensionamento;
- Cadastramento de unidades organizacionais a fim de ajustar os organogramas setoriais;
- Cooperação técnica com outras IFES para análise dos modelos estatísticos adotados;
- Discussão acerca das principais variáveis a serem utilizadas para a mensuração da força de trabalho;
- Análise de metodologias aplicáveis à elaboração da Matriz de alocação de cargos;
- Elaboração de instrumento normativo acerca do dimensionamento de pessoal.

5.1.6 Estrutura de pessoal da unidade

A estrutura de pessoal na UFPB em 2017 é apresentada no Quadro 60 ao Quadro 68. Considerando a dimensão dessa variável na UFPB, organizamos a apresentação dos resultados da seguinte forma:

Quadro 59 – Estruturação para apresentação dos resultados do quadro de pessoal na UFPB.

Variável	Unidade	Quadros
Força de Trabalho	UFPB+HULW	Quadro 60
	UFPB	Quadro 63
	HULW	Quadro 66
Distribuição da Lotação Efetiva	UFPB+HULW	Quadro 61
	UFPB	Quadro 64
	HULW	Quadro 67
Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	UFPB+HULW	Quadro 62
	UFPB	Quadro 65
	HULW	Quadro 68

Quadro 60 – Força de Trabalho da UPC (UFPB+HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	6.121	374	483
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	6.121	374	483
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	6.064	372	478
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	13	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	41	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	194	144	123
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	815	401	384
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	7.130	919	990

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 61 – Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB+HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	3.083	3.038
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.083	3.038
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.026	3.038
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	13	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	194
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	469	296
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.552	3.578

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 62 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB + HULW).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	8	8	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	8	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	675	297	257
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	673	295	257
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	2	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	683	305	259

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 63 – Força de Trabalho da UPC (UFPB).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	5407	368	434
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	5407	368	434
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	5350	366	429
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	13	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	41	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	194	144	123
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	469	255	294
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	6070	767	851

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 64 – Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2830	2577
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2830	2577
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2773	2577
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	13	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	194
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	469	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3299	2771

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 65 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	8	8	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	8	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	664	297	257
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	662	295	257
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	2	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	672	305	259

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 66 – Força de Trabalho da UPC (HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	714	6	49
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	714	6	49
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	714	6	49
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	346	146	90
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	1060	152	139

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 67 – Distribuição da Lotação Efetiva (HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	461
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	461
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	253	461
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	346
4. Total de Servidores (1+2+3)	253	807

Fonte: Siape, dez 2017.

Quadro 68 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (HULW).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos	Egressos
	Autorizada	Efetiva	no Exercício	no Exercício
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	11	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	11	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	11	0	0

Fonte: Siape, dez 2017.

5.1.7 Análise Crítica em relação à Gestão de Pessoas

A UFPB tem sua força de trabalho estruturada precipuamente nas carreiras do Magistério Superior, do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e dos Técnico-Administrativos em Educação. As duas primeiras carreiras estão regulamentadas pela Lei nº 12.772/2012 e a última pela Lei nº 11.091/2005.

A reposição dos servidores regidos pelas carreiras acima mencionadas está balizada pelos Decretos nº 7.312/2010 e nº 7.232/2010 que tratam, respectivamente, do Banco de Professor Equivalente (BPEq) e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA). Referidos normativos são instrumentos de gestão que viabilizam a reposição automática do quadro profissional da Instituição.

Visando a reposição da força de trabalho docente, no ano de 2017 foram publicados 10 (dez) editais para concurso público para docentes, que resultaram no provimento de 115 vagas do Magistério Superior e 06 do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Assim, esta IFE chegou, em 2017, ao número de 2.672 docentes, superando a meta do PDI 2014-2018 que era 2.619 até o fim do ano de 2018. Ademais, atingiu o quantitativo de 1.924 docentes doutores, reduziu 12,28% e 7,15% o número de professores apenas com Especialização e Mestrado, respectivamente, o que comprova o desenvolvimento de uma forte e contínua política de capacitação docente.



Consolidamos e publicamos o QRSTA e o BPEq no âmbito da UFPB, com a ressalva de que o QRSTA não abrange os cargos de nível A e B (nível de apoio), de forma que não há reposição por aposentadoria desses cargos.

No Quadro 69 é mostrado a proporção entre os provimentos e as vacâncias dos cargos no âmbito da UFPB, referentes ao ano de 2017.

Quadro 69 – Proporção entre os provimentos e as vacâncias dos cargos na UFPB em 2017

CARGO	INDICADOR UFPB 2017
	VACÂNCIA x PROVIMENTO (reposição do quadro)
	Fórmula/Memória de Cálculo: (nº de provimentos em 2017 / nº de vacâncias em 2017) X 100
Professor do Magistério Superior	$= (109/104) \times 100 = 104,8\%$
Técnico-Administrativo em Educação	$= (264/372) \times 100 = 70,97\%$

Fonte: Siape 2017.

Obs.: A saber:

1. **PROVIMENTO:** Para ocupação de cargo, levamos em consideração apenas os ativos permanentes.
2. **VACÂNCIA:** Compõe as formas de desligamento do servidor no cargo, as quais detalhamos a seguir: ativo permanente, aposentado e instituidor de pensão.

Outro valioso instrumento de reposição da força de trabalho e de reforço à política de capacitação docente desenvolvida por instituição é a contratação de professores substitutos regidos pela Lei nº 8.745/93. A partir de uma criteriosa gestão do BPEq, foi possível termos a garantia de professor substituto nos casos de afastamento para qualificação docente, licença gestante, licença para tratamento de saúde e afastamento para atividade de gestão, sem a imposição de sobrecarga do trabalho docente nos Departamentos. Assim, em 2017, esta IFE abriu 11 editais de Processos Seletivos Simplificados, saindo de 05 professores substitutos, (em 2012) para 182 (em 2017), o que representa 2,86% da força de trabalho atual da instituição.

A expansão das Instituições Federais de Ensino Superior fomentado pelo Governo Federal, através dos programas de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), promoveu a criação de novos cursos e o aumento do número de estudantes com subdimensionamento do quantitativo de cargos.

A partir disso, as IFEs passaram a ter uma necessidade irrefutável de incremento do seu corpo de servidores, o que tem provocado mudanças significativas nas instituições, principalmente no que diz respeito à condução de políticas que visam adequar a força de trabalho às necessidades de cada instituição.

Nesse sentido, resta cristalino que o quantitativo de técnico-administrativos disponíveis para a UFPB não consegue atender suficientemente as demandas institucionais com o padrão excelência que se precisa ter.

Há de se salientar ainda que os mecanismos adotados para adequação das reposições de vagas às demandas, necessidades e especificidades institucionais não são plenamente suficientes,

tendo vista que o Ministério da Educação, em função da limitação dos cargos vagos que dispõe nos casos de permuta, atende só parcialmente os pedidos feitos pela instituição. Ademais, há uma defasagem e inadequação de cargos atualmente existentes em relação às necessidades institucionais projetadas a partir de novos cenários ocupacionais e novos ambientes de trabalho.

Outro fator que contribuiu para a dificuldade da reposição da força de trabalho foi o Programa de Demissão Voluntária, que estimulou os servidores a solicitarem licenças e desligamento das instituições, o que influenciou diretamente na força de trabalho. Outrossim, as alterações realizadas pelo Governo Federal nas legislações pertinentes aos direitos trabalhistas dos servidores estatutários que, associada a iminente reforma previdenciária, levaram muitos servidores que já tinham tempo de serviço para aposentadoria, mas que poderiam ainda contribuir com o serviço público, a solicitarem sua inatividade.

Ademais, outros planos de carreiras mais atrativos têm levado os servidores desta instituição a solicitarem constantemente vacância para posse em cargos de carreira diversa, o que elevou o índice de rotatividade dos servidores do quadro permanente de pessoal da UFPB, no período de 2017, para 15,74%.

O índice de rotatividade dos servidores do quadro permanente de pessoal da UFPB, no período de 2017, foi 15,74%, conforme quadro a seguir.

ROTATIVIDADE	
Fórmula/Memória de Cálculo:	= (919+990)/2/6064
(Ingressos + Egressos / 2) / Nº de servidores efetivos	= (1909/2)/6064
Indicador de Rotatividade – UFPB e HULW	= 954,5/6064
	= 15,74%

Fonte: Siape 2017.

Apesar dos fatos acima expostos que dificultam a reposição da força de trabalho de técnico-administrativos e o alcance das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, esta IFE realizou concurso público efetivou o provimento de 273 vagas de servidores técnico-administrativos em educação no ano de 2017, atingindo o número de 3.678 servidores, o que representa o índice de 89,55% da meta do PDI 2014-2018.

Do ponto de vista da qualificação/capacitação do corpo de técnico-administrativo, a UFPB conta atualmente com 118 servidores doutores, aumentando em 14,56% em relação ao ano de 2016; 547 com mestrado, aumentando em 12,32% em relação ao ano de 2016; 1.323 com especialização; 748 com nível superior completo, aumentando em 16,69% em relação ao ano de 2016; 34 com nível superior incompleto; 599 com nível médio ou técnico/profissionalizante; e 164 com nível fundamental incompleto.

A respeito da força de trabalho disponível, esclarecemos, ainda que, esta IFE está estruturada em uma diversidade de unidades, com várias especificidades na área de ensino, o que demanda um corpo técnico (área meio) maior para dar suporte a força de trabalho da área fim (docentes) em todos os turnos (manhã, tarde e noite) de funcionamento da instituição e que os cargos das Classes A e B não podem ser repostos devido não comporem o QRSTA.

Por fim, como medida reforço ao atendimento das necessidades institucionais, está programado como meta para o ano corrente a realização de novo concurso público de técnico-administrativo, já visando às reposições decorrentes de possíveis aposentadorias que podem advir com a reforma da previdência, a fim de evitar dificuldades na continuidade do serviço.

5.1.7.1 Dos Servidores com Tempo de Serviço para Aposentadoria

Quanto aos servidores próximos de aposentadoria, esclarecemos que a vantagem financeira do abono de permanência fez com que 1/3 da força de trabalho disponível se enquadrasse na situação de poderem se aposentar a qualquer momento.

Ademais, a iminência de uma reforma previdenciária, trazida pela Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016, ocasionou uma corrida descomunal dos servidores à área de Gestão de Pessoas na busca por averbações de tempo de serviço e de revisões de contagem de tempo laboral, com o intuito de não serem atingidos por novas regras.

Nesse diapasão, dos servidores desta universidade que já contavam com tempo de serviço para aposentadoria, 391 solicitaram sua aposentação e tiveram seu pedido concedido.

Do mesmo modo, 139 novos servidores pleitearam Abono de Permanência e tiveram seus pedidos concedidos.

No entanto, visualizando este cenário, esta IFE realizou concurso para técnico-administrativos e vem realizando os devidos provimentos, o que possibilitou o provimento de 273 vagas de servidores técnico-administrativos em educação em 2017, minimizando parte do impacto ocasionado pela aposentadoria de um quantitativo fora dos padrões normais.

Como medida reforço ao atendimento das necessidades institucionais, está programado como meta para o ano corrente a realização de novo concurso público de técnico-administrativo, já visando às reposições decorrentes de possíveis aposentadorias que podem advir com a reforma da previdência, a fim de evitar dificuldades na continuidade do serviço.

5.1.7.2 Das despesas associadas à manutenção de pessoal

A folha de pagamento de pessoal da UFPB é de aproximadamente R\$ 1.464.882.959,89. A PROGEP promove constantemente procedimentos de modernização dos processos de trabalho com vistas ao seu controle e acompanhamento, além da utilização de dois aplicativos computacionais desenvolvidos por esta IFE, que proporcionam mais agilidade e segurança no processamento da folha de pagamento.

Como consequência, a partir da modernização e revisão dos processos de trabalho, foi possível aumentar a recuperação de créditos para a instituição, saindo de R\$ 208.615,43 para R\$ 1.595.929,73, entre 2012-2017.

5.1.7.3 Acumulação de Cargos, Funções e Empregos - CPACE

A Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos (CPACE) tem por atividade-fim a averiguação da situação funcional dos servidores (docentes e técnico-administrativos), no tocante à acumulação de cargos, seja no ingresso na Instituição, seja no decorrer da vida funcional, quando detectada possível irregularidade pelos órgãos de controle ou nos processos administrativos em que há análise de acumulação de cargos.

No ingresso (posse/contratação), a Comissão é responsável pela análise da existência de outros vínculos empregatícios, seja por meio de documentos apresentados pelo candidato, seja através de pesquisas aos portais públicos de transparência, emitindo despacho, após análise de declaração do candidato, quanto à licitude/ilicitude da possível acumulação de cargos ou empregos públicos.

A CPACE atua, ainda, em processos de afastamento de longa duração (Professor e Técnico-Administrativo), mudança de regime de trabalho (Professor e Técnico-Administrativo) e demandas de auditorias internas e externas, oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Seguem abaixo os dados coletados e consolidados durante o ano de 2017:

Procedimentos e Processos	2017
Atendimentos/ Declarações (Posse/Contratação)	486
Afastamentos	105
Processos de Auditoria (CGU)	94
Processos de Mudança de Regime de Trabalho	44

Fonte: PROGEP.

No ano corrente, houve modificação do formulário de declaração de acumulação de cargos, já constante na página da PROGEP, bem como consolidação de procedimentos nos processos instaurados por força de solicitações de auditoria da CGU. Ainda no que tange à área de controle, a CGU emitiu o Relatório de Auditoria nº 201504399, que tratou apenas do tema acumulação de cargos. Nesse relatório, foram validados os procedimentos desta Comissão, pela CGU, nos processos administrativos de apuração de irregularidade de acumulação de cargos, atendendo-se, desse modo, às recomendações do órgão de controle.

No Relatório de Auditoria nº 201700837 (Relatório de Gestão da UFPB), do corrente ano, a UFPB foi auditada pela CGU, que, novamente, demandou novos trabalhos à CPACE, trabalhos esses já concluídos e inseridos no Sistema Monitor do referido órgão de controle, antes do prazo final fixado para apresentação dos resultados desta Comissão Permanente.

Por fim, a CPACE também foi demandada pelo TCU e pela Comissão de Controle Interno - CCI/UFPB, trabalho esse consolidado em planilha eletrônica, com informações acerca da situação funcional de acumulação de cargos de mais de 450 servidores da UFPB.

5.1.7.4 Disciplina – CPPRAD

O indicador de disciplina, além de promover o acompanhamento dos atos disciplinares que a instituição adota em relação aos servidores em faltas, retrata também o nível de comprometimento desses com a instituição.

O sistema de correção da UFPB é de responsabilidade da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPRAD, que para se adequar ao Sistema Geral de Correição, estabelecido pelos normativos da CGU-PAD, normatizou suas competências por meio da Resolução CONSUNI nº 26/2013.

No Quadro 70, são apresentados alguns números referentes aos processos em fase de conclusão e em andamento no âmbito da CPPRAD. Maiores informações sobre os PADs e sindicâncias instauradas em 2017 na seção 4.3 deste Relatório de Gestão.

Quadro 70 – Processos em fase de conclusão e em andamento no âmbito da CPPRAD

Processos instaurados	
Processos Administrativos Disciplinares (PADs) em fase de conclusão em 2017	22 processos, sendo: <ul style="list-style-type: none">• 14 ordinários;• 08 sumários.
PADs em andamento em 2017	25 processos, sendo: <ul style="list-style-type: none">• 23 ordinários;• 02 sumários.
Processos correicionais movimentados pela CPPRAD em 2017	41 processos, sendo: <ul style="list-style-type: none">• 04 originados em 2014;• 15 originados em 2015;• 13 originados em 2016;• 09 originados em 2017.

Fonte: CPPRAD.

5.1.8 Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho

5.1.8.1 Assistência, perícia e promoção à saúde

A Coordenação de Qualidade de Vida e o Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS/UFPB) trabalham com base na Política Nacional de Saúde do Servidor Público Federal, coordenando programas nas áreas de assistência, perícia médica e ações nas áreas de educação e promoção à saúde dos servidores. A seguir, são apresentados os quantitativos referentes às ações.

Quantitativo da Perícia Médica	
Perícias Singulares	1391
Juntas Médicas	330
Exames Admissionais	325
Quantitativo do Programa de Bem Estar e Saúde Mental	
Avaliações dos níveis de Estresse	118
Atendimentos Psicoterapia	152
Atendimentos <i>Somatic Experiencing</i> ®	123
Atendimentos Psiquiatria	71

A fim de promover o acompanhamento da saúde dos servidores, a PROGEP vem trabalhando em diversas frentes na divulgação dos Exames Médicos Periódicos, por meio de memorandos, notícias nas páginas institucionais e em redes sociais, e visitas aos setores de trabalho. O objetivo é gerar, no âmbito da instituição, a cultura de cuidado com a saúde e bem-estar, os quais refletem diretamente, entre outros fatores, na qualidade do serviço prestado à comunidade e na melhoria das condições de trabalho. Para a oferta dos Exames, atualmente está credenciada a empresa *A&F Serviços de Medicina Ocupacional Ltda*, por meio de contrato.

5.1.8.2 Vigilância aos Processos e Ambientes de Trabalho

No que diz respeito à área de segurança do trabalho, reformulou-se em 2017 o rol de atribuições e competências a serem desenvolvidas pela equipe técnica da Divisão de Segurança do Trabalho – DIST/CQV/PROGEP. O objetivo foi regulamentar e consolidar internamente as rotinas de vigilância dos ambientes de trabalho. Nesse sentido, a equipe passou a agendar reuniões e a realizar periodicamente visitas técnicas aos setores, a fim de realizar vistorias, emitindo recomendações às chefias sobre as melhorias de infraestrutura dos ambientes e das condições de trabalho.

Em relação à concessão de adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade e adicional de raios-X), foram reanalisados todos os laudos existentes que estavam desatualizados em relação ao modelo previsto na legislação vigente, atendendo à demanda promovida pela Controladoria Geral da União no ano de 2013, o que resultou na revisão e atualização de mais de dois mil laudos de adicionais ocupacionais.



5.1.8.3 Concessão de Benefícios aos Servidores em 2017

Utilizando o sistema SIGRH e SIPAC, foram acompanhados e implantados os benefícios elencados no Quadro 71:

Quadro 71 – Quantitativo de Benefícios ao Servidor Implantados / Revisados em 2017

Quantitativo de Benefícios ao Servidor Implantados / Revisados	
Auxílio Saúde	6.380
Auxílio Transporte	775
Auxílio Funeral	88
Auxílio Natalidade	165
Auxílio Pré-Escolar	190
Auxílio Alimentação (Revisão)	11
Cadastro de Dependentes	335
Total	7944



5.1.9 Demonstrativo das despesas com pessoal

Na Tabela 28 e na Tabela 29 são mostradas as despesas com pessoal na UFPB e no HULW, respectivamente. Na Tabela 30 estão as despesas com pessoal na UFPB e HULW.

Tabela 28 – Despesas do pessoal - UFPB 2017

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	580.561.603,70	9.122.120,62	50.152.634,44	50.740.913,22	357,00	43.236.939,91	0,00	667.007,97	1.337.292,81	735.818.869,67
	2016	527.044.369,60	8.526.200,42	46.270.570,97	49.195.264,38	714,00	43.177.388,68	0,00	1.240.725,71	1.613.154,23	677.068.387,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	1.834.897,32	0,00	0,00	0,00	0,00	563.613,60	0,00	0,00	0,00	2.398.510,92
	2016	3.503,63	53.706,97	5.869,05	23.200,17	0,00	3.852,00	0,00	0,00	0,00	90.131,82
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	7.175.375,35	2.694,51	607.118,22	555.743,10	0,00	306.490,20	0,00	0,00	127.621,20	8.775.042,58
	2016	5.081.746,26	28.945,29	431.600,87	451.391,68	0,00	206.605,96	0,00	44.027,73	129.402,68	6.373.720,47
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	7.639.833,29	0,00	531.941,44	0,00	0,00	669.611,74	0,00	0,00	0,00	8.841.386,47
	2016	6.043.921,95	0,00	392.310,99	0,00	0,00	702.558,74	0,00	5.000,00	0,00	7.143.791,68

Fonte: Siape dez/2017.



Tabela 29 – Despesas do pessoal – HULW 2017

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	71.569.835,44	27.376,68	6.559.953,17	20.230.445,81	748,00	5.193.439,31	0,00	190.979,83	108.602,87	103.881.381,11
	2016	70.711.750,75	28.789,53	6.396.382,37	19.999.140,66	646,00	5.860.106,88	0,00	76.612,44	130.451,20	103.203.879,83
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	10.769.233,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.769.233,25
	2016	3.503,63	53.706,97	5.869,05	23.200,17	0,00	3.852,00	0,00	0,00	0,00	90.131,82
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	5.546.192,30	0,00	480.125,20	352.262,42	0,00	128.022,16	0,00	0,00	2.640,36	6.509.242,44
	2016	4.928.754,63	1.842,18	421.075,69	387.329,77	0,00	168.135,45	0,00	0,00	3.841,80	5.910.979,52
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siape dez/2017.



Tabela 30 – Despesas do pessoal – UFPB+ HULW 2017

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	652.131.439,14	9.149.497,30	56.712.587,61	70.971.359,03	1.105,00	48.430.379,22	0,00	857.987,80	1.445.895,68	839.700.250,78
	2016	70.711.750,75	28.789,53	6.396.382,37	19.999.140,66	646,00	5.860.106,88	0,00	76.612,44	130.451,20	103.203.879,83
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	12.604.130,57	0,00	0,00	0,00	0,00	563.613,60	0,00	0,00	0,00	13.167.744,17
	2016	3.503,63	53.706,97	5.869,05	23.200,17	0,00	3.852,00	0,00	0,00	0,00	90.131,82
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	12.721.567,65	2.694,51	1.087.243,42	908.005,52	0,00	434.512,36	0,00	0,00	130.261,56	15.284.285,02
	2016	4.928.754,63	1.842,18	421.078,69	387.329,77	0,00	168.135,45	0,00	0,00	3.841,80	5.910.982,52
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	7.639.833,29	0,00	531.941,44	0,00	0,00	669.611,74	0,00	0,00	8.841.386,47	17.682.772,94
	2016	6.043.921,95	0,00	392.310,99	0,00	0,00	702.558,74	0,00	5.000,00	0,00	7.143.791,68

Fonte: Siape dez/2017.

5.1.10 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

5.1.10.1 Avaliação de risco na gestão e avaliação de desempenho

Considerando o contexto e os procedimentos necessários à gestão e avaliação de desempenho e do estágio probatório, as implicações que os indicadores de desempenho causam na carreira do servidor, bem como o contexto das ações de capacitação para servidores, tem-se a identificar os seguintes riscos:

Quadro 72 – Avaliação de Risco na gestão e avaliação de desempenho.

Risco identificado		Providência
1	Evasão em ações de capacitação presenciais ofertadas pela PROGEP em preferência a cursos ofertados por outras instituições na modalidade EAD.	Aumento da oferta de ações na modalidade EAD, chegando a 8 (oito) o número de cursos ofertados nessa modalidade no ano de 2017 diminuindo de 33% para 13% aproximadamente o percentual de evasão.
2	Diminuição da procura por ações de capacitação em decorrência do limite imposto pela carreira: servidores que já se encontram em fim de carreira (nível IV de capacitação).	Conscientização realizada por meio do Levantamento de Necessidades de Capacitação, assim como do Plano de Capacitação e Qualificação, da importância da participação contínua dos servidores nas ações de aperfeiçoamento, visando o desenvolvimento profissional independente da progressão por capacitação, tanto no que diz respeito a qualidade do trabalho desenvolvido institucionalmente, como a qualidade de vida do servidor.
3	Procedimentos inerentes à vida Institucional, como a frequente substituição de gestores, movimentação de servidores (remoção, cessão, colaboração técnica, exercício provisório), rotatividade (redistribuição, nomeação e vacâncias) e licença/afastamento de longo prazo, exigem rápida, correta e constante atualização cadastral. Este fato aumenta o risco de inconsistência e desatualização nos registros das equipes de avaliação e na contagem de tempo de efetivo exercício para progressão por mérito e estágio probatório.	Atualização periódica da lista de gestores, autonomia concedida aos gestores para atualizar a lista das equipes de avaliação, recebimento de notificação antecipada dos atos de movimentação que envolvem exercício externo a UFPB, conferência ou análise individual de casos específicos, e relatórios mensais de movimentação, ingressos, vacâncias e afastamentos a fim de realizar ajustes cadastrais prévios necessários.
4	Por força de imposições legais, impossibilidade de reposição de cargos mediante realização de concurso público, bem como as limitações na contratação de pessoal terceirizado para	Racionalizar a distribuição interna dos cargos técnico-administrativos disponíveis considerando as necessidades as prioridades dos ambientes organizacionais.



Risco identificado		Providência
	atender demandas de força de trabalho.	
5	Ausência de regras e procedimentos mais claros quanto ao dimensionamento de pessoal definidos pelo Ministério da Educação, que indique metodologias aplicáveis ao contexto das IFES.	Discutir internamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação uma proposta de modelo de dimensionamento adequado a realizada e que considere as necessidades internas da UFPB.
6	Incorreções na verificação das lotações e localizações de servidores nos sistemas eletrônicos internos da UFPB.	Atualização contínua nos sistemas internos dos dados cadastrais (lotação, localização e exercício da força de trabalho).

Fonte: PROGEP.

5.1.10.2 Avaliação de Risco na gestão de processos de pessoas

No que tange à gestão de processos de pessoas, o quadro abaixo apresenta os principais riscos identificados, bem como as providências adotadas em relação a cada um deles.

Quadro 73 – Avaliação de Risco na gestão de processos de pessoas.

Risco identificado		Providência
1	A vantagem financeira do abono de permanência resultou no risco de aposentadoria de 1/3 da força de trabalho disponível da instituição como um todo.	Publicação de 10 editais de concurso público para docentes, que resultou na realização de 115 provimentos de vagas do Magistério Superior e 06 do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Além disso, foram abertos 11 editais de Processos Seletivos Simplificados, ampliando o número de professores substitutos para 182. Foi também realizado concurso público para técnico-administrativos, o que possibilitou a reposição de 273 vagas.
2	Subdimensionamento do quantitativo de cargos, ocorrido com os programas de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).	Envio de Ofício ao Ministério da Educação informando que a UFPB teve seu quantitativo de cargos subdimensionado quando do planejamento e execução do REUNI, bem como a solicitação de incremento da força de trabalho, para adequá-la à realidade trazida pelo REUNI.
3	Defasagem e inadequação de cargos atualmente existentes em relação às necessidades institucionais projetadas a partir de novos cenários ocupacionais e novos ambientes de trabalho.	Envio de Ofício ao Ministério da Educação solicitando a revisão dos cargos da carreira de Técnico-Administrativo, bem como das atribuições dos mesmos, de modo a atender as novas realidades e ambientes organizacionais.
4	Ausência de regras e procedimentos mais claros quanto à contratação de professor	Elaboração e aprovação de Instrução Normativa PROGEP nº 07/2017, que tratou sobre os procedimentos de

	substituto.	contratação de professor substituto. Ademais, foi elaborada e aprovada Resolução CONSEPE nº 07/2017, que abarca desde a abertura de processo, solicitando abertura de edital de processo seletivo simplificado, até a efetiva contratação do candidato, dando mais transparência e segurança aos procedimentos.
5	Despesas associadas ao pagamento de pessoal.	Os aplicativos desenvolvidos para auxiliar no processamento da folha de pagamento de pessoal proporcionaram mais agilidade e segurança nos processos de trabalho. Com essa medida, houve a recuperação de créditos para a instituição de R\$ 1.595.929,73 no ano de 2017.

5.1.10.3 Avaliação de Risco na área qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho

Em respeito à qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho, o quadro abaixo apresenta os principais riscos identificados, bem como as providências adotadas em relação a cada um deles.

Quadro 74 – Avaliação de Risco na área qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho.

Risco identificado		Providência
1	Falta de espaço físico que comporte a equipe de trabalho das áreas de saúde e segurança do trabalho em sua totalidade, resultando na fragmentação do pessoal lotado no setor em diversos e distantes locais.	Parceria da equipe de engenheiros da DIST/CQVSST/PROGEP com os engenheiros da prefeitura Universitária objetivando finalizar os projetos complementares do Espaço de Saúde do Servidor.
2	Problemas recorrentes de quedas de internet e oscilação da rede elétrica, ocasionando suspensões nos atendimentos periciais (médicos) e a quebra de aparelhos eletrônicos.	Acompanhamento semanal junto à Prefeitura Universitária das providências que estão sendo adotadas para o início das obras do Espaço de Saúde do Servidor.
3	Falta de treinamento do pessoal em face das diversas alterações nos sistemas SIASS e Siape Saúde.	Interlocução junto ao Ministério do Planejamento para a promoção de cursos de capacitação nos sistemas SIASS e Siape Saúde. Realização de reuniões periódicas com o objetivo de se discutir novas rotinas e de dirimir eventuais dúvidas a respeito da aplicação da legislação e uso dos sistemas.
4	Insuficiência na comunicação entre os setores acerca das posses coletivas de servidores, gerando picos nas quantidades de exames	Ajuste na comunicação interna relativa às posses coletivas de servidores, com o reforço no número de médicos nos períodos respectivos.



Risco identificado		Providência
	admissionais sem o planejamento prévio da equipe de perícia.	
5	Rotinas na área de segurança do trabalho indefinidas e defasadas, bem como equipe de trabalho sem direcionamento para a execução dessas atividades.	Definição, em reuniões entre as chefias e o pessoal da área de segurança do trabalho, das atribuições relativas à Divisão de Segurança do Trabalho – DIST/CQVSST/PROGEP – bem como documentação dos processos de trabalho setoriais relativos a essas novas atribuições.
6	Dificuldade no levantamento de valores para subsidiar as diversas campanhas de promoção à saúde, as quais demandam compras imediatas de pequeno valor para sua concretização, dificultando o trabalho da equipe de saúde.	Planejamento anual prévio de todas as ações de promoção à saúde a serem realizadas pela PROGEP, por meio da Coordenação de Qualidade de Vida, e realização antecipada das licitações e os empenhos relativos às compras dos materiais necessários para a concretização dessas ações.
7	Manutenção predial corretiva insatisfatória.	Maior fiscalização do trabalho das equipes terceirizadas que executam serviços de manutenção predial nos espaços físicos da Unidade.
8	Morosidade na contratação de empresa para realizar os Exames Médicos Periódicos na UFPB devido a fatores relacionados à falta de pessoal experiente para conduzir o processo e à baixa procura das empresas que fornecem esses serviços.	Realização antecipada de processo licitatório para a contratação dos serviços relativos aos Exames Médicos Periódicos, bem como formulação de contrato com possibilidade de prorrogação.
9	Baixa adesão dos servidores aos Exames Médicos Periódicos.	Ampla divulgação dos Exames Médicos Periódicos por meio de envio de memorandos circulares, elaboração e distribuição de cartilhas explicativas, contato com os sindicatos de professores (ADUFPB) e de técnicos administrativos (SINTESPB), anúncios e matérias nas páginas da UFPB e da PROGEP, bem como afixação de faixas sobre o tema nas principais entradas da Universidade e no Hospital Universitário Lauro Wanderley.



5.1.11 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

No Quadro 75 há as informações acerca dos contratos de prestação de serviços vigentes na UFPB, no ano de 2017.

Quadro 75 – Contatos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação do Contrato ⁵
			Início	Fim		
2013	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA (RECEPCIONISTA)	ZÊLO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (10.339.944/0001-41)	22/07/2013	21/07/2018	Fundamental	P
2013	Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização – Campus I.	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	22/07/2013	04/03/2017	Sem exigência	E
2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS (MOTORISTA), A SER EXECUTADO DE FORMA CONTÍNUA NO ÂMBITO DAS UNIDADES VINCULADAS A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS I, II, III, IV, V (MANGABEIRA) E SANTA RITA	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	20/01/2014	18/01/2018	Preferencialmente nível médio	P
2014	Serviços de Apoio Administrativos em diversos cargos – Campus I, II e III.	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	10/12/2014	03/03/2017	Médio	E
2014	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E MOTORIZADA NOS PERÍODOS	FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA (10.446.347/0001-16)	01/11/2014	29/10/2017	Formação técnica em curso de formação de vigilantes	E

⁵ A situação do contrato se classifica em Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).



Unidade Contratante						
Nome: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação do Contrato ⁵
			Início	Fim		
	DIURNO E NOTURNO NO REGIME 12 X 36, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS CAMPI I AO IV DA UFPB					
2015	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI II E III DA UFPB	ZÊLO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (10.339.944/0001-41)	17/07/2015	15/07/2018	Sem exigência	P
2015	Serviços de Apoio Administrativos em diversos cargos – Campus I e III.	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	04/05/2015	03/03/2017	Médio	E
2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTINUADOS - SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL - PARA OS POSTOS EXCLUSIVAMENTE DE PORTEIRO PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB (CAMPI I, II, III E IV)	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA (07.783.832/0001-70)	03/08/2015	01/08/2018	Médio	P
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CAMPUS IV (MAMANGUAPE E RIO TINTO) DA UFPB	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI – ME (02.567.270/0001-04)	27/05/2016	25/05/2018	Sem exigência	P
2016	Serviços de Manutenção e Conservação – Campus I, II, III e IV	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI – ME (02.567.270/0001-04)	03/10/2016	15/06/2017	Sem exigência	E
2017	SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, DE FORMA CONTINUA, EM DIVERSAS ATIVIDADES E FUNÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS CAMPUS I AO IV DA UFPB	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	06/03/2017	05/03/2018	Médio	A
2017	SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAMPUS I (JOÃO PESSOA)	JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.442.731/0001-36)	03/06/2017	05/03/2018	Sem exigência	A



Unidade Contratante						
Nome: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação do Contrato ⁵
			Início	Fim		
	DA UFPB					
2017	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CAMPUS I DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI – ME (02.567.270/0001-04)	08/08/2017	07/08/2018	Sem exigência	A
2017	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CÂMPUS II DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	ALERTA SERVICOS EIRELI – ME (04.427.309/0001-10)	08/08/2017	07/08/2018	Sem exigência	A
2017	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CÂMPUS III DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	ALERTA SERVICOS EIRELI – ME (04.427.309/0001-10)	08/08/2017	07/08/2018	Sem exigência	A
2017	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CÂMPUS IV DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	ALERTA SERVICOS EIRELI – ME (04.427.309/0001-10)	08/08/2017	07/08/2018	Sem exigência	A
2017	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA ARMADA E DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA MOTORIZADA ARMADA NOS PERÍODOS DIURNO E NOTURNO, NO REGIME 12X36, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS CAMPI DA UFPB	INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI (04.008.185/0003-01)	10/11/2017	09/05/2018	Formação técnica em curso de formação de vigilantes	A
Fonte: Prefeitura Universitária.						

5.1.11.1 Análise acadêmico-pedagógica da contratação de estagiários no âmbito da UFPB

No âmbito da UFPB, a contratação de estagiários atende desde as legislações federais - Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e a Orientação Normativa MPOG Nº 02/2016, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal – até as legislações institucionais - a resolução do CONSEPE/UFPB Nº 16/2015, que aprovou o regulamento dos seus cursos regulares de graduação, e a Instrução Normativa Conjunta PROGEP/PROPLAN/PRG/GR Nº 01/2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação da contratação de estagiários, modalidade de estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno (bolsa-estágio), para o âmbito dos setores administrativos e acadêmicos da UFPB.

No âmbito do estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno, a UFPB, que, como autarquia federal, é detentora de autonomia, contrata estudantes para atuar como estagiários em seus diversos ambientes de trabalho, concedendo compulsoriamente bolsa-estágio, cujo valor é de, atualmente, R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), sendo R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais) de bolsa e R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais) de auxílio-transporte, para uma carga horária de 20 horas semanais.

A contratação dos estagiários na UFPB é iniciada pelo planejamento e publicação do edital de seleção, organizado de forma descentralizada por cada unidade de recursos humanos da concedente (Pró-reitoria, Centro, Superintendência etc.).

Após a etapa de seleção, inicia-se a formalização de processo físico (cadastrado no SIPAC) para solicitação da contratação e pagamento da bolsa-estágio, instruído com o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Plano de Atividades de Estágio (PAE), bem como as demais documentações do estagiário (pessoais e acadêmicas). Em seguida, o processo tramita para a CEM/PRG (análise acadêmico-pedagógica), para a CODEOR/PROPLAN (verificação da disponibilidade orçamentária e liberação de crédito), e para a DCPS/CPGP/PROGEPE (cadastro e pagamento da bolsa-estágio no SIAPE), retornando à CEM/PRG para arquivo e controle acadêmico-pedagógico.

Quanto à análise acadêmico-pedagógica, a CEM/PRG preocupa-se em verificar se a documentação submetida para contratação do estudante, a ser estagiário por meio da bolsa-estágio, está em consonância ao que determina a legislação em vigor, do ponto de vista pedagógico, tais como: matrícula e frequência regular, designação do supervisor e do professor orientador de estágio (com formação na área do curso do estudante), descrição das atividades constantes no PAE (vinculadas ao contexto do Projeto-Pedagógico do Curso - PPC).

Os estagiários contratados pela PRG em 2017 são mostrados no Quadro 76.

Quadro 76 – Quantitativo de contratos de estágio em 2017.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	230	350	376	380	1.889.147,30
1.1 Área Fim	230	350	376	380	1.889.147,30
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	09	17	23	34	202.368,00
2.1 Área Fim	09	17	23	34	202.368,00
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	239	367	399	414	2.091.515,30

Fonte: PRG.

Nesse contexto, no âmbito dos setores administrativos e acadêmicos da UFPB, inferimos que esse ato educativo favorece a oportunidade de ampliação e fortalecimento de atitudes éticas, conhecimentos e competências necessárias ao exercício profissional, contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes de Graduação da Universidade, sendo a integração teoria-prática o eixo dessa experiência formativa.

5.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A gestão da frota de veículos é normatizada pelos mandamentos dispostos nos seguintes:

DECRETO Nº 9.287, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, de 15 de maio de 2008, de caráter vinculante.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 183, DE 8 DE SETEMBRO DE 1986.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A frota é essencial na atuação dos setores meio no deslocamento de pessoal a serviço, no transporte de bens e insumos. Nos setores fim é essencial no traslado de discentes para aulas de campo entre outras atividades externas, bem como na captação de docentes da região para composição de bancas examinadoras.

Em suma a frota viabiliza toda logística da instituição, que pelo seu caráter multicampi guarda imensa dependência desta em parte expressiva de suas atividades.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC

Quadro 77 – Quantidade de veículos da UFPB por Grupo.

Grupo	Utilização	Class.	Quant.
III - Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço nível 1	VI 1	2
	No transporte de autoridades em serviço nível 2	VI 2	4
IV - Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	VSP 1	53
		VSP 2	46
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	VSC 1	32
		VSC 2	12
		VSC 3	3
V - Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública	VSE 1	4
	Na realização de atividades de saúde pública	VSE 2	2
Total			158

Fonte: Prefeitura Universitária.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.

Em razão de inconsistências nos valores registrados nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, havendo situações de veículo com deslocamento superior ao registrado atual no hodômetro, não tivemos como apresentar uma média consolidada de todo o exercício. Nessa situação obtivemos o quadro abaixo, com claro desvio no primeiro trimestre.

Quadro 78 – Média de quilometragem rodada por grupo de veículo trimestralmente.

Grupo	Utilização	Class.	Trimestres				Média exercício
			1	2	3	4	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço nível 1	VI 1	4.135,50	4.021,50	5.655,50	4.865,00	4.669,38
	No transporte de autoridades em serviço nível 2	VI 2	107.118,00	7.205,25	7.214,00	4.897,75	31.608,75
IV – Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	VSP 1	20.917,01	4.887,65	3.028,83	3.561,62	8.098,78
		VSP 2	46.787,37	3.703,13	23.535,83	3.403,04	19.357,34
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	VSC 1	46.363,96	3.095,57	4.027,54	2.572,18	14.014,81
		VSC 2	13.210,82	1.670,27	2.022,27	125.282,82	35.546,55
		VSC 3	149.837,93	62.171,13	23.807,87	25.813,87	65.407,70
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública	VSE 1	210,50	301,75	410,00	292,50	303,69
	Na realização de atividades de saúde pública	VSE 2	4.648,00	3.000,50	3.251,00	1.679,00	3.144,63

Fonte: Prefeitura Universitária.

Entretanto relevando o primeiro trimestre, teremos o seguinte quadro, mais próximo da realidade.

Quadro 79 – Média de quilometragem rodada por grupo de veículo trimestralmente.

Grupo	Utilização	Class.	Trimestres			Média exercício
			1	2	3	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço nível 1	VI 1	4.021,50	5.655,50	4.865,00	4.847,33
	No transporte de autoridades em serviço nível 2	VI 2	7.205,25	7.214,00	4.897,75	6.439,00
IV – Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	VSP 1	4.887,65	3.028,83	3.561,62	3.826,03
		VSP 2	3.703,13	23.535,83	3.403,04	10.214,00
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	VSC 1	3.095,57	4.027,54	2.572,18	3.231,76
		VSC 2	1.670,27	2.022,27	125.282,82	42.991,79
		VSC 3	62.171,13	23.807,87	25.813,87	37.264,29
V – Veículos de	Na realização de	VSE 1	301,75	410,00	292,50	334,75



Grupo	Utilização	Class.	Trimestres			Média exercício
			1	2	3	
serviços especiais	atividades de segurança pública					
	Na realização de atividades de saúde pública	VSE 2	3.000,50	3.251,00	1.679,00	2.643,50

Fonte: Prefeitura Universitária.

É importante ressaltar que o subgrupo VSC 3, é composto de basicamente de equipamentos com motores estacionários, grupos geradores e tratores, os valores não correspondem a quilometragem, mas a horímetros e registros de controles.

Ainda em relação ao registro da quilometragem, procedemos para ativação do ajuste mínimo de bloqueio em caso de fornecimento de quilometragem inferior a última registrada. Estamos procedendo a manutenção da frota e implantação de procedimentos para gestão da eficiência dos veículos.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.

Quadro 80 – Idade Média dos veículos da UFPB, por grupo.

Grupo	Utilização	Class.	Idade Média
III - Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço nível 1	VI 1	3
	No transporte de autoridades em serviço nível 2	VI 2	4
IV - Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	VSP 1	8
		VSP 2	9
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	VSC 1	9
		VSC 2	8
		VSC 3	16
V - Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública	VSE 1	6
	Na realização de atividades de saúde pública	VSE 2	9

Fonte: Prefeitura Universitária.

f) Despesas associadas à manutenção da frota

Quadro 81 – Despesas com a frota de Veículos.

Descrição	Natureza	CONOR	Relatório de Faturas	Valores
Peças, insumos	339030	122.156,08	R\$ 130.643,06	252.799,14
Mão de Obra	339039	2.625,84	R\$ 47.457,65	50.083,49
Licenciamento	339047	57.693,64	-	57.693,64
Combustíveis	-	-	R\$ 1.299.142,89	1.299.142,89
Total no exercício				1.659.719,16

Fonte: Prefeitura Universitária.

g) Plano de substituição da frota

Ainda está em fase de elaboração, juntamente propostas de manual para normatização interna do uso, aquisição e desfazimento.

h) As principais razões da aquisição em detrimento da locação:

Face a existência da frota já constituída e o impedimento momentâneo de novas contratações locação ou aquisição de veículos, somos forçados a manter a frota visando evita solução de continuidade na logística da instituição e estamos desenvolvendo estudo para possíveis mudanças.

i) Estrutura de controles da Seção de Garagem Central – SGC/PU/UFPB

Na forma de gestão atual, os veículos estão sobre guarda das direções dos centros de ensino, pró-reitorias ou direções dos órgãos suplementares, estando a cargo destes a sua designação para uso.

Há a centralização das viagens que demandam diárias, com faturamento único do consumo de combustíveis e manutenções dos veículos.

Este faturamento dar-se por meio de Contrato UFPB PU 09/2017, aquisição dos serviços de gestão de frota, com manutenção e fornecimento de peças, combustíveis e demais insumos.

Pretendemos neste primeiro semestre de 2018, implantar o Modulo SIPAC de Transportes, para um controle em centralizado do uso, em rede, possibilitando maiores eficiência e transparência.

5.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A política de destinação dos veículos ociosos, antieconômicos e irrecuperável é lastreada no Decreto Nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. No caso de veículos irrecuperáveis, incidem as normativas do Decreto Nº 1.305, de 9 de novembro de 1994.

Quanto ao desfazimento dos veículos, dar-se por meio de leilão, a executada estará a cabo da Divisão de Patrimônio (DIPA) da Pró-Reitoria de Administração.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Existem 21 imóveis localizados nos diversos municípios do Estado da Paraíba, dos quais, três ainda não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET):

- Predio da antiga Faculdade de Odontologia onde funciona atualmente o Nucleo de Artes Contemporânea – NAC e Teatro Lima Penante – J. Pessoa PB;
- Campus de Mamanguape;
- Campus de Rio Tinto;

Na Tabela 31 é mostrada a quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UFPB em 2017.

Tabela 31 – Distribuição geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC
		EXERCÍCIO
		2017
BRASIL	UF - PARAIBA	
	João Pessoa	12
	Subtotal	12
	Bananeiras	3
	Areia	1
	Rio Tinto	1
	Mamanguape	1
	NAC e Teatro Lima Penante	1
	São João do Cariri	1
	Santa Rita Santa Rita	1
Subtotal Brasil		21
EXTERIOR	PAÍS	
	Nada consta	-
Subtotal Exterior		0
Total (Brasil + Exterior)		21

Fonte DIPA/PRA.

No Quadro 82 e no Quadro 83 é mostrado o detalhamento da situação dos imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UFPB em 2017.



Quadro 82 – Discriminação de Imóveis da União sob responsabilidade da UFPB.

UG	RIP	Estado de Conservação	Local	Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Despesas em 2017	
							Reformas	Manutenção
153065	1921.00008.500-1	bom	Areia - PB	2.750.000,00	08.08.2012	2.750.000,00	-	-
153065	1931.00021.500-0	bom	Bananeiras - PB	2.550.000,00	31.12.2012	3.049.800,00	-	-
153065	1931.00023.500-0	bom	Bananeiras - PB	2.541.195,90	31.12.2012	3.039.270,29	-	-
153065	1931.00025.500-1	bom	Bananeiras - PB	14.486.999,79	31.12.2012	17.268.503,74	-	-
153065	2051.00107.500-0	bom	J. Pessoa - PB	908.864,00	31.12.2012	1.956.784,19	-	-
153065	2051.00179.500-2	bom	J. Pessoa - PB	86.037,95	31.12.2012	1.385.764,73	-	-
153065	2051.00180.500-8	bom	J. Pessoa - PB	196.909.452,71	31.12.2012	2.950.332,97	-	-
153065	2051.00181.500-3	bom	J. Pessoa - PB	238.050,60	31.12.2012	611.024,40	-	-
153065	2051.00182.500-9	bom	J. Pessoa - PB	184.416.404,73	31.12.2012	123.530.849,82	-	-
153065	2051.00183.500-4	bom	J. Pessoa - PB	77.307.162,85	31.12.2012	95.934.808,40	-	-
153065	2051.00184.500-0	bom	J. Pessoa - PB	415.739,94	31.12.2012	1.269.344,21	-	-
153065	2051.00185.500-5	bom	J. Pessoa - PB	8.541.929,07	31.12.2012	12.198.150,37	-	-
153065	2051.00186.500-0	bom	J. Pessoa - PB	622.943,61	31.12.2012	1.341.204,04	-	-
153065	2051.00199.500-1	bom	J. Pessoa - PB	243.168,75	30.12.2002	243.168,75	-	-
153065	2051.00302.500-0	bom	J. Pessoa - PB	300.000,00	23.02.2015	300.000,00	-	-
153065	2175.00276.500-3	bom	Santa Rita - PB	79.280,89	20.06.2011	79.280,89	-	-
153065	2181.00006.500-9	bom	S. João Cariri - PB	362.204,17	31.12.2012	753.384,67	-	-
Total							0,00	0,00

Fonte: DIPA/PRA.

Quadro 83 – Discriminação de Imóveis da União sob responsabilidade da UFPB, exceto imóvel funcional.

UG	RIP	Estado de Conservação	Local	Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Despesas em 2017	
							Reformas	Manutenção
153065	2051.00177.500-1	Ruim	J. Pessoa	174.349,88	31.12.2012	252.388,43	-	-
Total							0,00	0,00

Fonte: DIPA/PRA.

Informamos que a grande extensão da UFPB e o déficit de servidores na Divisão de Patrimônio (DIPA) impossibilita o controle e gestão fisicamente destes imóveis, sendo mantidos apenas o controle administrativo relacionado ao registro e reavaliações contábeis no SPIUNET. Sendo assim, a DIPA não tem informações que comprovem se houve despesas de manutenção relativas a estes bens, devendo estas informações serem confirmadas pela Prefeitura Universitária. Constatam-se pendências em relação às reavaliações que deveriam ser realizadas a cada dois anos pela PU e encaminhadas à Divisão de Patrimônio para atualização dos registros no SPIUNET.

Existe imóvel que se encontra em ruína, a exemplo do prédio onde funcionou o antigo Instituto de Medicina Legal localizado no Centro Histórico da cidade. Neste caso, recomendamos que haja inspeções e vigilância para evitar possíveis invasões de terceiros.

A manutenção predial no âmbito das edificações da UFPB é realizada pela Divisão de Manutenção. Esta Divisão é subdividida nas Seções de: Construção civil, Serviços elétricos, Central Telefônica, Equipamentos e Marcenaria.

A Divisão de Manutenção tem como principais atribuições as seguintes:

- Executar medidas para conservação dos bens e patrimônios;
- Executar serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva;
- Realizar inspeções prediais e apontar soluções para possíveis problemas;
- Controlar, planejar e projetar pequenos sistemas de infraestrutura;
- Planejar a aquisição e utilização de equipamentos e materiais;
- Gerir contratos de terceirização de serviços vinculados à Manutenção;
- Manutenção e conservação de pintura no interior e exterior de edificações;
- Pequenas manutenções em aparelhos de ar condicionado, ventilação, refrigeração, iluminação e outros;
- Instalação de tomadas e pontos de energia extras em ambientes onde já existe infraestrutura de distribuição implementada;
- Pequenas manutenções de conservação, reparo e recuperação de bens, máquinas, equipamentos, estruturas, armações e pequenas construções;
- Manutenção, conservação, reparo e recuperação de bens móveis, divisórias, armários, esquadrias e outros;
- Manutenção e pequenas ampliações de redes elétricas;
- Manutenção de equipamentos e rede de telefonia;
- Manutenção e confecção de pequenos itens de mobília;

Durante o ano de 2017, além de atender as requisições de serviços, houve a resolução de diversos problemas históricos que afligiam nossa universidade. Estas ações da Divisão de Manutenção, promoveram o resgate de espaços importantes de nossa instituição, entre os quais podemos destacar:

- Recuperação Total da Cobertura da Biblioteca Central;
- Manutenção da Casa da Cultura Hermano José;
- Limpeza e Manutenção de diversos poços artesianos;
- Revisão da Cobertura de todo o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA);

- Manutenção de todas as instalações da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE);
- Manutenção Completa do Teatro Lima Penante;
- Revitalização da Fachada do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC);
- Recuperação das Passarelas e Bloco C do Centro de Tecnologia (CT);
- Revitalização do Complexo Aquático do Departamento de Educação Física;
- Manutenção da Cobertura do Centro de Vivências;
- Recuperação Total das coberturas dos Blocos de Aulas de Fisioterapia e Educação Física, bem como de Morfologia no CCS;
- Recuperação do Salão de Jogos e Cozinha da Residência Universitária do Campus I;

Entre outras diversas ações que visam a manutenção dos imóveis para o bom funcionamento da Universidade Federal da Paraíba.

No Quadro 84 são mostrados os valores gastos com manutenção dos imóveis da instituição de acordo com os planos internos (PI).

Quadro 84 – Valores gastos com manutenção dos imóveis da Instituição de acordo com planos internos (PI)

Plano Interno (PI)	Nº PI	Valores
Descrição (PI)		(R\$ 1,00)
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	N0000G1949N	3.403.396,13
MANUTENCAO DAS UNIDADES ACADEMICAS	N0000G1913N	891.243,82
EXECUCAO DO PLANO DE DESENV. INSTITUCIONAL	N0000G1968N	350.526,02
INSTITUTO PESQ.FARMACOS E MEDIC. - IPEFARM	N0000G1994N	291.025,65
PROMOCAO E APOIO AOS ESTUDANTES	N0000G1932N	237.330,02
BIBLIOTECA CENTRAL	N0000G0110N	231.037,81
ESCOLA TECNICA DE SAUDE	N0000P1915N	154.064,67
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS	N0000G1950N	38.661,60
DEMAIS PI'S	DIVERSOS	740.965,79
Total		6.338.251,51

Fonte: Prefeitura Universitária.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

5.2.4.1 Imóveis Cedidos a terceiros

Não existem imóveis cedidos a terceiros. A cessão informada no relatório anterior diz respeito entre a União e CEFET. Foi informada devido o imóvel pertencer ao mesmo terreno onde se localizam o NAC e Teatro Lima Penante.

5.2.4.2 Identificação e caracterização dos espaços imóveis objeto de cessão total ou parcial

Atualmente a UFPB está estruturada da seguinte forma: **Campus I**, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Centro de Educação – CE, Centro de Tecnologia – CT, Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, Centro de Biotecnologia – CBIotec, Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – CTDR (em Mangabeira), Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis – CEAR; **Campus II**, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias – CCA; **Campus III**, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA, e por fim, **Campus IV** nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE.

No que se refere aos espaços passíveis de cessão, a UFPB, no ano de 2017, contava com um total de 82 (oitenta e dois) imóveis ou espaços com a possibilidade para cessão (vide Figura 3).

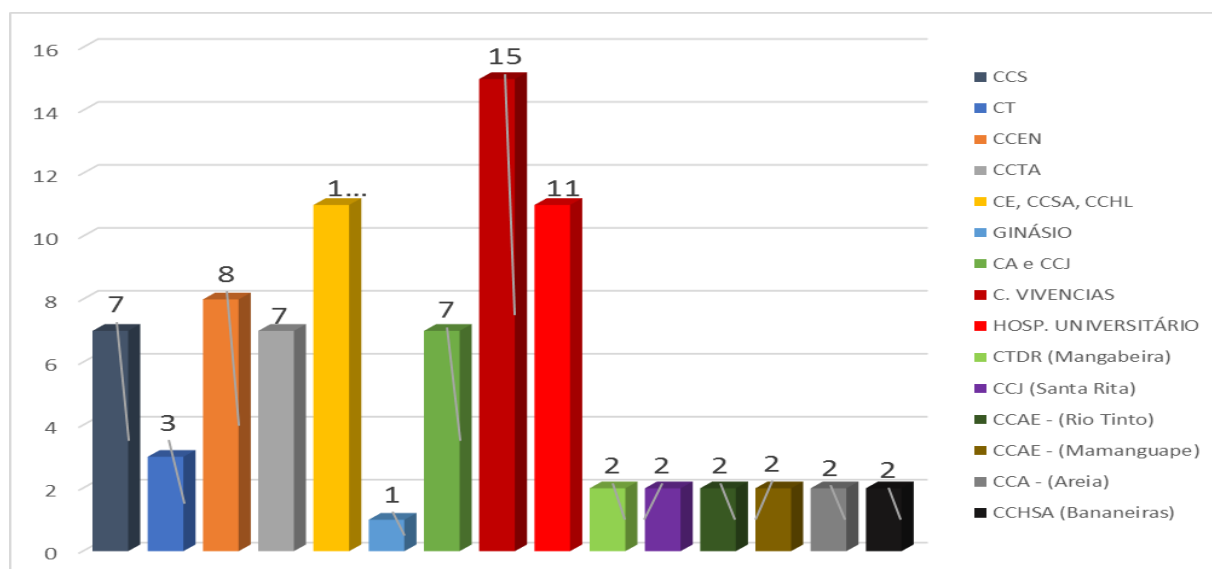


Figura 3 – Distribuição espaços para cessão Universidade Federal da Paraíba por Campus – 2017.

Dos 82 espaços, 88% estão localizados no Campus I (João Pessoa) e os demais espaços nos outros campi da instituição. No ano de 2017, apenas 74 (setenta e quatro) se encontravam ocupados com atividades associativas, bancárias, cooperativas, lanchonetes, livrarias e reprografias distribuídos, em todos os campi da instituição.

As estruturas dos espaços seccionados pela Universidade para os permissionários executarem seus serviços se diferenciam em tamanhos e formas, em alguns casos, apenas o local para a colocação de “carrinhos”, “fiteiros” e “mostruários de livros” é cedido, conforme podemos observar a seguir.



1. Centro de Ciências Humanas, Letras (CCHL), Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)

NOME PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Luzia Pereira da Silva	Lanchonete	3,0	CCHLA
Antônio Olegário Fernandes Vieira	Livraria	-	CCHLA
Edilma Augusta Limeira da Silva	Livraria	5,99	CCHLA
Nanci Alves dos Santos	Lanchonete	37,49	CCHLA
Jose Ferreira de Brito Junior	Reprografia	20,44	CCSA
Luiz Felizardo dos Santos	Papelaria	1,54	CE
Josinaldo da Costa Rodrigues	Lanchonete	59,30	CE
(espaço fechado)	Reprografia	20,30	CE
Francisco Bandeira do Nascimento	Livraria	74,30	CE
Wagner Carlos Galdino Monte	Reprografia	40,55	CCHLA

2. Centro de Ciências da Saúde (CCS)

PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
(espaço fechado)	Lanchonete	58,52	CCS
Vamberto Herbert Galdino do Monte	Reprografia	49,00	CCS
(clandestino)		19,95	CCS
Antônio Vital de Andrade	Lanchonete	97,46	CCS
João Batista Freire Neto	Lanchonete	205,16	CCS
(espaço fechado)	Reprografia	-	CCS

3. Centro de Comunicação, Turismo e Artes e Adjacências (CCTA)

CÓD	PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Com-07	SINTESP	Associação de Classe	469,47	Próximo ao CCTA
Com-11	Isa Maria de Oliveira e Silva	Lanchonete	111,56	Próximo ao CCTA
Com-26	ASIP	Associação de Classe	203,62	Próximo ao CCTA



Com-37	(espaço fechado)	Lanchonete	97,26	CCTA
Com-38	Álvaro Alberto Palmeira	Lanchonete	98,44	CCTA
Com-39	Antônio Guerra	Lanchonete	70,47	CCTA
Com-41	Caixa Econômica Federal	Bancária	620,03	CCTA

Observações: (1) O espaço Com-37 foi devolvido, pelo então permissionário. Desde então o imóvel se encontra fechado e posto para licitação – edital 021/2017; (2) O espaço Com-38 repassado pelo permissionário de maneira indevida a terceiros.

4. Centro De Vivências

PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Genivaldo Fernandes Barbosa	Lanchonete	78,78	Centro de Vivências
Bartolomeu Gregório de Andrade	Lanchonete	28,41	Centro de Vivências
(espaço fechado)	Livraria	31,29	Centro de Vivências
(espaço fechado)	Livraria/Papelaria	30,75	Centro de Vivências
Microserv Serviços Ltda.	Reprografia	13,24	Centro de Vivências
Edna Maria Santos Silva	Reprografia	5,6	Centro de Vivências
Michela Gomes Campelo	Papelaria	13,24	Centro de Vivências
Banco do Brasil	Bancária	653,66	Centro de Vivências
CREDUNI	Cooperativa	19,06	Centro de Vivências
AETC	Vale Transporte	16,47	Centro de Vivências
Empresa Brasileira de Correios	Correios	54,98	Centro de Vivências
Ernesto Inácio Filho	Banca de Revista	13,39	Centro de Vivências
ADUF	Associação de classe	392,04	Centro de Vivências
CODISMA	Cooperativa	157,99	Centro de Vivências
CREDUNI	Cooperativa	264,39	Centro de Vivências

Observações: Os espaços fechados no Centro de Vivências foram colocados para licitação por meio do edital 021/2017

5. Hospital Universitário

NOME PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Geraldo Anacleto Reinaldo	Lanchonete	102,64	HU
Mauro Xavier Alves	Lanchonete	23,40	HU
Antenor Freire de Carvalho	Lanchonete	24,38	HU
João Ferreira de Lima	Lanchonete	25,41	HU



NOME PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M²	LOCALIZAÇÃO
Luzinete de Moura Félix	Lanchonete	21,56	HU
Osvaldo Furtado de Souza	Lanchonete	32,70	HU
Severino Augusto do Nascimento	Lanchonete	56,05	HU
Marlene Maria da Conceição	Lanchonete	3,90	HU
UNICRED	Cooperativa	393,44	HU
(espaço fechado)	Livraria/Papelaria	10,24	HU

6. Ginásio (Prox. Departamento de Educação Física)

NOME	ATIVIDADE	M²	LOCALIZAÇÃO
Fechado	Lanchonete	47,46	Prox. Ginásio

Observações: O espaço fechado nas proximidades do Ginásio da UFPB foi colocado para licitação por meio do edital 021/2017.

7. Centro de Tecnologia (CT)

NOME PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M²	LOCALIZAÇÃO
Ana Emília Ernesto Cavalcante Câmara	Lanchonete	39,56	CT
Claudio do Santos Rocha	Reprografia	15,77	CT
(espaço fechado)	Lanchonete	101,20	CT

Observação: O espaço fechado foi devolvido à Instituição pelo seu antigo permissionário e foi colocado para licitação por meio do edital 021/2017.

8. Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN)

NOME PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M²	LOCALIZAÇÃO
Giliard Bezerra de Souza	Reprografia	7,84	CCEN
(clandestino)	Reprografia	6,41	CCEN
Enoque Correia da Costa	Lanchonete	75,58	CCEN
(espaço fechado)	Bancária	121,65	CCEN
Antônio Fernandes Barbosa	Lanchonete	85,88	CCEN
Luzilande Machado de Melo	Lanchonete	150,77	CCEN

Observação: O espaço ocupado pelo permissionário com atividade bancária foi devolvido a instituição e existe o projeto para execução de atividades da universidade para ocupação do espaço.

9. Central de Aulas (CA) e Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)

PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Júlio Cesar da Silva	Reprografia	13,75	CCJ
Francisco Vieira Sobrinho	Lanchonete	70,50	CENTRAL DE AULAS
M ^a do Livramento V. Moraes	Lanchonete	70,50	CENTRAL DE AULAS
Paulo Roberto B. da Silva	Reprografia	40,12	CENTRAL DE AULAS
Denystocles Bezerra Cavalcanti	Reprografia	40,12	CENTRAL DE AULAS
Marcos Medeiros Formiga	Reprografia	40,12	CENTRAL DE AULAS

10. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA)

PERMISSIONÁRIO (CPF/CNPJ)	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
(espaço fechado)	Reprografia	22,10	CCHSA - Bananeiras
Gyglyane Pimentel de Sousa	Lanchonete	27,27	CCHSA - Bananeiras

Observações: O espaço ocupado pelo permissionário e fechado no CCHSA foram colocados no processo de licitação por meio dos editais 012/2017 e 022/2017.

11. Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR - Mangabeira)

PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Jacqueline Maria B. da Silva	Reprografia	23,00	CTDR - Mangabeira
Sophi Lanches	Lanchonete	23,00	CTDR - Mangabeira

Observações: Os espaços no CTDR foram colocados no processo de licitação por meio dos editais 008/2017 e 018/2017 e as empresas vencedoras já estão a desenvolver suas atividades.

12. Centro de Ciências Jurídicas (CCJ - Santa Rita)

PERMISSIONÁRIO (CPF/CNPJ)	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Rosemary Xavier de Souza	Lanchonete	23,00	CCJ – Santa Rita
(Espaço fechado)	Reprografia	23,00	CCJ – Santa Rita

Observação: O espaço ocupado pelo permissionário e fechado no CCHSA foi colocado no processo de licitação por meio dos editais 008/2017; 018/2017 e 035/2017 (a ser realizado em 01/02/2018).

13. Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE - Mamanguape e Rio Tinto)

NOME PERMISSIONÁRIO	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
Rosângela Batista da Silva	Lanchonete	101,66	CCAE-A - Mamanguape
Sônia Maria da Silva	Reprografia	23,91	CCAE-B - Mamanguape
FECHADO	Lanchonete	101,66	CCAE-C - Rio Tinto
FECHADO	Reprografia	23,91	CCAE-D - Rio Tinto

Observação: Os espaços ocupados pelos permissionários e fechados no CCAE foram colocados no processo de licitação por meio dos editais 008/2017; 018/2017 e 035/2017 (a ser realizado em 01/02/2018).

5.2.4.2.1 Cessão de uso e licitações dos espaços da UFPB, em 2017

A UFPB, enquanto campus universitário centralizado, data da década de 1970, desde então a utilização dos espaços por entes privados sem as devidas normatizações oficiais, em desacordo a lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que estabelece a necessidade participar e vencer uma licitação para estabelecer contrato de permissão de uso com a UFPB.

Conforme explicitado anteriormente, a Prefeitura Universitária, após solicitação do Ministério Público Federal (MPF-PB) e pela Procuradoria Federal da Advocacia-Geral da União (PF/AGU-UFPB), procedeu a um levantamento inédito, até então, sobre a ocupação de suas áreas públicas por particulares.

Ao término do levantamento foi observado que os estabelecimentos privados que comercializavam produtos e serviços na UFPB se encontravam em situação irregular - seja em relação à própria universidade, seja em relação a outros órgãos, como, por exemplo, o de licenciamento sanitário.

Apurou-se que todos os estabelecimentos não possuíam contrato válido de permissão para comercialização de bens e serviços na universidade (contratos vencidos, ausência de licitação etc.).

Outra parte dos comerciantes não possui contrato, sem qualquer registro institucional “clandestinos” - o que, inclusive, sobrecarregava a UFPB com gastos que deveriam ser arcados pelos próprios comerciantes, e não por recursos públicos.

A situação observada pela Prefeitura Universitária, resultante de décadas sem adoção de quaisquer providências na instituição, colocou a atual gestão da UFPB diante do inadiável dever de disciplinamento da ocupação desses espaços públicos - por meio de licitação. Ressaltamos que a falta de fundamento expresso, inequívoco, válido e atual da Administração para a ocupação de qualquer bem público por particulares acarreta, por si, a ilegalidade da situação e impõe o dever da imediata desocupação.

Atualmente estão em curso, na UFPB, as providências necessárias à solução da situação como a notificação a todos os ocupantes, a preparação do processo licitatório, a atualização das normas internas que norteiam os procedimentos sobre o assunto e as demais medidas de gestão que a questão requer.

Em agosto de 2016, todos os permissionários ocupantes dos espaços dentro da instituição foram notificados pela prefeitura universitária para realizarem a desocupação dos espaços, em um prazo de 45 dias a contar a partir da notificação. O processo de notificação causou grande “comoção” junto aos permissionários e também gerou diversos boatos, que acabaram se tornando alvo de matérias jornalísticas na mídia local.

Em setembro de 2016, a Defensoria Pública da União – DPU, por meio da recomendação 01/2016, levando em consideração que os comerciantes não contavam com a outorga de permissão de uso de bem público, e exerciam suas atividades na UFPB há vários anos, provendo sustento seu e de suas famílias advindo do trabalho de cantinas e reprografias, bem como considerando o princípio da confiança tutela a subsistência de atos administrativos cujos efeitos prolongados no tempo, provocam nos administrados expectativa legítima de continuidade. Considerando, ainda, o interesse público da comunidade universitária na continuidade da prestação dos serviços essenciais das cantinas e reprografias, demonstrado, por meio de abaixo-assinados subscritos por discentes, docentes e servidores contra a desocupação dos espaços.

Recomendou, assim, à UFPB que até o término do processo licitatório visando a outorga de novas permissões de uso para espaços de lanchonetes e reprografias, abstinhasse de proceder a desocupação (ou exigi-la) dos espaços, de modo a tornar sem efeito as notificações expedidas anteriormente pela Prefeitura Universitária.

Em outubro de 2017 foi realizada, na UFPB, uma Audiência Pública cujo objetivo principal foi discutir a situação dos permissionários de serviços de alimentação e de reprografia que atuam na Universidade, diante da necessidade de regularização dessas atividades por meio de licitação. Da Audiência foi emitida a Recomendação nº 39/2017 que apresenta os seguintes pontos:

1. Cumprimento dos cronogramas apresentados para realização de procedimentos licitatórios, na modalidade Pregão Eletrônico, concluindo os mesmos até o último dia útil do mês de junho de 2018;
2. Fazer constar nos Editais licitatórios que os contratos serão firmados para ocupação do espaço a partir de 1º de julho de 2018;

3. Abster-se de proceder à desocupação ou de exigí-la judicialmente dos atuais ocupantes desses espaços que firmarem TAC com o MPF, suspendendo os efeitos das notificações expedidas no bojo dos respectivos processos administrativos, até o último dia útil do mês de junho de 2018;
4. Ultrapassado o prazo previsto no item 3, adotar providências imediatas para a desocupação dos espaços públicos, inclusive o cumprimento dos mandados de reintegração de posse eventualmente já expedidos, independente do resultado do Pregão Eletrônico em relação a todos os objetos licitados;
5. Dar continuidade às medidas administrativas cabíveis e pertinentes para identificação e eventual cobrança de débitos, a qualquer título, dos atuais ocupantes dos espaços públicos;
6. Adotar medidas possíveis, no âmbito de sua atividade de extensão universitária, para que os atuais ocupantes dos espaços públicos recebam orientação profissional e a qualificação necessária para que possam concorrer, em igualdade de condições, com os demais participantes do Pregão Eletrônico, inclusive o fornecimento de espaço específico temporário para a prestação destas atividades de assessoramento;
7. Dar continuidade aos procedimentos administrativos instaurados ou instaurar novos, caso seja necessário, visando a regularização dos espaços públicos atualmente ocupados por Instituições Financeiras, Cooperativas de Crédito, Sindicatos, Associações, SINTUR JP “Passe Legal”, Correios, etc., procedendo-se a regular cobrança de aluguéis e/ou outras taxas relativas à ocupação, tendo como data limite para sua conclusão o último dia útil do mês de junho de 2018;
8. Adotar as providências judiciais cabíveis para desocupação e reintegração da posse dos referidos espaços públicos em relação aos atuais ocupantes ou titulares que não firmarem Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF.

Ressaltamos que, antes da emissão da recomendação 39/2017, a UFPB veio, ao longo de 2017, realizando as licitações, por meio de Pregões Eletrônicos, em todos os campi da instituição com objetivo de regularizar os espaços cessionados. Ao todo, durante o ano de 2017, foram realizadas nove licitações, com previsão de mais duas no início de 2018, assim, partindo dessas considerações, no próximo tópico caracterizaremos as licitações realizadas no âmbito da UFPB para cessão de uso.

5.2.4.2.1.1 Licitações realizadas para Cessão de Uso na UFPB 2017.

Pregão eletrônico é uma modalidade licitatória utilizada para contratar bens e serviços, independentemente do valor estimado. Sua criação se deu por meio de lei federal 10.520/2002 e regulamentado pelo decreto 5.450/2005.

O pregão eletrônico foi utilizado pela UFPB, pois o pregão eletrônico busca aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório, permitindo a ampliação da disputa licitatória com a participação de maior número de empresas, uma vez que a presença dos concorrentes se torna desnecessária. É uma modalidade ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes. Além disso, tornou efetivamente mais eficiente e barato o



processo licitatório, pois permite a simplificação de muitas etapas burocráticas que tornavam morosa a contratação com a administração pública.

Com já explicitado, foram realizados, ao longo de 2017, nove pregões eletrônicos, conforme Quadro 85.

Quadro 85 – Lista dos pregões realizados em 2017 para cessão de espaço físico na UFPB.

Nº pregão eletrônico	Descrição	Resultado
UFPB/PU N° 008/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHES E REFEIÇÕES RÁPIDAS; REPROGRAFIAS NAS DEPENDÊNCIAS DOS CAMPI DA UFPB NAS UNIDADES DE MANGABEIRA (CAMPUS I), SANTA RITA (CAMPUS I), MAMANGUAPE E RIO TINTO (CAMPUS IV)	Apenas houve interessado no item (lanchonete) na unidade Mangabeira (Campus I), não houve ofertas nos demais
UFPB/PU N° 009/2017	CONCESSÃO DE USO, EM CARÁTER ONEROSO E PRECÁRIO, DE ÁREAS FÍSICAS NO CAMPUS I DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, PARA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS POR MEIO DE MÁQUINAS DE VENDA COMBINADA DO TIPO VENDING MACHINES	Itens cancelados na aceitação. As Licitantes que acorreram ao Pregão, mesmo tendo apresentado lances regularmente, desistiram de apresentar propostas condizentes com os valores ofertados
UFPB/PU N° 012/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHONETES E REPROGRAFIAS, NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS III DA UFPB NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS - CCHSA	O pregão foi revogado por ordem da Autoridade competente, tendo em vista que houve descumprimento do Edital.
UFPB/PU N° 018/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE LANCHES E REFEIÇÕES RÁPIDAS; REPROGRAFIAS NAS DEPENDÊNCIAS DOS CAMPI DA UFPB NAS UNIDADES DE MANGABEIRA (CAMPUS I), SANTA RITA (CAMPUS I), MAMANGUAPE E RIO TINTO (CAMPUS IV)	Apenas houve interessado no item (reprografia) na unidade Mangabeira (Campus I), não houve ofertas nos demais
UFPB/PU N° 019/2017	CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHONETES E REPROGRAFIAS, NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS II DA UFPB NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA	Os itens constantes no Pregão eletrônico foram cancelados por inexistência de proposta ou por decisão do pregoeiro
UFPB/PU N° 020/2017	CONCESSÃO DE USO, EM CARÁTER ONEROSO E PRECÁRIO, DE ÁREAS FÍSICAS NO CAMPUS I DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, PARA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS POR MEIO DE MÁQUINAS DE VENDA COMBINADA DO TIPO VENDING MACHINES	Em conformidade com às disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a Sessão Pública, a qual, pela inexistência de propostas, está sendo encerrada, também, por caracterizar-se “licitação deserta”.
UFPB/PU N° 021/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHONETES,	Pregão em andamento



Nº pregão eletrônico	Descrição	Resultado
	REPROGRAFIAS E PAPELARIAS/LIVRARIAS, NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS I DA UFPB	
UFPB/PU N° 022/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHONETES E REPROGRAFIAS, NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS III DA UFPB	
UFPB/PU N° 028/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHONETES E REPROGRAFIAS, NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS II DA UFPB NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA	Em fase de conclusão
UFPB/PU N° 035/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO A INSTALAÇÃO DE LANCHES E REFEIÇÕES RÁPIDAS; REPROGRAFIAS NAS DEPENDÊNCIAS DOS CAMPI DA UFPB NAS UNIDADES DE SANTA RITA (CAMPUS I), MAMANGUAPE E RIO TINTO (CAMPUS IV)	A ser realizado em 01/02/2018
UFPB/PU N° 036/2017	OUTORGA A TÍTULO PRECÁRIO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ONEROSA, VISANDO À INSTALAÇÃO DE LANCHONETES, REPROGRAFIAS E PAPELARIAS/LIVRARIAS, NAS CONDIÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS I DA UFPB	Edital em fase final de Avaliação de da Procuradoria Jurídica.

Fonte: Prefeitura Universitária.

É importante ressaltarmos que nos Campis II (Areia) e III (Bananeiras) foram instalados contêineres que serviram como locais para instalação de lanchonetes e reprografias, uma vez que os espaços existentes nos campi não possuíam condições físicas ou sanitárias para serem postos em licitação, bem como serem alternativas economicamente mais viáveis para a instituição, reduzindo o custo com construção de espaços.

Autorizações de Uso de Pequenos espaços em 2017.

A autorização é um ato administrativo discricionário, unilateral e precário que, de acordo com Meirelles (2009, p. 190), "pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia da Administração.

No ano de 2017, as autorizações de uso foram dadas, em grande parte, para instalação de equipamentos de "FoodTruck" como forma de auxiliarem as cantinas existentes, durante a realização de eventos. Todas as autorizações emitidas foram de caráter oneroso, tomando como referência de cobrança, o levantamento de preços realizado pelo processo NUP



23074.17314/2016-59. Ressaltamos que as autorizações não excediam o prazo máximo de 10 dias a contar da assinatura do termo e não poderiam ser renovadas e nem serem solicitadas novamente em prazo inferior a 60 dias.

Permissionários Clandestinos – Situação em 2017.

No início do ano de 2016, a UFPB por meio da Prefeitura Universitária realizou levantamento de todos os espaços dentro do Campus I, e desse levantamento foram identificados 19 (dezenove) estabelecimentos comerciais funcionando clandestinamente. Tais estabelecimentos haviam se estabelecido dentro do Campus sem qualquer autorização ou registro, grande parte desses haviam se estabelecido clandestinamente dentro de centro acadêmicos ou espaços destinados a outras atividades fins. Assim, burlando normas institucionais, como Resolução CONSUNI 28/2014 que regulamenta a ocupação de espaços físicos e imóveis da UFPB; deixando de realizar nenhum tipo de contrapartida financeira (aluguel, energia e água). Abaixo indicamos os nomes e locais dos permissionários “clandestinos” dentro da UFPB.

PERMISSIONÁRIOS CLANDESTINOS UFPB			
Abreviatura do Nome	ATIVIDADE	M ²	LOCALIZAÇÃO
G. T.	Papelaria	42,26	CCEN
I. P.	Reprografia	6,86	CCEN
J. C.	Reprografia	10,20	CCEN
F. P.	Reprografia	14,61	CCHLA
J. M. L.	Livros	30,19	CCHLA
A. C.	Reprografia	18,25	CE
B. C. A. C.	Reprografia	10,39	CE
M. E. S.	Armarinho	4,50	CE
E. L.	Reprografia	10,57	CCS
I. C.	Fiteiro	5,76	CCS
J. D. G. S.	Lanchonete	18,39	CCS
J. A. C. F.	Reprografia	19,53	CCS
L. M. L.	Reprografia	19,95	CCS
L.	Fiteiro	8,40	CCS
R. B. A.	Reprografia	25,62	CCS
A. J. S.	Reprografia	8,59	CT
T.	Reprografia	22,88	CT
C. F. A. N.	Lanchonete	24,38	HU
E. L.	Lanchonete	51,30	HU

Fonte: Prefeitura Universitária.

Constatada a situação, foi aberto o processo 23074.027625/2016-26, solicitando providências e uma decisão administrativa em relação aos estabelecimentos clandestinos. Em 07 de junho de 2016, o então prefeito universitário, o senhor Jandir de Santana, encaminhou o referido processo para a Procuradoria Jurídica da UFPB objetivando uma orientação de como proceder em relação aos estabelecimentos tidos clandestinos.

No dia 12 de junho de 2016, o Procurador Chefe da PF/UFPB o senhor Carlos Octaviano de Medeiros Manguiera, em seu despacho informa a necessidade de imediata notificação dos permissionários “clandestinos” dando aos mesmo um prazo de 45 dias para desocupação voluntária, e findado o prazo, o processo fosse retornado a Procuradoria Federal com a prova da notificação e da não desocupação, em casos ocorridos, para o devido ajuizamento e reintegração de posse. O Procurador também sugere a abertura de sindicância destinada a apurar a eventual responsabilidade de quem deu causa a ilicitude.

Após findado o prazo de 45 dias da notificação, o processo foi remetido novamente a Procuradoria para a tomada das medidas cabíveis e reintegração de posse nos casos necessários.

Ao longo do ano de 2017 foram realizadas 11 reintegrações de posse e as oito demais aguardam decisão judicial para serem desocupadas. Ressaltamos que os espaços ocupados irregularmente foram colocados em licitação por meio do edital 21/2017 (apenas os que apresentavam condições físicas e sanitárias) e aguardam conclusão do processo licitatório para serem reativadas.

Remuneração recebida pela UPC pela Cessão dos Espaços

Atualmente, o pagamento do aluguel (aluguel, água e energia) dos permissionários é realizado por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU que é enviada mensalmente a todos permissionários cadastrados na Prefeitura Universitária, e deve ser paga até o dia 10 do mês subsequente. O não pagamento da GRU na data estipulada sujeita o cessionário ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%.

A cada 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo de permissão de uso, o aluguel é reajustado de acordo com o IGPM ou por outro índice que venha substituí-lo. A inadimplência motivada pelo não pagamento de quaisquer das taxas, tais como energia, cessão de uso, água ou parcelas de eventual acordo, entre outras, que recaiam sobre o objeto do presente termo de cessão de uso, sujeitará a cessionária, além das penalidades previstas, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, nos casos de inadimplência das taxas de energia; suspensão do fornecimento de água, quando a inadimplência for causada pela falta do pagamento da taxa de água.

Embora os termos de cessão de uso estejam fora de validade, a cobrança continuou normalmente, obedecendo o que havia sido acordado nos termos. Assim, alguns permissionários pagam em suas GRU água, energia e aluguel. Outros pagam apenas aluguel e energia, e por fim, os que pagam apenas o valor do espaço ocupado. Destarte, apresentamos o quadro com valores das GRU enviadas aos permissionários no ano de 2016.



Quadro 86 – Valores das GRU enviadas aos permissionários no ano de 2017.

CPF/CNPJ	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Somatório
09282914000167	662,61	1.240,53	1.050,43	1.050,43	1.096,58	1.174,06	688,01	976,34	1.118,60	967,02	1.105,47	1.167,74	12.297,82
41.139.700/0001-49	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	1.665,60
485.745.974-49	496,38	614,09	429,49	463,24	458,70	787,82	604,82	876,82	929,82	865,66	408,66	234,67	7.170,17
753.439.324-87	37,42	37,42	37,42	39,24	39,24	39,24	39,24	39,24	39,24	39,24	39,24	19,62	445,80
041.473.164-68	474,98	478,37	468,21	473,71	463,97	480,48	471,17	474,13	484,30	466,79	467,21	266,09	5.469,41
043.243.584-00	946,23	1.127,44	1.087,64	1.152,42	1.009,16	1.158,77	1.047,84	1.163,43	1.164,27	1.122,30	1.093,93	752,60	12.826,03
059.419.464-49	474,61	564,80	678,26	453,02	538,12	552,09	472,40	531,74	551,25	533,75	547,72	360,96	6.258,72
449.792.825-04	566,98	566,98	566,98	566,98	566,98	566,98	566,98	566,98	566,98	559,89	559,89	338,64	6.561,24
263.239.208-08	86,71	86,71	86,71	90,93	90,93	90,93	90,93	90,93	90,93	90,93	90,93	45,47	1.033,04
387028947-34	991,05	1.010,10	999,51	1.086,33	1.031,72	1.101,16	978,80	1.070,68	1.094,39	1.059,24	1.087,61	745,41	12.256,00
40.975.633/0001-30	199,84	201,11	268,01	292,56	156,23	235,83	105,42	121,94	187,14	187,14	442,02	307,38	2.704,62
00.000.000/0001-91	8.792,83	9.057,45	8.500,27	8.365,21	7.287,68	8.714,50	7.222,90	8.255,97	8.493,92	7.942,09	8.058,95	8.545,00	99.236,77
90.400.888/1220-94	5.413,77	5.413,77	5.413,77	5.435,36	5.152,96	5.523,58	4.789,42	5.162,01	5.413,92	5.131,10	5.615,03	6.325,48	64.790,17
023.256.754-91	375,09	560,95	377,63	351,80	312,85	400,91	328,09	339,95	390,75	339,75	343,14	286,38	4.407,29
00.360.305/1456-92	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.897,48	7.783,11	7.783,11	7.783,11	94.426,65
504.341.104-00	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	154,44	77,22	1.776,06
727.849.384-68	118,38	154,79	118,38	175,54	173,84	118,38	118,38	151,83	148,02	144,63	139,55	70,58	1.632,30
00.618.725/0001-48	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.173,98	2.173,98	2.173,98	26.168,04
03.428.338/0001-37	892,64	892,64	925,85	925,85	925,85	925,85	925,85	925,85	925,85	925,85	925,85	925,85	11.043,78
452.722.204-04	377,34	498,43	430,26	440,00	423,49	446,35	446,35	602,58	515,36	452,62	413,67	228,86	5.275,31
439.501.754-15	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	111,03	54,71	1.276,04
930.872.844-91	111,16	111,16	81,52	104,39	47,23	47,23	131,06	110,74	120,48	100,58	100,15	100,15	1.165,85
34.028.316/0019-32	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.193,60	1.193,60	1.193,60	1.193,60	1.193,60	1.193,60	1.193,60	14.262,70
086.755.114-34	593,94	728,58	722,23	743,82	688,36	726,89	609,61	659,99	668,03	673,96	784,89	528,01	8.128,31
601.124.094-15	237,49	246,80	243,41	249,77	232,83	264,58	243,84	245,11	248,07	245,53	249,34	137,17	2.843,94
910.532.344-49	286,88	286,88	286,88	286,88	286,88	286,88	286,88	286,88	286,88	584,60	629,90	530,32	4.326,74
338.393.874-34	668,68	527,26	576,38	564,10	549,28	578,49	468,41	577,65	577,38	600,93	530,65	361,93	6.581,14
09.261.843/0001-16	-	-	339,19	339,19	339,19	339,19	339,19	339,19	339,19	339,19	339,19	339,19	3.391,90



CPF/CNPJ	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Somatório
072.553.574-15	1.018,11	1.024,89	980,43	1.049,45	924,55	924,55	924,55	1.009,22	1.090,94	982,22	999,58	825,88	11.754,37
141.107.254-53	985,15	997,85	947,47	986,00	891,16	999,97	964,83	948,31	994,46	922,32	939,26	669,99	11.246,77
056.477.224-07	352,22	352,22	352,22	352,22	352,22	352,22	352,22	346,94	347,27	347,27	347,27	192,06	4.046,35
206.386.474-87	124,13	117,38	119,48	119,06	118,21	120,33	116,52	116,52	-	-	-	-	951,63
031.647.864-41	162,89	162,89	162,89	169,26	169,26	169,26	169,26	169,26	169,26	169,26	169,26	100,60	1.943,35
569.517.874-68	700,21	839,51	804,37	887,78	800,13	860,26	761,76	850,09	875,92	903,93	915,06	758,11	9.957,13
19.326.801/0001-70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105,00	105,00	52,50	262,50
338.709.934-72	1.503,02	1.702,01	1.689,74	1.827,78	1.645,30	1.813,38	1.618,20	1.712,62	1.817,62	1.742,68	1.753,26	1.226,84	20.052,45
044.640.104-82	443,17	443,17	442,74	460,07	448,64	456,26	451,18	451,18	458,80	457,53	454,99	264,64	5.232,37
295.623.684-91	457,20	574,91	549,08	559,24	537,65	572,37	489,38	538,07	562,92	559,54	534,13	305,60	6.240,09
031.618.224-98	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	22,38	536,74
161.991.974-53	234,12	234,12	240,36	240,36	240,36	240,36	240,36	240,36	240,36	240,36	240,36	179,32	2.810,80
011.417.704-07	66,58	66,58	66,58	66,58	66,58	66,58	66,58	66,58	65,61	65,61	32,81	66,58	763,25
407.140.044-72	166,73	121,86	115,93	114,23	115,08	128,63	98,57	117,20	115,08	104,81	114,23	67,61	1.379,96
040.278.414-68	1.282,31	1.739,14	1.624,41	1.674,37	1.558,78	1.696,81	1.696,81	1.629,91	1.640,92	1.597,86	1.577,96	959,26	18.678,54
333.650.404-04	326,91	305,32	269,75	250,70	265,52	265,52	315,90	306,32	329,40	327,28	265,95	318,86	3.547,43
342.968.914-72	696,78	663,33	691,70	632,85	632,85	558,33	717,95	721,76	701,31	711,90	513,03	634,97	7.876,76
185.724.994-15	91,19	91,19	91,19	91,19	91,19	91,19	91,19	91,19	-	-	-	-	729,52
011.908.054-05	515,88	1.011,25	940,54	956,63	1.018,45	1.018,45	574,31	994,74	1.021,83	1.001,08	995,16	726,70	10.775,02
414.592.294-87	98,18	100,72	97,34	101,99	88,87	97,76	89,71	87,17	95,64	90,62	96,55	72,83	1.117,38
499.000.304-78	177,08	187,24	185,97	194,44	171,15	186,82	163,11	166,07	162,26	162,66	169,93	123,55	2.050,28
884.381.804-00	127,23	130,19	128,92	129,35	128,08	129,77	126,81	127,23	128,92	127,14	126,30	67,81	1.477,75
10.941.326/0001-77	189,51	253,86	212,80	236,93	210,68	241,16	241,16	281,38	225,92	218,23	217,39	162,89	2.691,91
348.604.877-53	354,52	547,59	518,80	549,71	502,72	593,32	381,20	556,49	564,11	517,20	526,51	355,20	5.967,37
144.122.174-34	566,85	567,28	542,30	544,84	517,74	567,70	567,70	546,11	565,16	559,62	680,71	390,41	6.616,42
580.430.554-91	576,64	571,98	535,15	569,02	521,60	577,49	495,77	613,90	615,59	560,85	557,88	349,22	6.545,09
360.969.204-97	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	164,10	2.464,20
343.548.404-72	964,57	968,81	894,29	952,72	912,92	1.028,93	978,97	969,23	969,23	788,81	1.165,36	717,12	11.310,96
08.323.065/0001-80	361,58	1.281,18	1.096,16	1.140,61	917,91	1.033,92	586,40	779,46	937,81	904,36	1.011,06	1.024,18	11.074,63
467.271.164-15	2.311,53	2.335,67	2.292,06	2.366,57	2.198,06	2.404,26	2.121,43	2.256,49	2.339,90	2.202,74	2.242,53	1.630,47	26.701,71



CPF/CNPJ	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Somatório
27.426.852/0001-00	-	-	-	-	-	-	260,69	452,45	452,45	452,45	452,45	352,45	2.422,94
025.869.934-54	846,38	846,38	846,38	887,26	887,26	887,26	887,26	887,26	887,26	-	-	-	7.862,70
01.009.686/0080-48 ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35.571.249/0001-31	317,26	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	338,39	4.039,55
917.428.034-15	755,83	877,34	920,10	942,12	839,66	862,10	759,64	935,34	1.025,95	1.051,35	980,65	565,93	10.516,01
788.303.624-68	237,84	496,95	430,90	458,85	368,66	467,31	229,37	452,07	533,36	538,44	591,79	507,80	5.313,34

Fonte: Prefeitura Universitária.

⁶ As GRU do permissionário TIM (CNPJ: 01.009.686/0080-48) são geradas pelo mesmo mensalmente e o comprovante enviado para a contabilidade da reitoria que nos repassa, também mensalmente. Anualmente o aluguel do permissionário (referente as duas antenas de telefonia existente no Campus I) é reajustado de acordo com o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.



No que se refere à arrecadação por cada permissionário, os dados obtidos junto contabilidade da Reitoria do período de janeiro a dezembro de 2017 são mostrados na Tabela 32.

Tabela 32 – Relatório de pagamentos permissionários 2017

CPF/CNPJ	Soma GRU 2017	Valor GRU Pagas	Diferença
09.282.914/0001-67	12.297,82	11.115,69	-1.182,13
41.139.700/0001-49	1.665,60	1.665,60	0,00
485.745.974-49	7.170,17	7.179,10	8,93
753.439.324-87	445,80	453,46	7,66
041.473.164-68	5.469,41	5.478,74	9,33
043.243.584-00	12.826,03	12.073,43	-752,60
059.419.464-49	6.258,72	4.325,60	-1.933,12
449.792.825-04	6.561,24	5.655,62	-905,62
263.239.208-08	1.033,04	741,73	-291,31
387028947-34	12.256,00	10.444,87	-1.811,13
40.975.633/0001-30	2.704,62	2.704,62	0,00
00.000.000/0001-91	99.236,77	99.550,10	313,33
90.400.888/1220-94	64.790,17	64.888,64	98,47
023.256.754-91	4.407,29	4.407,29	0,00
00.360.305/1456-92	94.426,65	86.347,10	-8.079,55
504.341.104-00	1.776,06	1.776,06	0,00
727.849.384-68	1.632,30	0,00	-1.632,30
00.618.725/0001-48	26.168,04	26.168,04	0,00
03.428.338/0001-37	11.043,78	11.043,78	0,00
452.722.204-04	5.275,31	4.827,26	-448,05
439.501.754-15	1.276,04	1.761,54	485,50
930.872.844-91	1.165,85	0,00	-1.165,85
34.028.316/0019-32	14.262,70	12.700,12	-1.562,58
086.755.114-34	8.128,31	6.734,20	-1.394,11
601.124.094-15	2.843,94	0,00	-2.843,94
910.532.344-49	4.326,74	3.560,94	-765,80
338.393.874-34	6.581,14	6.581,14	0,00
09.261.843/0001-16	3.391,90	3.424,02	32,12
072.553.574-15	11.754,37	11.754,37	0,00
141.107.254-53	11.246,77	11.246,77	0,00
056.477.224-07	4.046,35	3.178,87	-867,48
206.386.474-87	951,63	951,63	0,00
031.647.864-41	1.943,35	1.943,35	0,00
569.517.874-68	9.957,13	10.112,49	155,36
19.326.801/0001-70	262,50	262,50	0,00
338.709.934-72	20.052,45	20.190,51	138,06
044.640.104-82	5.232,37	5.252,24	19,87
295.623.684-91	6.240,09	6.517,88	277,79
031.618.224-98	536,74	471,56	-65,18
161.991.974-53	2.810,80	1.910,40	-900,40
011.417.704-07	763,25	666,52	-96,73
407.140.044-72	1.379,96	750,34	-629,62



CPF/CNPJ	Soma GRU 2017	Valor GRU Pagas	Diferença
040.278.414-68	18.678,54	17.719,28	-959,26
333.650.404-04	3.547,43	3.578,84	31,41
342.968.914-72	7.876,76	7.904,74	27,98
185.724.994-15	729,52	733,42	3,90
011.908.054-05	10.775,02	10.084,89	-690,13
414.592.294-87	1.117,38	1.117,38	0,00
499.000.304-78	2.050,28	2.068,49	18,21
884.381.804-00	1.477,75	1.477,75	0,00
10.941.326/0001-77	2.691,91	2.691,91	0,00
348.604.877-53	5.967,37	5.624,05	-343,32
144.122.174-34	6.616,42	6.616,42	0,00
580.430.554-91	6.545,09	6.545,09	0,00
360.969.204-97	2.464,20	2.464,20	0,00
343.548.404-72	11.310,96	11.355,38	44,42
08.323.065/0001-80	11.074,63	11.116,76	42,13
467.271.164-15	26.701,71	26.701,71	0,00
27.426.852/0001-00	2.422,94	1.627,08	-795,86
025.869.934-54	7.862,70	0,00	-7.862,70
01.009.686/0080-48	0,00	65.872,80	65.872,80
35.571.249/0001-31	4.039,55	4.039,55	0,00
917.428.034-15	10.516,01	0,00	-10.516,01
788.303.624-68	5.313,34	3.360,47	-1.952,87
Total	646.378,71	663.518,33	17.319,62

Fonte: Prefeitura Universitária.

Obs: Alguns pagamentos referentes ao mês de dezembro/2017 foram feitos ao longo do mês de fevereiro e só estarão presentes no relatório da contabilidade a ser recebido em março, o que em alguns casos ocasionam valores negativos.

Alguns permissionários apresentam valores negativos, que representam GRU não pagas dentro do prazo estipulado, nesses casos um relatório contendo o detalhamento das dívidas já foi enviado ao gabinete da prefeitura universitária, que por sua vez remeteu a procuradoria jurídica da instituição para que possam ser realizadas as cobranças juridicamente.

Os valores zero ou positivos representam, respectivamente, permissionários que realizaram todos pagamentos no prazo e permissionários que pagaram suas GRU com valores acrescidos de juros e multas, após o vencimento. A arrecadação com a cessão de espaços para os permissionários em 2017 é mostrado na Figura 4 .

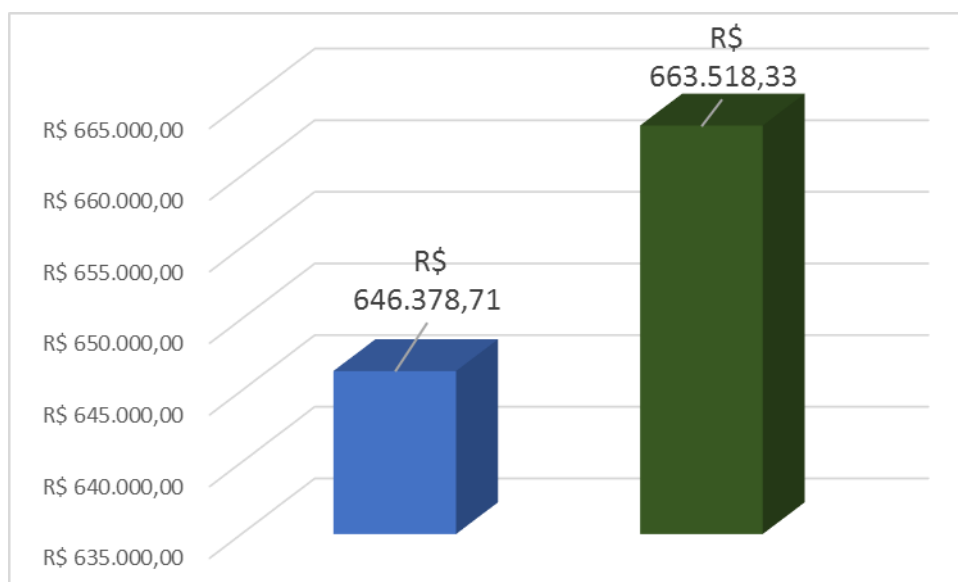


Figura 4 – Perspectiva de Arrecadação (azul) e Arrecadado (verde) com permissionários - UFPB 2017.

Uso dos benefícios decorrentes da Cessão dos Espaços

Toda a arrecadação advinda dos pagamentos realizados pelos permissionários tem como destino a conta única da UFPB, sendo utilizado como Receita Própria.

5.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

- Galpão com 774,40 m2, localizado à Rua Creusa Josefa Morato, lote 09, quadra 23, loteamento Bela Vista II, praia de Ponta de Campina, Cabedelo – PB.

Contrato de Locação nº 07/2014/PRA (Termos aditivos: 01/2015, 02/2015, 03/2016), Registrado no 1º Ofício de Serviço Notarial e Registral da cidade de Cabedelo –PB, Fl 036, livro 176.

- Prazo de vigência: 31 de agosto de 2017.

5.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

DAS EDIFICAÇÕES

A Universidade Federal da Paraíba tem sua construção iniciada na década de 70 quando houve as doações das terras que hoje formam o Campus I – Unidade Castelo Branco, sendo assim edificações que necessitam de manutenções e reformas. Estas edificações que constituem os diversos Campi da UFPB atualmente são agrupadas em grupos distintos, sendo um grupo referente a edificações anteriores ao projeto REUNI e o outro grupo referente as construções reformadas, ampliadas e/ou construídas durante o projeto REUNI, de modo que as mesmas oferecem diferente metodologia de atuação quanto à manutenção predial.

Os edifícios construídos antes do REUNI demandam manutenção corretiva e preventiva com maior frequência, por vezes sendo tais manutenções em caráter imprevisível, quer seja por manutenções em calhas e cobertas, instalações prediais elétricas, hidráulicas e sanitárias, além de manutenção para manter o caráter estético, salubre e adequado as atividades desenvolvidas nos laboratórios, podendo citar a pintura, colocação de forros de gesso ou PVC, colocação de revestimentos cerâmicos, entre outros serviços, sendo tal custo assumido em sua integralidade pelo orçamento anual da UFPB.

Por outro lado, as edificações reformadas, ampliadas ou construídas posteriores ao projeto REUNI a metodologia de manutenção se dá de forma diferenciada, visto que em caso de manutenções corretivas primeiramente é observado se tais ocorrências se dão por vícios construtivos e se estão em prazo de garantia legal, uma vez que sendo decorrentes destes a empresa responsável pelos serviços é notificada para realizar o reparo e os mesmos decorrem sob suas expensas nestes casos, do contrário os custos são abarcados pelo orçamento anual da UFPB.

Em ambos os grupos de edificações, as manutenções preventivas são realizadas sob os cuidados da Prefeitura Universitária – PU - através de sua Divisão de Manutenção, sendo os recursos utilizados para tanto decorrente do Orçamento Anual da UFPB. No ano de 2017 houve aportes direcionados pelos orçamentos dos centros, uma vez que algumas manutenções ou mesmo adaptações decorrem das necessidades dessas unidades, sendo esses aportes além dos recursos transferidos diretamente pela matriz orçamentária a PU/UFPB.

As edificações mais recentes atendem ao programa de necessidades para as quais foram projetadas e priorizando em seu projeto para que demandem de menores intervenções de manutenção, levando-se ainda em consideração que as mesmas tenham maior eficiência energética, seja com o uso de maior iluminação natural nos ambientes, utilização de luminárias mais eficientes, além do uso de calhas de drenagem pluvial de maiores dimensões a fim de evitar seu entupimento e transbordamento, são ações previstas em projeto para minimizar os custos de manutenção.

Durante a implantação do programa REUNI houve o aumento do número de cursos e consequentemente o aumento do número de docentes, discentes e servidores técnicos administrativos, de forma que houve o incremento de 54.029,67 m² de área construída com as novas edificações executadas no programa REUNI.

As edificações que compõem os diversos Campi da UFPB têm suas instalações adequadas e suficientes para o uso a que se propõem. Entretanto, não é raro intervenções nas edificações devido à implementação de novos programas de necessidades, sendo tal demanda atendida pela Prefeitura Universitária em seus diversos níveis de execução.

Nesse ano de 2017 destacam-se as manutenções que promoveram o resgate de espaços importantes de nossa instituição, entre os quais podemos destacar:

- Recuperação Total da Coberta da Biblioteca Central;
- Manutenção da Casa da Cultura Hermano José;
- Limpeza e Manutenção de diversos poços artesianos;
- Revisão da Coberta de todo o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA);

- Manutenção de todas as instalações da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE);
- Manutenção Completa do Teatro Lima Penante;
- Revitalização da Fachada do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC);
- Recuperação das Passarelas e Bloco C do Centro de Tecnologia (CT);
- Revitalização do Complexo Aquático do Departamento de Educação Física;
- Manutenção da Coberta do Centro de Vivências;
- Recuperação Total das cobertas dos Blocos de Aulas de Fisioterapia e Educação Física, bem como de Morfologia no CCS;
- Recuperação do Salão de Jogos e Cozinha da Residência Universitária do Campus I;
- Entre outras diversas ações que visam a manutenção dos imóveis para o bom funcionamento da Universidade Federal da Paraíba

A divisão de manutenção da Prefeitura Universitária atendeu, durante 2017, **5.963 (cinco mil novecentos e sessenta e três) requisições**. Os quantitativos dos serviços executados no ano de 2017 pela divisão, solicitados através do sistema OTRS, apresentam um montante conforme descrito na Tabela 33.

Tabela 33 – Resumo Mensal de requisições executadas, de janeiro a dezembro de 2017

Mês	Quantidade
Janeiro	299
Fevereiro	433
Março	464
Abril	561
Maiο	794
Junho	604
Julho	659
Agosto	559
Setembro	453
Outubro	468
Novembro	384
Dezembro	285
TOTAL	5963

Fonte: Prefeitura Universitária.

• REDES DE ABASTECIMENTO

A rede de abastecimento de água foi projetada na década de 80, porém ainda é adequada e suficiente para atender as edificações existentes e futuras, havendo uma estimativa de horizonte de projeto para mais uma década, quando serão necessárias novas intervenções.

O sistema atualmente é composto de tubulação subterrânea, caixas d'água e poços profundos, sendo o seu principal abastecimento oriundo da rede pública de abastecimento de água através da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), tendo o consumo médio anual de água de aproximadamente 82.899,66m³, conforme quadro abaixo. Durante o exercício foram executadas a manutenção de todos os poços artesianos do Campus I – Unidade Castelo Branco, com um custo de R\$ 47.398,00.

Tabela 34 – Dados sobre o fornecimento de água potável e coleta de esgoto em 2017

CONSUMO TOTAL EM m ³ POR CAMPUS	
Campus I	63.787,66
Campus II	2.025,00
Campus III	655,00
Campus IV	16.432,00
TOTAL	82.899,66

Fonte: Prefeitura Universitária.

A rede coletora de esgotos sanitários foi projetada na década de 80. Porém, ainda é adequada e suficiente para atender as edificações existentes e futuras, o horizonte de projeto estimado para a referida rede é de, pelo menos, mais 10 anos, em virtude da ampliação da área construída com a conclusão das obras em andamento nos diversos Campi.

A destinação final dos efluentes da rede de esgoto se dá por meio de ligação a rede pública de coleta e tratamento de esgotos através da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), quando não atendidas pela rede pública de coleta de esgotos, são utilizadas soluções individuais de tratamento e destinação de esgotos sanitários, sendo o mais comum a utilização do sistema composto de tanque séptico e sumidouro, havendo a previsão de manutenção dos mesmos através da limpeza e desobstrução de tubulações, do leito filtrante e remoção do lodo de esgoto sanitário através de caminhões do tipo “limpa fossa”, sendo o custo de tais manutenções decorrentes do orçamento anual da UFPB, chegando ao montante de R\$ 50.667,27

Em especial, sendo executadas ações emergenciais de esgotamento por meio de caminhões do tipo “limpa fossa”, na Unidade de Santa Rita e no Campus IV – Litoral Norte, contemplando as duas unidades Mamanguape e Rio Tinto.

A rede de drenagem pluvial também projetada em meados da década de 80 atende a drenagem dos diversos Campi da UFPB, sendo composta de rede de tubulações em concreto, PVC ou manilhas de cerâmica, sendo a destinação final em corpos de água próximos as áreas dos campi, áreas de mata ou mesmo em reservatórios de acumulação de água construído no terreno natural visando a infiltração da água no solo, estando os mesmos de acordo com a legislação e normas técnicas de engenharia vigentes. A vida útil da rede atualmente existente é estimada em mais duas décadas.

• REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

A rede de fornecimento e distribuição de energia elétrica existente se dá através de rede área, em média e baixa tensão, sendo a rede de média tensão trifásica (13,8kV) através de postes de concreto e cabos de alumínio em rede compacta com utilização de transformadores de tensão nas edificações ou para modulação para rede de baixa tensão trifásica (380/220v), com utilização de cabos multiplexados isolados, ofertando assim menor risco de acidentes e manutenções na rede de distribuição, sendo sua última grande intervenção realizada em meados do ano de 2009.

A iluminação pública é composta de pétalas com lâmpadas de vapor metálico instalados em postes de concreto da rede de distribuição elétrica ou em postes metálicos ornamentais existentes em diversas áreas dos Campi da UFPB.

Em decorrência do aumento da área construída no Campus I da UFPB e conseqüentemente o aumento da demanda de fornecimento de energia elétrica, observa-se que a rede de energia atualmente fornecida pela concessionária em média tensão (13,8kV) encontra-se próximo ao limite de faixas de fornecimento da concessionária local, de forma que estão sendo realizados estudos e projetos para que o fornecimento se dê através de rede em alta tensão (69kV).

Já dispomos do projeto de implantação da subestação de 69kV, que se encontra em fase de orçamentação e ajustes visando sua licitação no decorrer de 2018. A separação e individualização da rede de fornecimento de energia do Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW – promoveu um melhor atendimento da demanda de energia do campus I da UFPB, ajustando a sobrecarga da rede.

As manutenções preventivas e corretivas na rede elétrica são atualmente custeadas com o orçamento anual da UFPB, sendo realizada contratação pela PU de empresa especializada em manutenção de rede elétrica em baixa e média tensão, além de um programa de poda de árvores próximas à rede elétrica em toda a extensão da rede elétrica de distribuição de energia pertencente à UFPB.

Dessa forma, foram consumidos nos Campi da UFPB medidos em Kw conforme tabela abaixo:

Tabela 35 – Dados sobre o consumo de energia elétrica em 2017

Local	Consumo [kW/h]
Campus I	12.780.040,00
Campus II	1.520.400,00
Campus III	1.048.880,00
Campus IV	499.835,00
TOTAL EM kW	15.849.155,00

Fonte: Prefeitura Universitária.



• TELEFONIA

O sistema de telefonia, atualmente, consta de central telefônica digital, com interligação a rede mundial de computadores – internet além de rede local de voz sobre IP (Voice Over Internet Protocol – VOIP), bem como redirecionamento e bloqueio de chamadas para telefonia móvel, atendido pela concessionária Telemar Norte Leste S/A, com prestação de serviços de telefonia fixa, móvel, local e interurbana.

As edificações são atendidas por sistema convencional de telefonia digital ou analógica, quando impossibilitado o atendimento por esse sistema o mesmo se dá através de telefonia do tipo VOIP.

A manutenção preventiva e corretiva da central telefônica é realizada através de contratação de empresa especializada e participante da rede autorizada do fabricante da central telefônica, de modo a manter a padronização e aspectos de garantia legal, sendo os custos para tais manutenções decorrentes do orçamento anual da UFPB.

No ano de 2017, foi contratada a empresa V2 INTEGRADOURA DE SOLUÇÕES E IMP. EIRELI - ME esta vem desenvolvendo o trabalho mantendo a central em funcionamento com ações corretivas e preventivas. Essa manutenção ocorre “in loco” e de maneira remota, tendo um custo total anual de R\$ 35.639,93.

• CABEAMENTO ESTRUTURADO

A rede de cabeamento estruturado existente se dá em dois níveis, sendo uma de nível de distribuição em anel através de cabos de fibra óptica aéreo e/ou subterrâneo, interligando a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI – onde se localiza o backbone da rede de dados da UFPB, e na impossibilidade de utilização de rede cabeada são utilizados sistema de rádio interligando os diversos campi ou edificações componentes da UFPB.

O segundo nível de atendimento da rede de cabeamento localiza-se entre o ponto de entrega da rede de dados, seja através de cabo óptico ou sinal de rádio, e a área de trabalho do usuário, onde são utilizados equipamentos do tipo rack, compostos internamente de equipamentos ativos e passivos de cabeamento estruturado, sendo sua interligação até a área de trabalho através de cabos metálicos de categoria nunca inferior a 5E, através de rede de eletrocalhas, dutos ou leitos metálicos até o usuário, sendo estas redes implantadas quando da execução das obras.

Algumas edificações são dotadas de rede wireless, sendo estas redes gerenciadas pela STI, havendo uma previsão de ampliação da cobertura para toda a extensão dos Campi da UFPB.

O gerenciamento dos dados, manutenções preventivas e corretivas, ampliações de rede e demais assuntos relacionados à gestão de software está sob a tutela da STI, cabendo à PU apenas o suporte, quer seja na contratação de empresas ou serviços de cabeamento estruturado, fiscalização da execução de novas obras que detenham projeto de rede interna de cabeamento estruturado e ampliação da rede de infraestrutura de dados estão atualmente sob a tutela da PU.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional

Com o propósito de orientar e recomendar diretrizes e premissas para as ações e iniciativas quanto aos assuntos relacionados ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI), que está em vigor na UFPB, foi elaborado em agosto de 2017 para execução no período 2017-2020. A elaboração desse instrumento de planejamento foi resultado da atuação do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação. Fundamentado legalmente pelo decreto Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, institui a Política de Governança Digital. Adicionalmente à legislação, o PDTI-UFPB é orientado por normas internas institucionais, alinhando-se diretamente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) vigentes.

De forma resumida, o PDTI da UFPB é composto pelas seguintes ações estratégicas e práticas (apresentadas independentemente da ordem de prioridade):

1. Efetivação e maior atuação do Comitê de Governança Digital;
2. Implantação de rede sem fio (WiFi) no âmbito da Instituição;
3. Incremento da velocidade da conexão da UFPB à Internet;
4. Modernização e ampliação do *backbone* da Rede UFPB;
5. Fomentar a utilização do e-mail institucional por docentes e técnicos, incluindo a instalação de novo servidor de e-mail (sw e hw),
6. Planejamento de compras de TI para 2017 a 2020 (hw, sw e serviços);
7. Recomposição do quadro de pessoal de TI além da adequação de vínculos entre pessoal de TI lotado em outros setores e a estrutura de TI institucional;
8. Implantação de padrões de governança e prestação de serviços;
9. Proteção dos ativos de informação da Instituição;
10. Implantação de padrões de desenvolvimento de sistemas;
11. Implantação de plano de capacitação e qualificação da equipe, segundo as necessidades específicas de cada área;
12. Definição e aprovação da política institucional de informação, inclusive de segurança da informação;

5.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.

I. Os objetivos do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) da UFPB são:

- 1) Avaliar e emitir parecer diretivo sobre proposições de políticas, de diretrizes e de investimento relativos à área de tecnologia da informação (TI), considerando o alinhamento dessas questões ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB;
- 2) Avaliar e emitir parecer diretivo sobre as prioridades dos programas institucionais de TI, por meio do alinhamento estratégico das áreas administrativas e acadêmicas com a área de TI, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo e com o Acórdão nº 1.603/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU)-Plenário;
- 3) Estabelecer objetivos institucionais de TI, indicadores, metas e meios de mensuração para cada indicador e fornecer à Alta Administração mecanismos de acompanhamento desses indicadores, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo e com o Acórdão nº 2.308/2010 do Tribunal de Contas da União (TCU)-Plenário.

II. O CGTI é composto pelos seguintes membros:

- 1) Presidente – Vice-Reitor;
- 2) Secretário(a) – Superintendente de Tecnologia da Informação;
- 3) Pró-Reitor(a) de Planejamento e Desenvolvimento;
- 4) Pró-Reitor(a) de Administração;
- 5) Docente do Departamento de Ciência da Informação;
- 6) Docente do Departamento de Administração;
- 7) Docente do Centro de Informática;
- 8) Analista de Tecnologia da Informação da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI);
- 9) Representante da UFPB Virtual.

III. Atividades realizadas em 2017 pelo CGTI:

- 1) Definição do prazo máximo de 15 dias para análise e emissão de pareceres dos processos administrativos destinados ao Comitê. Ação que possibilitou agilidade ao trâmite processual resultando na apreciação de todos os processos direcionados ao Comitê.
- 2) Discussão sobre aquisição centralizada de ativos de rede;
- 3) Apresentação do andamento da elaboração do PETI/ PDTI 2017-2020;
- 4) Apresentação do PETI/PDTI 2017-2020 (Agosto/2017)
- 5) Criação do Comitê de Governança Digital;
- 6) Definição dos membros participantes do CGD;
- 7) Elaboração do Regimento Interno do CGD;

- 8) Definição dos serviços estratégicos de tecnologia de informação, sendo assim considerado, toda e qualquer iniciativa que trate da proteção aos ativos de informação da instituição.

Convém ressaltar que o comportamento atípico observado em 2017 pode ser atribuído aos seguintes fatores: (a) inexistência de *quorum* para realização da reunião; (b) dificuldades de conciliação de agenda entre os membros do Comitê; (c) período de transição do CGTI para o atual CGD; (e) entrada de novos membros ao CGD (totalizando 13 participantes, em sua maioria representantes das áreas fins da instituição). No entanto, a atuação do Comitê é considerada satisfatória, haja vista, a relevância das atividades desenvolvidas no período de 2017.

5.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação da UFPB.

Este item foi mostrado na seção 3.4.12.

5.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI na UFPB.

A UFPB ainda carece de plano de capacitação específico para o pessoal da área de tecnologia da informação (TI), que é integrante da categoria dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e está submetido às regras do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativo em Educação (PCCTAE).

Os servidores da UFPB, mais especificamente os com formação em TI, dispõem gratuitamente dos cursos oferecidos pela tão conceituada, Rede nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), fruto de parceria entre tal instituição e a UFPB. No período de 2017 foram ofertadas 60 vagas em cursos de diversas áreas de atuação, tornando possível maior participação dos servidores e alinhamento das atividades específicas que realizam na rotina de trabalho. No período de 2017, participaram e concluíram com êxito dos cursos da RNP, 59 servidores. Resultando no aproveitamento de 98,3% das vagas oferecidas.

De dentro da perspectiva de incentivo à qualificação que dita a Lei 11.091/2005, 16 servidores no ano de 2017 concluíram ou estão cursando, pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado. Destes, a maioria ingressou em cursos na própria UFPB, nas áreas de ciência da computação, ciência da informação e administração. Além do incentivo pecuniário que rege a referida lei, os servidores puderam aplicar o conhecimento adquirido na área de TI da instituição, já que algumas pesquisas foram realizadas na própria STI.

5.3.5 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI na UFPB.

O quadro de pessoal de tecnologia da informação da UFPB é composto pelos seguintes cargos e respectivos quantitativos:

Tabela 36 – O quadro de pessoal de tecnologia da informação da UFPB em 2017.

Cargo	Quantidade
Analista de Tecnologia da Informação	34
Técnico em Tecnologia da Informação	32
Assistente de Tecnologia da Informação	9
Técnico em Laboratório da área de TI	7
Tecnólogo	4
Assistente em Administração	3
Auxiliar em Administração	2
Administrador	1

5.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na UFPB

A Coordenação de Serviços (CS) da STI/UFPB se caracteriza, principalmente, pela recepção e triagem de todas as solicitações de serviços relacionados com TI. Essas solicitações podem ser atendidas diretamente pela CAU (Central de Atendimento ao Usuário) ou encaminhadas a indivíduos/setores competentes, em outras áreas.

O processo de atendimento é composto das seguintes etapas:

- 1) Usuário efetua registro de solicitação (<http://www.sti.ufpb.br/suporte>), dando origem a um chamado no OTRS, que por sua vez, é uma ferramenta web (software livre) utilizada na área de Suporte a Usuários e Gestão de Serviços, constituída de quatro elementos básicos:
 - a) Agente: é um atendente, ou seja, um membro de uma das equipes de primeiro (CAU), segundo ou terceiro (Setor Competente) nível;
 - b) Cliente: é o usuário final, consumidor dos serviços de TI;
 - c) Ticket: é o registro eletrônico de um evento, incidente, dúvida ou requisição de mudança. Em nosso caso, o ticket será denominado chamado;
 - d) Fila: um repositório de chamados, com o intuito de organizar os chamados por área ou equipes.
- 2) O atendente de primeiro nível efetua a leitura e classificação do chamado.
- 3) O atendente verifica se cabe resposta automática para a demanda. Se sim, a resposta é enviada ao solicitante. Caso contrário, um atendente de segundo nível assumirá a solicitação.
- 4) O agente deste segundo nível verifica se existe uma solução documentada para a

demanda. Se sim, a solução encontrada é aplicada.

- 5) O agente verifica se a solicitação envolve Gestão de Mudanças. Se não, uma solução para a demanda é desenvolvida e, logo após, documentada. Caso contrário, o atendente verifica se a gestão de mudança é de alteração de serviço ou não e repassa essa informação para o terceiro nível.
- 6) Por fim, o atendente de terceiro recebe a informação atendente de segundo nível sobre o tipo de gestão de mudança envolvido na solicitação. Se for alteração em um serviço já existente, é analisada a viabilidade da modificação. Se positiva, é iniciado um Processo de Alteração de Serviço. Se for requisição de um novo serviço, é analisada a viabilidade de sua criação. Se positiva, é iniciado um Processo de Requisição.

5.3.7 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos na UFPB em 2017.

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
Instalação e manutenção de cabeamento estruturado	Contratação de empresa por meio da UG 153068 (Centro de Ciências Exatas e da Natureza) – Pregão eletrônico (SRP) CCEN/UFPB nº 1/2016.	Vigente	Setembro/2016 a dezembro/2017	UFPB
Rede Wi-Fi UFPB	Implantação da rede UfpbSemFios, dentro do modelo projetado pela STI, com autenticação com credenciais do SIG-UFPB	implantação em andamento já com 143 pontos de presença	2017	UFPB
Ampliação e modernização da Rede UFPB	Expansão e atualização tecnológica da camada de acesso da rede UFPB	implantação em andamento com a instalação de 97 switches	2017	UFPB
Conectividade de rede para os campi do interior	Ampliação do projeto Veredas Novas (RNP) na UFPB.	Aguardando instalação do enlace pela nova contratada da RNP	2017	Estação Experimental de São João do Cariri (EESJC)
Telefonia IP	Instalação de ramais telefônicos dotados de tecnologia VOIP.	Contínuo	2017	Campus I e unidade de Mangabeira
Equipe de TI	Reforço do quadro de pessoal com nomeações/remoções de técnico-administrativos para a STI e NSTIs.	Contínuo	2017	STI, NSTIs
Equipe de TI	Participação em eventos de TI – CGTIC/Andifes, Fórum RNP e WTICIFES.	Realizado	2017	STI
Inserção de pesquisadores em formação na STI	Desenvolvimento de estudos e pesquisas, em nível de mestrado e doutorado (Grupo de Pesquisa ODIn – Observatório de Dados Institucionais, do CCSA /	Contínuo	2017	UFPB, STI



Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
	UFPB).			
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none">- Aquisição de firewalls (next generation) para proteção da rede UFPB com capacidade para suportar o tráfego atual e o crescimento previsto para os próximos 3 anos;- Expansão da solução Plone para gerência de conteúdo web;- Análise de incidentes de negação de serviço;- Atendimento aos chamados do Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança (CAIS)/RNP;- Atendimento de chamados da UFPB	Em andamento	2017	UFPB
Sistemas de informação	Manutenção e/ou implantação de módulos dos SIGAA, SIPAC e SIGRH.	Contínuo	2017	UFPB
Serviço de e-mail institucional	Instalação do servidor de e-mail corporativo Zimbra, com funcionalidades limitadas (versão <i>free</i>).	Contínuo	2017	UFPB
Infraestrutura e operação da Rede UFPB	<ul style="list-style-type: none">- Aquisição de switches (2 switches <i>core</i> e 26 de distribuição) para comporem o novo <i>backbone</i> da instituição que operará na velocidade de 10 Gbps;- Aquisição de 3 servidores para serem adicionados ao datacenter;- Aquisição de uma unidade de <i>storage</i>, acrescentando 100 TB à capacidade de armazenamento do datacenter;- Duplicação (para 2 Gbps) da velocidade de conexão da rede UFPB à RNP, e, conseqüentemente, à Internet;- Conexão à rede UFPB, através de enlaces ópticos, da unidade de Santa Rita, CCJ (centro) e NAC/NTU;- Atualização de servidores, monitoramento dos <i>links</i> de comunicação;	Contínuo	2017	UFPB



Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
	<ul style="list-style-type: none">- Prospecção e teste de ferramenta destinada à criação de <i>drive</i> virtual nominada de UfpBox;- Atendimentos a chamados de suporte técnico (<i>in loco</i> e remoto);- Projetos de rede local;- Implantação de telefonia IP e instalação de telefones VOIP.			
Backup e Restore	Banco de dados principal, SIG e respectivo banco de dados.	Contínuo	2017	UFPB, STI
SGBDs Oracle e Postgresql	Atividades administrativas nos SGBDs, como disponibilidade dos bancos, alterações nas estruturas de dados, criações de usuários, autorizações a usuários (<i>grants</i>), <i>dumps</i> etc.; -Atendimento a chamados na OTRS referente a inclusões, exclusões e alterações de dados no banco de dados do SIPAC, SIGAA e SIGRH.	Contínuo	2017	UFPB, STI
Demandas de dados institucionais	<ul style="list-style-type: none">- Atendimentos de demandas para coleta e preenchimento do Censo da Educação Superior/UFPB, ano-base 2017;- Coleta de dados e informação para o processo seletivo SISU;- Coleta de dados para o Relatório de Gestão institucional;- Elaboração de relatórios gerenciais e indicadores de gestão;- Participação efetiva da TI na elaboração de proposta de alocação de recursos orçamentários para os Centros;- Atendimento das demandas da comunidade interna e externa (alunos, docentes, pesquisadores, etc.) relacionadas a busca de dados e informação Implantação de plataforma de <i>business intelligence</i> (BI).	Realizado	2017	PROPLAN, PRG, PRPG, Comunidade acadêmica
Capacitação do	Cinquenta e seis (59) vagas em	Contínuo	2017	STI, Centros

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
pessoal de TI da UFPB	curso promovido pela Escola Superior de Redes (ESR) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).			de Ensino
Apoio técnico a comissões internas da UFPB	Comissão de Elaboração do PETI/PDTI 2017-2020 da UFPB.	Concluído	2017	CGTI, STI
Hospedagem de <i>websites</i>	Manutenção do serviço de hospedagem de <i>websites</i> corporativos.	Contínuo	2017	UFPB
<i>Websites</i> institucionais	Desenvolvimento de <i>websites</i> .	Contínuo	2017	UFPB

Fonte: STI.

5.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Conceituando *serviço terceirizado de TI* aquele relativo a sistemas de informação críticos da instituição e considerando que empresas que prestam serviços de pós-garantia (manutenção) de *hardware* de *datacenter*, bem como as que prestam serviços de instalação e/ou manutenção de infraestrutura de cabeamento estruturado, não estejam incluídas no questionamento em tela, tampouco órgão público com o qual se firme acordo de cooperação técnica, não há contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de tecnologia da informação que possa ocasionar eventual dependência tecnológica, no âmbito da área administrativa responsável pela TI institucional, o que reflete em valores irrelevantes no orçamento de custeio para a área.

5.3.9 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UFPB são os Sistemas Integrados de Gestão (SIG), oriundos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por meio de Acordo de Cooperação Técnica. Os principais subsistemas que compõem os SIG são:

- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH);
- Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).
- Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projeto (SIGPP)

Embora o nome de cada um dos sistemas integrantes dos SIG-UFRN seja autoexplicativo, detalhes sobre estes podem ser obtidos em <https://www.info.ufrn.br/wikisistemas/doku.php>.

A área responsável técnica pelos sistemas, no âmbito da UFPB, é a Gerência de Sistemas de



Informação, da Coordenação de Gestão da Informação, da STI. As responsáveis da área de negócio são:

- SIGAA: Pró-Reitoria de Graduação (PRG), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) e Biblioteca Central (BC) – enquanto principais gestores;
- SIGRH: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- SIPAC: Pró-Reitoria de Administração (PRA).
- SIGPP: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROLAN).

Quanto à criticidade, todos, sem exceção, por meio do apoio às atividades administrativas e/ou acadêmicas, são fundamentais ao cumprimento dos objetivos da instituição, a saber, ensino, pesquisa e extensão.

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela Unidade:

O Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPB se constitui como uma ferramenta integrada para definição de política, realização de ações de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento, avaliação e divulgação, que possibilitam a UFPB estabelecer, implementar e gerir práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública nas áreas de: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal.

Para nortear a implementação das práticas de sustentabilidade foi instituída a política de logística sustentável da UFPB nos termos que segue:

A UFPB, ciente de seu papel e de sua responsabilidade na promoção dos princípios de desenvolvimento sustentável, compromete-se a seguir a legislação ambiental e a estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos nas seguintes áreas de: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações e; deslocamento de pessoal (PGLS/UFPB, 2013).

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS)/UFPB pode ser considerado como o mais importante e abrangente compromisso ambiental da Instituição e foi estabelecido com base na Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012. Na figura a seguir representa-se, de modo sintético, a metodologia adotada na formulação do PGLS/UFPB:

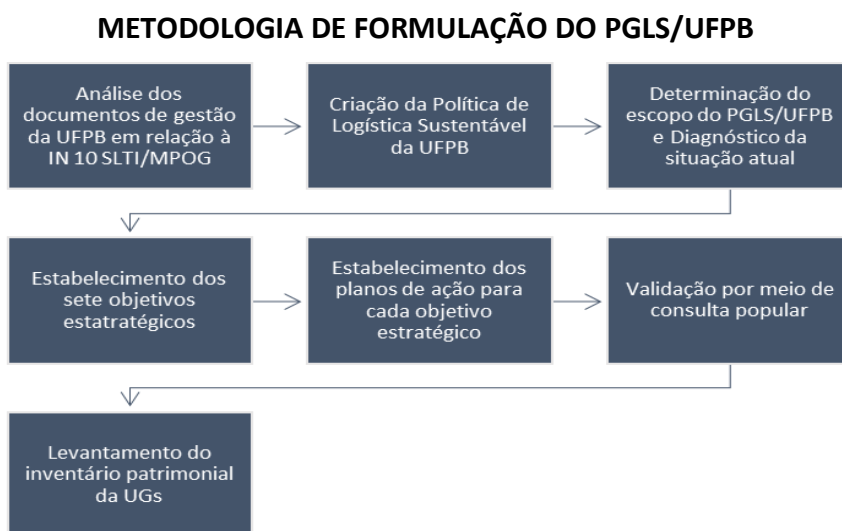


Figura 5 – Esquema da metodologia adotada na formulação do PGLS/UFPB.

Com base em diagnóstico realizado por meio de análise documental, visita *in loco* e entrevista com responsáveis pelos setores envolvidos, foram traçados sete objetivos estratégico do PGLS/UFPB.

Para cada objetivo estratégico (O. E.) foi criado um conjunto de planos de ações e, para cada ação, foram definidas metas, cronograma e responsabilidades. Aos planos de ação foram anexados indicadores de desempenho, conforme determinação da IN, conforme quadro abaixo.

Quadro 87 – Objetivos estratégicos do PGLS/UFPB.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIMENSÕES	AÇÕES
O.E.1 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para material de consumo;	a) Plano de Ação – Papel	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o consumo mensal global de papel branco (branqueado); Desenvolver metodologia de monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de papel (branqueado) nos distintos setores da Instituição; Implementar metodologia de monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de papel (branqueado) nos distintos setores; Capacitar pessoal de almoxarifado e patrimônio, bem como operadores da PRA no uso da nova tecnologia; Quantificar o consumo mensal per capita de papel branco (branqueado) na Instituição; Quantificar o gasto mensal, em reais, com aquisição de papel branco (branqueado).
	promover a redução do consumo	Implementar 30% dos módulos do SIGAA e do SIPAC relacionados com a tramitação <i>online</i> de processos como forma de promover a substituição do uso de documento impresso por documento digital; Implementar 60% dos módulos do SIGAA, SIGH e do SIPAC relacionados com a tramitação <i>online</i> de processos como forma de promover a substituição do uso de documento impresso por documento digital; Implementar 90% dos módulos do SIGAA, SIGH e do SIPAC relacionados com a tramitação <i>online</i> de processos como forma de promover a substituição do uso de documento impresso por documento digital
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para uso racional de papel
	b) Plano de Ação - Copos	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o consumo mensal global de copos de 200 e de 50 ml descartáveis; Desenvolver metodologia de monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de copos descartáveis; Implementar metodologia de monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de copos descartáveis; Capacitar pessoal de almoxarifado e patrimônio, bem como operadores da PRA no uso da nova tecnologia; Quantificar o consumo mensal per capita de copos de 200 e de 50 ml descartáveis; Quantificar o gasto mensal, em reais, com aquisição de copos de 200 e de 50 ml descartáveis.
	promover a redução do consumo ou impacto	Analisar a viabilidade econômica para aquisição de copos de papel reciclável
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para conscientizar a comunidade acadêmica a reduzir o consumo de copos descartáveis
	c) Plano de Ação - Cartuchos	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o consumo mensal global de cartuchos de impressão e toner; Desenvolver metodologia de monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de cartuchos de impressão e toner; Implementar metodologia de monitoramento e controle mensal da



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIMENSÕES	AÇÕES
		distribuição e consumo de cartuchos de impressão e toner nos distintos setores; Capacitar pessoal de almoxarifado e patrimônio, bem como operadores da PRA no uso da nova tecnologia; Quantificar o gasto mensal, em reais, com aquisição de cartuchos de impressão e toner.
	promover a redução do consumo	Estimular a virtualização de processos e rotinas como forma de reduzir a necessidade de impressão
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para estimular a economia de impressão, com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner
O.E.2 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de energia elétrica;	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o consumo mensal de energia elétrica; Quantificar o consumo mensal de energia elétrica per capita; Quantificar o gasto mensal, em reais, com energia elétrica; Quantificar o gasto de energia per capita; Monitorar e gerenciar o contrato de demanda (fora de ponta); Monitorar e gerenciar o contrato de demanda (ponta); Quantificar o Gasto com energia pela área construída.
	promover a redução do consumo	Revisar o contrato de fornecimento de energia, visando o contrato com a real demanda de energia elétrica da Instituição; Estimular estudos que analisem a viabilidade de fontes alternativas de energia (solar, termoeletrica e eólica); Fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo no CT, CCEN e CCA; Fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo no CCHLA, CCM E CCHSA; Fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo no CE, CSSA, CCAE; Fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo no CTDR, CCS e CI; Fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo no CCJ, CBIotec, CCTA e CEAR
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha de conscientização para evitar o desperdício no uso da energia elétrica
O.E.3 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de água e geração de esgoto;	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o volume de água consumido mensalmente; Quantificar o volume per capita de água consumido mensalmente; Quantificar gasto mensal, em reais, com fornecimento de água; Quantificar o gasto mensal per capita, em reais, com fornecimento de água
	promover a redução do consumo	Desenvolver estratégias para otimizar a captação e o uso da água.
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para evitar o desperdício de água
O.E.4 - Estabelecer práticas de sustentabilidade no fortalecimento do programa de coleta seletiva;	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o volume mensal, em quilos, de papel destinado para reciclagem; Quantificar o volume mensal, em quilos, de papelão destinado para reciclagem; Quantificar o número de toners destinados mensalmente para reciclagem; Quantificar o volume mensal, em quilos, de plásticos destinados a reciclagem; Quantificar o volume total mensal, em quilos, do material destinado às cooperativas; Quantificar o volume total mensal, em quilos, de papel reutilizado
	promover a redução do	Quantificar o gasto mensal per capita, em reais, com o



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIMENSÕES	AÇÕES
	consumo	programa de coleta seletiva
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da cooperação com o programa de coleta seletiva da UFPB
O.E.5 - Promover o fortalecimento dos programas de qualidade de vida no ambiente do trabalho;	quantificar e monitorar os programas	Quantificar o número de servidores participantes nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente no trabalho em cada ano
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da promoção institucional de programas para melhoria da qualidade de vida no trabalho.
O.E.6 - Estabelecer práticas de sustentabilidade nos processos de compras e contratações;	a) Plano de Ação - Telefonia Fixa	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o gasto mensal por uso de ramal ou linha telefônica convencional; Quantificar o gasto mensal por uso de ramal ou linha telefônica Volp; Desenvolver quadro comparativo identificando as vantagens e desvantagens do uso do Volp
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para conscientizar sobre a importância de racionalizar o uso de telefone no ambiente de trabalho.
	b) Plano de Ação - Telefonia Móvel	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o gasto mensal por linha telefônica
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha para conscientizar sobre a importância de racionalizar o uso de telefone no ambiente de trabalho.
	c) Plano de Ação – Vigilância	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar o número de postos diurnos contratados; Quantificar o número de postos noturnos contratados; Quantificar o valor mensal contratado para o posto diurno; Quantificar o valor mensal contratado para o posto noturno
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanhas para promoção da segurança nos campi.
	d) Plano de Ação – Limpeza	
	quantificar e monitorar consumo	Quantificar a área externa passível de limpeza; Quantificar a área interna passível de limpeza; Quantificar o valor mensal pago por metro quadrado para limpeza de área externa; Quantificar o valor mensal pago por metro quadrado para limpeza de área interna; Quantificar o gasto mensal total para limpeza mensal da área externa segmentado por campi; Quantificar o gasto mensal total para limpeza mensal da área interna, segmentado por campi
	Campanhas de educação ambiental	Desenvolver campanha de conscientização para não sujar ou jogar lixo fora dos coletores nos campi.
O.E.7 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e uso racional para atividades concernentes com o descolamento de pessoal.	quantificar e monitorar consumo	1.1 Quantificar a quantidade de veículos disponíveis nos campi da instituição; 1.2 - Quantificar a quantidade de quilômetros rodados, por categoria, da frota de veículos da instituição; 1.3 - Fazer levantamento da idade média da frota, no período de estudo; 1.4 - Quantificar os custos operacionais com a utilização da frota de veículos da UFPB; 1.5 - Desenvolver metodologia de monitoramento e controle mensal dos custos operacionais associados à frota de veículos dos campi da UFPB, com destaque para o do mapa de controle do desempenho e manutenção do

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIMENSÕES	AÇÕES
		veículo oficial (IN 3, de 15 de maio de 2008. Anexo II); 1.6 – Estimar o índice de emissão de CO ₂ pela frota de veículos da UFPB
	promover a redução do consumo	2.1 - Estimular o uso de novas fontes de combustível menos poluentes e de maior desempenho, em consonância com a renovação da frota de veículos; 2.2 - Estabelecer e manter diálogo com o setor de transportes da Universidade (Divitrans), informando-os a respeito das análises e conclusões feitas sobre o consumo de combustível, além de tomar conhecimento das medidas já tomadas e das necessidades existentes.
	Campanhas de educação ambiental	3.1 - Plantio de mudas nativas da mata atlântica dentro dos Campi da UFPB

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

A resposta é não. No entanto, o conjunto de áreas de ação da Comissão de Gestão Ambiental ultrapassa o escopo da A3P. A UFPB decidiu pela implementação e desenvolvimento de um conjunto de programas ambientais nas seguintes áreas: Coleta Seletiva e Compostagem; Resíduos da Construção e Demolição; Resíduos Especiais; Resíduos de Serviço de Saúde; Resíduos Químicos; Gestão de Áreas Verdes; Gestão de Águas; Eficiência Energética; Uso e Ocupação Sustentável; Educação Ambiental; Consumo Consciente.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

A Universidade Federal da Paraíba possui o Programa de Coleta Seletiva, onde se utiliza do método francês MODECOM para a caracterização e a quantificação dos resíduos sólidos, permitindo conhecer a composição dos resíduos por categorias e subcategorias em setores específicos e de toda zona de estudo. São 13 subcategorias descartadas em dois tipos de coletores, recicláveis e lixo comum, em suas cores verdes e azuis, respectivamente. O lixo reciclável da universidade é segregado em dois contêineres verdes de tonalidades diferentes, em que um é disposto apenas papel e o outro os demais resíduos recicláveis.

O resíduo é disposto em 31 contêineres, os quais são distribuídos em toda a extensão do *campus* I da Universidade. Posteriormente, como determina o Decreto Presidencial 5.940/06, é encaminhado à Associação de Catadores de Recicláveis para reciclagem. A cooperativa caracteriza e quantifica os resíduos e remete os dados à Comissão de Gestão Ambiental, responsável pelo monitoramento do Programa de Coleta Seletiva. Adicionalmente a Comissão de Gestão Ambiental, por meio do Programa de Coleta Seletiva organiza sistematicamente campanhas para coleta de papel nos centros de ensino da Instituição.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012:

A Universidade Federal da Paraíba vem gradativamente modificando seus processos de licitações de compras e contratações para a inclusão de critérios e recomendações sustentáveis em seus editais de pregões.

Em seus editais para compras de condicionadores de ar, bebedouros e batedeiras, por exemplo, desde 2014, já pode ser observada a preocupação da Instituição quanto à valorização de produtos nacionais, explicitando nos termos de referência e relação de itens, tal proposta como critério. Além disso, é também exigido na aquisição de grande parte dos equipamentos o Selo Procel de Economia de eficiência energética.

Em seu compromisso com a segurança, é solicitado que os interessados em participar das licitações para equipamentos apresentem suas propostas incorporando os critérios da NR 12, que trata da segurança no trabalho de máquinas e equipamentos, recentemente atualizada pela Portaria MTPS n.º 211, de 09 de dezembro de 2015, que apresenta princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos.

Em seus contratos de limpeza e conservação é sugerido em seus editais que as empresas sigam critérios e ações de sustentabilidade ambiental, previstos na IN SLTI/MPOG nº1/2010, como medidas para evitar o desperdício de água na execução dos mesmos, como também a busca de fontes alternativas de reuso para abastecimento, a exemplo de poços, bicas e outras opções adequadas para lavagem de equipamentos que não ofereçam danos. Além de treinamento de seus funcionários quanto à redução máxima da produção de resíduos em seus serviços e à destinação correta dos mesmos, seguindo o sistema de coleta seletiva executado pela instituição.

Como racionalização de custos, mais especificamente nos serviços de limpeza, é utilizada uma sistemática de otimização do gasto com limpeza, segundo a qual são priorizadas áreas consideradas indispensáveis para o bom funcionamento da universidade e, assim, contratadas para que sejam limpas, descartando, desse modo, áreas que não influem na manutenção do bom funcionamento do *campus*. Essa atitude promove uma economia significativa nos valores gastos com tais serviços.

e) Se a Unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o Art. 16 do Decreto 7.746/2012.

i. Sobre a constituição da Comissão Gestora do PLS de que trata o Art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:

A Portaria de constituição da Comissão Gestora, de número G/GR/ nº 1865, foi emitida pelo Gabinete da Reitoria no dia 14 de dezembro de 2012. Todos os membros são servidores da UFPB.

ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS de que trata o Art. 9º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:

O PGLS da Universidade Federal da Paraíba foi publicado pela Reitoria na página da Comissão de Gestão de Ambiental (CGA).

iii. Indicação de onde encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (Art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

Encontra-se disponível na página da CGA o Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPB: <http://www.ufpb.br/cga/contents/paginas/institucional/pgls-1>

iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Encontra-se disponível na página da CGA o “Relatório Preliminar do Plano de Gestão de Logística Sustentável”:

http://www.ufpb.br/cga/contents/documentos/relatorio_preliminar.pdf

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

As questões ambientais da UFPB são tratadas em grande medida no âmbito da Comissão de Gestão Ambiental, órgão vinculado diretamente à Reitoria. Desde a sua criação tem atuado em diversas frentes, dentre as quais a de gerenciamento de resíduos especiais, com a aquisição de descontaminador de lâmpadas fluorescentes; a de gestão da fauna e flora, com o desenvolvimento de ações para mitigar os riscos de acidentes elétricos com animais silvestres e com a realização de podas de contenção dos fragmentos de mata; de campanhas de educação ambiental, com o plantio de mudas de espécies nativas da mata atlântica por ingressantes (até o momento já foram plantados cerca de 10.000 mudas e, recentemente com a campanha de combate ao mosquito transmissor do vírus do zika); a de coleta seletiva que visa à segregação de resíduos em recicláveis e não recicláveis. Os resíduos recicláveis são doados a uma cooperativa de catadores; a de monitoramento de contratos de serviços de limpeza de segurança e de telefonia; a de levantamento dos efluentes químicos gerados pelos mais de 300 laboratórios contidos na Instituição.

Destacam-se ainda as ações desenvolvidas no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), campus III, que resultou na elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que inclui: (i) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (ii) Aquisição de coletores para a implementação do programa de coleta seletiva; (iii) Gestão para desfazimento de bens inservíveis; (iv) Contratação de empresas especializadas; (v) Implantação de programas de prevenção de riscos ambientais e de segurança no trabalho; (vi) Formação continuada, que inclui a criação dos cursos de graduação e pós-graduação, formação de núcleos de ensino pesquisa e extensão, conteúdos curriculares, formação docente e curso de práticas de gestão; (vii) ações junto cooperativa de Catadores de Bananeiras e militante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; (viii) Realização de eventos, aulas, oficinas, palestras, caminhas, reuniões, dentre outras; (ix) Elaboração de cartilhas.

Considerando o amplo escopo de atuação no que concernem às práticas de sustentabilidade capitaneadas pelo Plano de Gestão de Logística Sustentável da Instituição e aos demais programas desenvolvidos no âmbito da Comissão de Gestão Ambiental, o esforço da CGA esteve voltado à implementação e consolidação de ferramentas e procedimentos de monitoramento, coleta e análise dos dados necessários para a mensuração dos variados indicadores de sustentabilidade do PGLS/UFPB.

Tendo cumprido esta fase, com a publicação de seis relatórios de avaliação do desempenho sustentável da UFPB, passa-se em 2018, à fase seguinte, que consiste na modelagem dos processos de obtenção e sistematização de dados, por meio da notação BPMN (*Business Process Management Notation*). Esta ação permitirá transformar todo o conhecimento tácito adquirido ao longo da fase inicial em conhecimento explícito, sistematizado em manuais de gestão que poderão nortear o desenvolvimento de estratégias de gestão alinhadas com os princípios da sustentabilidade e, até mesmo, o processo de tomada de decisões.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

Os Canais de Acesso ao Cidadão, na UFPB, correspondem aos Dados Abertos, o Portal de Transparência e o Serviço de Informação ao Cidadão, para fins de acesso e solicitações de informações, e a Ouvidoria, para fins de reclamações, denúncias e sugestões.

6.1.1 Coordenação de Informação (CODEINFO)

Considerando a necessidade de modernização administrativa da Universidade Federal da Paraíba frente à demanda da sociedade por transparência e informação, foi criada, a partir da Resolução Nº 16/2017 que regulamentou o regimento interno da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Coordenação de Informação (CODEINFO), que tem por missão gerir e acompanhar os dados e informações institucionais visando à elaboração de modelos de eficiência e eficácia da gestão informacional, bem como garantir ao cidadão, na forma da Lei, o acesso às informações institucionais.

Através do assessoramento à PROPLAN, a CODEINFO procura oferecer suporte informacional estratégico na definição de políticas, planos, metas e normas, visando ao desenvolvimento da UFPB, bem como assegurando a transparência das informações por meio do gerenciamento de dados e informações institucionais, do gerenciamento do Serviço de informação ao Cidadão (SIC), do gerenciamento do Sistema e do Portal de Dados Abertos e do gerenciamento do Portal de Transparência, procurando ampliar o escopo e atuação da UFPB na sociedade, por meio desses canais.

Em 2017, a coordenação priorizou o entendimento da demanda real da UFPB e iniciou, em várias frentes, ações de reestruturação e preparação para as iniciativas e projetos a serem desenvolvidos no atingimento dos objetivos de sua missão. Essa priorização foi orientada pela necessidade de ampliar e facilitar o relacionamento com a sociedade através do acesso à informação.

A CODEINFO prevê em seu quadro de colaboradores, 5 (cinco) integrantes:

- 1 (um) coordenador de informação;
- 1 (um) chefe do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); e
- 3 (três) colaboradores - servidores técnico-administrativos.

A CODEINFO iniciou suas atividades em agosto de 2017, com 2 (dois) colaboradores: o coordenador de informação e o chefe do SIC. Mantendo-se o quadro até o fechamento do ano, com as designações dos servidores, conforme quadro abaixo.

Quadro 88 – Designação dos servidores do quadro da CODEINFO – ano 2017

Nome	Designação
Brivaldo André Marinho da Silva	• Coordenador de Informação: Portaria PROGEP/Nº 2736, de 06 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Serviço Nº 57, pág. 41, de 17/10/2017, UFPB.
Bárbara Ferreira de Freitas	• Chefe do Serviço de Informação ao Cidadão: Portaria PROGEP/Nº 3416, de 14 de dezembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço Nº 68, pág. 33, de 22/12/2017, UFPB.

Dessa forma, a coordenação de informação contribui, dentre outras competências, no relacionamento da UFPB com a sociedade, direcionando seus esforços por meio da gestão dos Dados Abertos, do Portal de Transparência e do Serviço de Informação ao Cidadão.

6.1.2 Dados abertos

Os Dados Abertos vêm, conjuntamente a outros mecanismos, prover o atendimento à sociedade mediante a disponibilização de dados brutos, permitindo o seu uso para o desenvolvimento em pesquisas, sua manipulação com o propósito de fomentar a gestão pública em suas ações e tomada de decisões, e oferecer informações à sociedade de forma transparente. Para tanto, foi elaborado o Plano de Dados Abertos, com vigência 2017-2018, para a abertura dos dados.

O Plano de Dados Abertos (PDA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem o propósito de orientar, definir, coordenar e promover as ações e iniciativas de abertura dos dados, no âmbito da instituição, de forma sistematizada, em conformidade à Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.

O PDA-UFPB, em sua estrutura, define seu escopo e vigência, fundamenta sua conformidade à legislação, apresenta o cenário institucional e o alinhamento à legislação e aos normativos internos pertinentes. Descreve o objetivo e as etapas a serem realizadas quanto às ações relacionadas à abertura dos dados, no período de sua vigência. Descreve a definição e o caráter dos dados a serem abertos e os critérios de priorização. Analisa e dá tratamento aos riscos envolvidos para a abertura dos dados. E, por fim, estabelece a estratégia de implementação, o modelo de sustentação para o monitoramento e controle, bem como os meios de entrega dos dados abertos à sociedade.

A elaboração deste documento foi realizada pela Comissão de Dados Abertos, instituída pela Portaria No 133 R/GR/2017 – UFPB, composta por representantes da Vice-reitoria, da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), Pró-reitoria de Planejamento, Ouvidoria e Superintendência de Comunicação.

O PDA-UFPB está fundamentado em base legal, atendendo às exigências estabelecidas nas seguintes legislações:

- Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Art.48, dá transparência aos instrumentos da gestão fiscal do Poder Público, inclusive em meios eletrônicos;

- Decreto No 6.666, de 27 de novembro de 2008, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE);
- Decreto S/N, de 15 de setembro de 2011, institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto;
- Lei No 12.527, de 18 de novembro de 2011, estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Decreto No 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei No 12.527 (LAI);
- Instrução Normativa N° 4, de 13 de abril de 2012, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).
- Decreto no 8.638, de 15 de janeiro de 2016, institui a Política de Governança Digital.
- Decreto No 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.

Adicionalmente à legislação, o PDA-UFPB procura atender às orientações do Plano de Ação para Abertura de Dados da INDA e do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*). Quanto aos padrões de operacionalidade adotados, o plano procura seguir os parâmetros estabelecidos pela Arquitetura de Interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-PING) e atender às recomendações pautadas no Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), instituído pela Portaria no 03, de 07 de maio de 2007.

O objetivo geral do PDA-UFPB 2017-2018 é promover a publicação de dados consolidados da UFPB, sob a forma de dados abertos acessíveis ao público, nos termos da lei, aprimorando a transparência e o acesso público aos dados institucionais e contribuindo para a Política de Dados Abertos do Governo Federal, em conformidade às legislações pertinentes. Para tal, especificamente, o plano presente está previsto para:

- identificar e categorizar os dados institucionais a serem abertos;
- diagnosticar o nível de maturidade dos dados a serem abertos;
- consolidar e disponibilizar dados institucionais acessíveis ao público, em formato aberto, de maneira planejada, progressiva e sustentável, aplicável à vigência deste plano; e
- melhorar o acesso e a transparência aos dados abertos, bem como os processos de gerenciamento relacionados.

As atividades realizadas em 2017, direcionadas aos Dados Abertos, incluíram:

- elaboração da proposta do Plano de Dados Abertos, aprovada em reunião do Conselho Universitário;
- participação como membro da Comissão de Dados Abertos;
- participação na elaboração do documento final do Plano de Dados Abertos da UFPB;
- apresentação do Plano de Dados Abertos em reunião do Conselho Técnico Administrativo para discussão e consolidação do plano.
- análise da maturidade dos dados institucionais e estabelecimento de critérios de priorização para abertura dos dados em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI);
- estudos iniciais da plataforma de Abertura de Dados.

As atividades de abertura dos dados seguiram conforme o cronograma abaixo:

Ord	Ações	Prazo	Unidade Responsável
01	Elaborar o Plano de Dados Abertos da UFPB, vigência 2017-2018	Ago/17	Comissão de Dados Abertos
02	Aprovar do PDA-UFPB 2017-2018	Set/17	CONSUNI
03	Definir a arquitetura de tecnologia da informação de abertura de dados de sistemas sob a gestão da UFPB	Set a Out/17	STI/CodeInfo
04	Criar o domínio do Portal de Dados Abertos da UFPB	Out/17	STI/CodeInfo
05	Levantar os conjuntos de dados passíveis de publicação	Nov/17	STI/CodeInfo
06	Priorizar e selecionar os dados a serem abertos, conforme avaliação do nível de maturidade informacional para abertura	Nov a Dez/17	STI/CodeInfo

Para o ano de 2018, estão previstas no plano as seguintes ações:

Ord	Ações	Prazo	Unidade Responsável
07	Revisar o primeiro conjunto de dados maduros em conformidade aos padrões de publicização	Jan a Fev/18	STI/CodeInfo
08	Testar e validar a publicização do primeiro conjunto de dados abertos	Mar a Abr/18	STI/CodeInfo
09	Liberar para publicação o primeiro conjunto de dados abertos da UFPB	Mai/18	STI/CodeInfo
10	Divulgar o primeiro conjunto de Dados Abertos da UFPB	Mai/18	Superintendência de Comunicação Social
11	Publicar o primeiro conjunto de dados abertos da UFPB no Portal Brasileiro de Dados Abertos	Mai/18	STI/CodeInfo
12	Divulgar os Dados Abertos da UFPB na sociedade civil	Jun/18	Superintendência de Comunicação Social
13	Definir a matriz de responsabilidades pela gestão dos dados abertos nas unidades da UFPB	Abr a Jun/18	STI/CGD
14	Capacitar os responsáveis (pontos focais) pelos dados abertos nas unidades da UFPB no uso da metodologia de abertura	Abr a Jun/18	STI/CodeInfo
15	Atualizar o Plano de Dados Abertos com o cronograma de abertura de dados subsequentes, de acordo com a maturidade dos dados	Jun/18	CGD
16	Elaborar o PDA-UFPB para vigência 2019-2020	Dez/18	Comissão a ser designada

6.1.3 Portal da Transparência

Uma das dimensões da UFPB envolve a necessidade de mecanismos de transparência para atender à sociedade no exercício do agente público. Dessa forma, a UFPB disponibiliza mecanismos de interação com a sociedade, dentre eles o Portal de Transparência (<http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>).

O Portal de Transparência também constitui uma regulamentação legal, fundamentada na Lei de Acesso à Informação, Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Apresenta diversas informações relevantes da UFPB para os cidadãos. Informações sobre a instituição, ações e programas, formas de participação social, auditorias, convênios e transferências, receitas e despesas, licitações e contratos. Além disso, o sítio contempla ainda as orientações necessárias para que o cidadão utilize o Serviço de Informação ao Cidadão, disponibilizando seu local de funcionamento, horário de atendimento, além de telefone e e-mail do servidor responsável, bem como acesso aos dados abertos. Também é possível ter acesso a Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que guardam relações com a UFPB, orientação com passo a passo para realizar um pedido de informação, além de informações obrigatórias como Informações classificadas e desclassificadas, identificação da Autoridade de Monitoramento e links para a página de Acesso à Informação e do Portal de Transparência do Governo Federal que disponibilizam dados sobre Convênios e Transferência de recursos.

O foco principal das atividades da CODEINFO, junto ao Portal de Transparência, foi a realização de um diagnóstico da atual situação levando a projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em 2018, passando por uma reestruturação completa. A reestruturação do Portal tem sido priorizada para atendimento à legislação de acesso à informação. As atividades desenvolvidas, nesse sentido, para a transparência incluem:

- Categorização das informações a serem prestadas no portal;
- Diagnóstico inicial da unicidade e integridade das informações nas principais páginas da UFPB;
- Mapeamento da origem das informações para atendimento à legislação.
- Avaliação do portal;
- Estudo de aspectos interativos e de acessibilidade para a reformulação do portal;
- Desenvolvimento inicial dos conteúdos a serem publicados; Elaboração das linhas iniciais de normativa para a gestão e publicização das informações, com o mapeamento de processos que ajudarão na integração informacional;
- Reorganização e mapeamento inicial dos processos internos de transparência;
- Reuniões de amadurecimento de ações e recursos de incentivo à transparência para uma maior participação social;
- Preparação para atendimento à conformidade regulamentar.

6.1.4 Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão é o órgão criado pela Lei Nº 12.527, de 18.11.2011, chamada de Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16.05.2012. Tem o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, informar sobre a tramitação de documentos nas unidades e receber e registrar pedidos de acesso à informação. Está instalado no prédio da Reitoria, em local de fácil acesso e aberto ao público, para o recebimento de pedidos e o registro no sistema eletrônico e-SIC.

O ano de 2017 foi marcado pela reestruturação do SIC. A pasta comportava 77 (setenta e sete) processos pendentes junto à Controladoria Geral da União. Foram todos resolvidos dentro

dos procedimentos legais, restabelecendo o funcionamento normal do serviço. Foram direcionados esforços na reestruturação administrativa e funcional, redesenho do fluxo dos processos de atendimento junto às unidades internas da instituição e, também, na comunicação com o cidadão.

As principais atividades desenvolvidas para o SIC, visando uma melhor prestação nos serviços ao cidadão incluíram:

- Reestruturação dos processos administrativos operacionais e de pessoal do SIC;
- Estabelecimento de metas e indicadores de gestão;
- Resolução de processos pendentes junto à Controladoria Geral da União;
- Definição de papéis e responsabilidades para o serviço;
- Padronização do fluxo operacional de atendimento aos pedidos de informação;
- Padronização da comunicação interna e externa com o cidadão no atendimento SIC;
- Testes no uso de plataforma móvel informatizada no gerenciamento do atendimento.

Números relacionados ao desempenho do serviço podem ser vistos na Tabela 37. Os dados foram extraídos do site do e-SIC, gerenciado pela Controladoria Geral da União (<https://esic.cgu.gov.br>), para os anos de 2016 e 2017, considerando os períodos de janeiro a dezembro de cada ano no levantamento.

Analisando os resultados apresentados, observa-se um aumento de 41,6% na quantidade de pedidos de acesso à informação, em 2017, quando comparado ao ano anterior. Dentre as razões percebidas, pode-se apontar a divulgação junto à sociedade dos canais de acesso à informação sobre os órgãos públicos, bem como a promoção da transparência das ações realizadas pela UFPB, internamente às unidades administrativas e externamente junto aos canais de comunicação com a sociedade.

Em patamares similares, houve um aumento de 50,47% no total de solicitantes, de forma praticamente equilibrada entre os gêneros, 47,20% masculino e 45,65% feminino, neste ano. O número de perguntas também ganhou volume, mais que o dobro, 662 perguntas, em relação à 2016, resultando um aumento de 104,95%. Frente ao aumento da demanda registrada, o Serviço de Informação ao Cidadão da UFPB, através de esforços no redesenho de sua estrutura de funcionamento, conseguiu uma redução significativa no tempo de resposta do serviço, quando comparado à 2016, uma redução em 51,77% no tempo médio de resposta aos pedidos de informação sobre a instituição. Em 2016, o tempo médio de resposta foi de 59,45 dias contra 30,78 dias, alcançados em 2017. Tanto o padrão de escolaridade quanto o da profissão, referentes ao perfil dos solicitantes, mantiveram-se nos dois últimos anos, foram servidores públicos federais com graduação completa.

Tabela 37 – SIC-UFPB em números – anos 2016-2017.

INDICADOR	Jan-Dez/2016	Jan-Dez/2017
1. QUANTIDADE DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO		
Quantidade de pedidos de acesso à informação	317	450
Média mensal de pedidos de acesso à informação	26,42	37,50
2. SITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO		
Pedidos de acesso à informação respondidos	317	449
Pedidos de acesso à informação em tramitação fora do prazo	0	1
Total de perguntas	323	662
Perguntas por pedido	1,02	1,47
Total de solicitantes	214	323
Maior número de pedidos feitos por um único solicitante	40	42
Número de solicitantes com um único pedido	172	267
3. RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO		
Tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação	59,45 dias	30,78 dias
Quantidade de prorrogações	22	122
Número de pedidos com acesso concedido	276	383
Número de pedidos com acesso negado	5	16
Pedidos com acesso parcialmente concedido	0	4
Pedidos com informação inexistente	9	11
Pedidos que não se tratam de solicitação de informação	6	14
Pedidos que a UFPB não tem competência para responder	1	1
Pedidos duplicado/repetidos pelo mesmo solicitante	20	20
Quantidade de pedidos solicitados pelo cidadão via Internet	316	447
Quantidade de pedidos solicitados pelo cidadão via balcão presencial	1	3
4. PERFIL DOS SOLICITANTES		
Número de solicitantes Pessoa Física	211	323
Número de solicitantes Pessoa Jurídica	3	0
Percentual de solicitantes do gênero <i>Masculino</i>	54,98%	47,37%
Percentual de solicitantes do gênero <i>Feminino</i>	40,28%	45,51%
Escolaridade dos solicitantes de maior ocorrência	Graduação	Graduação
Profissão dos solicitantes de maior ocorrência	Servidor Federal	Servidor Federal

Fonte: Dados do Portal de Acesso à Informação do Governo Federal. Disponível em <http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatorios-estatisticos/relatorios-estatisticos>.

6.1.5 Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral da UFPB, com sala no Hall da Reitoria, 1º andar, recebeu diariamente muitas visitas, com intuito de pedir informações e apresentar demandas de ouvidoria (denúncia, reclamação, solicitação e sugestão).

Além do acesso presencial, o Cidadão poderá entrar em contato pelo endereço eletrônico, telefone e pelo sistema e-Ouv.

Tabela 38 – Manifestações através do endereço eletrônico (e-mail)

Mês	Solicitações	Sugestões	Elogios	Mediações de Conflito (Reclamações)	Abertura de processo (Denúncias)	TOTAL
JANEIRO	23	05	-	06	-	34
FEVEREIRO	22	03	-	03	-	28
MARÇO	13	01	-	04	01	19
ABRIL	21	02	01	08	-	32
MAIO	17	02	-	07	-	26
JUNHO	12	01	-	07	01	21
JULHO	12	01	-	03	-	16
AGOSTO	16	02	-	03	01	22
SETEMBRO	13	03	01	04	02	23
OUTUBRO	09	01	-	05	-	15
NOVEMBRO	28	04	-	01	02	35
DEZEMBRO	17	02	-	05	-	24
TOTAL	203	27	02	56	07	295

Fonte: Ouvidoria/UFPB.

Dados até 21/12/2017.

Nesta gestão, buscou-se aplicar a Mediação de Conflito (MC), evitando-se o quanto possível a abertura de processos físicos. Das reclamações recebidas, apenas 7 processos físicos foram efetivamente iniciados, sendo os demais casos tratados pela mediações.

Houve, também, diversos casos em que a Mediação de Conflito foi feita a partir de demandas presenciais e telefonemas.

Tabela 39 – Ouvidoria - atendimento por telefone

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	03
Fevereiro	05
Março	08
Abril	04
Maio	06
Junho	08
Julho	04
Agosto	07
Setembro	05
Outubro	05

MÊS	QUANTIDADE
Novembro	07
Dezembro	04
TOTAL	66

Os atendimentos por telefone registrados são os que demandaram respostas a solicitações e sugestões, sendo feitas Mediações de Conflito.

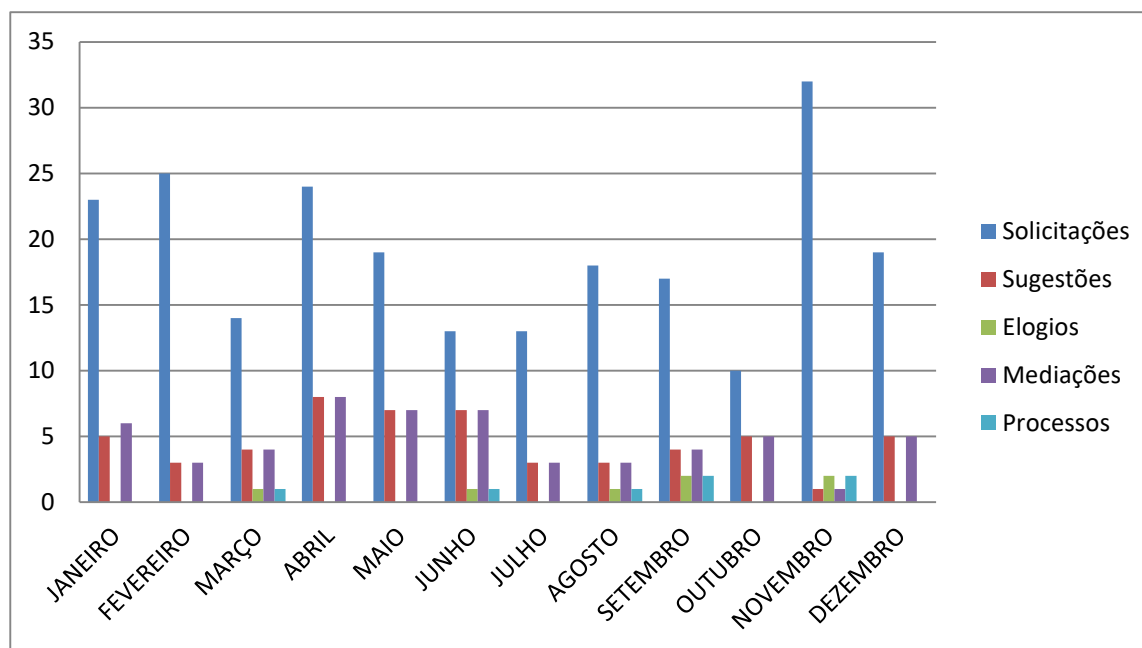


Figura 6 – Tipos de demandas via endereço eletrônico da Ouvidoria, 2017

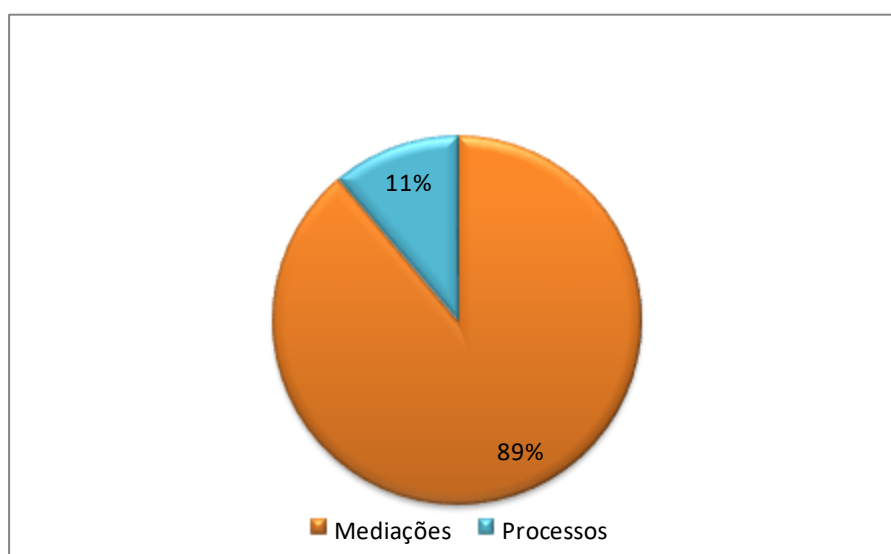


Figura 7 – Encaminhamento das demandas de Ouvidoria via endereço eletrônico, 2017

Tabela 40 – Demandas da Ouvidoria via “E-OUV”

Ano / Tipo	Quantidade					Total
	Denúncia	Reclamação	Solicitação	Sugestão	Elogio	
2015	14	11	-	-	-	25
2016	22	16	08	01	-	47
2017	64	32	19	04	-	119
TOTAL	100	59	27	05	-	191

Fonte: Ouvidoria/UFPB.

Desde a criação do mecanismo de acesso à ouvidoria pelo e-OUV, a UFPB teve 191 (cento e noventa e uma) demandas, assim distribuídas: 102 denúncias, 57 reclamações, 27 solicitações e cinco sugestões. Não houve ELOGIOS, embora o sistema tenha essa alternativa de acesso ao Cidadão.

Embora, o e-Ouv já tivesse acesso em 2014, não houve demandas para a Ouvidoria-Geral da UFPB naquele ano.

A modalidade Denúncia teve a seguinte evolução dos anos 2015 a 2017: Em 2015, representou 56% das demandas; em 2016, representou 46,8% e em 2017 representou 53,8% das demandas. Percebe-se que o Cidadão não apenas busca a Ouvidoria para Denúncias, mas já sabe que também poderá apresentar outras modalidades de demanda.

Tabela 41 – Tipos de demandas da Ouvidoria via abertura de processos

Ano	Tipo					Quantidade
	Denúncia	Reclamação	Solicitação	Sugestão	Elogio	
2013	18	24	64	02	-	108
2014	01	57	44	01	-	103
2015	07	106	34	-	-	147
2016	20	127	37	01	-	185
2017	07	-	-	-	-	07
TOTAL	53	314	179	04	-	550

O novo procedimento adotado pela Ouvidoria-Geral é abrir processo interno apenas em casos de denúncias, ficando as demais modalidades tratadas em conversas e por e-mail, procedendo-se as mediações de conflito, nos casos de reclamação.



6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A carta de serviços ao cidadão foi elaborada em 2012 e sua divulgação se dá através do site da UFPB, no link “Carta de Serviço ao Cidadão”, disponível em: <http://www.ufpb.br/content/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações, conforme descreve a Lei nº 10.861/2004:

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Assim sendo, sob a égide da lei supracitada foi homologada, em 14 de junho de 2004, a Portaria 023 que instituiu a Comissão Própria de Avaliação da UFPB, assim como também aprovou seu Regimento Interno.

Sabe-se de dentro de uma Instituição de Ensino Superior – IES a Comissão Própria de Avaliação é responsável por articular e coordenar a Avaliação Institucional Interna dessa instituição, com o fito de proporcionar um acompanhamento permanente contemplando todas as esferas da vida acadêmica, como: ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Esta Comissão também possui as atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Reitor, de forma a assegurar a implantação, a operacionalização e o acompanhamento do Programa de Avaliação Institucional e, especificamente:

I - subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Programa de Avaliação Institucional;

II- coordenar o Programa de Avaliação Institucional, com autonomia na definição de procedimentos, adequando-o, quando necessário, às recomendações da Comissão Nacional de

Avaliação da Educação Superior (CONAES);

III- prestar as informações solicitadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);



IV - divulgar relatórios e demais documentos relativos à avaliação institucional e ao SINAES;

V - constituir comitês especiais temporários, integrados por membros da comissão e especialistas, para realizarem estudos de interesse da CPA;

O Professor Arnaldo Rosa de Andrade (ANDRADE, 2003, p. 27) enfatiza que as universidades possuem metas a cumprir e “necessitam utilizar uma variedade de recursos, formular estratégias e desenvolver sistemas de planejamento para alcançar os resultados desejados, o que exige um aperfeiçoamento constante em seus processos de gestão”⁷.

Esse mesmo autor aponta que o planejamento nas organizações universitárias não pode ocorrer de forma centralizada, através de um processo desenvolvido de cima para baixo. É necessário considerar que a definição da missão, dos objetivos e das ações necessárias para alcançá-los implica a participação de muitas pessoas com interesses divergentes, localizadas em diferentes unidades que constituem 'sistemas autônomos', tais como, faculdades, centros, departamentos e institutos de pesquisa.

Diante dessa perspectiva, no segundo semestre de 2015, a CPA/UFPB deu início ao Núcleo de Projetos de Avaliações, com o intuito de majorar a abrangência do sistema de avaliação interna, tendo em vista que a instituição possui quatro Campus, sendo três deles no interior do Estado.

As propostas de projetos são realizadas por Professores da instituição e de diversos departamentos, as quais estão atreladas aos cinco eixos estipulados pelo MEC. Após a seleção dos projetos submetidos, os docentes selecionam os estudantes bolsistas e voluntários que irão compor seu projeto. Todo o processo é realizado através de chamada pública no site da UFPB e na página da CPA (<http://www.ufpb.br/cpa>).

Atualmente, na CPA existem quatro projetos ativos que colaboram com a avaliação, desempenho e melhoria da IES, são eles:

1- O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFPB (Coordenador: Prof.Dr.José Mancinelli Lêdo Do Nascimento);

2- PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS I (Coordenador: Prof. Dr. Galdino Toscano de Brito Filho);

3- DIAGNÓSTICO DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS NA UFPB SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS CONTIDO NO SINAES (Coordenadora: Profa. Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra);

⁷ ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Gestão estratégica de universidades: análise comparativa de planejamento e gestão. In: Anais do Ancontro Anual da ANPAD – ENANPAD, 27., 2003, Atibaia, 2003.



4- AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (Coordenadora: Profa. Dra. Janine Marta Coelho).

Atualmente, na CPA coexistem cinco projetos ativos que estenderão ao ano de 2018 e colaboram com a avaliação, desempenho e melhoria da IES, são eles:

1- DIAGNÓSTICO DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS NA UFPB SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS CONTIDOS NO SINAES (Coordenadora: Profa. Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra);

2- A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE ACESSIBILIDADE NA UFPB (Coordenador: Prof. Dr. José Mancinelli Lêdo Do Nascimento);

3- ANÁLISE INSTITUCIONAL DA UFPB PARA AÇÕES DE PLANEJAMENTO (Coordenador: Prof. Me. Hemílio Fernandes);

4- ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS GERENCIAIS DOS COORDENADORES DE CURSOS DA UFPB (Coordenadora: Profa. Me. Francivaldo dos Santos);

5- AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (Coordenadora: Profa. Dra. Janine Marta Coelho).

Após a coleta de informações, cada projeto, que aborda um eixo temático específico, irá sistematizar e analisar os dados coletados, com o objetivo de elaborar um relatório final divulgando todos os resultados obtidos, assim como também, diante dos resultados obtidos faz-se o aproveitamento para a elaboração de artigos, resumos e livros sobre os temas suscitados.

Além das avaliações realizadas pelos projetos acima, a CPA também realizou através do sistema SIGAA/UFPB uma avaliação do conhecimento da comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) a respeito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFPB).

O instrumento utilizado foi um questionário utilizando a escala *linkert*, com 23 perguntas respondidas por 10.771 discentes, 967 docentes e 663 técnicos administrativos.

Todos os resultados referentes aos projetos acima citados estarão disponíveis na página da CPA, anteriormente citada, a partir do mês de março de 2018 através do Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao ano de 2017, que será enviado ao MEC até fevereiro de 2018.

Ante o exposto, passamos a pontuar de forma sucinta as atividades desenvolvidas pela CPA durante todo o ano de 2017, conforme o relatório de atividades abaixo.



Quadro 89 – CPA - Relatório de Atividades de 2017

Nº	Atividades Realizadas	Demanda	Período
1.	Reunião com o Arquivo geral	Retirada de arquivos do REUNI	25/01
2.	Reunião com a Proplan	Relatório de Gestão de 2016	31/01
3.	Reunião com o MEC no Curso de Computação e informática EAD – CTDR/Campus I	Reconhecimento de curso EAD	02/02
4.	CPA em Movimento – Curso de Gastronomia – CTDR/Campus I	Reunião com a Coordenação	02/02
5.	Reunião com o MEC no Curso de Gastronomia	Reconhecimento de curso	02/02
6.	CPA em Movimento – Curso de Letras Clássicas – CCHLA/Campus I	Reunião com a Coordenação	15/02
7.	Abertura de edital para novos estagiários	Lançamento de Edital 01/2017	02/03
8.	Resultado da seleção dos novos estagiários	Resultado definitivo	22/03
9.	SODS	Reunião de parceria	27/03
10.	Reunião com o MEC no Curso de Radialismo – CCTA/Campus I	Reconhecimento de curso	17/04
11.	Reunião com Editora Universitária	E-book da CPA	26/04
12.	Reunião com o MEC no Curso de Administração Pública EAD – CCSA/Campus I	Reconhecimento de curso EAD	27/04
13.	Reunião com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA	Planejamento de ações; mapeamento de dos prédios e problemas com de acessibilidade	09/05
14.	Reunião com a Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	Reunião com a Coordenação	15/05
15.	CPA em Movimento – Curso de Ecologia – Rio Tinto/CCA/Campus IV	Reunião com a Coordenação	17/05
16.	CPA em Movimento – Reunião com a PRG e CPME	Construção do módulo no sigaa e parceria com PRG	17/05
17.	CPA em Movimento – Curso de Medicina – CM/Campus I	Reunião com a Coordenação	22/05
18.	CPA em Movimento – Curso de Zootecnia – CCA/Campus II	Reunião com a Coordenação	29/05
19.	CPA em Movimento – Curso de Enfermagem – CCS/Campus I	Reunião com Coordenação	08/06
20.	Reunião com o MEC no Curso de Relações Públicas – CCTA/Campus I	Reconhecimento de Curso	08/06
21.	Seleção dos projetos da CPA	Seleção de projetos do Núcleo	12/06
22.	CPA em Movimento – Apresentação da CPA no Curso de Psicopedagogia – CE/Campus I	Reunião com professores do Departamento	14/06
23.	Reunião com o MEC no Curso de Zootecnia – CCA/Campus II	Reconhecimento do curso	19/06



Nº	Atividades Realizadas	Demanda	Período
24.	Resultado da avaliação dos projetos do Núcleo da CPA	Resultado preliminar	04/07
25.	Lista definitiva dos projetos selecionados para o Núcleo da CPA	Resultado definitivo	07/07
26.	CPA em Movimento – Apresentação da CPA no Curso de Psicopedagogia – CE/Campus I	Apresentação da CPA aos feras	17/07
27.	Participação no VI Fórum das CPA's de Pernambuco e III Encontro de CPA's do NE	Participação da CPA/UFPB na mesa de abertura e Apresentação de artigos	10 e 11/08
28.	Reunião com o MEC do Curso de Cinema – CCTA/Campus I	Reconhecimento do curso	07/08
29.	Reunião com o MEC do Curso de Letras – Espanhol – CCHLA/Campus I	Reconhecimento do curso EAD	14/08
30.	CPA em Movimento – Curso de Letras Inglês EAD – Campus I	Reunião com a Coordenação	22/08
31.	CPA em Movimento – Curso de Biotecnologia – CBIOTEC/Campus I	Reunião com a Coordenação	23/08
32.	Reunião com o MEC do Curso de Agroindústria – CCHSA/Campus III	Renovação de Reconhecimento de Curso	24/08
33.	CPA em Movimento – Reunião com Coordenadores de curso do CCHSA/Campus III	Orientação e Suporte aos Coordenadores e Chefes de Departamentos	24/08
34.	Reunião com o MEC do Curso de Letras – Inglês – CCHLA/Campus I	Reconhecimento do curso EAD	28/08
35.	CPA em Movimento – Curso de História Movimento Social do Campo/MSD – CCHLA/Campus I	Reunião com a coordenação	31/08
36.	Reunião com os professores do Núcleo de Projetos da CPA e PROPLAN	Parceria entre, CPA, Núcleo de Projetos e PROPLAN	01/09
37.	CPA em Movimento – Curso de Enfermagem – CCS/Campus I	Reunião com os docentes do curso	04/09
38.	Reunião com bolsistas do Núcleo	Apresentação dos bolsistas e Projetos do Núcleo	04/09
39.	CPA em Movimento – Curso de Pedagogia Movimento Social do Campo/MSD – CE/Campus I	Reunião com a Coordenação	06/09
40.	CPA em Movimento – Curso de Tradução – CCHLA/Campus I	Reunião com a Coordenação	06/09
41.	CPA em Movimento – Curso de Enfermagem – CCS/Campus I	Reunião dos estagiários com os discentes	11/09
42.	CPA em Movimento – Curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira – CTDR/Campus I	Reunião com a Coordenação	12/09
43.	CPA em Movimento – Curso de Teatro (bacharelado) – CCTA/Campus I	Reunião com a Coordenação	14/09
44.	Reunião com professores do Núcleo de Pesquisa	Discutir elaboração de um	18/09



Nº	Atividades Realizadas	Demanda	Período
		instrumento específico de avaliação do eixo: Missão, Planejamento e Avaliação	
45.	CPA em Movimento – Curso de Matemática (licenciatura) – Rio Tinto/CCAIE/Campus IV	Reunião com Coordenação	21/09
46.	Reunião com o MEC do Curso de Produção Sucroalcooleira – CTDR/Campus I	Renovação de Reconhecimento de Curso	21/09
47.	CPA em Movimento – Reunião com Coordenadores de curso do CCAIE/Campus IV/Rio Tinto	Orientação e Suporte aos Coordenadores e Chefes de Departamentos	05/10
48.	Reunião com o MEC do Curso de Matemática (licenciatura) – Rio Tinto/CCAIE/Campus IV	Renovação de Reconhecimento de curso	05/10
49.	CPA em Movimento – Reencontro com os discentes do Curso de Enfermagem	Retrospectiva e esclarecimento com os discentes sobre as autoavaliações	09/10
50.	CPA em Movimento – Curso de Biotecnologia – CBIOTEC/Campus I	Reunião com a Coordenação	11/10
51.	Aplicação pelo SIGAA do instrumento de avaliação do PDI.	Questionário aplicado à comunidade acadêmica	20 a 30/10
52.	Reunião com o MEC do Curso de Enfermagem – CCS/Campus I	Renovação de Reconhecimento de curso	23/10
53.	Reunião com a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI	Reunião com a Coordenação	25/10
54.	Convocação de alunos na modalidade estágio não obrigatório para compor o Núcleo de Projetos da CPA	Processo de novas bolsas de estágio não obrigatório	07/12

Fonte: CPA.

Diante do quadro das atividades realizadas no ano de 2017 e com novas perspectivas de continuidade e progressão para o ano subsequente, a CPA resguardou prioritariamente espaço no desenvolvimento das seguintes atividades listadas logo abaixo:

Quadro 90 – CPA - Relatório de Atividades 2018

Nº	Atividades a serem realizadas	Demanda	Período
1.	Elaboração do Relatório de Final de Autoavaliação da UFPB	Elaboração do RF de Autoavaliação	28/02
2	Organização do E-book da CPA com artigos de professores de diversas instituições do Brasil	CPA em movimento	01 a 03/2018
3.	Suporte às Coordenações de curso para a Avaliação Externa do MEC nos 4 campi.	CPA em movimento	15/01 a 15/12



Nº	Atividades a serem realizadas	Demanda	Período
4.	Curso de formação para os Coordenadores de Curso de Graduação em parceria com a PROGEP	CPA em movimento	15/01 a 30/11
5.	Evento CPA com foco em Avaliação externa e autoavaliação. Lançamento do E-book da CPA/UFPB	I Fórum Paraibano de CPA e IV Encontro das CPA's do Nordeste	23/04
6.	Desenvolvimento de novas modalidades de avaliação quantitativa e qualitativa através do SIGAA.	Trabalho de novas avaliações	05/03 a 30/11
7.	Seleção e acompanhamento de novos projetos do Núcleo de Projetos da CPA.	Núcleo de Projetos CPA	06/2018

Fonte: CPA.

Salienta-se que o rol de atividades alhures apresentado não é exaustivo, isto é, não se delimitará as atividades aqui descritas. Posto que tais demandas se atrelam a outra, contribuindo ao pleno resultado deste setor.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Como mecanismo de transparência das informações, tem-se, no site da UFPB, no link “Transparência” (<http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>) e no link da PROPLAN (<http://www.proplan.ufpb.br/proplan>), as informações e documentos referentes a canais de acesso à informação (sistema e-SIC e Ouvidoria), bem como os documentos de prestação de contas (Relatório de Gestão) e documentos de planejamento institucional (PDI).

Além disso, na página da UFPB, há informações dos telefones e e-mail para contato:

Acesso ao SIC/UFPB):

<http://www.ufpb.br/content/aceso-ao-e-sic>

Telefone: (083) 32167066

E-mail: sic@ufpb.br

Acesso a documentos de prestação de contas da UFPB e documentos do Planejamento Institucional:

<http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan>

Telefone: (083) 3216-7961

E-mail: proplan@proplan.ufpb.br

secretaria@proplan.ufpb.br

Acesso à Ouvidoria:

<http://www.ufpb.br/ouvidoria/>

Telefones: 3216-7998 e 3216-7200

E-mail: ouvidoria@ufpb.br

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade manteve em 2017 a parceria com a STI (Superintendência de Tecnologia da Informação) a fim de que todas as páginas da UFPB se tornem acessíveis a todos os tipos de deficiência. Aumentamos o canal de comunicação entre a comunidade acadêmica e o CIA através do portal do SIGAA, onde na barra inicial/superior de ferramentas, dentro da opção “outros”, há o menu “solicitar apoio à CIA”. Quando o estudante acessa essa opção ele preenche um cadastro de solicitação descrevendo suas demandas e é enviado um e-mail direto para o e-mail institucional nos informando que houve esse preenchimento. Desse modo conseguimos otimizar os agendamentos de avaliações do público assistido pelo CIA além de manter um registro eletrônico e um cadastro atualizado das demandas.

No tocante às demais páginas da UFPB, no que se refere à acessibilidade digital, mantivemos a divulgação do V Libras, instrumento criado por um grupo de pesquisa do Centro de Informática, que torna qualquer página acessível à comunidade surda, através do uso de um avatar.

Atuamos, ainda, junto ao STI distribuindo um CD do software NVDA para que fosse colocado em todos os computadores das bibliotecas em todos os campi da UFPB e colocamos na página do CIA uma forma disponível de baixar o programa a fim de qualquer pessoa poder acessá-lo.

O acesso ao serviço dos interpretes de libras se deu através de um ícone na página do CIA (www.ufpb.br/cia) intitulado “Solicitação de Serviço”, através do qual recebemos automaticamente um e-mail e confirmamos o recebimento da solicitação, verificando a possibilitando ou não do atendimento. Do total de solicitações recebidas, conseguimos atender a 209, sendo somente 4 negadas devido ao prazo insuficiente entre a data da solicitação e o evento ou ainda por não fazerem parte das nossas atribuições enquanto serviço de tradução/interpretação de Libras.

Com relação à acessibilidade arquitetônica reforçamos junto à Prefeitura Universitária através da realização de reuniões e de processos a necessidade da implantação das rotas acessíveis bem como do conserto das plataformas elevatórias que estão sem funcionamento há mais de dois anos. Reencaminhamos o projeto para a construção das rotas acessíveis que ligarão todos os centros na parte externa.

Ofertamos cursos de capacitação para os serviços terceirizados com a temática da inclusão e um curso de iniciação em Libras. Fornecemos também uma capacitação destinada aos docentes durante a realização do mês de comemoração da luta da pessoa com deficiência.

As ações do comitê têm sido contínuas e têm envolvido toda a comunidade acadêmica. Durante o ano de 2017 cadastramos 115 estudantes com deficiência e atualmente assistimos a 667 estudantes no total, sendo mantido o índice de permanência e conclusão dos cursos desse público tem sido de aproximadamente 95%.

Com relação à política de inclusão da UFPB destinada ao atendimento de pessoas com deficiência no ano de 2017, essas ações foram apresentadas na seção 3.4.8.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

A UFPB empreendeu esforços para a implantação dos módulos Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), o que, inegavelmente, fomenta uma gestão financeira mais eficiente com uma maior compreensão das metas propostas promovendo a projeção de alternativas às soluções ortodoxas no exercício da gestão administrativa.

Em 2017, intensificaram-se as ações voltadas à capacitação de recursos humanos, com ênfase no aprimoramento dos processos administrativos contábeis, pelo monitoramento entre as equipes em prol da melhoria das condições laborais e aprimoramento do fluxo de trabalho.

Se, em 2016, o foco foi a capacitação da administração superior, em 2017, capilarizou-se entre as demais unidades com cursos de capacitação ministrados pelos servidores da administração superior desta IFES dos servidores dos diversos centros e departamentos.

Percebeu-se, ao longo de 2017, uma sensível melhora no procedimento de levantamento de demandas diante da implantação do sistema de IRP interna, expressão análoga à Intenção de Registro de Preços da lei do Sistema de Registros de Preços. Várias dificuldades apresentadas em anos anteriores persistem, o que demonstra a necessidade de intensificação para verificação das variáveis envolvidas como forma de aprimoramento dos procedimentos administrativos. A necessidade da implantação dos demais módulos SIPAC tornando o processo administrativo mais célere apresenta-se como meta para os próximos anos.

A virtualização dos processos administrativos encontra empecilhos de ordem cultural (servidores acostumados com processos físicos). Para essa limitação acredita-se que intensificação de ações de capacitação devem gerar reflexos positivos na reversão cacoetes administrativos. No tocante ao fluxo financeiro, perceberam-se algumas dificuldades exógenas, quais sejam: i) repasse dos recursos financeiros em descompasso aos valores devidamente liquidados no SIAFI; ii) aprovação e respectivo detalhamento tardia da Lei Orçamentária Anual; iii) limitação de gastos impostos pela portaria MPOG nº 28, de 16 de fevereiro de 2017, e posteriormente, pela portaria MPOG nº234, de 17 de julho de 2017; iv) liberação de limite de empenho próximo ao final do exercício financeiro.

Assim como uma dificuldade endógena, mormente, em relação à necessidade de virtualização dos processos administrativos, como forma de sanar a limitação interna, a Pró-Reitoria de Administração (PRA) empreende esforços diuturnos na promoção da celeridade dos processos administrativos.

No que concerne à primeira dificuldade externa, identificou-se que os repasses de recursos financeiros se deram uma vez no mês e em percentual 100% do valor liquidado no SIAFI tomando-se como data-base cerca de 10 dias antes do efetivo repasse (gerando certo descompasso dos pagamentos da IFES). Tal sistemática adotada pelo MEC acarreta uma forte tendência à acumulação de obrigações contábeis e eventuais atrasos de pagamentos aos fornecedores (não superior a dois meses a partir de formalização da nota fiscal de pagamento).

A conjuntura de repasses de financeiro tornou-se tão crônica ao ponto do próprio MPOG publicar a instrução normativa 02, de 06/12/2016, que regulamenta a quebra de ordem cronológica de pagamentos. Em razão da limitação exógena imposta a esta IFES, tornou-se necessária estabelecer uma metodologia de execução de recursos financeiros, primeiramente, de modo a evitar encargos financeiros diversos. Ou seja, quitam-se as despesas em que esta IFES potencialmente incorreria em multas ou atualizações financeiras de qualquer natureza, mês-a-mês, a exemplo de energia elétrica, água e telefonia; Secundariamente, obrigações de ordem social trabalhista, e tributos e taxas públicas, ou serviços essenciais cujo objeto seja imprescindível para assegurar o patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas desta IFES, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento de missão institucional, tais como bolsas de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão. Assim, seguindo a ordem cronológica de apropriação para as demais obrigações contábeis assumidas pela instituição. As ações institucionais estão amparadas pela referida IN. A segunda limitação externa promoveria atrasos na execução orçamentária, entretanto, com a devida preparação e planejamento de execução orçamentária essa limitação mostrou-se diminuta, sem efeitos concretos na avaliação geral de desempenho.

Essa limitação promoveu apenas um mal-estar no atendimento de demandas institucionais por usuários que pouco compreendem a sistemática de execução orçamentária, agravada pelo repasse de recursos financeiros ministeriais. Assim, quanto mais tardia a aprovação da lei orçamentária, mais tardiamente inicia-se a execução de recursos orçamentários institucionais. Considerando a terceira limitação exógena, percebeu-se que a limitação de gastos em alguns elementos de despesa impõe dificuldades de execução de forma global sem necessariamente otimizar o gasto público; em relação à última limitação, a liberação tardia de limite de empenho inviabiliza ações de planejamento sistemático.

Como forma de contornar tal circunstância, esta IFES tramitou processos de aquisições até a etapa de detalhamento de crédito aguardando a eventual liberação de crédito pelo MEC. Essa última dificuldade exógena causa demasiada sobrecarga de trabalho nos últimos dias úteis do ano. Ao realizar uma análise crítica do desempenho da gestão institucional sob a perspectiva de execução de recursos financeiros, acredita-se que, diante das limitações impostas, principalmente, de ordem exógena (sem qualquer ingerência institucional). Diante deste cenário, é pouco provável se verificar um cenário melhor de execução dos recursos financeiros e desempenho financeiro-contábil. Espera-se que, em 2018, haja liberação de crédito orçamentário ministerial com a maior brevidade possível para que as demandas do primeiro quadrimestre sejam atendidas em tempo hábil.



7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

No tocante aos instrumentos e fontes de captação de recursos com foco em sua atividade fim (ensino, pesquisa e extensão), a UFPB trabalha tanto com a captação mediante as receitas próprias, bem como com órgãos de fomento, ministérios, e secretarias dos três entes federativos.

Não obstante, a Instituição busca apoiar as suas unidades e/ou servidores no tocante à operacionalização do trâmite necessário para a efetivação dos processos de descentralização dos recursos frente aos órgãos competentes. Diante do atual cenário econômico do País, com as restrições orçamentário-financeiras, a Gestão Superior da UFPB adotou, desde 2014, uma política de apoio às atividades fim, com abertura de editais nas áreas de monitoria, pesquisa e extensão, além da alocação de recursos de custeio do funcionamento geral da Universidade, para suprir parte dos cortes orçamentários, especialmente do PROAP, que dão apoio ao funcionamento das atividades dos programas de pós-graduação, das missões de estudos ao exterior, de estágios de doutorado, e de apoio aos projetos do PIBIC.

A UFPB, via PRA e PROPESQ, também implantou o programa de apoio à produção científica na pós-graduação, mediante o custeio da tradução de artigos científicos e da publicação em periódicos de alto fator de impacto.

Em virtude de recomendação da Procuradoria Jurídica no que tange ao impedimento, movido por ação civil pública, para o recolhimento de taxas para atividades de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários limita a captação de recursos aos editais de fomento. Contudo, o Governo Federal, desde 2016, não abre para submissão de novos programas e projetos no Edital PROEXT.

A UFPB liderou o ranking de projetos e programas aprovados com recursos nas três últimas edições deste que é o principal edital de fomento à extensão. Na última edição, que ocorreu em 2015, alcançamos 13 projetos e seis programas. Os programas tiveram vigência até o exercício 2017 e o recurso foi disponibilizado na Lei Orçamentária Anual, como recurso próprio da UFPB.

Os nossos principais parceiros externos são a CAPES, o CNPQ, a FINEP e a Fundação Parque Tecnológico (no gerenciamento de recursos oriundos de Editais institucionais de Infra Estrutura. Lamentavelmente, dada a conjuntura política nacional, devido à falta de apoio à pesquisa, no ano de 2017, não houve abertura de editais de financiamento de pesquisa institucional por parte de órgãos de fomento nacionais como a CAPES, a FINEP e o CNPq. Entretanto, nem por isso deixamos de atuar na Captação de Recursos Externos. Como principal ação podemos listar a atuação juntamente à FINEP para a transferência dos recursos associados a três convênios aprovados por meio de editais CT-INFRA, que estavam sob a responsabilidade da UFPB como conveniente e executora, para a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PAqTcPB). O setor jurídico da FINEP aprovou a transferências dos recursos no mês de novembro/2017. A PAqTcPB passará a ser a conveniente e a UFPB continuará como executora. Abaixo, as informações relacionadas aos



convênios supracitados. Os convênios deverão ser assinados pela Magnífica Reitora da UFPB até meados de fevereiro de 2018.

Nome	Demanda	Convênio nº	Valor do Projeto (R\$)
Infraestrutura Multiusuária de Pesquisa da UFPB	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 02/2010	01.13.0126.02	9,603,227.00
Infraestrutura Multiusuária de Pesquisa Para os Campi Fora de Sede da UFPB	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA - CAMPI REGIONAIS - 01/2010	01.13.0228.02	1,581,896.00
Infraestrutura Multiusuária para a Pesquisa da UFPB	CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2011	01.13.0235.02	9,851,487.00

Fonte: Propesq.

Estamos também atuando na transferência do convênio 01.10.0760.03, relacionado a uma chamada pública (MCT/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2009), que continha como conveniente a FUNAPE. Esse convênio tem um total de recursos de R\$ 7.825.211,00, sendo liberados para execução apenas R\$ 1.881.797,00. Estamos em processo de finalização da prestação de contas do recurso repassado à FUNAPE, para concretizarmos também a transferência do montante a receber – R\$ 5.943.414,00 – para a Fundação PaqTcPB.

Além disso, continuamos atuando também na execução do convênio 01.13.0467.01, denominado Infraestrutura Multiusuária para a Pesquisa da UFPB, com projeto aprovado na Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2013, cujos recursos totais são de R\$ 10.480.924,00 e a Fundação PaqTcPB como conveniente. Desse total, R\$ 5.251.889,00 foram liberados na primeira etapa, sendo 90% desse montante já executados. Estamos aguardando a renovação do convênio, que já foi solicitada à FINEP, e a consequente liberação da segunda parcela, com valor de R\$ 5.229.035,00.

Recentemente, recebemos a documentação para celebração do convênio relacionado ao projeto aprovado em edital PROINFRA 02/2014. O projeto tem valor total de R\$ 5.751.716,47. A documentação está sendo processada pela UFPB e pela conveniente PaqTcPB, devendo ser assinada em breve por seus representantes legais para recebimento dos recursos.

Em suma, os recursos a receber oriundos desses convênios totalizam R\$ 37.960.775,47 que, se executados, promoverão a continuidade das pesquisas de qualidade e excelência da UFPB, e consolidarão os novos grupos de pesquisa apoiados por essas iniciativas.

A maior dificuldade em relação à Fundação Parque Tecnológico é que o cadastro junto ao GAT foi expirado e só deverá ser reativado em fevereiro de 2018 (quando da próxima reunião daquele grupo assessor).

A Universidade Federal da Paraíba, por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), vem apoiando a produção científica da UFPB, no exercício financeiro de 2017, através da Chamada Interna de Tradução e da Chamada Interna de Publicação.



A tradução de artigos com potencial para publicação em periódicos de circulação internacional, de Qualis A ou B, do português para a língua inglesa ou revisão do inglês, é realizado através do contrato da Universidade Federal da Paraíba com a American Journal Experts, de acordo com as normas da Chamada Interna PROPESQ/UFPB 03/2017. Para apoiar a publicação de artigos com Qualis A1, A2 e B1, foi lançada a Chamada Interna PROPESQ/UFPB 02/2017. Os resultados destas ações encontram-se no item abaixo.

CHAMADA INTERNA DE APOIO À TRADUÇÃO		
Quantidade de Artigos Traduzidos	Valor utilizado	
135	R\$ 227.083,75	
CHAMADA INTERNA DE APOIO À PUBLICAÇÃO		
Quantidade de Artigos Publicados	Qualis da Revista	Valor utilizado
7	A1	R\$ 36.175,00
9	A2	R\$ 56.344,00
10	B1	R\$ 44.149,08

Fonte: Propesq.

É importante destacar que, com a alteração realizada na Chamada Interna PROPESQ/UFPB 02/2017, houve uma mudança significativa no perfil dos artigos apoiados para publicação. Na chamada realizada no ano de 2016, só 29% dos artigos tinham Qualis A1 ou A2. Com a limitação imposta na Chamada Interna PROPESQ/UFPB 02/2017, onde um teto de 30% dos recursos foi estabelecido para os artigos B1, todos os recursos serão executados com 70% dos artigos publicados tendo Qualis A1 ou A2.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

A gerência dos recursos orçamentários na Pró-Reitoria de Pós-Graduação é uma ação coordenada pelo Departamento de Atividades Financeiras (DAF) da PRPG, cumprindo o seu papel de gerenciar de forma eficiente, eficaz e, principalmente, de forma responsável. Os recursos que custeiam e financiam as ações da Pós-graduação no âmbito da Universidade Federal da Paraíba.

Para tanto, são realizadas reuniões, análise de processos, lançamento de editais, proposição de formas de modernização e eficiência no manjo dos recursos.

O financiamento das ações de pós-graduação no âmbito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB tem duas fontes principais:

- (i) Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP), mantido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e
- (ii) Recursos do orçamento anual da UFPB.

Sobre o PROAP, no exercício de 2017, o Termo de Execução Descentralizada nº 5.552/2017, celebrado entre a Universidade Federal da Paraíba e a Fundação CAPES, formalizou a cessão dos recursos deste Programa no valor total de R\$ 1.849.288,12 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e doze centavos), adicionados de R\$ 107.850,00 (cento e

sete mil, oitocentos e cinquenta reais) destinados pelo Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD), também da CAPES. Posteriormente, a celebração de Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 5.552/2017, permitiu o acréscimo de R\$ 506.021,44 (quinhentos e seis mil, vinte e um reais e quarenta e quatro centavos) destinados à manutenção de equipamentos laboratoriais. Assim, podemos afirmar que os recursos destinados pelo PROAP para o financiamento da pós-graduação atingiram o montante de R\$ 2.463.488,12 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil reais e doze centavos). A execução foi feita conforme tabela abaixo.

Tabela 42 – Recursos destinados à UFPB pela CAPES em 2017

PROAP - GERAL		Valores Iniciais	Despesa Empenhada	
Código	Descrição	R\$	R\$	%
339014	Diárias	464.542,44	466.379,21	100%
339018	Auxílios a Estudantes	521.594,33	534.283,65	102%
339020	Auxílios a Pesquisadores	98.320,00	82.570,00	84%
339030	Material de Consumo	177.048,74	217.507,94	123%
339033	Passagens	449.711,19	412.313,60	92%
339036	Serviços - Pessoas Físicas	4.286,58	4.286,58	100%
339039	Serviços-Pessoas Jurídicas	747.984,84	602.245,35	81%
	Total	2.463.488,12	2.319.586,33	94%

Fonte: Tesouro Gerencial/PRPG.

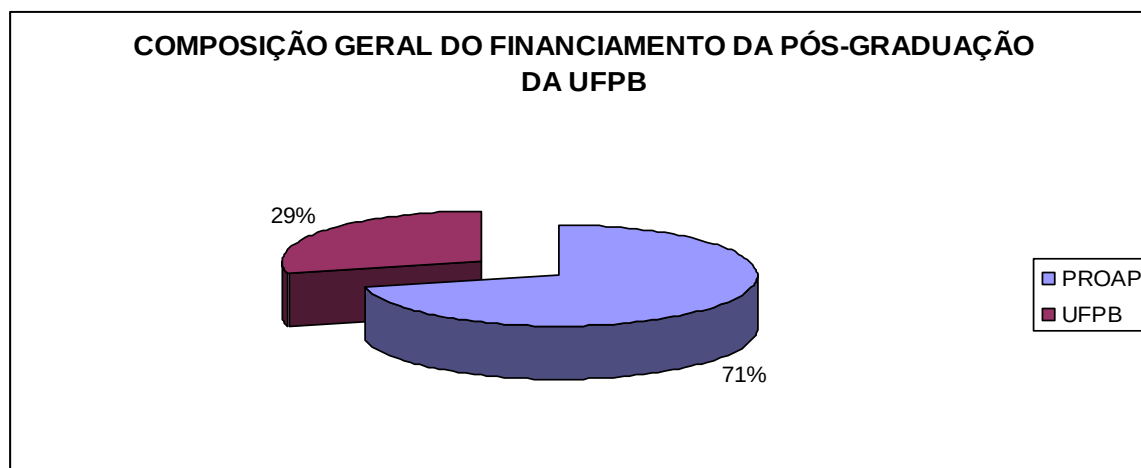
Sobre os recursos destinados pelo orçamento próprio da Universidade Federal da Paraíba, contabilizamos os gastos realizados nos créditos orçamentários consignados na Unidade Gestora Responsável nº 150900, Pró-reitoria de Pós-graduação. Todavia, é importante ressaltar que nos dados ora analisados, foram retirados os valores consignados no Plano Interno nº N0000G2026N – Bolsas de Iniciação Científica, cujo montante até a presente data foi R\$ 2.393.200,00 (dois milhões, trezentos e noventa e três mil e duzentos reais), uma vez que por força da Resolução nº 001/2017 do Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, estas ações estão a cargo da Pró-Reitoria de Pesquisa. Dessa forma, a Tabela 43 demonstra os gastos realizados classificados por natureza da despesa orçamentária:

Tabela 43 – Recursos originários do orçamento próprio da UFPB investidos na Pós-Graduação, segundo a natureza da despesa

Descrição	Valor em R\$	%
Contribuições a Entidades de Pesquisa	30.475,32	3,04
Diárias	54.521,20	5,44
Auxílios a Estudantes	4.423,67	0,44
Auxílios a Pesquisadores	5.359,45	0,54
Material de Consumo	21.834,16	2,18
Passagens	58.549,11	5,85
Serviços de Terceiros – PF	17.386,70	1,74
Serviços de Terceiros – PJ	446.665,20	44,60
Despesas de Exercícios Anteriores	2.634,20	0,0%
Equipamentos e Material Permanente	362.308,30	36,18
Total	1.004.157,31	100,00

Fonte: SIAFI/PRPG.

Destarte, a figura abaixo demonstra a relações entre os recursos do PROAP e os recursos da UFPB.



Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI/PRPG.

Figura 8 – Composição geral do financiamento da Pós-Graduação da UFPB.

Ante o exposto, é simples concluir que o financiamento da pós-graduação se deu em ampla maioria com os recursos do PROAP.



Quanto à extensão, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários vem se esforçando para redimensionar sua distribuição orçamentária de forma a contemplar as ações de extensão e administrativas, dentro das propostas apresentadas no planejamento para o ano de 2017, de forma a reduzir os impactos negativos sobre as atividades planejadas, diante dos diversos contingenciamentos impostos pelo governo federal.

Dessa forma, buscou-se racionalizar, no ano de 2017, a destinação dos recursos entre suas unidades e os projetos aprovados pelos editais institucionais, buscando promover, em número e em qualidade, ações de extensão que possibilitem a interação universidade-sociedade.

Verificou-se que, em comparação ao ano de 2016, as despesas com pagamento de diárias e passagens sofreram o maior impacto em 2017, dificultando o atendimento do planejamento anual, o que resulta em prejuízo de ordens educacional e cultural para as populações dos municípios do interior paraibano.

A PRAC preza em oferecer boas condições de instalações, equipamentos e local de trabalho a seus servidores e extensionistas. Dentro do planejamento anual, prevê aquisição de equipamentos, instrumentos e materiais (permanente e de consumo) para viabilizar as atividades anuais. Depende, portanto, da homologação e vigência dos processos licitatórios para aquisição de produtos e serviços necessários.

A aquisição de material permanente obteve um aumento para priorizar a estruturação administrativa da PRAC e a aquisição de material de consumo obteve redução em seus números. Houve a preocupação em alocar recursos para a compra de equipamentos, mas a falta de licitações para aquisição de itens específicos que atendessem as necessidades da PRAC contribuiu para a não utilização do valor total dos recursos.

No planejamento da PRAC, para 2017, havia a previsão de aquisição de materiais diversos para os grupos culturais, equipamentos para atividades educacionais, ações de saúde, e deslocamento e hospedagem para a apresentação das atividades no interior do Estado. Quanto à logística e o gerenciamento financeiro, o contingenciamento foi aplicado para que a PRAC chegasse ao fim do ano civil com recursos orçamentários.

Dentro do mesmo processo de contenção de gastos nas atividades de extensão, os eventos culturais, educacionais e de saúde foram igualmente impactados. Houve uma redução das ações extensionistas no interior e a redução orçamentária no custeio dos eventos institucionais impactou diretamente ao atendimento às comunidades do interior do Estado.

Os eventos institucionais realizados anualmente pela PRAC – Encontro de Extensão (ENEX) e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), só foram viáveis no ano de 2017 a partir do estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, uma vez que a redução do orçamento prejudicou o atendimento das condições mínimas para a realização dos eventos.

No atendimento aos macroprocessos finalísticos demonstrados nos relatórios de planejamento, a PRAC obteve sucesso na manutenção e aumento do custeio de bolsas para alunos extensionistas. Esse aumento quantitativo foi possível graças ao comprometimento da

Administração Superior em incentivar a participação discente na extensão universitária. A partir da destinação de recursos institucionais, a PRAC manteve as 536 bolsas para o programa PROBEX e aumentou de 64 para 89 o número de bolsas para o programa UFPB no seu Município.

Apesar das dificuldades, a PRAC finalizou a reforma do teatro Lima Penante, a partir da destinação orçamentária de recursos da Reitoria para a aquisição de piso, reformas arquitetônica, estrutural e do mobiliário, modernizando o espaço da plateia e camarins e aquisição de poltronas para o público.

ALOCÇÃO DE RECURSOS

1. PROEXT- Ação 20GK

Totais dos elementos de despesas	2017	2017
	Dotação orçamentária	Despesas empenhadas
339014	28.253,36	23.559,55
339018	154.385,00	154.380,00
339030	50.945,79	18.422,57
339033	52.648,14	51.648,14
339036	29.187,91	28.479,10
339039	216.723,80	163.715,67
339147	3.990,00	3.990,00
TOTAIS	536.134,00	444.195,03

Fonte: PRAC.

Com relação à execução financeira e orçamentária do PROEXT, consideramos extremamente positiva, uma vez que o crédito orçamentário só foi detalhado em setembro de 2017, restando pouquíssimo tempo para se realizar a execução financeira em sua totalidade, mesmo assim com o esforço da Assessoria Técnica e de Planejamento da PRAC e dos Coordenadores dos seis programas conseguimos executar aproximadamente 83% dos créditos orçamentários, assim como vale ressaltar que os pregões vigentes na UFPB possuíam saldos limitados, itens que não atendiam às necessidades dos programas, e, ainda, não havia tempo hábil para processos licitatórios que suprissem tais demandas.



2. PRAC

Plano Interno	Elemento despesa	2016	2016	2017	2017
		Dotação Orçamentária	Despesas empenhadas	Dotação orçamentária	Despesas empenhadas
N0000G0105N	339014	38.000,00	29.185,94	37.120,00	36.731,10
N0000G2327N	339018	2.018.400,00	2.014.800,00	1.998.000,00	1.998.000,00
N0000G0105N	339030	38.000,00	28.342,59	25.369,33	24.567,88
N0000G0105N	339033	50.000,00	50.000,00	17.620,00	17.620,00
N0000G1963N	339036	2.000,00	1.298,60	3.000,00	2.692,20
N0000G0105N	339039	38.993,00	34.226,87	199.964,47	199.932,27
N0000G0105N	449052	167.439,00	167.439,00	181.685,14	80.435,14
TOTAIS		2.352.832,00	2.325.293,00	2.462.758,94	2.359.978,59

Fonte: PRAC.

Queremos destacar que o valor disponibilizado em Material permanente e Equipamentos, um crédito no montante de R\$ 100.000,00 só foi detalhado no final do ano, não havendo tempo hábil para que a PRA providenciasse os empenhos até a finalização deste relatório. Contudo, em que pese tal situação, a PRAC, por meio de sua Gerência Financeira, garantiu 95,82% da execução prevista para o Exercício 2017.

3. NUPLAR

Plano Interno	Elemento de despesa	2016	2016	2017	2017
		Dotação Orçamentária	Despesas empenhadas	Dotação orçamentária	Despesas empenhadas
V0000G21J4N	339030	10.000,00	5.059,80	13.352,40	13.352,40
V0000G21J4N	339033	36.000,00	23.400,00	-	-
V0000G21J4N	339036	-	-	30.000,00	30.000,00
V0000G21J4N	339039	46.800,00	-	29.981,50	29.981,50
V0000G21J4N	339147	7.200,00	4.680,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL		100.000,00	33.139,80	79.333,90	79.333,90

Fonte: PRAC.

Destacamos a totalidade da execução do recurso do NUPLAR, uma vez que, no exercício 2016, um montante significativo não havia sido executado. Em 2017, a Assessoria Técnica e de Planejamento da PRAC, auxiliou a coordenação do referido Núcleo na gestão financeira, garantindo os 100% da execução.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UFPB vem implementando um sistema de gestão patrimonial de modo a possibilitar a vinculação de todos os bens patrimoniais aos índices de depreciação e valores residuais por item, ou por conta específica, com destaque ao módulo “SIPAC - Patrimônio” na consecução dessa meta. Tal iniciativa alinha-se às diretrizes estabelecidas pelas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, mormente, a NBC T 16.9, que trouxe definições e procedimentos para o ajuste do valor correto dos bens do imobilizado. A metodologia aplicada é a de Cotas Constantes, na qual o valor depreciado é calculado pelo valor do bem (objeto de depreciação) dividindo-o pelo fator 't' tempo de vida útil diminuindo-se o valor residual 'vr' nos termos do item 27 da macrofunção 02.03.30 como apregoa o manual SIAFI.

O procedimento considera como metodologia para a estimativa a vida útil econômica dos ativos, além do cálculo de depreciação do imobilizado (móveis e imóveis) e de amortização do ativo intangível. Além da macrofunção 02.03.30, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, o no manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), assim como a portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 (MCASP).

Esforços têm sido feitos para o cálculo da depreciação de bens imóveis, registrada pela Divisão de Patrimônio, em consonância com a Coordenação Contabilidade, e com base nas informações do SPIUnet enviadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A estimativa de vida útil de cada bem permanente contido no sistema de gestão patrimonial foi determinada a partir da 'IN SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998'. Desde o lançamento do respectivo bem no módulo SIPAC – Patrimônio (quando de sua incorporação), de modo que o sistema calcule automaticamente a variação financeira usando os dados referentes aos índices de depreciação, vida útil, e valor residual, utilizando do método de Cotas Constantes. A título exemplificativo, destacam-se os seguintes cálculos:

Quadro 91 – CPA - Estimativa de vida útil de alguns bens permanente

Conta	Descrição da Conta	Vida Útil	Valor Residual
14212.04.00	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
14212.06.00	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
14212.32.00	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
14212.33.00	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
14212.34.00	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
14212.35.00	Equipamentos de processamentos de dados	05	10%
14212.36.00	Máquinas, instalações e itens de escritório	10	10%
14212.38.00	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
14212.39.00	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%

Fonte: PRA.



Cabe ainda informar que a UFPB deverá observar o registro da amortização de bens intangíveis e deverá seguir o que o orienta o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), anexo da Portaria STN nº 548, de 24/09/2015, o qual estabelece como prazo limite para a preparação de sistemas e outras providências de implantação para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de intangíveis, o dia 31/12/2018 e a obrigatoriedade dos registros contábeis a partir de 01/01/2019.

De forma mais específica, a Coordenação de Contabilidade, em atenção a mensagem 20180106557 de 16/01/2018, enviada pela Setorial de Contabilidade do MEC, reforça a cobrança para que todas as unidades da UFPB implantem, de forma sistemática, as metodologias para cálculo da depreciação, amortização e reavaliação do ativo imobilizado da Instituição, seguindo os preceitos legais. Medidas já foram tomadas, a exemplo do processo 23074.072869/2017-44, encaminhado pela Divisão de Patrimônio (DIPA) à Divisão de Obras da Prefeitura Universitária, em que solicita os processos das obras já concluídas, para que seja dada baixa na rubrica contábil “obras em andamento” e posterior registro através do SPIUNET.

Com a implantação do SIPAC, estão sendo realizados alguns ajustes no sistema para adequação à UFPB, uma vez que foi adquirido da UFRN. Este sistema atualmente já possibilita a depreciação, amortização e exaustão, porém, como trabalhamos com as Unidades Gestoras Descentralizadas, cabe a cada UG o registro, acompanhamento e desfazimento de seus Bens, sendo a DIPA a unidade principal de patrimônio para acompanhamento destes procedimentos. Porém, o SIPAC ainda não está implantado em todas as unidades gestoras, mas estão sendo tomadas providências, como por exemplo, reunião com os responsáveis das demais UGS para implantação o mais breve possível visando o cumprimento dos procedimentos contábeis exigidos.

Para realização destes procedimentos deverão ser tomadas algumas providências iniciais de acordo com o MCASP.

- Realização de inventário (imobilizado e intangível) de modo a separar as perdas dos bens que não forem localizados ou utilizados, que não tenham valor de venda, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado etc) sendo reconhecida como Variação Patrimonial diminutiva;
- Deverá ser implantada uma data de corte para verificação se o valor está acima ou abaixo do valor justo sendo necessário ajustes para maior ou menor para que os bens reflitam o seu valor de mercado e daí em diante a realização da depreciação, amortização e exaustão informando todos os procedimentos em Notas Explicativas.

Portanto, informamos que há necessidade da realização de inventário físico de bens móveis para atendimento aos procedimentos de acordo com a legislação. A administração vem medindo esforços neste sentido, buscando como solução, que cada setor faça o seu inventário de bens para uma consolidação, uma vez que, a Divisão de Patrimônio não tem condições de fazê-lo sozinha, levando em conta a imensidão do seu acervo patrimonial.



Brevemente com o módulo de patrimônio implantado em todas as Unidades Gestoras, realizaremos todos os Procedimentos constantes da Norma NBC T 16.9, e NBC T 16.10, buscando solucionar as pendências contábeis e atualização do acervo patrimonial como determina a legislação vigente.



7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Sistema Integrado de Custos (SIC) é a ferramenta mais adequada para controle e aferição de custos no âmbito da unidade. Entretanto, a UFPB não pode utilizar tal ferramenta, pois a mesma está restrita a servidores membros dos Comitês de Análise e Avaliação de Informações de Custos nas instâncias superiores da Administração Pública Federal, ou alternativamente, indicados por unidades de gestão interna, reconhecidas como setores do Sistema de Custos do Governo Federal. Ainda que a UFPB não utilize o SIC, buscam-se alternativas para a apuração de seus custos. Um revés que dificulta a sistematização e apuração de custos decorre da complexidade inerente aos processos administrativos.

Assim, o próprio processo de apuração de custos prescinde de uma sistematização de procedimentos e mapeamentos via fluxograma. Há diversas espécies de processos e o considerável conjunto de variáveis relacionadas a atividades, tais como: ensino, pesquisa, extensão, termos de execução descentralizada, laboratórios, convênios, bibliotecas, moradia estudantil, restaurante universitário e prestação de serviços complexos. Destaque-se que é inegável que as particularidades inerentes a esta IFES inviabilizam a importação de um modelo de apuração de custos de outra IFES dada à quantidade de UGs, e ao sistema de descentralização e desconcentração administrativa. Por fim, acredita-se que além dos diversos métodos de apropriação de custo-aluno, em paralelo, a UFPB empreende esforços para a implementação dos diversos módulos do SIPAC com o intuito de promover um melhor mecanismo de acompanhamento e fiscalização em prol da Administração Pública.



7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis da UFPB foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem a Prestação de Contas da Universidade Federal da Paraíba.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000; Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI, NBCASP/NBC - T 16 e demais orientações estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Setorial de Contabilidade do MEC (SPO).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I – Balanço Orçamentário
- II – Balanço Financeiro
- III – Balanço Patrimonial
- IV - Demonstrações do Fluxo de Caixa
- V - Demonstração das Variações Patrimoniais

7.5.1 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 08/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	4.550.144,51	6.426.286,00	Despesas Orçamentárias	1.763.069.755,67	1.594.269.732,04
Ordinárias	378.112,50	299.761,95	Ordinárias	235.309.501,87	325.738.703,80
Vinculadas	4.603.530,45	6.220.096,51	Vinculadas	1.527.760.253,80	1.268.531.028,24
Educação	1.179.235,14	272.845,30	Educação	999.451.974,93	1.030.702.907,29
Alienação de Bens e Direitos	242.580,20		Seguridade Social (Exceto RGPS)	525.068.779,63	232.678.702,11
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.181.715,11	5.947.251,21	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.239.499,24	3.529.445,66
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-431.498,44	-93.572,46	Outros Recursos Vinculados a Fundos		1.619.973,18
Transferências Financeiras Recebidas	2.028.392.204,29	1.861.859.289,88	Transferências Financeiras Concedidas	286.092.305,33	281.679.440,03
Resultantes da Execução Orçamentária	1.982.844.327,41	1.791.747.599,20	Resultantes da Execução Orçamentária	268.857.454,89	251.749.980,64
Repasse Recebido	1.714.114.676,61	1.540.301.639,51	Repasse Concedido	27.804,09	304.020,95
Sub-repasse Recebido	268.729.650,80	251.445.959,69	Sub-repasse Concedido	268.729.650,80	251.445.959,69
Independentes da Execução Orçamentária	45.547.876,88	70.111.690,68	Repasse Devolvido	100.000,00	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.639.363,58	67.570.425,40	Independentes da Execução Orçamentária	17.234.850,44	29.929.459,39
Demais Transferências Recebidas	315.724,75	223.804,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	15.361.298,39	29.132.412,83
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.592.788,55	2.317.460,37	Demais Transferências Concedidas	315.724,75	223.804,91
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.557.827,30	573.241,65
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	49.234.476,24	53.601.675,85	Despesas Extraorçamentárias	31.571.218,94	45.797.860,33
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.751.157,38	812.678,49	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.441.207,54	9.513.726,56
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	46.128.310,68	52.347.533,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	29.775.003,22	35.843.329,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	320.507,86	365.525,84	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	321.976,02	429.163,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários	34.500,32	75.937,69	Outros Pagamentos Extraorçamentários	33.032,16	11.641,67
Passivos Transferidos	34.500,32	67.937,69	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		8.000,23
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		8.000,00	Demais Pagamentos	33.032,16	3.641,44
Saldo do Exercício Anterior	12.359.683,98	12.219.464,65	Saldo para o Exercício Seguinte	13.803.229,08	12.359.683,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.359.683,98	12.219.464,65	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.803.229,08	12.359.683,98
TOTAL	2.094.536.509,02	1.934.106.716,38	TOTAL	2.094.536.509,02	1.934.106.716,38

7.5.1.1 Notas Explicativas - Balanço Financeiro

É uma demonstração contábil que evidencia receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários e, ainda, o saldo de caixa do exercício anterior e que será transferido para o exercício seguinte.

Segundo o MCASP, o balanço financeiro demonstra:

- a receita realizada e a despesa orçamentária executiva, por fonte/destinação de recursos, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extraordinários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Analisando o BF, percebe-se que houve uma redução de -29,19% nas Receitas Orçamentárias da UFPB no exercício de 2017, em que dos R\$4.603.530,45 de Receitas Vinculadas, R\$2.294.233,97 referem-se às receitas arrecadas no exercício (receita própria da instituição).

Das Transferências Financeiras Recebidas para o seu custeio (R\$2.028.392.204,29), R\$1.982.844.327,41 são resultantes da execução orçamentária, e R\$45.547.876,88 são independentes da execução orçamentária (R\$ 43.639.363,58 foram recebidos para pagamento de Restos a Pagar).

Em 2017, houve uma redução de -8,15% dos Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos, o que totalizou R\$ 49.234.476,24.

Em relação às Despesas Orçamentárias, houve um aumento de 10,59% em relação ao exercício de 2016, em que reduziram em -27,76% as despesas ordinárias e aumentou em 20,44% as despesas vinculadas (R\$1.527.760.253,80), principalmente com a Seguridade Social (aumento de 125,66%).

Das Transferências Financeiras Concedidas, dos R\$268.729.650,80 que integram o item Sub-repasse Concedido, R\$ 268.713.632,49 totalizam os repasses feitos às unidades gestoras descentralizadas, conforme o mostrado no Quadro 92.

Quadro 92 – Transferências Financeiras Concedidas

Unidade Gestora	Valor (R\$)
Prefeitura Universitária	66.934.200,76
Biblioteca Central	900.791,09
Hospital Universitário Lauro Wanderley	198.541.747,49
Centro de Ciências Agrárias	517.329,10
Centro de Ciências Humanas Soc. e Agrárias	1.405.437,93
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	414.126,12
TOTAL	268.713.632,49

Em relação às Despesas Extraorçamentárias, houve uma redução de -31,06% na execução dos restos a pagar, em que foram pagos R\$31.216.210,76 em 2017.



O Saldo de Caixa para o Exercício de 2018 será de R\$13.803.229,08 (aumento de 11,68% em relação ao exercício anterior). O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, transferências financeiras recebidas e recebimentos extraorçamentárias menos o somatório das despesas orçamentárias, transferências financeiras concedidas e despesas extraorçamentárias) foi de R\$ 1.443.545,10, em que a existência de um resultado financeiro não indica que a entidade está com uma situação financeira favorável, pois pode haver déficits financeiros acumulados de exercícios anteriores

7.5.2 Balanço Orçamentário

página 1/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.867.229,00	4.867.229,00	4.343.644,51	-523.584,49
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	898.583,00	898.583,00	758.794,80	-139.788,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	898.583,00	898.583,00	758.794,80	-139.788,20
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	25.229,00	25.229,00	146.907,50	121.678,50
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	3.943.417,00	3.943.417,00	1.814.964,19	-2.128.452,81
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.943.417,00	3.943.417,00	1.814.964,19	-2.128.452,81
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.622.978,02	1.622.978,02
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	66.049,35	66.049,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.556.928,67	1.556.928,67
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	206.500,00	206.500,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	206.500,00	206.500,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	206.500,00	206.500,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2017

Balanco Orçamentário – página 2/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.867.229,00	4.867.229,00	4.550.144,51	-317.084,49
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.867.229,00	4.867.229,00	4.550.144,51	-317.084,49
DEFICIT			1.758.519.611,16	1.758.519.611,16
TOTAL	4.867.229,00	4.867.229,00	1.763.069.755,67	1.758.202.526,67
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.653.711.212,00	1.750.299.717,00	1.742.620.723,42	1.713.486.199,32	1.710.741.218,44	7.678.993,58
Pessoal e Encargos Sociais	1.460.727.160,00	1.555.085.675,00	1.536.929.454,72	1.536.927.654,24	1.536.927.654,24	18.156.220,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	192.984.052,00	195.214.042,00	205.691.268,70	176.558.545,08	173.813.564,20	-10.477.226,70
DESPESAS DE CAPITAL	34.626.796,00	35.377.895,00	20.449.032,25	3.455.245,67	3.449.069,17	14.928.862,75
Investimentos	34.626.796,00	35.377.895,00	20.449.032,25	3.455.245,67	3.449.069,17	14.928.862,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.688.338.008,00	1.785.677.612,00	1.763.069.755,67	1.716.941.444,99	1.714.190.287,61	22.607.856,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2017

Balanco Orçamentário – página 3/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 08/02/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.688.338.008,00	1.785.677.612,00	1.763.069.755,67	1.716.941.444,99	1.714.190.287,61	22.607.856,33
TOTAL	1.688.338.008,00	1.785.677.612,00	1.763.069.755,67	1.716.941.444,99	1.714.190.287,61	22.607.856,33

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	41.272.248,21	35.911.547,35	16.733.051,90	16.722.459,39	10.214.849,36	50.246.486,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	25.565,02	20.761,08	20.761,08	4.803,94	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	41.272.248,21	35.885.982,33	16.712.290,82	16.701.698,31	10.210.045,42	50.246.486,81
DESPESAS DE CAPITAL	49.100.519,08	16.435.986,48	13.897.479,25	13.052.543,83	4.742.477,35	47.741.484,38
Investimentos	49.100.519,08	16.435.986,48	13.897.479,25	13.052.543,83	4.742.477,35	47.741.484,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	90.372.767,29	52.347.533,83	30.630.531,15	29.775.003,22	14.957.326,71	97.987.971,19

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	659.793,26	818.533,41	847.985,80	20.157,50	610.183,37
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	659.793,26	818.533,41	847.985,80	20.157,50	610.183,37
DESPESAS DE CAPITAL	23.883,94	624.937,36	593.221,74	5.743,41	49.856,15
Investimentos	23.883,94	624.937,36	593.221,74	5.743,41	49.856,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	683.677,20	1.443.470,77	1.441.207,54	25.900,91	660.039,52



7.5.2.1 Notas Explicativas - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário da UFPB do exercício de 2017, podemos observar que do montante da Receita Prevista (R\$4.867.229,00), 93,48% foi realizada (R\$4.550.144,51).

Na composição do Total da Despesa Orçamentária Empenhada (R\$1.763.069.755,67), as Despesas Correntes representaram 98,84%, enquanto que as despesas de capital (investimentos) representaram 1,16% desse total.

Das Despesas Correntes Empenhadas, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 88,20 % do total das despesas correntes empenhadas (R\$1.742.620.723,42), enquanto que as demais despesas de custeio representaram 11,80% desse montante. As Despesas Empenhadas em “Outras Despesas Correntes” foram superiores a Dotação Atualizada devido a créditos descentralizados por outros Órgãos.

7.5.3 Balanço Patrimonial

página 1/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	87.618.511,75	234.101.888,38	PASSIVO CIRCULANTE	4.312.316,38	2.137.893,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.803.229,08	12.359.683,98	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.456,69	25.391,50
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	71.905.979,70	218.953.281,54	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.082.225,99	1.886.542,96
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.959,13	1.959,13
Estoques	1.909.302,97	2.788.922,86	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	225.674,57	223.999,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	609.689.232,95	595.212.152,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.056,44	2.056,44	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.056,44	2.056,44	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	0,06	0,06	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	0,06	0,06	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,06	0,06	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.312.316,38	2.137.893,45
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	2017		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	2016		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	4,92	4,92
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	609.139.420,18	594.682.226,64	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	243.837.266,20	226.479.664,68	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	243.837.266,20	226.479.664,68	Resultados Acumulados	692.995.423,40	827.176.142,69
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	51.919.200,89	68.624.412,96
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	827.176.142,69	743.611.769,73
Bens Imóveis	365.302.153,98	368.202.561,96	Ajustes de Exercícios Anteriores	-186.099.920,18	14.939.960,00
Bens Imóveis	369.556.648,93	369.253.396,43	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.254.494,95	-1.050.834,47	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	692.995.428,32	827.176.147,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	547.756,27	527.869,54			
Softwares	544.266,82	524.380,09			
Softwares	544.266,82	524.380,09			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.489,45	3.489,45			

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2017

Balanço Patrimonial – página 2/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.489,45	3.489,45			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	697.307.744,70	829.314.041,06	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697.307.744,70	829.314.041,06

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	13.803.229,08	12.359.683,98	PASSIVO FINANCEIRO	147.528.137,82	144.849.576,30
ATIVO PERMANENTE	683.504.515,62	816.954.357,08	PASSIVO PERMANENTE	831,72	831,72
			SALDO PATRIMONIAL	549.778.775,16	684.463.633,04

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	83.595.548,63	70.959.445,20	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.674.769,76	3.314.778,26
Execução dos Atos Potenciais Ativos	83.595.548,63	70.959.445,20	Execução dos Atos Potenciais Passivos	8.674.769,76	3.314.778,26
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	82.816.388,90	70.180.285,47	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.563.701,84	2.115.641,84
Direitos Contratuais a Executar	779.159,73	779.159,73	Obrigações Contratuais a Executar	7.111.067,92	1.199.136,42
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	83.595.548,63	70.959.445,20	TOTAL	8.674.769,76	3.314.778,26

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-28.357.940,82
Recursos Vinculados			-105.366.967,92
Educação			-103.811.617,97
Seguridade Social (Exceto RGPS)			-6.414.886,63
Alienação de Bens e Direitos			206.500,00
Doações			7.367,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			5.506.040,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos			-860.370,63
TOTAL			-133.724.908,74



7.5.3.1 Notas Explicativas - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil cuja elaboração é exigida pela Lei 4.320/1964, em que também é objeto de outras normas contábeis nacionais e internacionais, além das NBCASP.

Ele evidencia o patrimônio público e é umas das demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público, de modo que apresenta qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade em um determinado momento (situação estática).

Na elaboração do BP são utilizadas as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

- classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido);
- classe 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento), utilizada para compor o Quadro dos Passivos Financeiros;
- classe 8 (Controles Credores), utilizada para mapear o Quadro das Contas de Compensação e o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Algumas considerações sobre o Balanço Patrimonial da Universidade Federal da Paraíba:

Ativo Circulante

Na análise horizontal do Ativo Circulante, observamos que houve um decréscimo em seu total de 62,57% no exercício de 2017 em relação ao de 2016, resultante em sua maior parte do decréscimo de 67% na conta Créditos a Curto Prazo. Este fato se explica porque em 2016, a referida conta, em sua composição, possuía a conta Créditos por Danos ao Patrimônio que tinha um saldo de R\$ 120.886.118,84 ao final de 2016, ao final do ano de 2017 esta conta teve seu saldo zerado, em virtude de baixas registradas por lançamentos automáticos da CCONT, no decorrer do exercício de 2017, por motivo de falta/irreg. de comprovação Tomada de Contas Especial. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo reconhecido quando da decisão definitiva do TCU com imputação de débito. Estes valores foram transferidos para contas de controle pela CCONT.

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

O montante de R\$71.905.979,70 é composto por Adiantamentos concedidos a pessoal (98,44%), em que R\$41.282.010,91 se refere à 13º salário - adiantamento e R\$ 29.508.244,64 a adiantamento de férias. O restante (1,56%) diz respeito aos Créditos a Receber por Cessão de Pessoal (R\$ 1.115.724,15).



Estoques

Houve uma redução de -31,54% em relação ao exercício anterior.

Imobilizado

Apresentou um aumento de 2,43% em relação ao exercício anterior, mas representa 87,36% do total do Ativo da instituição. O Imobilizado divide-se em Bens Móveis, que representa 40,03% e Bens Imóveis, representando 59,97% do total de R\$ 609.139.420,18 (100%).

Os Bens Móveis do Órgão 26240 (UFPB) em 31/12/2017 totalizavam R\$ 243.837.266,20 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 44:

Tabela 44 – Composição dos bens móveis em 2017

Bens Móveis - Composição			
	31/12/2017	31/12/2016	ΔH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	97.341.289,88	89.315.324,20	8,98
Bens de Informática	48.317.222,06	41.824.192,64	15,52
Móveis e Utensílios	49.509.861,86	46.343.986,10	6,83
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	23.632.604,93	21.839.261,10	8,21
Veículos	15.551.142,43	15.647.792,61	-0,61
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento	7.231.871,44	9.259.394,43	-21,89
Bens Móveis em Almoxarifado			
Armamentos	0,03	0,03	0
Semoventes e Equipamentos de Montaria	66.072,95	66.072,95	0
Demais Bens Móveis	2.187.200,62	2.183.640,62	0,16
Depreciação / Amortização Acumulada			
Redução ao Valor Recuperável			
Total	243.837.266,20	226.479.664,68	7,66

Fonte: PRA.

Os Bens Imóveis do Órgão 26240 (UFPB) em 31/12/2017 totalizavam R\$ 365.302.153,98 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 45.



Tabela 45 – Composição dos bens imóveis em 2017

Bens Imóveis – Composição			
	31/12/2017	31/12/2016	ΔH(%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	266.164.059,90	265.864.059,90	0,11
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	-	-	-
Bens Imóveis em Andamento	103.073.225,03	103.069.972,53	0,00
Instalações	319.364,00	319.364,00	0,00
Demais Bens Imóveis	-	-	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada	-4.254.494,95	-1.050.834,47	304,86
Total	365.302.153,98	368.202.561,96	-0,78

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

De acordo com a Tabela 45, o item Bens Imóveis em Andamento não teve nenhuma variação de acordo com a análise horizontal, tendo em vista que não houve uma variação de um exercício para o outro, mas o montante dessa conta corresponde a uma significativa parte de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFPB, perfazendo o montante de R\$ 103.073.225,03, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 46 – Composição dos bens imóveis em andamento em 2017

Bens Imóveis em Andamento	31/12/2017	31/12/2016	ΔH (%)
Obras em Andamento	103.073.225,03	103.069.972,53	0,00
Total	103.073.225,03	103.069.972,53	0,00

Fonte: PRA.

O setor de contabilidade solicitou análise e regularização da conta Obras em Andamento à Divisão de Patrimônio, através do processo 23074.041535/2017-29, devido a saldos alongados na referida conta, em que até o presente momento não foi efetuado o registro contábil pelo setor de patrimônio. Os saldos apresentados em 2017 são compostos dos seguintes valores: R\$ 215.287,36 referente à UG 153065; R\$ 102.809.384,17, referente à UG 153066; R\$ 45.053,50 da UG 153073 e R\$ 3.500,00 da UG 153074.



Tabela 47 – Composição dos bens de uso especial em 2017

Bens de Uso Especial – Composição			
	31/12/2017	31/12/2016	ΔH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	3.703.717,64	3.703.717,64	0
Terrenos, Glebas	1.521.732,64	1.521.732,64	0
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	246.245.062,06	246.245.062,06	0
Edifícios	611.024,40	611.024,4	0
Complexos, Fábricas e Usinas	12.198.150,37	12.198.150,37	0
Imóveis Residenciais e Comerciais	1.884.372,79	1.584.372,79	18,93
Aeroportos, Estações e Aeródromos	-	-	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-
Total	266.164.059,90	265.864.059,90	0,11

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

O órgão 26240, Universidade Federal da Paraíba, através da Pró Reitoria de Administração (PRA), foi informada por meio de reuniões e processos (23074.064039/2015-82) sobre a obrigatoriedade da Reavaliação, Depreciação e Amortização a partir de 01 de janeiro de 2010, de acordo com a NBC T 16.9/2008. Recebemos a informação de que a instituição está realizando o levantamento do patrimônio conforme processos 23074.059731/2016-79, 060889/16-91, 060166/16-92, entre outros.

Porém, no exercício de 2017 nenhum registro referente à Depreciação/Amortização foi contabilizado pelo Setor de Patrimônio, em que nenhum retorno e justificativa foi enviada à contabilidade dos motivos pelos quais a depreciação dos bens não foi realizada, cuja solicitação está constante nos processos 23074.041535/2017-29 e 23074.01342/2018-16. Em janeiro de 2018, em resposta às solicitações constantes nesses processos, a impossibilidade de adotar tais procedimentos contábeis se justifica pelo fato da instituição apresentar um significativo déficit de servidores, principalmente especializado para essas atividades, em que a administração objetiva contratar uma empresa especializada para fazer o inventário, implantar essas atividades e treinar seus servidores.



Passivo Circulante

Na análise horizontal do Passivo Circulante, observamos que houve um aumento em seu total de 101,71% no exercício de 2017 em relação ao de 2016, resultante do aumento de 116,39% na Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, pois passou de R\$1.886.542,96 para R\$4.082.225,99 em 2017. Esta, por sua vez, é composta por 69,07% dos compromissos na Unidade 153066, 11,61% na Unidade 153071, 10,07% na Unidade 153070 e 9,15% na Unidade 153065. Este fato ocorreu, em parte, por motivo de insuficiência financeira para realização de todos os compromissos.

O total de fornecedores e contas a pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando cerca de 100% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 48 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 48 – Fornecedores e Contas a Pagar por unidade gestora contratante.

	31/12/2017	ΔV (%)
153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	373.843,62	9,15
153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB	2.819.984,29	69,07
153070 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB	410.978,44	10,07
153071 - HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY- UFPB	474.044,14	11,61
153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	96,50	0,002
153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	3.279,00	0,08
Total	4.082.225,99	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

As unidades gestoras 153066 e 153065 são responsáveis por 78,22% do total a ser pago.

A unidade 153066 é responsável pelos pagamentos dos terceirizados, fornecimento de energia, fornecimento de alimentação ao restaurante universitário entre outras.

Na Tabela 49 relacionam-se os 07 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.



Tabela 49 – Fornecedores e contas a pagar, por fornecedor.

	31/12/2017	AV (%)
JMT SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA	882.243,60	21,61
J MARINHO DA SILVA RESTAURANTES - - ME	767.680,60	18,81
CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI -	427.883,47	10,48
GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	410.978,44	10,07
E.R. SOLUCOES INFORMATICA LTDA	300.103,12	7,35
ATL ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	281.010,53	6,88
DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	232.260,54	5,69
Demais	780.065,69	19,11
Total	4.082.225,99	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

Patrimônio Líquido

No grupo do Patrimônio Líquido, houve uma redução de 16,22% no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016, uma das contas que podemos ressaltar é a de Ajustes de Exercícios Anteriores que possuía um saldo positivo de 14.939.960,00 ao final do exercício de 2016 e ao final do exercício de 2017 apresentou um saldo negativo de -186.099.920,18. Este fato se explica porque ocorreram lançamentos automáticos da CCONT de reclassificações dos saldos na conta 237110300 – Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – para a conta 237110201 – Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (mês de abertura), baixas de Adiantamentos de Transferências Voluntárias para atender Acórdão 1320/2017-TCU e baixas de créditos a receber decorrente de falta/irregularidade comprovação Tomados de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo reconhecido quando da decisão definitiva do TCU com imputação de débito, citados anteriormente do grupo do Ativo Circulante.

7.5.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

página 1/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 08/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	18.331.879,84	20.854.615,24
INGRESSOS	2.033.090.856,98	1.868.727.039,41
Receitas Derivadas e Originárias	4.343.644,51	6.426.286,00
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	758.794,80	865.757,09
Receita Agropecuária	146.907,50	79.090,00
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.814.964,19	4.844.372,39
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.622.978,02	637.066,52
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.028.747.212,47	1.862.300.753,41
Ingressos Extraorçamentários	320.507,86	365.525,84
Passivos Transferidos	34.500,32	67.937,69
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	8.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.028.392.204,29	1.861.859.289,88
DESEMBOLSOS	-2.014.758.977,14	-1.847.872.424,17
Pessoal e Demais Despesas	-1.568.027.032,09	-1.420.389.695,00
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-124.700,00	-478.901,42
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-401.800,00	-224.649,15
Previdência Social	-570.360.755,98	-489.530.785,87
Saúde	-901.180,20	-2.507.504,90
Trabalho	-	-
Educação	-995.750.632,75	-925.977.173,56
Cultura	-86.784,20	-1.182.212,63
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-8.474,12
Ciência e Tecnologia	-31.018,32	-263.601,14
Agricultura	-	-

Demonstração do Fluxo de Caixa - página 2/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Organização Agrária	-370.160,64	-208.391,98
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-8.000,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-160.284.631,54	-145.370.484,66
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-160.141.122,47	-145.242.391,09
Outras Transferências Concedidas	-143.509,07	-128.093,57
Outros Desembolsos das Operações	-286.447.313,51	-282.112.244,51
Despêndios Extraorçamentários	-321.976,02	-429.163,04
Transferências Financeiras Concedidas	-286.092.305,33	-281.679.440,03
Demais Pagamentos	-33.032,16	-3.641,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.888.334,74	-20.714.395,91
INGRESSOS	206.500,00	-
Alienação de Bens	206.500,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.094.834,74	-20.714.395,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.070.965,18	-20.016.853,64
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-23.869,56	-697.542,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-

Demonstração do Fluxo de Caixa - página 3/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSION 06/02/2018	PAGINA 3
------------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.443.545,10	140.219,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.359.683,98	12.219.464,65
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.803.229,08	12.359.683,98

7.5.5 Demonstração das Variações Patrimoniais

página 1/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.059.147.739,27	1.911.829.412,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.720.559,40	5.790.119,48
Venda de Mercadorias	160.075,70	85.569,75
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.560.483,70	5.704.549,73
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.926.907,85	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.926.907,85	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.028.633.702,95	1.861.859.289,88
Transferências Intragovernamentais	2.028.392.204,29	1.861.859.289,88
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	241.498,66	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	372.597,27	25.169.729,10
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	337.320,00	2.352.118,03
Ganhos com Desincorporação de Passivos	35.277,27	22.817.611,07
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.493.971,80	19.010.274,41
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Demonstração das Variações Patrimonial - página 2/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 06/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	22.493.971,80	19.010.274,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.007.228.538,38	1.843.204.999,91
Pessoal e Encargos	1.007.648.954,14	916.822.887,47
Remuneração a Pessoal	795.148.236,06	719.296.183,10
Encargos Patronais	157.423.076,33	142.734.487,89
Benefícios a Pessoal	54.763.193,09	54.589.120,48
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	314.448,66	203.096,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	571.945.399,42	490.605.635,83
Aposentadorias e Reformas	475.315.533,94	403.135.703,72
Pensões	95.955.539,39	86.832.861,46
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	674.326,09	637.070,65
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	97.351.263,76	103.641.064,81
Uso de Material de Consumo	7.207.040,14	12.028.917,55
Serviços	86.940.563,14	90.787.106,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.203.660,48	825.040,54
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	31.086,08	20.061,82
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	30.991,66	19.161,82
Variações Monetárias e Cambiais	31,92	-
Descontos Financeiros Concedidos	62,50	900,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	287.461.717,49	281.811.533,60
Transferências Intragovernamentais	286.092.305,33	281.679.440,03
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	139.509,07	132.093,57
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.229.903,09	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	39.625,68	11.225.177,18
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	849.503,92
Incorporação de Passivos	1.931,97	36.173,11
Desincorporação de Ativos	37.693,71	10.339.500,15

Demonstração das Variações Patrimonial - página 3/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSION 08/02/2018	PAGINA 3
------------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	2.728.647,70	2.467.366,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	235.321,96	277.334,04
Contribuições	2.493.325,74	2.190.032,22
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	40.021.844,11	36.611.272,94
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	39.748.184,00	36.606.857,42
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	273.660,11	4.415,52
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	51.919.200,89	68.624.412,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

a) Dos acórdãos do exercício de referência

O quadro a seguir apresenta uma visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência, com a quantidade de determinações e recomendações recebidas em comparação com a quantidade atendida.

Quadro 93 – Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência.

Seq.	Acórdão	Natureza	Unidade destinatária	Recomendações/Determinações*			
				Recebidas		Não atendidas/Atendidas parcialmente**	
				Qtde	Item(ns)	Qtde	Item(ns)
1	489/2017 (1ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	---	---
2	5600/2017 (1ª Câmara)	Aposentadoria (Monitoramento)	PROGEP	3	1.7.1.1 1.7.1.2 1.7.1.3	---	---
3	6855/2017 (1ª Câmara)	Pensão Civil	PROGEP	1	9.2	---	---
4	6868/2017 (1ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	4	9.3.1 9.3.2 9.3.3 9.3.4	1	9.3.2
5	7591/2017 (2ª Câmara)	Pensão Civil (Monitoramento)	PROGEP	2	9.2.3.1 9.2.3.2	1	9.2.3.2
6	8672/2017 (1ª Câmara)	Pensão Civil	PROGEP	3	9.3.1 9.3.2 9.3.3	3	9.3.1 9.3.2 9.3.3
7	9038/2017 (1ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1 9.4.2 9.4.3	1	9.4.1
8	10158/2017 (1ª Câmara)	Atos de Admissão	PROGEP	1	1.8	---	---

*Em relação à quantidade de recomendações feitas pelo TCU em cada acórdão, os itens que não constam na coluna “Não atendidas/Atendidas parcialmente” foram considerados atendidos.

**Itens considerados parcialmente atendidos: 9.3.2 (Acórdão 6868/2017), 9.2.3.2 (Acórdão 7591/2017), 9.4.1 (Acórdão 9038/2017). Itens considerados não atendidos: 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 (Acórdão 8672/2017).

Fonte: RA 2018001.



b) Sobre as formas de acompanhamento das recomendações e determinações do Órgão de Controle Externo

As formas que a instituição dispõe para o efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU estão relatadas, conforme segue: o acompanhamento se dá por meio de um assessor designado para esta função. Após o recebimento, os documentos oriundos do TCU são cadastrados no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, onde são formalizados processos e encaminhados aos setores que tenham relação com a determinação/recomendação a cumprir, quando existente, para adoção de providências dentro dos prazos estabelecidos. Após receber as repostas dos respectivos setores, estas são analisadas e enviadas à Corte de Contas no intuito de dar ciência a esta das medidas adotadas pela instituição.

Dos acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que permanecem pendentes de atendimento (determinações não atendidas ou atendidas parcialmente)

Uma quantidade de 6 (seis) recomendações/determinações relativas ao julgamento de contas anuais de exercícios anteriores permanecem pendentes de atendimento, conforme relacionadas no quadro abaixo e as justificativas descritas nos quadros seguintes.

Quadro 94 – Acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores.

Seq.	Acórdão	Natureza	Itens Pendentes
1	1293/2011 - 2ª Câmara	Prestação de Contas – 2006	9.3.3
2	8797/2016 - 2ª Câmara	Prestação de Contas – 2011	9.10.2 9.10.3
3	4973/2017 - 1ª Câmara	Prestação de Contas – 2008	9.8.1.1 9.8.1.2 9.8.1.3

Fonte: CCI.

Seguem as justificativas dos gestores no que se referem às determinações e recomendações consideradas não atendidas ou atendidas parcialmente:

Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU			
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA – PU			
Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 019.900/2007-1	1293/2011 - 2ª Câmara	9.3.3	Prestação de Contas - Exercício 2006
Descrição da determinação/recomendação			
9.3.3 Elabore e implemente, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de recuperação dos créditos			



decorrentes da inadimplência de permissionários e disponibilize à unidade administrativa responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos de permissão os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho desta atribuição.

Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas

DETERMINAÇÃO ATENDIDA PARCIALMENTE. Por meio do Processo Administrativo nº 23074.002446/2018-48, a Prefeitura Universitária encaminhou o Memorando nº 023/2018-UFPB/PU/SPU, informando que não existe plano de recuperação de créditos decorrentes da inadimplência dos permissionários. Declarou, ainda, que em 2017 os devedores foram devidamente notificados, sendo firmados termos de confissão e parcelamento das dívidas existentes.

Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 046.846/2012-3	8797/2016 - 2ª Câmara	9.10.2	Prestação de Contas - Exercício 2011

Descrição da determinação/recomendação

9.10.2 caso tenha efetuado o pagamento de toda a dívida reclamada pela FJA, no importe de R\$ 1.733.834,52, apontada no item 5.1.6.9 do Relatório CGU 201203300/306, oportunize à fundação o contraditório e a ampla defesa sobre a matéria e, não sendo afastada a irregularidade, adote as providências administrativas necessárias à obtenção do ressarcimento aos cofres da União dos R\$ 799.830,21 cobrados a maior, calculados com base em novembro de 2010, instaurando, se preciso, tomada de contas especial, nos termos da legislação, sem o prejuízo de informar ao Tribunal, no mesmo prazo, as providências adotadas.

Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas

DETERMINAÇÃO NÃO ATENDIDA. Através do processo administrativo nº 23074.002654/2018-47, o HULW apresentou o ofício nº 44/2018/GAB-SUP-HULW-UFPB/EBSERH, no qual informa que "foi encaminhado o Processo nº 23074.001586/2018-07 a Procuradoria Geral da UFPB para providências de análise e possibilidade de cobrança judicial referente a dívida da Fundação José Américo, tendo em vista que até a presente data não houve manifestação da referida instituição."



Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU			
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PRA			
Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 046.846/2012-3	8797/2016 - 2ª Câmara	9.10.3	Prestação de Contas - Exercício 2011
Descrição da determinação/recomendação			
9.10.3 cumpra, se ainda não o fez, no prazo improrrogável de 60 dias, a determinação constante do item 9.6.3 do Acórdão 7506/2010-TCU-2ª Câmara.			
Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas			
DETERMINAÇÃO NÃO ATENDIDA. Através de despacho apresentado na folha 01 do processo administrativo nº 23074.001862/2018-29, a PRA informou que aguarda a decisão final da ação de reintegração de posse nº 0800.733-04.2014.4.05.8200. Apresentou, ainda, as contrarrazões postuladas pela Procuradoria Regional Federal, em face de Recurso Especial interposto pela Academia do Comércio Eptácio Pessoa.			

Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU			
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PRA			
Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 015.837/2009-4	4973/2017 - 1ª Câmara	9.8	Prestação de Contas - Exercício 2008
Descrição da determinação/recomendação			
9.8. determinar à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que, se ainda não o fez: 9.8.1. promova as medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores abaixo indicados, instaurando, se preciso for, a devida tomada de contas especial e informando, por ocasião das próximas contas, as ações adotadas: 9.8.1.1. R\$ 41.838,56, referentes aos rendimentos obtidos com a aplicação financeira dos recursos dos convênios Siafi 436486, 450708, 479952 e 501192, firmados com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão, apontado no item 3.1.3.1 do Relatório de Gestão 224882 da Controladoria Geral da União; 9.8.1.2. R\$ 1.092,12, referentes aos bloqueios judiciais dos recursos dos convênios Siafi 518479, 533306, 534760, 533224, 534382, 534790, 534798 e 537537, apontados no item 2.1.8.4 do			



Relatório de Gestão 224882 da Controladoria Geral da União;

9.8.1.3. cumpra as recomendações consignadas nos itens 2.1.8.2 e 2.1.8.3 do Relatório de Auditoria de Gestão 224882/2008 da Controladoria Geral da União.

Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas

DETERMINAÇÃO ATENDIDA PARCIALMENTE. Através do Processo Administrativo nº 23074.001692/2018-82, a Pró-Reitoria de Administração apresentou o Despacho PRA/CCF/DAC nº 03/2018 da Divisão de Convênios, contendo as seguintes informações:

"Subitem 9.8.1.1 Analisados Formalmente pela DAC com sugestão de tomada de contas especial (TCE). Quanto aos rendimentos e seu ressarcimento, aguarda-se relatório final do tomador de contas:

436486 (051/2001);

479952 (017/2003) e

501192 (013/2004).

Subitem 9.8.1.1 TCE instaurada, aguarda-se relatório final:

450708 (049/2002)

Subitem 9.8.1.2 Análise Formal DAC, TCE instaurada e concluída, parecer do controle interno (CCI), bloqueios judiciais inclusos no dano ao erário apurado:

518479 (124/2004);

533306 (175/05);

534760 (177/05);

534790 (187/05) e

534798 (188/05)

Subitem 9.8.1.2 A analisar formalmente na DAC:

533224 (178/05) e

534382 (185/05);

Subitem 9.8.1.2 Concluído com registro no SIAFI:

537537 (190/05)

Com relação ao subitem 9.8.1.3 para que cumpra as recomendações dos itens 2.1.8.2 e 2.1.8.3 do Relatório de Auditoria de Gestão 224882/2008 da CGU informamos:

Convênios sem prestação de contas. Autorizado o registro de inadimplência em 2013.

579598 (217/2006 - UFPB/FJA);

334832 (012/1997 - UFPB/FUNAPE);



371171 (074/1999 - UFPB/FUNAPE) e

534750 (186/2005 - UFPB/FUNAPE).

Tem-se instaurado TCE em diversos convênios cujas prestações de contas foram analisadas formalmente por esta Divisão e rejeitadas. Nos últimos exercícios a UFPB não firmou convênios ou contratos com as fundações de apoio."



8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Ao todo foram emitidas 43 (quarenta e três) recomendações pelo Órgão de Controle Interno – OCI através dos Relatórios de Auditoria nºs 201504399, 201505100 e 201700837, concluídos no exercício de 2017. Dessas 43 recomendações, 12 (doze) receberam manifestação pela UFPB, sendo que o status das mesmas é “em análise” pela Controladoria Geral da União – CGU. As 31 (trinta e uma) restantes, 21 (vinte e uma) estão no prazo de atendimento e 10 (dez) se encontram expiradas na data de elaboração deste item (fonte: Sistema Monitor; consulta extraída em 02/02/2018).

Em relação à forma que esta Autarquia dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI, informa-se que, a partir de março de 2017, com a implantação do Sistema Monitor pela CGU, todas as etapas – recebimento de recomendações, manifestações, análises, pedido de prorrogações etc. – referentes ao acompanhamento e tratamento das recomendações emitidas por este órgão estão sendo tratadas no referido sistema, atuando esta Coordenação de Controle Interno de apoio entre o OCI e a Instituição.



8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário

8.3.1 Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE

As comissões dispõem de sala climatizada composta com seis desktops e respectivos monitores, três notebooks, quatro impressoras, cadeiras, mesas, armários e material de expediente adequado.

Quanto ao pessoal, existiam 5 (cinco) servidores, conforme composição das portarias emitidas em 2016: **Portaria R/GR/Nº 1329/2016 – 05/09/2016** **Portaria R/GR/Nº 2009/2016 – 24/11/2016**.

Quadro 95 – Servidores que compõem a TCE/UFPB.

Portaria R/GR/Nº 1329/2016 – 05/09/2016	Portaria R/GR/Nº 2009/2016 – 24/11/2016
Fábio Assunção de Castro	Anderson Glauber Torres dos Santos
Ramailda Batista de Sousa	Roberto Wagner Jubert
Saulo Eduardo Carvalho de Almeida	Saulo Eduardo Carvalho de Almeida

Durante o exercício de 2017, não houve Tomada de Contas Especial instaurada e a Comissão de Tomada de Contas Especial passa a contar apenas com 3 (três) servidores. No entanto, cabe mencionar que dos 12 (doze) processos instaurados em 2016, a movimentação ocorrida entre 2016 e 2017 foi a seguinte:

- Os 6 (seis) processos que se encontravam na Coordenação de Controle Interno (CCI), em 2016, oriundos da Portaria R/GR/Nº 1479/2015, estão, no exercício de 2017, no Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU);
- O processo que se encontrava na CCI, em 2016, oriundo da Portaria R/GR/Nº 1329/2016, está, no exercício de 2017, no Ministério da Transparência e CGU;
- Os 2 (dois) processos que se encontravam na CCI, em 2016, oriundos da Portaria R/GR/Nº 1329/2016, estão, no exercício de 2017, no Ministério da Transparência e CGU;
- Os 3 (três) processos que se encontravam na TCE, em 2016, oriundos da Portaria R/GR/Nº 2009/2016, estão, no exercício de 2017, um se encontra arquivado e os outros dois se encontram, em fase conclusiva na TCE;

O quadro abaixo demonstra o resumo histórico das Tomada de Contas Especial, separando-as pelo ano em instauradas, concluídas, sua localização atual e *status*:



Quadro 96 – Resumo das Tomada de Contas Especial.

	Convênio/Contrato	Portaria	Fundação	Ano Instauração	Ano Conclusão	Localização atual	Status
1	Contrato 01/2010	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
2	Contrato 02/2010	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
3	Contrato 03/2010	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
4	Contrato 04/2010	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
5	Contrato 041/2010	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
6	Convênio nº 228/2007	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
7	Convênio nº 240/2007	1517/2012	FJA	2013	2014	TCU	Aberto
8	Convênio nº 126/2003	398/2014	Funape	2014	2014	PRA	Arquivado
9	Convênio nº 127/2003	398/2014	Funape	2014	2014	PRA	Arquivado
10	Convênio nº 128/2003	398/2014	Funape	2014	2014	PRA	Arquivado
11	Convênio nº 119/2004	398/2014	Funape	2014	2014	PRA	Arquivado
12	Convênio nº 116/2004	398/2014	Funape	2014	2015	PRA	Arquivado
13	Convênio nº 170/2002	398/2014	Funape	2014	2015	TCU	Encerrado
14	Convênio nº 214/2006	1259/2014	FJA	2014	2015	TCU	Encerrado
15	Convênio nº 220/2007	1259/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
16	Convênio nº 222/2007	1259/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
17	Convênio nº 227/2007	1259/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
18	Convênio nº 229/2007	1259/2014	FJA	2014	2015	TCU	Encerrado
19	Convênio nº 232/2007	1259/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
20	Convênio nº 209/2006 ¹	1261/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
21	Convênio nº 219/2007	1261/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
22	Convênio nº 223/2007	1261/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
23	Convênio nº 224/2007	1261/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
24	Convênio nº 225/2007	1261/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
25	Convênio nº 233/2007	1261/2014	FJA	2014	2015	TCU	Aberto
26	Convênio nº 129/2003	399/2014	Funape	2014	2015	TCU	Encerrado
27	Convênio nº	399/2014	Funape	2014	2015	TCU	Encerrado



	Convênio/Contrato	Portaria	Fundação	Ano Instauração	Ano Conclusão	Localização atual	Status
	147/2008						
28	Convênio nº 130/2003	399/2014	Funape	2014	2016	TCU	Aberto
29	Convênio nº 115/2004	399/2014	Funape	2014	2016	TCU	Aberto
30	Convênio nº 169/2002	1479/2015	Funape	2015	2015	PRA	Arquivado
31	Convênio nº 188/2005	1479/2015	Funape	2015	2015	CGU	Aberto
32	Convênio nº 191/2005 ²	1479/2015	Funape	2015	2015	CGU	Aberto
33	Convênio nº 126/2004	1479/2015	Funape	2015	2016	CGU	Aberto
34	Convênio nº 175/2005	1479/2015	Funape	2015	2016	CGU	Aberto
35	Convênio nº 177/2005	1479/2015	Funape	2015	2016	CGU	Aberto
36	Convênio nº 124/2004	1479/2015	Funape	2016	2016	CGU	Aberto
37	Convênio nº 187/2005	1479/2015	Funape	2016	2016	CGU	Aberto
38	Convênio nº 210/2006	1329/2016	FJA	2016	2016	CGU	Aberto
39	Convênio nº 239/2007	1329/2016	FJA	2016	2016	CGU	Aberto
40	Convênio nº 150/2001	1479/2015	Funape	2016	2016	PRA	Arquivado
41	Convênio nº 151/2001	1479/2015	Funape	2016	2016	PRA	Arquivado
42	Convênio nº 136/2003	1479/2015	Funape	2016	2016	CGU	Aberto
43	Convênio nº 128/2004	1479/2015	Funape	2016	2016	CGU	Aberto
44	Convênio nº 213/2006	1329/2016	FJA	2016	2017	CGU	Aberto
45	Convênio nº 051/2001	2009/2016	Funape	2016	2017	PRA	Arquivado
46	Convênio nº 017/2003	2009/2016	Funape	2016	2017	CTCE	Aberto
47	Convênio nº 013/2004	2009/2016	Funape	2016	2017	CTCE	Aberto



8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O art. 5º da lei de licitações (8.666/93) estabelece a principal diretriz para a sistemática de ordenamento de despesas públicas, mormente, no tocante à observação da ordem cronológica das obrigações financeiras assumidas pela Administração Pública, iniciadas pelo empenho, e que seguiram a tramitação do processo administrativo de pagamento, com a entrega do produto ou prestação do serviço, e posterior liquidação e apropriação dos valores para pagamento. Cumulativamente, além da observação da ordem cronológica, observa-se a fonte do recurso específico. A UFPB atende em sua plenitude a lei 8.666/93, incluindo o cronograma de pagamento do artigo destacado.

Destarte, ressalta-se que, até o ano de 2013, os recursos eram repassados duas vezes por semana, em consonância com o montante liquidado, ou seja, o valor liquidado para pagamento era repassado em sua integralidade (100% do que se encontrava liquidado era encaminhado para a UFPB adimplir com as obrigações financeiras). Entretanto, desde 2014, em razão de dificuldades de arrecadação, alegadas pelo Governo Federal, essa sistemática foi afetada, acredita-se que em toda a extensão da Administração Pública Federal, quando se passou a realizar repasses uma ou duas vezes por mês e em montante inferior ao que estava liquidado. Em 2015 e 2016, a conjuntura de arrecadação federal deficitária, mais uma vez alegada pelo Governo Federal, agravou-se ainda mais e os repasses giraram em torno de 40% dos valores liquidados, sem considerar eventual efeito cumulativo das obrigações financeiras institucionais.

Nitidamente, as informações supramencionadas servem para contextualizar a conjuntura das dificuldades do processo de decisão pelo qual passam os gestores das IFES federais, especialmente nos dois últimos anos. Destaque-se que ao final do primeiro semestre de 2016, chegou-se a verificar o repasse em cerca de 20% dos valores liquidados. Para contornar tal situação crônica, a Administração autárquica vem empreendendo esforços diuturnos com os fornecedores para evitar incidência de encargos financeiros provenientes de atrasos contratuais.

Desde o final de 2016, quando a Secretaria de Gestão do MPOG publicou a Instrução Normativa nº 02 (IN 02 -06/12/2016 -SEGES/MPOG), explicando a conjuntura econômico-financeira nacional, orientou e disciplinou os atos administrativos decorrentes da exceção estabelecida pela segunda parte do art. 5º da lei 8.666/93. Como a referida Instrução Normativa foi editada próximo ao encerramento do exercício financeiro 2016, tais medidas foram debatidas no início do exercício 2017, pela Coordenação de Contabilidade desta IFES junto aos demais setores técnicos, e implementadas na rotina com o intuito de orientar a tramitação dos processos de pagamento nos termos estabelecidos pela IN. Na realidade, tal instrução normativa veio disciplinar o que já se realizava por razoabilidade, não se verificando desconformidade nos atos administrativos desta IFES.

Diante das circunstâncias exógenas e independentes da Administração da IFES, estabeleceu-se uma sistemática de pagamento de modo a garantir a manutenção básica institucional sem que houvesse interrupção dos serviços essenciais ou que comprometesse a



finalidade precípua da Universidade, e o seu pleno funcionamento, com segurança institucional. Assim, deliberou-se pela realização de pagamentos prioritários com assistência estudantil, serviços terceirizados de locação de mão-de-obra e vigilância, seguindo orientações do Ministério da Educação enviadas através de mensagens pelo sistema SIAFI.

Priorizou-se ainda o pagamento de toda e qualquer despesa que incorresse em encargos financeiros, atualização monetária ou multa contratual, a exemplo de energia elétrica, água e telefonia; posteriormente todo e qualquer obrigação de ordem trabalhista, previdenciária, fiscal ou tributária, e serviços essenciais cuja interrupção causaria significativo prejuízo para a Administração Pública; em seguida consolidando as obrigações com demais fornecedores de forma cronológica, entende-se que essa sistemática está amparada pela condicionante “salvo quando presentes relevantes razões de interesse público” considerando o cenário econômico-financeiro do país, atendendo em sua plenitude o art. 5º da lei 8.666/93.



8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Os contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento atendem aos dispositivos contidos nas Leis nº 12.546/2011 e 12.844/13, onde as retenções efetuadas são de 3,5% sobre o valor total da nota fiscal. Tais procedimentos são adotados desde o ano de 2013, onde as licitações passaram a trazer as modificações necessárias para o atendimento à legislação supracitada.



8.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Os valores empenhados e pagos com propaganda institucional são mostrados no quadro abaixo. Esta despesa corresponde aos pagamentos das publicações no Diário Oficial da União.

Quadro 97 – Despesas com publicidade.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	20RK	618.374,19	529.432,07
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial em 08/02/2017.



8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

No quadro abaixo é mostrada a relação dos cursos de graduação que devem ofertar a disciplina de Libras como obrigatória, em atendimento ao que estabelece o Art. 3º do Decreto 5.626/2005. Todos os cursos de licenciatura e o bacharelado de Fonoaudiologia oferecem a disciplina Libras de acordo com ao art. 3º do Decreto 5.626/2005. Quanto à publicação dos cursos de graduação, a grade curricular de cada curso está disponível para os alunos nas coordenações dos cursos.

Quadro 98 – Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
ARTES VISUAIS	107438	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	98984	Rio Tinto-PB	Portaria PRG/G nº 30/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	13457	Bananeiras-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	113701	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	113699	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 53/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	118068	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 19/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	97767	Areia-PB	Portaria PRG/G nº 11/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	116826	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao



Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
				el=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS NATURAIS	113705	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
CIÊNCIAS SOCIAIS	1110230	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 18/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
COMPUTAÇÃO	98984	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
DANÇA	1191007	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
EDUCAÇÃO FÍSICA	13423	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
ENFERMAGEM	44257	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
FILOSOFIA	13409	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
FÍSICA	13400	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
FONOAUDIOLOGIA	122918	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
GEOGRAFIA	13406	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
HISTÓRIA	13415	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
HISTÓRIA	– 80600	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº	https://sigaa.ufpb.br/sigaa



Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO			37/2011	a/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – ESPANHOL	107553	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – FRANCÊS	107552	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – INGLÊS	107549	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	107548	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	109954	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 22/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – LÍNGUAS CLÁSSICAS	116830	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	5000898	Mamanguape-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – ESPANHOL	261913	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – INGLÊS	261910	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS	1126690	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
MATEMÁTICA	109948	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao



Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
MATEMÁTICA	13402	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
MATEMÁTICA	99045	Rio Tinto-PB	Portaria PRG/G nº 20/2010	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
MÚSICA	97039	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 05/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PEDAGOGIA	13418	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PEDAGOGIA	109626	Bananeiras-PB	Portaria PRG/G nº 10/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PEDAGOGIA	107356	Mamanguape-PB	Portaria PRG/G nº 04/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PEDAGOGIA	109950	Ed. a distância	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PEDAGOGIA EDUC. DO CAMPO	122924	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PEDAGOGIA – MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	113707	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 31/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
PSICOLOGIA	26565	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
QUÍMICA	1161324	Areia-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
QUÍMICA	13404	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 37/2011	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao



Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
				el=G&aba=p-graduacao
TEATRO sumário	107456	João Pessoa-PB	Portaria PRG/G nº 05/2012	https://sigaa.ufpb.br/siga/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao

Fonte: PRG.